

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – PPGB

Mestrado Profissional em Biblioteconomia – MPB

FABIANA VILAR SILVA

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DEPÓSITO
MANDATÓRIA EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS: UMA
ANÁLISE DE ESTUDOS DE CASOS A PARTIR DOS ELEMENTOS DE
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Rio de Janeiro

2014

FABIANA VILAR SILVA

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DEPÓSITO
MANDATÓRIA EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS: UMA
ANÁLISE DE ESTUDOS DE CASOS A PARTIR DOS ELEMENTOS DE
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGB/UNIRIO, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Biblioteconomia.

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Simone da Rocha Weitzel.

Rio de Janeiro

2014

V586 Silva, Fabiana Vilar.

Subsídios para a elaboração de uma política de depósito mandatória em repositórios institucionais brasileiros : uma análise de estudos de casos a partir de elementos de desenvolvimento de coleções / Fabiana Vilar Silva. — 2014.

252 f. ; 30 cm : il.

Orientadora: Simone da Rocha Weitzel.

Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia)—Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Bibliografia: f. 217-229.

1. Repositórios institucionais. 2. Política de depósito mandatória. 3. Formação e desenvolvimento de coleções. I. Weitzel, Simone da Rocha. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD 025.21

FABIANA VILAR SILVA

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DEPÓSITO
MANDATÓRIA EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS: UMA
ANÁLISE DE ESTUDOS DE CASOS A PARTIR DOS ELEMENTOS DE
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGB/UNIRIO, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Biblioteconomia.

Aprovada em de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Simone da Rocha Weitzel – Orientadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr. Fernando César Lima Leite – Membro Titular
Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. Luis Fernando Sayão – Membro Titular
Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN

Prof^ª. Dr^ª. Sandra Lúcia Rebel Gomes – Membro Suplente
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof^ª. Dr^ª. Vera Lucia Doyle L. de M. Dodebei – Membro Suplente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Aos meus pais e irmãos por tudo.
Afinal, é preciso ter raízes para voar....

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer a importância de toda contribuição e apoio recebidos para que mais esta etapa da vida acadêmica fosse cumprida, mesmo não sendo possível transmitir em palavras o tamanho da minha gratidão.

Sendo assim, não poderia deixar de agradecer, primeiramente, a Deus pelo dom da vida, pela clareza de raciocínio e por Nele encontrar forças para lutar por tudo em que acredito.

Aos meus pais Ernesto e Edilza pelo amor incondicional e incentivo para que eu concluísse este curso e aos meus irmãos Anderson e Rafael pela amizade e carinho de sempre.

Ao meu namorado Lezir pelo amor, incentivo e paciência nos momentos de ausência.

Às minhas sobrinhas Ana Julia e Beatriz pelos momentos de alegria que fizeram este período de estudo parecer mais leve.

À professora Simone Weitzel, minha orientadora e parceira de FDC, pelo aceite em mais uma orientação. Por todas as trocas de conhecimento, incentivo e encorajamento contínuos ao longo deste trabalho. Obrigada por acreditar no potencial do tema da pesquisa e compartilhar dúvidas e descobertas. Sua ajuda foi fundamental para a concretização deste trabalho.

Aos professores membros da banca examinadora pelas excelentes contribuições dadas à pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/UNIRIO) que contribuíram para minha formação acadêmica e aos colegas da primeira turma do Mestrado Profissional em Biblioteconomia pela coragem e apoio.

E a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a concretização desta dissertação. Em especial, à Adriana Ornellas, Durval Vieira, Jaqueline Castro e Patrícia Quaresma pelo incentivo e apoio em todos os momentos, principalmente naqueles em que a missão parecia ser impossível. Muito obrigada!!!

A ciência é o conhecimento público,
disponível livremente para todos.

(Ziman, 1979)

RESUMO

Estuda os repositórios institucionais sob a ótica de desenvolvimento de coleções. Para isso, apresenta o cenário da comunicação e da produção científica e o papel dos periódicos científicos como veículos de disseminação da informação. Aborda a proposta do acesso aberto à informação científica, destacando os principais movimentos e suas estratégias: via verde e via dourada. Descreve a estratégia da via verde como método para atingir a meta de ter 100% da produção técnico-científica disponível em acesso aberto. Versa sobre os repositórios institucionais, traçando um panorama sobre a experiência do Brasil frente ao Movimento do Acesso Aberto. Ressalta a importância da política de depósito mandatória para promoção da via verde no país e discorre sobre as políticas para repositórios institucionais. Delineia um panorama sobre o processo e a política de desenvolvimento de coleções, identificando na literatura especializada e em padrões internacionais elementos que podem ser aplicados em repositórios institucionais, a partir de sua correspondência com a prática em bibliotecas clássicas. Sendo assim, constituindo-se de um estudo de casos múltiplos, estuda-se, por meio da análise comparativa, a política de depósito mandatória e os documentos correlatos de sete iniciativas de repositórios institucionais brasileiros, assinalando a presença de elementos de desenvolvimento de coleções. Como resultado, propõe subsídios para a elaboração de uma política de depósito por meio de uma abordagem teórico-metodológica da área de desenvolvimento de coleções. Por fim, conclui que a elaboração e adoção de mandatos em universidades e institutos de pesquisas contendo critérios de desenvolvimento de coleções podem contribuir para promover a via verde no país, maximizando o acesso, uso e visibilidade da produção nacional.

Palavras-chave: Comunicação científica. Acesso aberto. Via verde. Repositórios institucionais. Políticas mandatórias de depósito. Desenvolvimento de coleções.

ABSTRACT

This research aims to study the institutional repositories from the collection development perspective. It presents the scientific communication and production, focusing on the role of scientific journals as vehicles of information dissemination. It addresses the open access to scientific information, focusing on major movements as well as their strategies: green and golden roads. It describes the green road strategy as a method to achieve the goal of having 100% of the technical and scientific literature available on open access. It presents the institutional repositories and traces an overview about Brazil's experience of the Open Access Movement. Underscores the importance of mandates for promoting the green road in Brazil and discusses policies for institutional repositories. It provides an overview of the collection development process and policy, identifying in the literature and on international standards on classical library elements that can be applied in institutional repositories. Thus, being a multiple case study, it studies the mandates and correlate documents of seven institutional repositories of Brazilian universities, indicating if there are collection development elements in them, through comparative analysis. As a result, proposes subsidies for the development of a mandate through a theoretical and methodological approach in the collection development area. Finally, it concludes that the development and adoption of mandates at universities and research institutes, containing collection development criteria can promote the green road in the Brazil, maximizing access, use and visibility of the national production.

Keywords: Scientific communication. Open access initiative. Green road. Institutional repositories. Mandates. Collection development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Ranking dos melhores repositórios institucionais brasileiros.....	24
Quadro 2	Seleção de repositórios institucionais para recebimento do questionário	26
Quadro 3	Relação entre métodos e técnicas de pesquisa com etapas do trabalho.....	29
Quadro 4	Cores do Projeto SHERPA/RoMEO	68
Quadro 5	Correlação dos processos de desenvolvimento de coleções: bibliotecas clássicas x repositórios institucionais	98
Quadro 6	Tipos de publicações para repositórios institucionais	103
Quadro 7	Vocabulário de versões de documentos.....	105
Quadro 8	Elementos de desenvolvimento de coleções – DRIVER.....	107
Quadro 9	Elementos de desenvolvimento de coleções – UMinho	111
Gráfico 1	Proporção por tipos de repositórios de acesso aberto.....	113
Gráfico 2	Proporção por tipos de políticas de depósito mandatórias	114
Gráfico 3	Proporção de repositórios por países.....	114
Quadro 10	Políticas de depósito brasileiras cadastradas no ROARMAP	115
Quadro 11	Análise da política de depósito mandatória do RIUnB	125
Quadro 12	Análise da política de depósito mandatória do RIUFS.....	134
Quadro 13	Análise da política de depósito mandatória da BDPI	143
Quadro 14	Análise da política de depósito mandatória do RIUFBA	152
Quadro 15	Análise da política de depósito mandatória do RIUFC	161
Quadro 16	Análise da política de depósito mandatória do RIUFRN	169
Quadro 17	Análise da política de depósito mandatória do LUME.....	177
Quadro 18	Análise comparativa das políticas de depósito mandatórias analisadas	185

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALA	<i>American Library Association</i>
BDPI	Biblioteca Digital da Produção Intelectual da Universidade de São Paulo
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BOAI	<i>Budapest Open Access Initiative</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CARINIANA	Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital
BBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CCT	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CE	Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CRIS	<i>Current Research Information Systems</i>
DIADORIM	Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras
DRIVER	<i>Digital Repository Infrastructure Vision for European Research</i>
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
HP	<i>Hewlett Packard</i>
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ID/AO	<i>Immediate-Deposit/Optional-Access Mandate</i>
IES	Instituições de Ensino Superior
IFLA	<i>International Federation of Library Associations</i>
INTERCOM	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
ISI	<i>Institute for Scientific Information</i>
LOCKSS	<i>Lots Of Copies Keep Stuff Safe</i>
LTI	Laboratório de Tecnologias da Informação
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
NIH	<i>National Institutes of Health</i>
OAI	<i>Open Archives Initiative</i>
OAI-PMH	<i>Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting</i>
OpenDOAR	<i>Directory of Open Access Repositories</i>

OSI	<i>Open Society Institute</i>
PCAL	Portal de Publicação Seriada de Acesso Livre
PKP	<i>Public Knowledge Project</i>
PL	Projeto de Lei
PLS	Projeto de Lei do Senado
PPGB	Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia
RCAAP	Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal
RIDI	Repositório Digital Institucional
RIUFBA	Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia
RIUFC	Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará
RIUFS	Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe
RIUFRN	Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
RIUnB	Repositório Institucional da Universidade de Brasília
ROAR	<i>Registry of Open Access Repositories</i>
ROARMAP	<i>Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies</i>
SBG	Sociedade Brasileira de Genética
SCI	<i>Science Citation Index</i>
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UMinho	Universidade do Minho
UNB	Universidade de Brasília
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
VERSIONS	<i>Versions of Eprints - User Requirements Study and Investigation Of the Need for Standards</i>
WEBOMETRICS	<i>Ranking Web of World Repositories</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	METODOLOGIA	20
3	MARCO TEÓRICO	31
3.1	CENÁRIO DA COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO MUNDO.....	31
3.2	A PROPOSTA DO ACESSO ABERTO PARA A PRODUÇÃO CIENTÍFICA	40
3.2.1	Via verde como estratégia do acesso aberto	50
3.2.2	Repositórios institucionais.....	54
3.2.2.1	<i>Repositórios institucionais no Brasil</i>	59
3.2.2.2	<i>Mandatos ou políticas de depósito mandatórias</i>	62
3.2.2.3	<i>Políticas para repositórios institucionais</i>	70
3.3	PRINCÍPIOS DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	72
3.3.1	Política de desenvolvimento de coleções.....	75
3.3.2	Desenvolvimento de coleções em repositórios institucionais.....	77
3.3.3	Padrões internacionais como modelo de política	100
3.3.3.1	<i>Digital Repositories Infrastructure Vision for European Research (DRIVER)</i>	100
3.3.3.2	<i>Política de Auto-Arquivo da Produção Científica da Universidade do Minho (UMinho)</i>	107
4	MARCO EMPÍRICO	113
4.1	UNIVERSO E AMOSTRA	113
4.2	ESTUDOS DE CASOS	116
4.2.1	Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB)	116
4.2.2	Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (RIUFS).....	117
4.2.3	Repositório Institucional da Universidade de São Paulo (BDPI)	118
4.2.4	Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (RIUFBA)	120
4.2.5	Repositório Institucional Universidade Federal do Ceará (RIUFC).....	121
4.2.6	Repositório Institucional Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RIUFRN)	122
4.2.7	Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LUME).....	123
4.3	DESCRIÇÃO DOS DADOS	124
4.3.1	Avaliação da política do RIUnB	125

4.3.2	Avaliação da política do RIUFS	134
4.3.3	Avaliação da política da BDPI.....	142
4.3.4	Avaliação da política do RIUFBA	151
4.3.5	Avaliação da política do RIUFC	161
4.3.6	Avaliação da política do RIUFRN	169
4.3.7	Avaliação da política do LUME	176
4.4	ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS	184
5	PROPOSTA DE SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS DE DEPÓSITO MANDATÓRIAS EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS	202
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
	REFERÊNCIAS	217
	APÊNDICE – QUESTIONÁRIO	230
	ANEXO A – POLÍTICA OFICIAL DO RIUnB	233
	ANEXO B – POLÍTICA OFICIAL DO RIUFS	235
	ANEXO C – POLÍTICA OFICIAL DA BDPI	238
	ANEXO D – POLÍTICA OFICIAL DO RIUFBA	242
	ANEXO E – POLÍTICA OFICIAL DO RIUFC	244
	ANEXO F – POLÍTICA OFICIAL DO RIUFRN	247
	ANEXO G – POLÍTICA OFICIAL DO LUME	249

1 INTRODUÇÃO

O tradicional sistema de comunicação científica passou por profundas transformações na última década do século XX no que tange à disseminação e acesso aos resultados de pesquisas pelos cientistas. Essas mudanças só foram possíveis, basicamente, por dois motivos.

O primeiro deles foi devido ao avanço e à aplicação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no sistema de publicação científica, no qual contribuíram para alterar não só a forma como pesquisadores trocavam informações, disseminavam e utilizavam a literatura científica, mas também para ampliar as possibilidades de acessá-las em meio digital, via internet.

Já o segundo motivo relacionava-se à crise que sofreram os periódicos científicos, em meados da década de 1980, cujos elevados preços de suas assinaturas dificultavam a manutenção das coleções em bibliotecas, prejudicando o acesso e uso por parte dos pesquisadores. Essa crise trouxe impactos para a comunidade científica, já que os periódicos sempre foram a principal ferramenta de disseminação dos resultados de pesquisas, mesmo sendo um modelo de publicação que restringia o acesso e era dependente dos interesses de editores comerciais.

Diante desses fatos e levando-se em consideração que a informação é a matéria-prima indispensável para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia de um país e é um bem público, a comunidade científica começou a buscar alternativas que possibilitassem o acesso imediato e o uso da literatura científica.

Essa procura por novas alternativas de comunicação da ciência estava relacionada, especialmente, com os produtos resultantes de pesquisas produzidas nas universidades e institutos de pesquisas, especialmente aqueles financiados com recursos oriundos de agências públicas de fomento à pesquisa.

Considerando essa conjuntura, a comunidade científica vislumbrou iniciativas pautadas na 'filosofia aberta' como a Iniciativa dos Arquivos Abertos (OAI - *Open Archives Initiative*) e, posteriormente, o Movimento do Acesso Aberto à Informação (*Open Access Movement*) com o objetivo de possibilitar a constituição de uma infraestrutura para organizar, disseminar e ampliar o acesso à produção científica livre de barreiras financeiras, legais e técnicas.

Assim, a partir do fim do século XX e início do XXI, a produção científica apoiada na filosofia do acesso aberto começou a se fortalecer em detrimento ao tradicional sistema de comunicação científica, pautado no acesso pago aos periódicos de grandes editoras comerciais

estrangeiras, tendo em vista que aquela passou a propiciar um acesso mais imediato à literatura científica, embora as duas formas continuassem a coexistir.

Foi nesse contexto que foram desenvolvidos os repositórios institucionais, **objeto de investigação** desta pesquisa, como uma estratégia para reunir, organizar, armazenar, disseminar e preservar a produção científica. Além disso, eles possibilitaram o aumento da visibilidade, acesso e uso dessa produção, potencializando o seu impacto.

Contudo, para que essas ferramentas cumpram sua função e se consolidem, faz-se necessário o seu povoamento por meio do depósito das publicações científicas geradas no âmbito de cada instituição tanto por parte dos pesquisadores, através do autoarquivamento, quanto dos gestores dos repositórios.

Esse processo é crucial para o sucesso dos repositórios institucionais, uma vez que o seu êxito está tanto na quantidade quanto na qualidade dos documentos armazenados. Além disso, um repositório institucional vazio ou com poucas publicações não atende aos seus objetivos, tampouco espelha a produção científica da instituição que o representa.

Desse modo, os gestores dessas iniciativas precisam envidar esforços direcionados para que toda a sua produção revisada por pares seja autoarquivada e que suas coleções sejam desenvolvidas ao invés de se ter apenas sua disponibilização e distribuição, por meio de artigos publicados em periódicos científicos, dispersos na internet e, muitas vezes, disponíveis somente através de assinaturas.

Nesse cenário, a via verde, uma das estratégias definidas pela Declaração de Budapeste (BOAI - *Budapest Open Access Initiative*), se apresenta no Movimento do Acesso Aberto como um método viável para promover tanto o depósito da produção científica de alta relevância para a comunidade científica nos repositórios institucionais quanto o seu uso, reduzindo, assim, as dificuldades de acesso ocasionadas pelos monopólios dos periódicos científicos, principalmente por parte de editores comerciais estrangeiros.

Embora essa estratégia tenha se estabelecido como um 'sinal verde' dado aos autores para realizar o autoarquivamento dos produtos de suas pesquisas em repositórios institucionais, estudos demonstram que o volume de depósito nessas ferramentas ainda está muito longe de corresponder às expectativas almejadas pelos defensores dos movimentos pelo acesso aberto.

De fato, o número de depósitos espontâneos, por parte dos pesquisadores, em repositórios institucionais de acesso aberto ainda é relativamente baixo e vem crescendo lentamente. Alguns autores (SWAN [201?] apud KURAMOTO, 2011; HARNAD, 2006a,

2006b) afirmam que essa quantidade está na ordem de 15-20% e esse volume não tem crescido em instituições que tenham adotado o depósito voluntário.

Essa circunstância pode ter relação com o fato da produção dos pesquisadores já ser publicada em periódicos científicos revisados por pares e a adoção da prática do autoarquivamento se constituir como mais uma atividade extra entre tantas já desempenhadas pelos pesquisadores.

Desse modo, o sucesso da via verde tem se tornado dependente da adoção de políticas de depósito mandatórias pelas instituições e agências de fomento como instrumentos para garantir o autoarquivamento da produção nas coleções dos repositórios institucionais e disponibilizar 100% dessa literatura em acesso aberto¹.

Na verdade, essa política oficial de depósito mandatória representa uma via de mão dupla e não significa apenas a obrigatoriedade para autoarquivar em repositórios institucionais. Ela representa ainda uma expectativa de que os autores assumam sua posição crucial de protagonistas tanto em relação ao processo de pesquisa e publicação quanto ao de possibilitar seu acesso para a comunidade científica.

Nesse sentido, é importante a mobilização de gestores de repositórios institucionais no desenvolvimento de mecanismos que estimulem e incentivem os autores no que concerne ao autoarquivamento de seus trabalhos em repositórios institucionais de forma a expandir a quantidade de objetos digitais depositados, bem como desenvolver suas coleções.

A esse respeito, Harnad (2008) argumenta que "100% da literatura em acesso aberto já pode ser feita pelos autores através do autoarquivamento (via verde) da noite para o dia". Assim, parafraseando Meadows (1999), a comunicação é o coração da ciência, assim como os pesquisadores os são para a via verde.

Entretanto, estudos realizados por Alma Swan (200-?) comprovam que 95% dos pesquisadores são a favor do acesso aberto, embora eles relatem que não efetuariam o autoarquivamento em repositórios institucionais a menos que fosse mandatório por suas instituições e/ou fundações (HARNAD; CARR; GINGRAS, 2008, p. 271; HARNAD, 2008; SUBER, 2009).

Sendo assim, ampliar o volume de publicações em acesso aberto é um desafio, visto que a criação de repositórios institucionais tem ocorrido largamente em todo o mundo e seu

¹ Estudos realizados por Sale (2006) evidenciam a eficácia das políticas mandatórias para garantir a disponibilização de 100% da literatura em acesso aberto. Para maiores detalhes vide resumo das conclusões obtidas pelo autor em seu estudo sobre políticas de conteúdos em repositórios institucionais na Austrália em: SALE, Arthur. **Effectiveness of university Open Access policies**. Disponível em: <<http://www.openoasis.org/images/stories/Sale%20study%20summary%20pdf.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

crescimento se dá progressivamente, conforme demonstram os dados do OpenDOAR. Em contrapartida, o cadastro de políticas de depósito mandatórias para esses sistemas não denotam o mesmo crescimento, embora sejam registros voluntários e, conseqüentemente, não espelhem a realidade tal qual ela é.

Nesse cenário, embora muitos países já tenham implementado suas políticas de depósito mandatórias para repositórios institucionais, incluindo políticas nacionais que incentivam o acesso aberto, sendo observado um progressivo aumento em suas coleções, o Brasil ainda não possui um número substancial de políticas para operacionalizar a formação de suas coleções e também ainda não aprovou uma política nacional que regule e contemple as diretrizes para o povoamento dos seus repositórios, a fim de promover a via verde no país.

Desse modo, chega-se ao **problema de pesquisa**: os elementos de desenvolvimento de coleções podem contribuir como subsídios para a elaboração de políticas de depósito mandatórias, a fim de promover a via verde no Brasil e possibilitar que a meta de 100% dos resultados das pesquisas patrocinadas com recursos do governo estejam disponíveis em acesso aberto?

Considerando isso, elencam-se as **questões norteadoras** do trabalho, a saber: (1) os elementos de desenvolvimento de coleções aplicados às bibliotecas clássicas podem ser utilizados em repositórios institucionais?; e (2) há uma correspondência entre a política de depósito mandatória para repositório institucional e uma política de desenvolvimento de coleções?

Ao estabelecer o problema de pesquisa, houve a ciência de que diversas dificuldades apareceriam pelo fato de haver poucos estudos publicados especificamente sobre o assunto. Entretanto, a fim de atender aos requisitos desse trabalho, aliado a responsabilidade de tratar de um tema praticamente inédito, buscou-se nas teorias biblioteconômicas elementos para a elaboração de uma política de depósito mandatória para repositórios institucionais a partir de princípios e diretrizes presentes no campo de Formação e Desenvolvimento de Coleções de bibliotecas clássicas.

Essa proposta deu-se visto que a correspondência entre os critérios contidos nas políticas de depósito mandatórias de repositórios institucionais com os requisitos recomendados nas políticas de desenvolvimento de coleções poderiam contribuir para subsidiar tanto em termos teóricos quanto metodológicos um modelo de política de depósito mais adequado às coleções digitais para essas ferramentas.

Nesse sentido, partiu-se do **pressuposto** que, considerando que a área de Formação e Desenvolvimento de Coleções apresenta os recursos teóricos, metodológicos e operacionais

necessários para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas, então para promover o povoamento dos repositórios institucionais as suas políticas de depósitos mandatórias deveriam conter elementos de uma política de desenvolvimento de coleções, de forma a contribuir para a efetividade e promoção da via verde em larga escala.

Considerando isso, o **objetivo geral** foi propor um modelo para subsidiar a elaboração de políticas de depósito mandatórias em repositórios institucionais, tendo por base padrões internacionais já consolidados e princípios e diretrizes da área de Formação e Desenvolvimento de Coleções.

Já os **objetivos específicos** foram:

(1) identificar na literatura princípios gerais e específicos de desenvolvimento de coleções para repositórios institucionais;

(2) identificar elementos de desenvolvimento de coleções em padrões internacionais para repositórios institucionais, em especial, em uma política de depósito mandatória;

(3) verificar a presença de elementos da política de desenvolvimento de coleções nas políticas de depósito mandatórias e nos documentos correlatos de sete repositórios institucionais universitários brasileiros selecionados como estudos de casos;

(4) comparar a aplicabilidade dos elementos identificados na literatura e nos padrões internacionais com a prática nos repositórios institucionais universitários brasileiros escolhidos, analisando a correspondência de princípios consagrados de uma política tradicional com as políticas de depósito desses repositórios; e

(5) propor um conjunto de diretrizes básicas necessárias para a elaboração de uma política de depósito mandatória para repositórios institucionais universitários brasileiros que contemplem elementos da política de desenvolvimento de coleções digitais, a fim de promover a via verde, com base nos dados coletados durante a pesquisa.

A **justificativa** dessa pesquisa se construiu a partir da necessidade de se estimular o crescimento percentual do volume de depósito da produção científica nos repositórios institucionais brasileiros, tendo em vista duas estratégias: (1) a iminência da aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 387, de 05/07/2011, em tramitação no Senado e de autoria do Senador da República Rodrigo Rollemberg que "dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências" (BRASIL, 2011); e (2) como recurso para contribuir para a meta de alcançar 100% da produção científica nacional em acesso aberto, considerando a necessidade do país em alinhar-se ao Movimento do Acesso Aberto.

Mediante isso, será necessário envidar esforços e dispor de diretrizes que orientem os gestores tanto na implantação e manutenção de repositórios institucionais universitários brasileiros quanto na efetivação do seu povoamento. Isso irá requerer a adoção expressa de políticas de depósitos mandatórias nacionais, conforme preceitos da via verde, que ampliem o acesso às informações científicas.

Nessa perspectiva, o trabalho contribuirá para orientar, bem como reduzir os esforços teórico-metodológicos na construção desses documentos em âmbito nacional, já que se propõe um modelo a ser adotado. Poderá, ainda, estimular instituições públicas e/ou privadas a formalizar seus processos de depósito por meio de políticas que incorporem tradicionais práticas de desenvolvimento de coleções. Tais requisitos poderão se configurar eficazes para o povoamento dos repositórios institucionais universitários brasileiros, a fim de alcançar o ideal do Movimento do Acesso Aberto que é disponibilizar 100% da literatura científica nacional em acesso aberto, em detrimento à baixa resposta de autoarquivamento voluntário.

Ademais, essa pesquisa se justificou também pela carência de estudos na área de Biblioteconomia abordando a presença de elementos de desenvolvimento de coleções nas políticas de depósito mandatórias dos repositórios institucionais. O que se percebeu é que as instituições estão planejando suas políticas e, na prática, é perceptível que elas contêm alguns desses princípios. Entretanto, elas não estão vinculadas ao processo de desenvolvimento de coleções no nível teórico-metodológico ou os poucos estudiosos que tratam do tema não enxergam as políticas de depósito com uma política de desenvolvimento de coleções.

Assim, acredita-se que o tema aqui proposto poderá contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento dos repositórios institucionais à luz das práticas da Biblioteconomia, além de possibilitar o fomento de novas pesquisas no campo da Formação e Desenvolvimento de Coleções Digitais.

Em adição, salienta-se que será necessário aprofundar os estudos acerca dos elementos da política de desenvolvimento de coleções em políticas de depósito mandatórias para repositórios institucionais, a fim de aprimorar a qualidade de seus processos e atender aos quesitos de depósito, acesso e sustentabilidade, o que poderá agregar mais valor a esses sistemas e ser fundamental para sua consolidação e democratização da informação científica no país. Além disso, esses estudos poderão ser relevantes no sentido em que as coleções digitais devem representar de forma legítima a qualidade da instituição que representa e a política de desenvolvimento de coleções tem essa finalidade.

Por fim, ressalta-se que o presente estudo inseriu-se na área de concentração *Biblioteconomia e Sociedade* do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) da

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) por abordar práticas de organização, disseminação e acesso aos registros do conhecimento, contexto em que os repositórios institucionais se enquadram. Dentro da área de concentração, a pesquisa vinculou-se a linha de pesquisa *Biblioteconomia, Cultura e Sociedade* por se tratar de uma investigação que contemplou os efeitos das TICs sob a ótica da produção, organização, uso e disseminação da informação.

A fim de possibilitar o melhor entendimento dessa dissertação, ela está estruturada conforme segue.

A seção 1 apresenta, por meio da introdução, a contextualização do tema, a definição do objeto, o problema de pesquisa e as questões norteadoras, além do pressuposto. Ainda expõe os objetivos que nortearam o desenvolvimento do trabalho, sendo estes subdivididos em gerais e específicos, bem como a justificativa para sua execução.

A seção 2 aborda a metodologia e especifica os métodos e técnicas de pesquisa utilizadas com a finalidade de alcançar os objetivos planejados, além dos critérios que orientaram a seleção das iniciativas investigadas e suas variáveis.

Já a seção 3 contempla o marco teórico, onde buscou-se realizar uma sistematização dos conceitos que permeiam esse estudo. Assim, trata do cenário da comunicação e produção científica, aborda o acesso aberto à informação científica, destacando a estratégia da via verde e os repositórios institucionais. Discorre sobre as políticas para os repositórios institucionais e a importância dos mandatos ou políticas de depósito como instrumento de povoamento.

Por fim, a seção 3 apresenta ainda os elementos de desenvolvimento de coleções aplicados aos repositórios institucionais, identificados na literatura especializada, arrolando sua correspondência com os processos e políticas tradicionais da área de formação e desenvolvimento de coleções utilizados por bibliotecas clássicas. Além disso, descreve também alguns desses princípios mencionados em um padrão internacional, bem como em uma política de depósito mandatória já consolidada.

O marco empírico é descrito na seção 4, onde se explicita o universo e a amostra da pesquisa, detalhando as unidades-casos desse estudo. Além disso, ela também contém a descrição e exposição da análise comparativa dos resultados obtidos.

Finalmente, a seção 5, apresenta o produto dessa pesquisa – uma proposta de subsídios para a elaboração de uma política de depósito mandatória contendo elementos de desenvolvimento de coleções digitais com o propósito de tornar a via verde uma alternativa para viabilizar o acesso aberto a 100% da literatura científica brasileira por meio dos repositórios institucionais.

2 METODOLOGIA

Para atingir aos objetivos desse estudo fez-se necessária a utilização de métodos de pesquisa com o intuito de se obter respostas aos problemas inicialmente propostos, uma vez que “não há ciência sem o emprego de métodos científicos” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 65).

Sendo assim, o escopo desta seção foi descrever as estratégias metodológicas adotadas para a elaboração e execução do trabalho, buscando delinear as definições básicas dos métodos e técnicas aplicadas, a fim de orientar o leitor sobre os processos realizados para sua conclusão.

Em virtude da natureza dessa pesquisa, ela se enquadrou como um estudo de caso, no qual é definido como "uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos" (YIN, 2010, p. 39). Um estudo de caso ainda "consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]" (GIL, 2010, p. 37).

Considerando o caso concreto desse trabalho e levando-se em conta seus objetivos e quadro teórico que lhe está subjacente, optou-se pelo estudo de mais de uma unidade-caso com a finalidade de identificar possíveis semelhanças e diferenças que permitam aprimorar o conhecimento acerca do tema estudado.

Desse modo, essa investigação caracterizou-se como um estudo de casos múltiplos, no qual se trata de "um esforço especial para examinar alguma coisa tendo muitos casos, partes ou membros" (STAKE, 2006, p. vi, tradução nossa) ou ainda quando "o pesquisador estuda conjuntamente mais de um caso para investigar determinado fenômeno" (GIL, 2010, p. 118).

Ainda segundo Stake (2006, p. 6, tradução nossa), o estudo de casos múltiplos é um método em que os pesquisadores estudam alguns casos individuais conjuntamente, buscando o que lhes é semelhante e diferente, a fim de compreender melhor um objeto ou fenômeno ou condição geral.

Dessa forma, casos individuais são estudados e comparados para identificar evidências comuns inseridas em contextos distintos que possibilitem uma melhor teorização devido ao conjunto mais amplo de casos analisados. Considerando sua especificidade, esse tipo de método requer procedimentos mais apurados e maior tempo para a coleta e análise de dados, já que é necessário replicar as questões para cada uma das unidades-casos selecionadas.

Nesse contexto, a pesquisa de campo adotada foi o estudo exploratório-descritivo com dados qualitativos que tem por objetivo "descrever completamente determinado fenômeno [...]" (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 171).

O uso desse método possibilitou a realização de um exame das políticas de depósito mandatórias à luz das teorias e metodologias de uma política de desenvolvimento de coleções, bem como com base em padrões internacionais. Isso porque as investigações exploratórias têm como propósito

proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado (GIL, 2010, p. 27).

Já a pesquisa descritiva, como o próprio nome diz, propiciou "a descrição das características de determinada população [...] com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis" (GIL, 2010, p. 27).

Visando ir de encontro ao objetivo desse trabalho, a saber: *propor um modelo para subsidiar a elaboração de políticas de depósito mandatórias em repositórios institucionais, tendo por base padrões internacionais já consolidados e princípios e diretrizes da área de Formação e Desenvolvimento de Coleções*, buscou-se métodos nas Ciências Sociais Aplicadas que fossem capazes de fornecer bases para o fim almejado.

Desse modo, essa pesquisa foi dividida em sete etapas e os procedimentos metodológicos adotados para sua concepção foram consoantes com os objetivos específicos delineados, de modo que para cada um desses adotou-se uma técnica, conforme segue.

Primeiramente realizou-se um levantamento bibliográfico que se configura como "um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema" (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 142), a fim de *identificar na literatura princípios gerais e específicos de desenvolvimento de coleções para repositórios institucionais* (objetivo 1).

Essa técnica permitiu a identificação e localização de fontes relevantes para a concepção do marco teórico da pesquisa, considerando tanto o cenário nacional quanto internacional.

Sua concretização deu-se de acordo com os preceitos destacados por Marconi e Lakatos (2010) e Gil (2010), como: (i) identificação de fontes relevantes para a pesquisa; (ii) localização dessas fontes através de pesquisa em bibliotecas convencionais, pesquisa em base de dados e pesquisa em sistemas de busca (internet); (iii) leitura do material; (iv) análise,

síntese e anotações (fichamento) críticas do material; (v) construção lógica do trabalho (organização das ideias); e (vi) redação do trabalho.

Em virtude da natureza da problemática da pesquisa, foi exigida a realização de uma revisão sistemática da literatura. Esse método consiste em uma

revisão que se esforça para identificar, avaliar e sintetizar de forma abrangente todos os estudos relevantes sobre um determinado tema. As revisões sistemáticas são muitas vezes utilizadas para testar apenas uma única hipótese, ou uma série de hipóteses relacionadas (PETTICREW; ROBERTS, 2006, p. 19).

O objetivo do uso desse método foi identificar na literatura científica estudos relevantes acerca de repositórios institucionais e que permitissem a extração de elementos de desenvolvimento de coleções relativos a esses sistemas, bem como a identificação de possíveis critérios utilizados em bibliotecas clássicas que também pudessem ser associados aos repositórios. Isso porque, segundo Petticrew e Roberts (2006, p. 2), a revisão sistemática da literatura possibilita o mapeamento de áreas de incertezas, ou seja, identifica onde há pouca ou nenhuma pesquisa relevante e onde são necessários novos estudos.

A busca por fontes para a pesquisa foi efetuada em base de dados de periódicos científicos, anais de eventos, teses e dissertações e livros e privilegiaram textos de autores consagrados e os principais especialistas dentro de cada tema abordado.

Para isso, selecionou-se um conjunto de conceitos pertinentes à temática em questão, a saber: comunicação científica, comunicação científica eletrônica, crise dos periódicos, acesso aberto, acesso livre, iniciativa de arquivos abertos, movimento de acesso aberto à informação, repositórios digitais, repositórios institucionais, via verde, política de autoarquivamento, política de depósito mandatória e desenvolvimento de coleções digitais.

Cabe salientar que na realização das buscas também foram utilizadas combinações entre esses conceitos, além de efetuar pesquisa de cada assunto em língua vernácula e sua equivalência em inglês.

Após a finalização desse processo, a segunda etapa consistiu na realização de uma pesquisa documental para *identificar elementos de desenvolvimento de coleções em padrões internacionais para repositórios institucionais, em especial, em uma política de depósito mandatória* (objetivo 2). O objetivo foi identificar e descrever os elementos de desenvolvimento de coleções presentes nos documentos selecionados para esse estudo.

A pesquisa documental, juntamente com a revisão de literatura, serviu de base para auxiliar na construção de um quadro de categorias de análise para a coleta de dados da pesquisa, já que esse processo metodológico possibilita um "exame de materiais de natureza

diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e / ou interpretações complementares" (GODOY, 1995, p. 21).

Assim, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo para descrever os elementos de desenvolvimento de coleções presentes nos documentos selecionados, já que ela é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 44).

Já a elaboração do instrumento de pesquisa, terceira etapa desse trabalho, contou ainda com a adoção do método comparativo, no qual “permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 89).

Nessa fase, realizou-se a comparação entre os elementos de desenvolvimento de coleções em repositórios institucionais presentes na literatura da área e aqueles presentes nos modelos internacionais.

A partir desse resultado, elaborou-se como instrumento de coleta de dados um quadro de categorias de análise que serviu de base para avaliar as políticas de depósito mandatórias de experiências já consolidadas e selecionadas para a execução desse estudo de casos múltiplos.

A quarta etapa consistiu na seleção da população estudada e deu-se a partir da aplicação de um questionário (apêndice A) contendo perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha que foi encaminhado aos gestores dos repositórios institucionais, via correio eletrônico.

O propósito do envio desse instrumento de pesquisa foi obter informações a respeito da característica do repositório; sua data de inauguração/disponibilização; número total de documentos depositados e de *downloads* realizados até aquela data; existência de políticas específicas (funcionamento, acesso, depósito, preservação ou outras) e sua disponibilização ou não no *site* do repositório; responsabilidade pela realização dos depósitos; e existência de uma política de depósito mandatória formalmente aprovada pela Instituição. Nos casos em que houvesse essa política aprovada também foi necessário responder questões sobre sua data de aprovação; disponibilidade no *site*; mensuração sobre aumento do número de depósitos e percentual de crescimento a partir de sua aprovação.

A escolha dos repositórios institucionais que receberam o questionário ocorreu de forma intencional e seguiu alguns critérios pré-estabelecidos, a saber: (i) constar no *Ranking*

*Web of World Repositories (Webometrics)*² do *Cybermetrics Lab*³ publicado em julho de 2013; (ii) ser um repositório institucional brasileiro; (iii) ser um repositório institucional universitário federal público; e/ou (iv) ser um repositório institucional de um instituto de pesquisa.

Considerando a lista divulgada pelo *ranking* Webometrics, edição de julho de 2013, foram classificadas 37 instituições brasileiras, conforme demonstra o quadro 1.

Quadro 1 - Ranking dos melhores repositórios institucionais brasileiros

POSIÇÃO NACIONAL	POSIÇÃO MUNDIAL	TÍTULO DO REPOSITÓRIO	SIGLA
1	21	Repositório Digital Universidade Federal do Rio Grande do Sul LUME	UFRGS
2	95	Universidade de São Paulo Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	USP
3	157	Universidade Federal do Parana Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	UFPR
4	190	Repositório Institucional Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC
5	271	Maxwell Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-RIO
6	273	Biblioteca Digital da UNICAMP Universidade de Campinas	UNICAMP
7	315	Biblioteca Digital de Monografias de Graduação e Especialização Universidade de Brasília	UnB
8	396	Alice Repository Open Access to Scientific Information Embrapa	EMBRAPA
9	434	Universidade Federal da Bahia Repositorio Institucional	UFBA
10	577	Universidade de Brasília Repository	UnB
11	652	Repositorio Institucional Universidade Federal do Ceará	UFCE
12	690	Repositório Institucional Centro Universitário de Brasília	Uniceub
13	723	Repositório Acadêmico de Biblioteconomia e Ciência da Informação RABCI	RABCI

(Cont.)

² <<http://repositories.webometrics.info/en>>

³ Grupo de pesquisa do *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (CSIC) da Espanha, cujo objetivo é classificar os repositórios de universidades e institutos de pesquisa de todo o mundo de acordo com critérios pré-estabelecidos.

POSIÇÃO NACIONAL	POSIÇÃO MUNDIAL	TÍTULO DO REPOSITÓRIO	SIGLA
14	767	Repositorio Institucional Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ
15	802	Repositório Institucional Universidade Federal do Rio Grande	FURG
16	804	Acervo Digital da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP
17	827	Repositório Institucional Universidade Federal do Pará	UFPA
18	1036	CBPF Index Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	CBPF
19	1087	Biblioteca Digital da Produção Intelectual da Universidade de São Paulo	USP
20	1090	Biblioteca Virtual Sobre Corrupção	CGU
21	1159	Repositório Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG
22	1172	Repositório Institucional Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN
23	1176	Repositório Institucional Rede CEDES	UFSC
24	1184	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Maranhão	UFMA
25	1245	Repositório Digital Universidade Municipal de São Caetano do Sul	USCS
26	1277	Repositório Institucional Universidade Tecnológica Federal do Paraná RIUT	UTFPR
27	1292	Repositório de Outras Coleções Abertas Universidade Tecnológica Federal do Paraná ROCA	UTFPR
28	1294	Repositório Institucional Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	CTI
29	1354	Repositório de Publicações Científicas da Universidade Federal do Maranhão	UFMA
30	1355	Repositorio Institucional Instituto Nacional de Tecnologia	INT
31	1359	Repositório Institucional Digital Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	IBICT
32	1373	Produção Científica da Universidade Estadual de Londrina	UEL
33	1433	Repositório Institucional Universidade Federal de Goiás	UFGO

(Cont.)

POSIÇÃO NACIONAL	POSIÇÃO MUNDIAL	TÍTULO DO REPOSITÓRIO	SIGLA
34	1458	Institutional Repository University of the Jequitinhonha and Mucuri	UFVJM
35	1482	Repositório Institucional Universidade Federal do Espírito Santo	UFES
36	1503	Repositório Institucional Universidade Federal de Sergipe	UFSE
37	1589	Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Maringá	UEM

Fonte: Adaptado de *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (2013).

Observando a relação de repositórios institucionais constantes no Ranking e aplicando os critérios de seleção previamente traçados, foram eleitas 20 iniciativas desse universo de 37 experiências brasileiras, o que representa 54,05% do total da população para o recebimento do questionário, como dispõe o quadro 2.

Quadro 2 - Seleção de repositórios institucionais para recebimento do questionário

	TÍTULO DO REPOSITÓRIO	SIGLA
1	Repositório Digital Universidade Federal do Rio Grande do Sul LUME	UFRGS
2	Repositório Institucional Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC
3	Alice Repository Open Access to Scientific Information Embrapa	EMBRAPA
4	Universidade Federal da Bahia Repositorio Institucional	UFBA
5	Universidade de Brasília Repository	UnB
6	Repositorio Institucional Universidade Federal do Ceará	UFCE
7	Repositorio Institucional Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ
8	Repositório Institucional Universidade Federal do Rio Grande	FURG
9	Repositório Institucional Universidade Federal do Pará	UFPA
10	CBPF Index Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	CBPF
11	Biblioteca Digital da Produção Intelectual da Universidade de São Paulo	USP
12	Repositório Institucional Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN
13	Repositório Institucional Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	CTI
14	Repositório de Publicações Científicas da Universidade Federal do Maranhão	UFMA

(Cont.)

TÍTULO DO REPOSITÓRIO		SIGLA
15	Repositorio Institucional Instituto Nacional de Tecnologia	INT
16	Repositório Institucional Digital Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	IBICT
17	Repositório Institucional Universidade Federal de Goiás	UFGO
18	Institutional Repository University of the Jequitinhonha and Mucuri	UFVJM
19	Repositório Institucional Universidade Federal do Espírito Santo	UFES
20	Repositório Institucional Universidade Federal de Sergipe	UFSE

Fonte: O autor (2014).

A aplicação do questionário ocorreu no período de 16/12/2013 a 16/01/2014 e dos vinte questionários enviados obteve-se nove respostas, sendo sete delas de repositórios institucionais universitários e duas de institutos de pesquisa, representando 45% de retorno. Desse resultado, cinco (55,55%) iniciativas responderam afirmativamente a questão sobre a existência de uma política de depósito mandatória formalmente aprovada pela Instituição, condição *sine qua non* para a participação nessa pesquisa.

Embora o número de respostas positivas seja significativo, cabe esclarecer que: (1) três repositórios institucionais universitários responderam positivamente sobre a aprovação da política e disponibilizam em seus respectivos *sites* o referido mandato; (2) um repositório institucional universitário também respondeu afirmativamente a respeito da política, mas explicou que, na verdade, a aprovação se referia ao termo de autorização para disponibilização e licenciamento de obras no repositório; e (3) um instituto de pesquisa a despeito de ter respondido que já estava institucionalizado a necessidade de se depositar a produção de seus membros no repositório, não havia um documento formal instituído.

Nesse cenário, elegeu-se, por meio do questionário, apenas três repositórios institucionais universitários federais brasileiros como amostras para esse estudo de casos múltiplos, a saber: (i) Repositório Institucional da Universidade de Brasília, o RIUnB; (ii) Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe, o RIUFS; e (iii) Biblioteca Digital da Produção Intelectual da Universidade de São Paulo, a BDPI.

Contudo, considerando que essa amostragem poderia não ser representativa a ponto de proporcionar um resultado mais consistente e aliado ao fato de que dois repositórios institucionais, dos nove respondentes, responderam negativamente a questão sobre a aprovação de uma política de depósito mandatória, embora disponibilizassem esse documento

em seus *sites*, resolve-se verificar também os sítios das demais iniciativas arroladas no quadro 2, a fim de verificar a presença ou não de mandatos. Sendo assim, a partir dessa averiguação, identificou-se que outras duas experiências também detinham uma política de depósito mandatória.

Desse modo, optou-se por incluir e também avaliar as políticas desses outros quatro repositórios institucionais, a saber: (i) Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia, o RIUFBA; (ii) Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará, o RIUFC; (iii) Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o RIUFRN; e (iv) Repositório Institucional da Universidade Federal Rio Grande do Sul, o LUME.

Nesse cenário, as sete unidades-casos foram selecionadas de acordo com duas estratégias distintas (questionário e pesquisa documental) formando dois grupos de casos. O primeiro grupo refere-se aos três repositórios institucionais cujos gestores retornaram o questionário respondendo positivamente as questões sobre a existência de uma política de depósito mandatória e que ela foi aprovada formalmente pela Instituição. Já o segundo grupo é constituído por aqueles cujos gestores retornaram o questionário respondendo negativamente a presença de uma política de depósito mandatória, embora o repositório disponibilize em seu *site* um ato que a institui e ainda por aqueles que não responderam a pesquisa, mas que também possuem esse documento em sua página na internet.

Ressalta-se que a escolha por repositórios institucionais universitários em detrimento aos repositórios de institutos de pesquisas, deu-se única e exclusivamente porque das instituições consultadas, apenas duas deram retorno, sendo que uma respondeu que não possuía política de depósito mandatória aprovada e a outra não tinha um mandato efetivamente aprovado, conforme já descrito anteriormente. Quanto às demais, não foi localizado em seus *sites* o referido documento ou ele estava com o acesso bloqueado ou ainda a própria *home page* do repositório institucional não foi localizada.

Com a identificação das unidades-caso estudadas, a quinta etapa da pesquisa compreendeu novamente a técnica de análise de conteúdo em cada uma das políticas de depósito mandatórias das iniciativas selecionadas, a fim de *verificar a presença de elementos da política de desenvolvimento de coleções nas políticas de depósito mandatórias e nos documentos correlatos de sete repositórios institucionais universitários brasileiros selecionados como estudos de casos* (objetivo 3).

O objetivo do uso da técnica de análise de conteúdo foi efetuar “a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2012, p. 84). Trata-se de uma

investigação do conteúdo latente de cada documento analisado, identificando e descrevendo os elementos de desenvolvimento de coleções neles presentes com base no quadro de categorias de análise.

Nessa etapa de análise das políticas dos repositórios institucionais foram seguidas as fases descritas por Bardin (2009, p. 121) sob o qual se organizam em torno de três polos cronológicos: (i) a pré-análise; (ii) a exploração do material; e (iii) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A sexta etapa do trabalho também se constituiu de um estudo comparativo com a finalidade de *comparar a aplicabilidade dos elementos identificados na literatura e nos padrões internacionais com a prática nos repositórios institucionais universitários brasileiros escolhidos, analisando a correspondência de princípios consagrados de uma política tradicional com as políticas de depósito desses repositórios institucionais* (objetivo 4). A finalidade desse método foi apontar os aspectos comuns e incomuns no que diz respeito às políticas de depósito mandatórias dos distintos repositórios selecionados para esse estudo.

Finalmente, mediante o auxílio novamente do método comparativo e de posse da síntese dos resultados da coleta de dados, na sétima e última etapa almejou-se *propor um conjunto de diretrizes básicas necessárias para a construção de uma política de depósito mandatória para repositórios institucionais universitários brasileiros que contemplem elementos da política de desenvolvimento de coleções digitais, a fim de promover a via verde, com base nos dados coletados durante a pesquisa* (objetivo 5).

Diante do exposto e considerando a interdependência de alguns métodos de pesquisa e técnicas de coleta e análise de dados utilizados para a realização das etapas dessa pesquisa, busca-se ilustrar, por meio do quadro 3, essas relações para um melhor entendimento das estratégias metodológicas empregadas.

Quadro 3 – Relação entre métodos e técnicas de pesquisa com as etapas do trabalho

ETAPA DA PESQUISA	MÉTODO	TÉCNICA (COLETA OU ANÁLISE)	OBJETIVO ESPECÍFICO
Etapa 1: revisão de literatura	-	- Levantamento bibliográfico / Revisão sistemática da literatura	1 – identificar na literatura princípios gerais e específicos de desenvolvimento de coleções para repositórios institucionais;

(Cont.)

ETAPA DA PESQUISA	MÉTODO	TÉCNICA (COLETA OU ANÁLISE)	OBJETIVO ESPECÍFICO
Etapa 2: identificação dos elementos de desenvolvimento de coleções nos documentos	-	- Pesquisa documental / Análise de conteúdo	2 - identificar elementos de desenvolvimento de coleções em padrões internacionais para repositórios institucionais, em especial, em sua política de depósito mandatória;
Etapa 3: elaboração do instrumento de pesquisa	-	- Levantamento bibliográfico; - Pesquisa documental / Análise de conteúdo; - Estudo comparativo	-
Etapa 4: seleção da amostra estudada	-	- Questionário	-
Etapa 5: análise das políticas e descrição dos dados	-	- Análise de conteúdo	3 - verificar a presença de elementos da política de desenvolvimento de coleções nas políticas de depósito mandatórias e nos documentos correlatos de sete repositórios institucionais universitários brasileiros selecionados como estudos de casos;
Etapa 6: análise e comparação dos resultados	- Estudo comparativo		4 - comparar a aplicabilidade dos elementos identificados na literatura e nos padrões internacionais com a prática nos repositórios institucionais universitários brasileiros escolhidos, analisando a correspondência de princípios consagrados de uma política tradicional com as políticas de depósito desses repositórios institucionais;
Etapa 7: proposta de um conjunto de diretrizes	- Estudo comparativo		5 - propor um conjunto de diretrizes básicas necessárias para a construção de uma política de depósito mandatória para repositórios institucionais universitários brasileiros que contemplem elementos da política de desenvolvimento de coleções digitais, a fim de promover a via verde, com base nos dados coletados durante a pesquisa.

Fonte: o autor (2014).

3 MARCO TEÓRICO

É escopo dessa seção apresentar o referencial teórico da pesquisa, destacando os conceitos-chaves que a permeiam, a fim de servir de base para fundamentar a análise e interpretação dos dados coletados e atingir os objetivos propostos.

3.1 CENÁRIO DA COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO MUNDO

A comunicação dos resultados de uma pesquisa por meio dos canais legitimados pela ciência é uma etapa do complexo sistema de comunicação científica e é tão importante para o pesquisador e para os seus pares quanto a ideia que lhe originou, uma vez que a disseminação e o acesso aos registros do conhecimento estão intimamente vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico de um país.

A esse respeito, Ziman (1979, p. 116) destaca que

a forma pela qual a investigação é apresentada à comunidade científica, o trabalho escrito em que são comunicados pela primeira vez os resultados, as críticas subsequentes, as citações de outros autores, o lugar em que o trabalho irá afinal ocupar na mente das gerações futuras – tudo isso constitui uma parte tão importante de sua vida quanto o germe da ideia que deu origem a tudo ou a aparelhagem altamente especializada na qual foi testada e aprovada a hipótese.

Assim, observa-se que a disseminação de um trabalho por parte do cientista é tão fundamental quanto a própria pesquisa em si, no sentido em que ao disseminá-lo, está se submetendo a um julgamento pelos seus pares, a fim de obter consenso e legitimidade deste conhecimento como científico.

Além disso, essa comunicação cumpre a função básica de alimentar o ciclo da pesquisa científica e proporciona aos pesquisadores acesso às novas publicações, assimilando outros conhecimentos ao mesmo tempo em que pode suscitar ideias que servirão de ponto de partida para outras investigações que corroboram ou refutam os resultados anteriormente divulgados. Então, trata-se de um processo cíclico de recepção e transmissão de informações.

Nessa mesma linha de pensamento, Meadows (1999, p. vii) sintetiza que

a comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isso exige, necessariamente, que seja comunicada.

É essa ideia de circulação que possibilita a troca de informações entre os membros da comunidade científica e, por meio de esforços individuais ou coletivos de pesquisadores,

garante-se a transmissão de informação para os cientistas que os sucederão, bem como proporciona seu registro aos seus predecessores.

Desse modo, não é possível pensar em ciência de forma dissociada do sistema de comunicação científica, uma vez que uma informação só é legitimada pela sociedade após ser divulgada, analisada e comprovada pela comunidade científica daquela área de conhecimento, o que lhe assegura seu registro, recuperação e preservação histórica.

Nesse cenário, o periódico científico, surgido na Europa na segunda metade do século XVII, cumpriu esse papel de veículo de disseminação dos resultados das pesquisas e consolidou-se como o principal produto do sistema de comunicação científica, já que “surgiu da necessidade genuína de trocas de experiências científicas dos cientistas desde os tempos modernos da história universal” (WEITZEL, 2006a, p. 52).

Por possuir caráter de publicação regular, o periódico foi "primordial na constituição de uma ciência oficial, validada, identificada, verdadeiro capital científico de referência, sobre a qual se apoiam as pesquisas subsequentes" (KURAMOTO, 2008, p. 863), tornando-se um marco para a comunicação científica. Assim, foi praticado por mais de três séculos e fomentou o ciclo produtivo da comunicação da ciência, desempenhando papel fundamental na disseminação da literatura técnico-científica, uma vez que proporcionavam

uma divulgação rápida e garantida dos resultados de um grande número de pesquisas que, se tomadas separadamente, não teriam grande significação, mas que ao se concatenarem umas com as outras estimulam novos trabalhos, formando o grosso das pequenas e minuciosas observações sobre as quais se alicerçam os grandes avanços científicos (ZIMAN, 1979, p. 118).

Entretanto, a partir do século XX, quando ocorreu a chamada 'Crise dos Periódicos', em meados dos anos 1980, esse paradigma começou a ser questionado diante da

impossibilidade de as bibliotecas universitárias e de pesquisas americanas continuarem a manter suas coleções de periódicos e a corresponder a uma crescente demanda de seus usuários, impossibilidade decorrente da falta de financiamento para a conta apresentada pelas editoras, cada ano mais alta, mais alta mesmo que a inflação e outros índices que medem a economia (MUELLER, 2006, p. 31).

Com a Explosão Bibliográfica, cujo marco se deu a partir da Segunda Guerra, a produção editorial cresceu consideravelmente impulsionada pela corrida pelo conhecimento e os periódicos não ficaram ausentes a esse fenômeno, culminando com a proliferação de novos títulos diariamente. Já as bibliotecas se depararam com a necessidade de assinar um volume cada vez maior desses títulos, a fim de suprir as exigências de seus usuários e ainda de realizar um melhor controle bibliográfico.

Nesse contexto e percebendo a importância que o periódico assumiu no sistema de comunicação científica, o americano Eugene Garfield desenvolveu, nos anos 1960, uma base de referência de acordo com a medição do fator de impacto do periódico, que é sua medida de penetração e visibilidade, no qual os títulos eram classificados segundo alguns parâmetros. Essa base ficou conhecida como *Science Citation Index* (SCI) e conforme explica Kuramoto (2008, p. 864),

nos anos 60, outro ator interveio no cenário da publicação científica: o Institute for Scientific Information [ISI], criado pelo americano Eugene Garfield, que teve a idéia de analisar as citações bibliográficas presentes nos artigos de revistas convenientemente escolhidas e de definir uma base de referência: o Science Citation Index [SCI], referência mundial que define as métricas para classificação das revistas segundo o seu fator de impacto.

O ISI classificava os periódicos medindo a relação de citações bibliográficas de trabalhos publicados em uma revista específica no ano corrente em razão de artigos publicados em um período de dois anos na mesma publicação. O cálculo, utilizando técnicas bibliométricas, define o fator de impacto do periódico⁴ (*Journal Citation Reports*, 1998 apud STREHL, 2005, p. 20). Assim, com essa iniciativa os periódicos eram categorizados em 'indexados' ou 'não indexados' no SCI (e entre os indexados havia um *ranking* de acordo com o maior fator de impacto), o que resultava em um número maior de citações daqueles constantes da base de referência.

Foi no início da década de 60 que, na prática, o FI [fator de impacto] foi utilizado como instrumento de avaliação de qualidade das publicações. Garfield e Irving H. Sher (1963) criaram naquele período o *Journal Impact Factor*, com o objetivo de desenvolver um método de seleção dos periódicos a serem indexados no então recém-publicado *Science Citation Index* (SCI) (STREHL, 2005, p. 20, grifo da autora).

Com a difusão do fator de impacto e de sua legitimação pela comunidade científica, fortaleceu-se a tendência de pesquisadores de todo o mundo buscarem publicar apenas nos periódicos indexados no SCI, nos quais trariam maior prestígio e notoriedade aos seus trabalhos. As bibliotecas também passaram a selecionar títulos referenciados nessa publicação e a alocar seus recursos na manutenção dessas coleções e as agências de fomento a avaliar concessões de financiamentos de pesquisas considerando a publicação do pesquisador em revistas indexadas (STREHL, 2005, p. 20; KURAMOTO, 2006, p. 92).

Nessa nova dinâmica, Kuramoto (2006, p. 92; 2008, p. 864) ressalta que os editores ou *publishers*, observando a evolução das medidas de impacto, a valorização e a demanda de

⁴ Para efeito desse trabalho indica-se apenas o papel do SCI no contexto da pesquisa, sem, contudo, aprofundar os estudos sobre o tema por não se configurar objetivo dessa pesquisa.

certos periódicos a partir da iniciativa do SCI, promoveram uma alta substancial das assinaturas de suas revistas. Desse modo, diante dos custos vultosos das assinaturas e da falta de financiamentos, já não era mais possível para as bibliotecas, intermediárias no ciclo da comunicação científica, manterem tais coleções, o que ocasionou a redução de acesso às matérias-primas dos pesquisadores. Então, esse modelo começou a ser questionado porque

se tornou um negócio mais lucrativo para as editoras que para a comunidade científica, uma vez que os pesquisadores são dependentes do acesso à produção científica para a promoção do desenvolvimento científico ou para cumprir os requisitos da atividade científica (WEITZEL, 2006b, p. 319).

Essa atitude por parte dos editores gerou inquietações nos atores envolvidos no sistema de comunicação científica (autores, universidades, institutos de pesquisas, agências de fomento etc) porque os resultados das pesquisas deveriam ser livremente acessados, uma vez que "a informação científica e técnica é, fundamentalmente, um bem público global, que deve estar livremente disponível para o benefício de todos" (ALBERTS, 2002 apud COSTA, 2005, p. 174).

Contudo, na prática, o acesso é dificultado e requer o pagamento de assinaturas das publicações. Trata-se de uma situação paradoxal, no que tange aos recursos públicos, pois o Estado financia o desenvolvimento e a divulgação das pesquisas dos cientistas por meio das agências de fomento e, posteriormente, para se ter acesso a sua produção, o pesquisador necessita pagar pela assinatura da revista ou recorrer às coleções das bibliotecas, nas quais também são adquiridas por elevados custos com dinheiro público (KURAMOTO, 2006, p. 92; MUELLER, 2006, p. 33).

Mediante ao exposto, observa-se que estudos têm demonstrado que

[...] o dinheiro público é usado em três fases do processo de publicação: para financiar o projeto de pesquisa; para pagar os salários dos pesquisadores que realizam revisão por pares sem nenhum pagamento extra; e para financiar as aquisições de publicações científicas pelas bibliotecas (HOUSE OF COMMONS, 2004, p. 37).

Além dos fatores já citados, outros aspectos do tradicional modelo de comunicação da ciência apoiados nos periódicos também começaram a ser questionados pela comunidade científica.

Mueller (2003, p. 76) elenca cinco problemas, a saber: (i) demora na publicação do artigo que, às vezes, chega a ser de um ano após o recebimento do original pelo editor; (ii) custos altos de aquisição e manutenção de coleções atualizadas; (iii) rigidez do formato impresso em papel, quando se compara com a versatilidade dos formatos eletrônicos; (iv) dificuldade, para o pesquisador, em saber o que de seu interesse está sendo publicado, pois

são muitos os periódicos e pouco eficientes os instrumentos de identificação e busca; e (v) dificuldade, para o pesquisador, em ter acesso a artigos que lhe interessam, pois mesmo sabendo que um novo artigo de seu interesse foi publicado, nem sempre sua biblioteca assina o periódico que o publicou ou consegue obter uma cópia desse artigo com a rapidez suficiente.

Essas deficiências do tradicional sistema de comunicação científica, alicerçado no periódico científico, proporcionou um descontentamento por parte da comunidade científica por já não corresponder aos ideais de disseminação dos resultados das pesquisas, de custos e acesso, já que

a ciência não pode avançar sem mecanismos eficientes de comunicação científica que integrem em um ciclo a produção de conhecimento, o registro dos resultados, a coleta e estocagem destes registros, a disseminação dos resultados e o reuso, tanto em atividades produtivas quanto como fonte para gerar novos conhecimentos (MARCONDES; SAYÃO, 2002, p. 44).

De fato, esse modelo de negócio acabou sendo mais rentável para os editores comerciais, tornando-os os maiores beneficiários nesse processo. Sendo assim, essa lógica sustentada pelas assinaturas de periódicos, começou a ser contestada, pois

ao contrário dos autores de livros e artigos de revista [magazines], que escrevem para explorarem direitos ou por honorários, os autores de artigos de periódicos revisados por pares escrevem apenas pelo 'impacto da pesquisa'. Para ser citados e tomar parte na construção da pesquisa de outros pesquisadores, seus resultados têm de ser acessíveis para seus usuários potenciais. Do ponto de vista dos autores, o acesso pago aos seus resultados é tão contraproducente como o acesso pago a anúncios comerciais (HARNAD, 2001, tradução nossa).

Diante do cenário descrito, a comunidade acadêmica começou a buscar alternativas que atendessem as suas demandas e propiciasse a contínua troca de informações, minimizando os custos excessivos e reduzindo os obstáculos de acesso.

Assim, diversas alternativas foram testadas, mas não lograram êxito como os periódicos científicos. Entretanto, com o advento da internet, em fins dos anos 1980, e posteriormente com o desenvolvimento das TICs, a comunidade científica vislumbrou novas possibilidades ao tradicional sistema de comunicação, percebendo que “era possível publicar na Internet, a um custo mínimo, com um alcance mundial e com uma rapidez entre a submissão do artigo e sua publicação consideravelmente maior” (SAYÃO; MARCONDES, 2009a, p. 14).

Essas inovações tecnológicas provocaram transformações em vários campos e, no âmbito da comunicação científica, propiciaram uma significativa reestruturação do fluxo e do processo da comunicação científica, “modificando o modo como os cientistas disseminam

informação a respeito de seus trabalhos, tanto na comunidade científica quanto para o público em geral" (COSTA, 1996).

Além disso, possibilitaram a criação de canais alternativos para que a informação científica, considerada o “insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país” (KURAMOTO, 2006), fosse comunicada mais rapidamente pelos canais de divulgação, reduzindo o *gap* entre o momento do seu registro e seu acesso por parte da comunidade científica, promovendo o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Sobre isso, Meadows (1999, p. 113) já preconizava que

uma das propriedades mais amplamente reconhecidas da comunicação por meio de redes eletrônicas é a tendência a igualar as diferenças entre distintos níveis de usuários [...]. Ao mesmo tempo, a transmissão por meio de redes pode tornar o conhecimento científico disponível para um público muito maior e de modo mais rápido do que pelos canais tradicionais.

Nesse sentido, verificou que o uso de microcomputadores e da internet afetaram e ampliaram os próprios canais de comunicação informal, em especial os colégios invisíveis e ainda alteraram os padrões de relações entre os cientistas, permitindo que eles tivessem acesso a uma imensa gama de informações disponíveis na rede, além de possibilitar conversas em duplas ou grupos de cientistas geograficamente dispersos por meio de *e-mails*, listas de discussões, *chats* etc em tempo real.

Mueller (1994, p. 309) acrescenta que a "edição de trabalhos, acabados ou não, e a sua distribuição, mediante as várias possibilidades que o meio eletrônico oferece, são tão fáceis que podem tornar cada usuário um editor e distribuidor". Percebe-se que, com o desenvolvimento das TICs, as funções anteriormente estabelecidas e a linha tênue de separação entre autores, editores, avaliadores etc já não estavam tão delimitadas como antes e os seus papéis tornaram-se híbridos. No que concerne às bibliotecas, suas atividades de registro, seleção, aquisição, descrição, armazenamento, disseminação e preservação também sofreram profundas alterações com as possibilidades inovadoras que as TICs oferecem, tornando essas tarefas mais integradas entre si.

De fato, a internet criou outras possibilidades para o fluxo da informação diferentemente daquelas descritas no famoso modelo esquematizado proposto por Garvey e Griffith (1979). Nesse modelo tradicional, o fluxo da informação científica segue uma linearidade e era

[representado] progredindo passo a passo, desde o início da pesquisa, passando por diversas instâncias de comunicação informal e semiformal, pelo ponto culminante de sua publicação em um periódico, e continuando sua trajetória posterior em *abstracts*, índices e *annual reviews*, citações em outros trabalhos e, finalmente, com a inclusão dos conteúdos em tratados (MUELLER, 1994, p. 313, grifo da autora).

As etapas desse fluxo clássico, conforme Castro (2006, p. 58) eram "sucessivas e dependentes entre si, com longos períodos de tempo entre cada instância [...]". Nesse processo, os diversos atores eram independentes e não estavam conectados entre si. Com a internet, esse paradigma se modificou porque

a linearidade e a seqüencialidade, inerentes ao modelo tradicional, foram substituídas por um fluxo de comunicação ágil, rápido, dinâmico e, por vezes, interativo, desenvolvido no espaço virtual criado pela Internet. O novo fluxo permite a convergência entre autores, revisores e editores (produtores da informação), bibliotecas e centros de informação (intermediários) e usuários (leitores e pesquisadores) e estimula o compartilhamento de idéias e experiências. A comunicação se dá por meio de mensagens e arquivos digitais transferidos automaticamente de uma etapa a outra, que podem estar visíveis e acessíveis a vários desses atores simultaneamente, independentemente de distâncias físicas (CASTRO, 2006, p. 60).

Essa evolução da comunicação científica na chamada era eletrônica, segundo Castro (2006, p. 60), configurou-se mais do que uma simples publicação eletrônica de documentos. Ela incluiu uma mudança de comportamento da própria comunidade científica e como ela se relacionava com a sociedade. Tratou-se de uma quebra de paradigmas.

Foi nesse bojo que nasceram os periódicos eletrônicos, na década de 1990, a partir de uma transformação das publicações impressas em eletrônicas, além da incorporação de novos recursos como o hipertexto e posteriormente de multimídias (WEITZEL, 2006b, p. 18).

A mudança na natureza do periódico, conforme Mueller (2006, p. 27), trouxe esperanças aos pesquisadores de que poderia haver uma radical transformação no sistema tradicional de comunicação científica, no qual todo o conhecimento estaria disponível universalmente e livre de barreiras tão logo fosse aprovado pelos editores.

No entanto, Mueller (2003, p. 83) observou que a grande maioria dos periódicos científicos eletrônicos era muito semelhante ao sistema tradicional impresso tanto em aparência quanto na periodicidade. Na prática, notou-se que a versão eletrônica era uma cópia digital do artigo impresso, constituindo-se apenas mais um desafio para o uso de todas as potencialidades e interatividades que o meio eletrônico permitia.

Assim, é mister destacar que essa alteração na natureza do periódico encontrou resistência por parte da comunidade científica, no que tange à confiabilidade e acesso e alguns desafios necessitam ser superados. O maior deles talvez seja quanto ao sistema avaliativo (MUELLER, 2003, p. 84).

A avaliação pelos pares é uma atividade inerente ao sistema de comunicação científica, sendo a responsável por dar legitimidade aos resultados de uma pesquisa. Para Ziman (1979, p. 124)

um artigo publicado numa revista conceituada não representa apenas a opinião do autor; leva também o selo da autenticidade científica através do *imprimatur* dado pelo editor e os examinadores que ele possa ter consultado.

Contudo, Harnad ([199-?] apud COSTA, 1996) ressalta que esse método não é perfeito e assim “como a democracia, o sistema tem imperfeições, mas não há alternativas viáveis nem para o meio impresso nem para o meio eletrônico.”

Nesse tocante, Correia (2001 apud FERREIRA; MODESTO; WEITZEL, 2003) destaca que o processo de revisão por pares vem sofrendo críticas por parte da comunidade científica e dentre elas cita: (i) a insatisfação com relação à falta de agilidade e velocidade no processo; (ii) o excesso de rigidez no processo funciona mais como 'repressor' ou mesmo 'supressor' do aparecimento de novas ideias que a seu fomento; e (iii) o favorecimento de publicação de artigos de autores inseridos em instituições prestigiadas, preterindo o restante originando atrasos indesejáveis, na publicação de resultados de investigação originais. Outros dois fatores também são listados por Buck, Flagan e Coles (2002 apud FERREIRA; MODESTO; WEITZEL, 2003) e correspondem a: (iv) a falta de transparência dos critérios de julgamento; e (v) o fato da avaliação ser feita sempre por grupos restritos da comunidade.

Outro desafio destacado por Mueller (2003, p. 85) é quanto ao periódico ser utilizado como fonte de lucro e envolver interesse de grandes editoras.

Apesar das transformações ocasionadas pela internet e pelas TICs, os aspectos comerciais continuaram a existir e "as editoras, prevendo o futuro, estão investindo pesadamente na migração de seus títulos para o meio eletrônico mas, naturalmente, o acesso a eles será mediante pagamento" (MUELLER, 2003, p. 85). Na prática, as editoras passaram a cobrar por pacotes fechados de assinaturas que, muitas vezes, não satisfaziam integralmente às necessidades das bibliotecas, bem como de seus usuários por conter títulos não selecionados e/ou não demandados por eles.

A superação desses obstáculos não é tarefa fácil e nem a internet, nem as TICs isoladamente resolverão essas questões que também envolvem interesses distintos de autores, editores, comunidade científica, agências de fomento, instituições etc. Na verdade, essas inovações são apenas ferramentas que a sociedade se apropriou para tentar sanar os problemas inerentes ao periódico científico e, apesar de trazer benefícios para esse sistema, elas ocasionaram algumas preocupações, no que tange às funções desempenhadas pelos periódicos.

Autores como Mueller (1994, p. 315) e Stumpf (1996) alertam que as dificuldades trazidas pela difusão do periódico eletrônico podem se relacionar com o reconhecimento da

autoridade e prioridade, assim como a preservação dos documentos. Sendo assim, explicam que o reconhecimento refere-se ao fato do meio eletrônico propiciar interatividades e permitir alterações de conteúdo, tornando o texto cooperativo. Essas situações, conforme Stumpf (1996), modificam o conceito de autoria. Já a preocupação com a preservação relaciona-se à obsolescência das tecnologias (equipamentos e *softwares*) e a impossibilidade de se acessar os textos ao longo dos próximos anos, além de definir de quem será a competência pela tarefa de preservar essa produção.

Embora as tecnologias tenham favorecido novas formas de comunicações entre os cientistas, principalmente pelo intermédio dos canais informais, ampliando, sobretudo, as interações entre os pares e a expansão do horizonte das pesquisas por meio da redução de barreiras geográficas, faz-se necessário salientar que essência da comunicação científica manteve-se inalterada. Assim, "a rede não parece abalar 'os elementos básicos', nem a 'rigidez' da comunicação científica, tampouco a publicação de artigos" (ARCHAMBAULT, 1995 apud PINHEIRO; REBEL, 2003, p. 18).

Na verdade, as alternativas testadas pela comunidade científica como soluções aos meios tradicionais não buscavam alterar o *status quo* da comunicação científica, mas sim criar canais alternativos que propiciassem maior visibilidade de seus trabalhos através das publicações eletrônicas, a fim de que eles fossem citados por outros autores, já que "a citação é a medida clássica do prestígio e do valor de uma contribuição para a ciência em geral" (MARCONDES; SAYÃO, 2002, p. 45).

Desse modo, em função da importância da informação científica e do reconhecimento de que "o sistema de comunicação científica tradicional limita, mais do que expande, a disponibilidade e legibilidade da maior parte da pesquisa científica" (JOHNSON, 2002 apud MORENO; LEITE; MÁRDERO ARELLANO, 2006, p. 83), aliado às possibilidades que as TICs proporcionavam ao processo de comunicação científica, começaram a surgir na comunidade científica algumas iniciativas para combater os excessivos custos do acesso pago em prol do livre acesso à informação. Assim, foram criados subsídios e uma infraestrutura para disponibilizar e organizar a produção técnico-científica, de modo a torná-la acessível mais facilmente.

É nesse contexto que o movimento pelo acesso aberto ao conhecimento científico se estabeleceu, preconizando o acesso em linha ao texto completo de todos os artigos publicados em periódicos científicos avaliados pelos pares de forma imediata, permanente e livre (HARNAD, 2005).

3.2 A PROPOSTA DO ACESSO ABERTO PARA A PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Na Literatura há uma variedade de definições para o termo 'acesso aberto' (*open access*)⁵, mas destaca-se a definição da *Budapest Open Access Initiative* (BUDAPEST, 2002, tradução nossa) de que

acesso aberto para a literatura significa estar livremente disponível na Internet, permitindo qualquer usuário ler, descarregar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto completo dos artigos, bem como capturá-los para indexação, passá-los como dados para o software ou usá-los para qualquer outro propósito legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas ou outras além daquelas próprias e inseparáveis do acesso à Internet. A única restrição na reprodução e distribuição e a única função do *copyright* neste contexto deve ser o controle dos autores sobre a integridade de seus trabalhos e o direito de serem devidamente reconhecidos e citados.

Peter Suber (2003), um dos defensores dessa filosofia, sintetiza que o acesso aberto refere-se à acessibilidade ampla e irrestrita a conteúdos disponíveis em formato digital, no sentido em que se removem barreiras de preço (*pricing crises*) e de permissão (*permission crises*), tornando a literatura científica acessível com o mínimo de restrições de uso.

Trata-se de um movimento internacional, iniciado na década de 1990, em resposta às barreiras e dificuldades em acessar a informação científica produzida pela própria comunidade científica, por meio dos periódicos científicos, no qual trazem em seu bojo algumas circunstâncias que serviram para seu aparecimento. Dentre elas, Weitzel (2005) destacou:

(i) o ritmo acelerado do desenvolvimento das disciplinas provocou a necessidade crescente de se publicar de forma mais rápida que os mecanismos conhecidos no sistema de periódicos estabelecido poderia permitir; e (ii) o aumento dos preços das assinaturas de periódicos estagnou os orçamentos das bibliotecas universitárias e de pesquisa diminuindo a perspectiva de acesso à produção científica.

Nesse sentido, Baptista e outros (2007, p. 2) complementam que o acesso aberto surgiu como resultado

(1) de uma reação dos pesquisadores ao modelo de negócios de editoras comerciais de revistas científicas (e seus preços cada vez mais altos preços de assinatura); e da (2) crescente conscientização do aumento de impacto provocado pela disponibilização de documentos científicos livres de barreiras ao acesso.

Harnad (2001, tradução nossa), outro defensor do acesso aberto, analisa que

⁵ Não há consenso entre os autores a respeito da tradução do termo *Open Access* para 'acesso livre' ou 'acesso aberto'. Bailey Jr. (2005 apud GUÉDON, 2010, p. 21) destaca que o vocábulo 'aberto' relaciona-se "à opção de uso do conteúdo, respeitando os direitos autorais dos envolvidos". Já o 'livre' refere-se "ao modelo de negócio da revista gratuita". Sendo assim, para efeito dessa pesquisa, utilizou-se o termo 'acesso aberto', contudo ressalta-se que foi respeitada a escolha do termo usado por cada autor nas citações desse trabalho.

com a era online foi possível libertar a literatura desse impedimento indesejável. Autores precisam somente depositar seus artigos arbitrados em arquivos 'eprints' em suas próprias instituições; esses arquivos interoperáveis podem todos ser recolhidos em um arquivo global virtual, seus conteúdos completos livremente pesquisáveis e acessíveis online por todos.

A disponibilização dessa produção científica em acesso aberto origina alguns benefícios como "a maior visibilidade das pesquisas e sua utilização pelo maior número possível de interessados, o que promove, em última instância, o desenvolvimento da ciência" (BAPTISTA et al, 2007, p. 2) e "maximiza o acesso à pesquisa propriamente dita (LEITE, 2009, p. 16).

Em adição, Swan (2012, p. 29, tradução nossa) também detalha as principais vantagens do acesso aberto e dentre eles, destaca-se: (i) melhora a velocidade, eficiência e eficácia da pesquisa; (ii) permite pesquisas interdisciplinares; (iii) aumenta a visibilidade, uso e impacto da pesquisa; e (iv) permite que os profissionais, praticantes e comunidades de negócios, e o público interessado se beneficiem das pesquisas.

De fato, publicações em acesso aberto possibilitam não só o acesso e uso da informação pela comunidade científica, como também acelera o impacto dessas pesquisas, uma vez que os pesquisadores têm acesso (quase) imediato aos resultados dessas investigações. Esse impacto, segundo Costa (2008, p. 223) é "a moeda mais valiosa no mercado de ações da pesquisa, e o acesso aberto aumenta de modo exponencial esses indicadores."

Essa afirmação é reforçada em várias pesquisas sobre citação, dentre os quais se destaca o de Lawrence (2001 apud HARNAD et al, 2004, tradução nossa) que, em seu estudo comparativo realizado na área de Ciência da Computação, verificou o número de citações de artigos em acesso aberto e acesso pago. Nesse trabalho, ele concluiu que o volume de citações em artigos de acesso aberto foi três vezes maior do que aqueles disponíveis apenas por meio de pagamento, seja impresso ou eletrônico.

Nesse contexto, Brody e Harnad (2004 apud COSTA, 2005, p. 173, grifo do autor) observam que o impacto da pesquisa

(i) fornece a medida do **tamanho** da contribuição que a pesquisa dá a futuras pesquisas (publique ou pereça); (ii) gera futuros **financiamentos** de pesquisa; (iii) contribui para a **produtividade** da pesquisa e para o apoio financeiro da instituição do pesquisador; (iv) avança a **carreira** do pesquisador; e (v) promove o **progresso** da pesquisa.

Apesar de o acesso aberto possibilitar essa ampliação da visibilidade da literatura científica, que culmina com progressivo aumento de seu uso e, conseqüentemente, o seu

impacto, é mister frisar que os artigos com livre acesso não têm garantias de ser exponencialmente citados.

Sobre isso, Swan (2012, p. 29, tradução nossa) chama a atenção para o fato de que "nem todos os artigos [em acesso aberto] são dignos de ser citados em primeiro lugar, contudo muitas pessoas os leem". E completa que o que o acesso aberto faz é "maximizar o tamanho da audiência para que artigos que são dignos de serem citados tenham chances de serem vistos por aqueles que tenham razões para citá-los".

Nesse sentido, é importante ressaltar que o termo 'acesso aberto' não significa necessariamente que a literatura científica é totalmente livre de custos de publicação e que pode ser acessada imediatamente, mas que ela pode ser disponibilizada livremente na internet, às vezes após um prazo pré-determinado por cláusulas contratuais, sendo os direitos dos autores respeitados.

Sobre o custo de publicação, Targino (2007, p. 100) explica que os periódicos científicos de acesso aberto são de dois tipos: aqueles gratuitos tanto para o leitor quanto para o autor e que envolvem iniciativas não comerciais entre instituições acadêmicas e profissionais e aqueles gratuitos para o leitor, mas pagos pelo autor. Nesse segundo caso, a publicação nesses canais de comunicação é custeada ou pelos pesquisadores ou pelas instituições em que estão vinculados.

Quanto ao acesso imediato, cabe citar que há dois obstáculos. O primeiro se refere ao fato de que alguns editores comerciais estabelecem prazos para que os resultados das pesquisas sejam acessados livremente, caracterizando um acesso aberto postergado. Normalmente, esse período varia de seis a doze meses e a justificativa para essa atitude relaciona-se ao medo dos editores com a queda nas vendas (SWAN, 2012, p. 47, tradução nossa).

A esse respeito, Swan (2012, p. 47) explica que os autores depositam suas publicações após alguns meses quando, na verdade, o tempo natural é que o depósito do *pós-print* seja realizado no momento em que o trabalho está pronto para publicação, ou seja, depois que foi submetido, avaliado pelos pares e corrigido pelos autores.

Cabe ressaltar que a preocupação com os embargos de *pós-prints*, isto é, aquelas versões finais publicadas após revisão pelos pares e que já contenham as alterações sugeridas pelos pares e refletem os processos editoriais, em detrimento aos *pré-prints*, que são as versões preliminares dos artigos que não foram submetidos à revisão por pares ou não sofreram qualquer modificação editorial (RODRIGUES, 2004, p. 25; BAILEY Jr., 2006), pode se

justificar porque o Movimento do Acesso Aberto preconiza o acesso à produção publicada em canais formais, revisadas por pares, o que garante o controle de sua qualidade.

O segundo obstáculo para o acesso imediato relaciona-se ao embargo atribuído pelos próprios autores ou seus representantes que impedem o acesso ao produto da pesquisa tão logo ele seja publicado, sendo essa ação motivada por publicações com fins comerciais, passíveis de serem patenteadas, etc.

Embora esses dois impedimentos possam se enquadrar como desafios para o avanço do acesso aberto à produção científica mundial, outros obstáculos também precisam ser superados pela comunidade científica com a finalidade de obter sua legitimação, uma vez que “as discussões advindas do avanço do Movimento do Acesso Aberto (*Open Access* - OA) envolvem muitos atores diferentes, cada um com ponto de vista particular” (GUÉDON, 2010, p. 22).

Isso demonstra que apesar do acesso aberto ser considerado uma solução inovadora, ela igualmente envolve interesses distintos. De um lado estão os autores que, para ter seu trabalho publicado, à priori, pelo impacto e reconhecimento da pesquisa, cedem seus direitos autorais e patrimoniais às editoras. Do outro lado, estão as grandes editoras comerciais na busca por visibilidade, prestígio e retorno financeiro e com o poder de restringir o que é publicado ou acessado (por meio de embargos).

Além desses dois atores, ainda há os leitores que encontram diversas barreiras de acesso à informação e as agências de fomentos que financiam as pesquisas com recursos públicos e quando os seus resultados são publicados, ainda subsidiam as assinaturas por elevados preços, também com recursos do Governo.

Nesse contexto, o acesso aberto representa uma quebra de paradigma e um de seus desafios é alterar o sistema de comunicação científica de modo que ele funcione de forma mais equilibrada e igualitária. Trata-se de uma mudança política e econômica muito delicada e que envolve o aprimoramento e a reestruturação da infraestrutura de comunicação e produção científica, no qual requer legitimação e aceitação pela comunidade científica.

Embora essa transformação possa demorar a se consolidar amplamente, não se pode deixar de reconhecer que com o acesso aberto à literatura científica é factível “maximizar o impacto, minimizar a redundância e acelerar o progresso científico [...]” (LAWRENCE, 2001 apud COSTA, 2005, p. 174).

Nessa perspectiva, muitas iniciativas estão sendo criadas no sentido de disponibilizar os resultados de pesquisas de forma livre, com fins de possibilitar a difusão rápida e instantânea dessas informações, garantindo sua recuperação e visibilidade.

A primeira delas, registrada na literatura, foi o arXiv⁶, concebido em 1991 por Paul Ginsparg do Laboratório Nacional de Los Alamos, nos Estados Unidos (COSTA, 2005; KURAMOTO, 2006; HARNAD et al, 2004; TOMAÉL; SILVA, 2007). Ele tinha como área de concentração a Ciência da Computação, Física e Matemática e diante de sua aceitação e sucesso, logo foi seguida por outras.

Weitzel (2006b, p. 116) classifica esse período como Pré-OAI e destaca que, além da iniciativa pioneira do arXiv que inspirou a criação dos 'arquivos públicos digitais', houve um outro marco importante que se refere à militância da proposta subversiva de Stevan Harnad em difundir ideias sobre como alterar a cadeia de produção da literatura científica na Internet, convidando autores a publicar fora do eixo comercial, criando espaços alternativos para disponibilizar trabalhos sem que fosse cobrado pelo acesso.

O aumento significativo do número dessas iniciativas criou dificuldades de pesquisas aos usuários, uma vez que passaram a exigir conhecimento da área de conhecimento de cada uma das experiências antes de se efetuar uma busca. Isso fez com que começassem a surgir movimentos em prol de uma uniformização por meio da criação de padrões e protocolos para esses 'arquivos públicos digitais', de forma que eles fossem interoperáveis entre si, ou seja, "passíveis de serem consultados simultaneamente" (MARCONDES; SAYÃO, 2002, p. 46).

Assim, em outubro de 1999, foi realizada uma reunião em Santa Fé, a Convenção de Santa Fé, onde foram divulgadas “ações, requisitos, documentação, protocolos para constituição de repositórios digitais institucionais ou temáticos” (OPEN ARCHIVES INITIATIVE, 2000 apud WEITZEL, 2006).

Essa Convenção, primeira reunião de cunho político sobre acesso aberto, lançou a OAI, cuja missão é

desenvolver e promover padrões de interoperabilidade que visam facilitar a disseminação eficiente de conteúdo. A Iniciativa dos Arquivos Abertos tem suas raízes em um esforço para melhorar o acesso aos arquivos de e-prints, como meio de aumentar a disponibilidade da comunicação científica (OPEN ARCHIVES INITIATIVE).

A OAI foi uma iniciativa que se caracterizou por uma abordagem que contemplou meramente "a definição de aspectos técnicos e suportes organizacionais para a estrutura da comunicação científica aberta, no qual ambas as camadas, livres e comerciais podem ser estabelecidas" (VAN DE SOMPEL; LAGOZE, 2000, tradução nossa).

Assim, essa iniciativa estabeleceu componentes essenciais para o modelo dos Arquivos Abertos, a saber: (i) um mecanismo de submissão; (ii) um sistema de

⁶ <<http://arxiv.org/>>

armazenamento de longo prazo; (iii) uma política de gestão no que diz respeito à submissão de documentos e sua preservação; e (iv) interface aberta que permita terceiros coletar os metadados dos respectivos arquivos (VAN DE SOMPEL; LAGOZE, 2000; KURAMOTO, 2006, p. 94-95).

Ainda nessa Convenção, foi proposto um protocolo de comunicação que possibilitasse essa coleta de metadados nos arquivos abertos, o Protocolo OAI-PMH (*Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*). Esse modelo de protocolo juntamente com o padrão de metadados Dublin Core tornaram-se pré-requisitos básicos para a implantação de ferramentas segundo modelo do Arquivo Aberto. São eles que possibilitam um nível elevado de interoperabilidade entre os repositórios (KURAMOTO, 2006, p. 96; BAPTISTA et al, 2007, p. 10).

Além disso, conforme Kuramoto (2006, p. 94-95) e Baptista e outros (2007, p. 10) também foram definidos dois atores na Convenção: os provedores de dados e os provedores de serviços. Os provedores de dados são os próprios repositórios e os provedores de serviço são responsáveis por fazer a coleta dos metadados nos provedores de dados, proporcionando uma busca integrada.

Após o estabelecimento do modelo OAI, outros movimentos internacionais ganharam consistência para a construção de repositórios de forma que os resultados de pesquisas estivessem em acesso aberto. Dentre eles, destaca-se: a Declaração de Budapeste (*Budapest Open Access Initiative - BOAI*)⁷ de 2002, a Declaração de Bethesda (*Bethesda Statement on Open Access Publishing*)⁸ de 2003 e a Declaração de Berlim (*Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities*)⁹ de 2003.

A Declaração de Budapeste, resultado de uma reunião promovida pela *Open Society Institute* (OSI), em dezembro de 2001, caracterizou-se por uma abordagem mais filosófica, preocupando-se em definir o significado, as estratégias e o âmbito do acesso aberto. Foi a partir desse encontro que surgiu o Movimento do Acesso Aberto (*Open Access Movement*) que "tem sido caracterizado por um objetivo comum, a saber: tornar em acesso livre os artigos científicos revisados por pares" (GUÉDON, 2004, p. 326).

É importante esclarecer que, de acordo com Weitzel (2005, p. 11; 2006b, p. 110), a OAI e o Movimento do Acesso Aberto são movimentos distintos, embora anseiem o acesso aberto à produção científica. O primeiro surgiu na Convenção de Santa Fé em 1999 e o

⁷ <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/>>

⁸ <<http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm#definition>>

⁹ <<http://oa.mpg.de/berlin-prozess/berliner-erklarung/>>

segundo com a Declaração de Budapeste em 2002. Segundo a autora, "é possível que a OAI tenha contribuído para a organização do Movimento de Livre Acesso" (WEITZEL, 2006b, p. 110).

A fim de implantar o acesso aberto à informação científica, a BOAI estabeleceu duas estratégias primárias: a via verde (*green road*) e a via dourada (*golden road*).

A primeira refere-se a uma permissão – um sinal verde – por parte dos editores para que os autores possam armazenar seus artigos já publicados ou aceitos para publicação em repositórios de acesso aberto. Esta via também é conhecida como autoarquivamento. Já a segunda compreende os periódicos eletrônicos de acesso aberto, ou seja, o acesso aberto ao conteúdo dos periódicos é garantido pelos próprios editores (BAILEY Jr., 2006, tradução nossa).

A consolidação da via dourada constitui um desafio e só se cumprirá se "os editores de periódicos aderirem à filosofia do livre acesso" (SAYÃO; MARCONDES, 2009a, p. 17). Isso porque ela se propõe a alterar o modelo de negócios praticados pelos editores comerciais há muito tempo, já que advoga "a criação de títulos de OA [acesso aberto] ou a transformação dos existentes em revistas de OA" (GUÉDON, 2010, p. 47), a fim de superar as barreiras de acesso e uso.

É evidente que, na prática, essa estratégia apenas transfere os obstáculos de um ator para outro, uma vez que os custos de produção dos títulos que eram repassados anteriormente aos leitores ou bibliotecas, por meio das assinaturas das revistas científicas, agora são cobrados dos autores e/ou subsidiados com recursos públicos.

Sobre isso, Rodrigues (2005, p. 22) alerta que as revistas de acesso aberto, por meio da via dourada,

não usam os direitos de autor (*copyright*) para restringir o acesso e o uso do material que publicam e não cobram assinatura nem taxas de acesso (à versão *online*), e usam outros métodos (por exemplo, pagamento da versão impressa, taxas de publicação, etc.) para cobrir suas despesas.

Sendo assim, essa ideia de transformar títulos existentes em acesso aberto ou criá-los segundo essa perspectiva é uma proposta muito desafiadora porque envolve interesses comerciais, além de obtenção de lucro e rentabilidade por parte das editoras comerciais.

No entanto, Guédon (2010, p. 54) analisa que o custo de lançar e fazer funcionar um periódico desse tipo é menor do que um periódico pago. E é possível que ele seja reconhecido, usado e citado tanto quanto um título pago, uma vez que os mecanismos de busca potencializam e igualam as condições de acesso e uso.

Em contrapartida, Harnad (2005 apud BAPTISTA et al, 2007, p. 5) sublinha que a via verde é considerada a estratégia mais propícia e rápida “à concretização do objetivo (utópico para alguns) de ter 100% da literatura científica em acesso livre”. Isso porque o autoarquivamento de *pré-prints* e *pós-prints* depende da vontade dos autores em depositar os resultados de suas pesquisas em repositórios digitais, mediante aprovação prévia dos editores, e de acordo com as políticas de depósito.

A esse respeito, Weitzel (2007, p. 3) destaca que “um artigo de periódico depositado em um repositório terá mais chance de ser lido do que na sua forma original, mesmo que seja uma publicação eletrônica”. Tal afirmação pode ser justificada pelo volume de artigos de periódicos divulgados diariamente sobre os mais diversos assuntos, ocasionado sua dispersão e difícil recuperação.

Já a Declaração de Bethesda ampliou a definição de acesso aberto estabelecido pela BOAI, criando duas condições sob a qual uma publicação em acesso aberto deve satisfazer:

1. O(s) autor(es) e o(s) detentor(es) de direitos de reprodução (copyright) concede(m) a todos os usuários o acesso livre, irrevogável, mundial e perpétuo ao trabalho, assim como uma licença de cópia, uso, distribuição, transmissão e exibição pública, e ainda de produzir e distribuir trabalhos dele derivados, em qualquer meio digital, para qualquer finalidade responsável, condicionado à devida atribuição de autoria, e concedem adicionalmente o direito de produção de uma pequena quantidade de cópias impressas para seu uso pessoal.
2. Uma versão integral do trabalho e de todo o material suplementar, incluindo uma cópia da permissão, em um formato eletrônico adequadamente padronizado, é depositada imediatamente após a publicação inicial em um repositório on-line mantido por uma instituição acadêmica, por uma associação científica, por uma agência governamental ou por qualquer outra organização solidamente estabelecida, a qual vise a propiciar o acesso livre, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivamento de longo prazo (para as ciências biomédicas, a PubMed Central se constitui em um repositório desta natureza) (BETHESDA, 2003, tradução nossa).

Essa declaração é de suma importância porque, diferentemente da BOAI, ela especificou que os proprietários de direitos autorais iriam conceder aos usuários certos direitos e licenças para uso pessoal. Além disso, a Declaração de Bethesda ainda estabeleceu os direitos para fazer trabalhos derivados, como por exemplo, traduções de um trabalho para outros idiomas sem a necessidade de permissão, o que será garantida por meio de *Licenças Creative Commons*¹⁰ (BAILEY Jr., 2006). Outra importante conquista dessa Declaração, segundo Bailey Jr. (2006) foi que ela

introduziu a exigência para que documentos em acesso aberto fossem depositados em repositórios digitais de organizações bem respeitadas, em oposição a páginas pessoais de autores ou arquivos digitais em que a preservação de longo prazo são duvidosas.

¹⁰ <<http://creativecommons.org/>>

A Declaração de Berlim seguiu as orientações de suas antecessoras e não apresentou diferenças significativas. Ela estabeleceu uma política para

1. requerer que seus pesquisadores depositem uma cópia de todos os seus artigos publicados em um repositório de acesso aberto;
2. encorajar seus pesquisadores a publicar seus artigos de pesquisa em periódicos de acesso aberto onde exista periódico apropriado (e provém suporte para permitir que isso aconteça) (BAILEY Jr., 2006).

Na literatura sobre acesso aberto, essas três Declarações ficaram conhecidas como 'BBB' e, segundo Peter Suber (apud Bailey Jr., 2006), elas representam a remoção de ambas as barreiras: de preço e permissão.

Em suma, todos esses movimentos mundiais buscavam sistematizar uma nova filosofia, a 'filosofia aberta', no qual Costa (2006, p. 40) define como

o movimento observado nos últimos anos em direção ao uso de ferramentas, estratégias e metodologias que denotam um novo modelo de representar um igualmente novo processo de comunicação científica, ao mesmo tempo em que serve de base para interpretá-lo.

Com o intuito de cumprir sua missão, a referida autora descreve que a fixação de uma 'filosofia aberta' demanda questões, como: (i) software aberto (ou livre), para o desenvolvimento de aplicações em computador; (ii) arquivos abertos, para interoperabilidade em nível global; e (iii) acesso aberto – questão mais polêmica – para a disseminação ampla e irrestrita de resultados da pesquisa científica (COSTA, 2006, p. 40).

De forma a acompanhar o movimento mundial pelo acesso aberto, o Brasil, por meio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), lançou o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica¹¹, em 13/09/2005, configurando-se como o primeiro desdobramento político no país em prol do livre acesso.

Esse Manifesto teve por objetivo

- promover o registro da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre à informação;
- promover a disseminação da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre à informação;
- estabelecer uma política nacional de acesso livre à informação científica;
- buscar apoio da comunidade científica em prol do acesso livre à informação científica (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2005).

¹¹<<http://livroaberto.ibict.br/docs/Manifesto.pdf>>

Além desse Manifesto, surgiram ainda no país a Declaração de Salvador sobre o Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento, a Carta de São Paulo, ambas em 2005, e a Declaração de Florianópolis, em 2006 (KURAMOTO, 2007).

Iniciativas legislativas também foram lançadas em favor do acesso aberto, cujos anseios almejavam tornar obrigatória a criação de repositórios institucionais em instituições públicas de ensino superior e institutos de pesquisa com o intuito de registrar e depositar toda a literatura científica produzida por seus membros, principalmente, aquelas oriundas de recursos públicos.

O primeiro tratava-se do Projeto de Lei (PL) nº 1.120, de 21 de maio de 2007, de autoria do então deputado Rodrigo Rollemberg, que dispunha sobre "o processo de disseminação da produção técnico-científica no Brasil por meio da construção de repositórios institucionais" (BRASIL, 2007). Contudo, o referido PL foi arquivado em 2011.

A outra iniciativa foi o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 387, de 05/07/2011, também de autoria de Rodrigo Rollemberg, agora como senador da República, que "dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências" (BRASIL, 2011).

Atualmente, esse PLS encontra-se em tramitação no Senado Federal. Ele já obteve voto favorável com emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e está aguardando parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seguindo, posteriormente, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)¹².

Considerando o exposto, percebe-se que, embora ainda haja um longo caminho a ser percorrido para que a literatura científica revisada por pares esteja amplamente disponível em acesso aberto, a OAI e o Movimento do Acesso Aberto

vêm construindo as condições necessárias para permitir o acesso livre à produção científica de forma legítima, alterando não somente o processo de aquisição de informação científica, mas também a sua produção, disseminação e uso (WEITZEL, 2006a, p. 52).

Dentre essas condições, destaca-se a criação de repositórios institucionais como alternativas para promover o acesso amplo e rápido aos artigos de periódicos científicos, cujos altos preços restringem o acesso e uso da produção de alta relevância para o campo científico.

¹² Acompanhamento realizado no sítio do Senado Federal em 18/09/2013.

3.2.1 Via Verde como estratégia do acesso aberto

Para que os ideais do movimento em favor do acesso aberto se concretizassem foram estabelecidas, conforme já descrito, duas estratégias para promover o acesso rápido e amplo à literatura científica: a via dourada e a via verde.

A via verde, também conhecida como autoarquivamento, é uma estratégia em que "autores e/ou instituições 'autoarquivam' os artigos publicados que foram revisados pelos pares ou uma combinação que, então, torna-se equivalente aos artigos publicados referendados" (GUÉDON, 2004, p. 315).

Harnad, Carr e Gingras (2008, p. 270, tradução nossa) complementam essa definição, ressaltando que a via verde também é

promovida por meio da publicação em revistas convencionais que não estão em acesso aberto, mas com o autor autoarquivando a versão final referendada em um repositório institucional, tornando-o acessível online gratuitamente.

A estratégia da via verde foi estabelecida por meio da Declaração de Budapeste, em 2002, e posteriormente foi ratificada pelas Declarações de Bethesda e Berlim, ambas em 2003.

Seu surgimento, como estratégia para o povoamento dos repositórios, deve-se ao fato da publicação em periódicos referendados não ser condição suficiente para que os resultados das pesquisas tenham seu impacto maximizado (HARNAD; CARR; GINGRAS, 2008).

Embora a literatura reconheça que a via verde foi estabelecida em reunião promovida pela OSI, em 2001, e que resultou na Declaração de Budapeste no ano seguinte, as ações que desencadearam sua adoção têm raízes mais remotas.

A esse respeito, Chalhub, Benchimol e Guerra (2012, p. 161) citam que o debate sobre o autoarquivamento teve início em 27/06/1994 e foi protagonizado por Stevan Harnad, autor da 'proposta subversiva' de autoarquivamento e Paul Ginsparg, criador do arXiv.

Nesse sentido, cabe destacar que por 'autoarquivar' entende-se "a prática de estudiosos depositarem seu próprio trabalho em repositórios de e-prints" (JAMES et al, 2003, p. 17) ou ainda "o depósito do arquivo, que normalmente é a versão final do autor de um artigo após a revisão por pares ter sido finalizada, em um arquivo de acesso aberto ou repositório" (SWAN; BROWN, 2005, p. 2).

Esse depósito pode ser realizado de duas maneiras. A primeira refere-se ao depósito do arquivo efetuado diretamente pelo autor ou seu representante, sendo denominado pelo Movimento do Acesso Aberto de autoarquivamento.

Já a segunda forma de depositar arquivos em repositórios institucionais é por meio do depósito mediado. Esse processo caracteriza-se quando o autor delega a outrem (biblioteca, gestor do repositório ou gestor de uma coleção etc) a responsabilidade de realizar o depósito de sua produção científica nessas ferramentas.

É certo que, independentemente da maneira utilizada para depósito, a via verde preconiza que os autores depositem seus trabalhos em repositórios institucionais, considerando que os tipos de documentos a serem arquivados seriam, primariamente, aqueles consoantes com o acesso aberto, ou seja, os *pós-prints*. Contudo, é possível autoarquivar também os *pré-prints* (RODRIGUES, 2004, p. 25; BAILEY Jr., 2006).

Bailey Jr. (2006, tradução nossa) cita que existem quatro alternativas para promover a via verde e tornar disponível o documento na internet: (1) página pessoal dos autores; (2) arquivos temáticos; (3) arquivos de unidades institucionais (repositórios departamentais); e (4) repositórios institucionais.

Esse autor ressalta ainda que apesar de haver essas opções para os autores promoverem a via verde, elas não são estratégias mutuamente exclusivas e é possível disponibilizar, simultaneamente, pesquisas em qualquer uma das alternativas.

No entanto, faz-se necessário destacar que o depósito de objetos digitais em repositórios institucionais oferece mais benefícios ao autor, tanto em termos de visibilidade quanto em relação à preservação. Isso porque, segundo Bailey Jr. (2006, tradução nossa), uma vez que os repositórios institucionais assumem funções institucionais formais, eles se tornam permanentes e estáveis. Ademais, frequentemente, eles possuem um compromisso de utilizar técnicas de preservação digital para garantir a disponibilidade contínua e utilidade dos materiais digitais que contêm.

Outro benefício de se realizar o autoarquivamento em um repositório institucional de acesso aberto é que para tornar seus conteúdos disponíveis, basta apenas realizar o depósito e a informação poderá ser recuperada independentemente da localização espaço-temporal do pesquisador, como destaca Bailey Jr. (2006, tradução nossa) no trecho a seguir.

Pesquisadores precisam de ferramentas e assistência para depositar seus artigos de periódicos referendados em arquivos eletrônicos abertos, como prática comumente chamada, autoarquivamento. Quando esses arquivos estão de acordo com os padrões criados pela Iniciativa de Arquivos Abertos, então os motores de busca e outras ferramentas podem tratar arquivos separados como um. Usuários não precisam saber quais arquivos existem ou onde eles estão armazenados para encontrar e usar seus conteúdos.

Embora representantes do acesso aberto, como Harnad, defendam que a via verde é a estratégia mais propícia para prover 100% da literatura em acesso aberto devido autorização

para depositar essa produção em repositórios institucionais, estudos demonstram que "o número de documentos e a percentagem da produção científica que presentemente armazenam estão longe de corresponder às expectativas mais otimistas" (RODRIGUES, 2004, p. 31).

Sobre isso, Harnad et al (2004) destaca que

[...] somente por volta de 10 a 20% dos artigos são auto-arquivados. Para alcançar 100% de acesso livre, o auto-arquivamento precisa tornar-se obrigatório pelos empregadores e financiadores dos pesquisadores, como o Reino Unido e os Estados Unidos recentemente recomendaram, e as universidades precisam implementar tal obrigação.

Guédon (2004, p. 317) analisa que o resultado inexpressivo do autoarquivamento é relativamente simples de identificar e ressalta que a própria estratégia do autoarquivamento é descrita como um meio homogêneo, mas anárquico para promover o acesso aberto. Para ele, esses dois conceitos não combinam facilmente e estão criando lacunas documentais fatais para todo o projeto.

Em seu texto, o autor faz uma crítica no sentido em que a via verde e a via dourada estão sendo tratadas de modo distintos e/ou competitivos, sendo a via verde sugerida como capaz de sozinha tornar a literatura científica mundial em acesso aberto. Para ele, o sucesso do acesso aberto está no uso simultâneo das duas estratégias (GUÉDON, 2004, 2008).

Examinando os percentuais de artigos publicados em periódicos de acesso aberto, Guédon (2004, p. 318) descreveu que são apenas 5% deles, enquanto que 85% são publicados em periódicos sob títulos verdes. Ora, se um número tão expressivo de artigos são publicados em periódicos, cujos editores comerciais permitem um sinal verde para depositar em repositórios institucionais, porque esse volume de depósito não cresce na mesma proporção em que são registradas novas iniciativas no ROAR (*Registry of Open Access Repositories*)?

Esse questionamento é paradoxal se levar em consideração as vantagens do acesso aberto à medida em que textos mais acessíveis, podem ser mais lidos e, conseqüentemente, mais citados. No entanto, a realidade demonstra que a situação é diferente a ponto de mesmo os defensores do autoarquivamento admitirem que

arquivos institucionais têm sido criados, mas precisam ser preenchidos mais rapidamente com artigos resultantes de pesquisas pelos autores. Atrair os autores e seus artigos exige evidência dos serviços que aumentarão a visibilidade e o impacto dos seus trabalhos (HITCHCOCK, 2003 apud GUÉDON, 2004, p. 318).

Guédon (2010, p. 51) destaca que a prática da via verde parece, ilusoriamente, ser fácil de acontecer e avalia que ela depende de "uma série de hábitos, valores culturais, restrições e/ou simples indiferença, fatores responsáveis para que essa abordagem tenha sido bem menos bem-sucedida que o esperado."

Rodrigues (2005, p. 31) arrola alguns dos motivos para o baixo índice de depósitos em repositórios institucionais, como seguem:

as tradições instaladas na maioria das comunidades científicas, o receio que o auto-arquivamento se traduza em mais uma fonte de trabalho que irá gastar tempo que já escasseia, as dúvidas e dificuldades dos autores relacionadas com os direitos de autor, a falta de consciência dos problemas e contradições do sistema de comunicação científica tradicional e das vantagens do modelo de acesso livre, são obstáculos que necessitarão de tempo, e da demonstração prática das vantagens dos RI [repositório institucional], para ser ultrapassadas.

Assim, observa-se que tais razões envolvem o conhecimento sobre essa nova estrutura do sistema de comunicação científica e requer considerar três pontos importantes.

O primeiro deles é a adoção de uma estratégia de divulgação, promoção e formação que se configuram como fatores críticos para obtenção de sucesso ao implementar um repositório. O segundo refere-se à criação de serviços de apoio e de valor aos autores no sentido de esclarecer dúvidas acerca de direitos autorais e *copyright*, além de estabelecer relatórios estatísticos de uso e citações (RODRIGUES, 2005, p. 31).

A adoção dessas duas ações podem auxiliar para o avanço da via verde, uma vez que

o sucesso dos repositórios será muito mais provável quando pesquisadores conhecerem melhor o que esperar deles. Então, eles poderão decidir despende um pouco do seu valioso tempo pesquisando nessas coleções [...]. Se eles não estão intimamente convencidos que existem vantagens claras e presentes em 'autoarquivar', eles simplesmente irão pelas restrições de uma 'economia de atenção' e perderão esse passo extra (GUÉDON, 2004, p. 321).

Desse modo, até que haja uma conscientização sobre os benefícios da via verde e uma mudança de hábito com a incorporação de uma rotina de autoarquivamento da produção revisada por pares para que o percentual de depósitos se eleve, o último ponto, citado por Rodrigues (2005, p. 31) será fator determinante para o sucesso dos repositórios institucionais. Esse ponto refere-se ao estabelecimento de políticas e mandatos de autoarquivamento, que encorajem ou tornem obrigatório o depósito da produção científica dos membros das instituições nos seus repositórios.

É seguindo essa linha que alguns defensores da via verde, como Harnad e outros (2004), Swan (2008), Rodrigues (2005) dentre outros advogam "a favor da obrigatoriedade de arquivar" (GUÉDON, 2010, p. 51) para incrementar o autoarquivamento e promover a via verde.

Nesse sentido, Guédon (2010, p. 51) explica que o raciocínio nessa questão é muito simples: as publicações como resultados de pesquisas assistidas com dinheiro público ou de fundações devem estar disponíveis, no mínimo, a todos os pesquisadores com o intuito de

auxiliá-los a realizar seu próprio trabalho, onde quer que estejam e também a outros segmentos da sociedade.

Nesse cenário, instituições estão adotando mandatos ou políticas de depósito mandatória, a fim de garantir o povoamento dos repositórios institucionais, por meio da via verde, uma vez que seu sucesso está relacionado ao conteúdo armazenado em suas coleções.

3.2.2 Repositórios institucionais

Os repositórios institucionais, segundo Leite (2009, p. 19) e Costa e Leite (2009, p. 165), estão inseridos em um conceito mais amplo, os repositórios digitais.

Os repositórios digitais são definidos por Viana e Márdero Arellano (2006, p. 2) como “uma forma de armazenamento de objetos digitais que tem a capacidade de manter e gerenciar material por longos períodos de tempo e prover acesso apropriado.”

Na literatura, no contexto do movimento internacional de acesso aberto, o termo 'repositório digital' é “utilizado para denominar os vários tipos de provedores de dados que constituem vias alternativas de comunicação científica” (COSTA; LEITE, 2009, p. 165).

Esses provedores de dados desempenham funções específicas no sistema de comunicação científica e podem ser de quatro tipos: repositórios institucionais, repositórios temáticos, repositórios de teses e dissertações (*Electronic Theses and Dissertation – ETDs*) ou repositórios de dados científicos (WEITZEL, 2012).

Shintaku e Meirelles (2010, p. 18) destacam que há ainda outras classificações para os repositórios e no que tange à sua funcionalidade, eles se classificam em acadêmicos, administrativos, técnicos ou mistos. Os autores ressaltam ainda que a implantação desses últimos não é muito aconselhável porque mesclam documentos com finalidades diferentes.

Os repositórios institucionais, segundo Lynch (2003, p. 1) e Rosa e Gomes (2010, p. 24), foram criados a partir de 2002 e "integram o novo fluxo estabelecido para a comunicação científica que tem no acesso livre o seu fundamento" (ROSA; GOMES, 2010, p. 24).

Eles constituem a via verde e são definidos por Crow (2002, p. 4, tradução nossa) como “coleções digitais que capturam e preservam a produção intelectual de uma ou mais universidades ou comunidades”. Na mesma linha, Lynch (2003, p. 2, tradução nossa) define repositórios institucionais como

um conjunto de serviços que uma universidade oferece para os membros de sua comunidade para o gerenciamento e disseminação de materiais digitais criados pela instituição e membros de sua comunidade. É essencialmente um compromisso organizacional para a gestão desses materiais digitais, incluindo preservação de longo prazo, quando apropriado, bem como organização e acesso ou distribuição.

Peça fundamental para a consolidação do acesso aberto, os repositórios institucionais têm como objetivos:

- (i) maximizar a visibilidade, o uso e o impacto da produção científica e acadêmica na comunidade internacional; (ii) retroalimentar a pesquisa; (iii) produzir e/ou dar suporte às publicações eletrônicas da instituição; e (iv) possibilitar o acesso à informação científica e acadêmica (BUSTOS-GONZALEZ; FERNANDEZ-PORCEL; JOHNSON, 2007, p. 33).

Café e outros (2003) acrescentam que também é função dos repositórios institucionais "preservar e disponibilizar a produção intelectual da instituição representando-a, documentando-a e compartilhando-a em formato digital" e Leite e outros (2012, p. 9) complementam que eles ainda "[...] contribuem para a composição do acervo da memória institucional."

Nesse bojo, é importante frisar que embora os repositórios institucionais contribuam para a preservação e para a formação da memória digital da instituição, elas não se constituem finalidades centrais desses sistemas de informação. Na verdade, essas duas funções são serviços que os repositórios são capazes de oferecer, dado as características dos *softwares* utilizados, e ainda são compromissos firmados pelos seus gestores, de modo a agregar valor a essas ferramentas.

Sendo assim, Weitzel (2006b, p. 62) sintetiza que a função precípua dos repositórios institucionais é "permitir o acesso organizado e livre às publicações e a toda a produção científica" e Café e outros (2003) complementam que eles contribuem para "a transparência e acessibilidade da instituição por meio da disponibilização, ao público em geral, de sua produção científica."

Em tese, essa visibilidade possibilita que a instituição obtenha maior valor e prestígio nacional, uma vez que por meio dos repositórios institucionais é possível espelhar sua produção, identificando-a e localizando-a, garantindo, assim, seu acesso e uso.

Nesse sentido, Crow (2002, p. 6, tradução nossa) destaca que os repositórios institucionais servem como indicadores tangíveis da qualidade de uma universidade e, por concentrar a produção intelectual dos pesquisadores de uma instituição, é fácil demonstrar a relevância científica, social e econômica de suas atividades de pesquisa.

Além desses fatores, a adoção de repositórios institucionais também possibilita que os autores reassumam o controle sobre o saber gerado nas universidades e institutos de pesquisa, antes delegado aos editores. Isso porque ocorre há

uma perda na força dos editores uma vez que o autor\pesquisador já não depende deles para disponibilizar sua produção, o que fortalece os repositórios institucionais por serem ambientes de autoarquivamento e de autonomia dos

pesquisadores\docentes e pesquisadores\discentes na disponibilização de conteúdos (ROSA; GOMES, 2010, p. 26).

Embora os repositórios institucionais possuam características que os permitam ampliar o acesso à informação científica, faz-se necessário ressaltar que eles não se referem a uma publicação e não a substitui, mas sim se constituem da reunião de vários tipos de documentos produzidos pelos membros de uma instituição. Na verdade, eles são comparados a “bibliografias especializadas, ou melhor, são serviços de indexação e resumo constituídos pelas próprias comunidades científicas” (WEITZEL, 2006a, p. 61).

Nesse prisma, Leite e outros (2012, p. 8) apontam que

repositórios institucionais são diferentes e não concorrem com periódicos científicos. Registro (estabelecimento da propriedade intelectual), certificação (validação e qualidade dos resultados de pesquisa), circulação (assegurar a acessibilidade aos resultados de pesquisa) e arquivamento (preservação para uso futuro) constituem funções básicas do periódico científico. Os RIs [repositórios institucionais] potencializam as funções dos periódicos e não concorrem com eles.

Bustos-Gonzalez, Fernandez-Porcel e Johnson (2007) também corroboram com essa afirmação e descrevem que um repositório institucional é

uma via de comunicação científica, porém, não pode ser entendido como um canal de publicação, senão que deve ser compreendido como um complemento ao processo de publicação científica formalizado com a revisão feita por outros autores.

A implantação de um repositório institucional, segundo Viana e Márdero Arellano (2006, p. 3), pode ser realizada de forma simples, requerendo apenas

uma estrutura hierarquizada, acesso via web e metadados coletados através do protocolo OAI-PMH, permitindo assim que os usuários, ao usarem qualquer mecanismo de busca da Iniciativa dos Arquivos Abertos, possam encontrar e recuperar o conteúdo do repositório.

Embora esses autores informem que a implementação de um repositório institucional exige poucos requisitos, por ser um compromisso cumulativo e perpétuo, sua criação requer um planejamento detalhado das ações a serem tomadas, já que englobam "aspectos políticos, legais, educacionais, culturais e alguns componentes técnicos importantes" (SAYÃO; MARCONDES, 2009b, p. 24).

Para Bustos-Gonzalez, Fernandez-Porcel e Johnson (2007, p. 38), esse projeto envolve uma série de normativas, técnicas e elementos e dentre eles, destacam: (i) escolher o software, incluindo soluções Open Source e compatíveis com protocolos internacionais; (ii) adquirir conteúdos e escolher mecanismos de controle de qualidade; (iii) administrar os direitos da propriedade intelectual; (iv) adotar um padrão único de metadados e incorporar outras

metodologias que deem visibilidade aos conteúdos; e (v) adquirir um compromisso de gestão de um arquivo sustentável.

No que tange aos *softwares* de instalação de repositórios institucionais, cabe salientar que existem muitas opções de escolha disponíveis. Contudo, atualmente, os dois sistemas mais utilizados no mundo, segundo o OpenDOAR, são o DSpace¹³, desenvolvido pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) em parceria com a *Hewlett Packard* (HP) e o Eprints¹⁴, desenvolvido pela Universidade de Southampton, na Inglaterra. Ambos se caracterizam como *softwares* livres (*open source*) adequados aos padrões e protocolos recomendados pelo OAI que permitem acesso aos seus códigos fontes, possibilitando uma completa customização de acordo com as necessidades de cada instituição. Além disso, propiciam interoperabilidade com outros sistemas.

Produto de uma das estratégias do Movimento do Acesso Aberto, os repositórios institucionais apresentam alguns atributos próprios, a saber:

- institucionalmente definidos;
- científicos ou academicamente orientados;
- cumulativos e perpétuos (permanentes); e
- abertos e interoperáveis (CROW, 2002, p. 16).

Nessa mesma linha, Weitzel (2006a, p. 61) ainda atribui aos repositórios institucionais algumas características comuns, como

auto-sustentáveis, baseados sobretudo no auto-arquivamento da produção científica [...] e fornecem interoperabilidade entre os diferentes sistemas e o acesso livre para todos os interessados em pesquisar e baixar arquivos da produção científica.

Dado a sua natureza, esses sistemas podem armazenar uma infinidade de tipos e formatos de documentos, frutos do autoarquivamento em suas coleções, além de oferecer diversos serviços que variam de acordo com o *software* escolhido para sua disponibilização.

Sendo assim, no que concerne ao conteúdo que formam suas coleções, Rodrigues (2004, p. 31), destaca que além da literatura científica também podem ser depositados arquivos produzidos no âmbito de atividades de investigação e ensino (*working papers*, relatórios técnicos, comunicações e conferências, apontamentos de aulas e outros materiais didáticos, etc) nos mais variados formatos de texto, imagem, áudio e vídeo. Entretanto, é de suma importância que cada repositório institucional defina, por meio de uma política, qual é o escopo de suas coleções.

¹³ <<http://www.dspace.org/>>

¹⁴ <<http://www.eprints.org/>>

Quanto aos serviços disponíveis em um repositório institucional, Café e outros (2003) analisam que esses sistemas agregam um

conjunto avançado de serviços relativos a organização, tratamento, acesso e disseminação do conteúdo digital produzido por uma instituição e sua comunidade acadêmica e de pesquisa. Dentre estes serviços, inclui-se principalmente o de preservação digital, uma vez que o gerenciamento da migração do conteúdo digital de uma tecnologia em vias de ser desativada para um sistema de ponta deve ocupar um espaço primordial nas preocupações das organizações que detêm repositórios institucionais.

Nesse sentido, Leite (2009, p. 51) destaca que um repositório institucional pode oferecer serviços, tais como:

- suporte para a definição de coleções e fluxos de depósitos de comunidades específicas;
- serviços de consulta e suporte ao preenchimento de metadados, incluindo a indexação;
- suporte via *chat*, correio eletrônico ou telefone;
- tira-dúvidas sobre direitos autorais;
- treinamento e suporte aos usuários para o depósito de documentos;
- serviço de identificadores persistentes com vistas à preservação do acesso;
- alocação de espaço de armazenagem extra de arquivos;
- importação de dados por lote (depósito por lote), por exemplo, de coleções históricas e coleções digitalizadas recentemente;
- digitalização de documentos e reconhecimento de caracteres (*Optical Character Recognition* – OCR);
- orientação sobre direitos autorais;
- depósito mediado.

Embora haja essa enorme variedade de serviços em um repositório institucional, Leite (2009, p. 51) salienta que

a realidade de muitas instituições não permite o oferecimento de todos os serviços [...], contudo, na medida do possível, quanto mais facilidades e valor forem agregados ao repositório institucional, maiores as possibilidades de atrair a comunidade para a sua adoção e uso.

Diante do exposto, é certo que a implantação de um repositório institucional traz benefícios para a instituição mantenedora, uma vez que reúne, organiza, armazena e dissemina sua produção científica, aumentando o impacto e a visibilidade de suas pesquisas. Contudo, é importante citar que sua implementação requer um planejamento detalhado de ações e tomada de decisões que suscitem o estabelecimento de "uma equipe multidisciplinar constituída por bibliotecários, analista de sistemas, profissional de comunicação / *marketing*" (LEITE, 2009, p. 40). Essa equipe precisa ser capacitada e comprometida com o projeto e deve deter competências e habilidades para que a iniciativa de implantação de um repositório institucional seja eficaz e bem-sucedida, atingindo os objetivos propostos.

3.2.2.1 Repositórios institucionais no Brasil

Atualmente, em todo o mundo, universidades e institutos de pesquisa têm planejado e implantado amplamente repositórios institucionais com o objetivo de reunir, armazenar, organizar, recuperar e, sobretudo, disseminar a gama de resultados de pesquisas produzidos pela comunidade acadêmica.

Nesse cenário, o Brasil também segue os passos de outros países e busca implantar iniciativas que promovam o acesso aberto, garantindo visibilidade à produção técnico-científica nacional.

A experiência do país no que concerne ao Movimento do Acesso Aberto tem sido difundida e discutida, especialmente no que diz respeito à informação científica, e conta com o apoio do IBICT, órgão responsável pela informação científica no país. Segundo Kuramoto (2007, p. 152-153; 2008, p. 866), desde 2000, o Instituto vem “absorvendo, internalizando, adequando e desenvolvendo os padrões e ideais estabelecidos pelo modelo *Open Archives*”.

Para construir uma *expertise* sobre o que tem sido considerado uma nova estrutura de comunicação da ciência, o IBICT criou o Laboratório de Tecnologias da Informação (LTI) com o objetivo de realizar "estudo e avaliação de *softwares* e ferramentas para o desenvolvimento de serviços e produtos de biblioteca digital" (MORENO; LEITE; MÁRDERO ARELLANO, 2006, p. 87).

A primeira ação desse laboratório, conforme Moreno, Leite e Márdero Arellano (2006, p. 87) foi testar e traduzir o *software* Phronesis¹⁵ da Universidade de Monterrey, no México, a fim de disponibilizar os textos completos dos trabalhos do XVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) realizado em 2000.

A partir de um conhecimento mais aprofundado sobre os requisitos do arquivo aberto, o IBICT percebeu que o *Phronesis* não incluía padrões de interoperabilidade. Sendo assim, buscou estudar e traduzir o *software Eprints*, da Universidade de Southampton (MORENO; LEITE; MÁRDERO ARELLANO, 2006, p. 87).

Dispondo desse novo sistema, o IBICT começou a realizar acordos de cooperação para auxiliar na implantação de arquivos abertos no país. Assim, com o seu apoio, a Sociedade Brasileira de Genética (SBG), implementou uma iniciativa pioneira utilizando um *software* baseado no OAI (WEITZEL, 2005, p. 8). Iniciativa que também foi seguida pela Sociedade

¹⁵ <<http://phronesis.cide.edu/bib/>>

Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) que criou o repositório Arena Científica (MORENO; LEITE; MÁRDERO ARELLANO, 2006, p. 87).

Com a implantação desses repositórios temáticos como estratégias para introduzir a via verde no país, o IBICT iniciou estudos no sentido de viabilizar a via dourada.

Nesse sentido, em 2003, a partir do conhecimento do *Public Knowledge Project* (PKP)¹⁶ da Universidade British Columbia, o Instituto "identificou, testou e adaptou o software *Open Journal Systems* para a língua portuguesa, denominando-o de Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)¹⁷" (KURAMOTO, 2007) com o objetivo de propiciar a "construção e gestão de publicações periódicas eletrônicas" (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2013c).

Já em 2004, durante o II Simpósio de Bibliotecas Digitais, o IBICT lançou um novo projeto também visando o acesso aberto: o DICI – Diálogo Científico (WEITZEL, 2005, p. 8).

Nesse mesmo ano, o Instituto criou o Repositório Digital Institucional (RIDI)¹⁸, por meio da adaptação do DSpace, tendo como objetivo

armazenar, preservar, divulgar, dar acesso à produção intelectual do IBICT, proporcionando uma maior visibilidade e maximizando os impactos da pesquisa como parte do movimento pelo Acesso Livre à informação (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2013b).

Paralelamente aos projetos arrolados, o IBICT vinha empreendendo, desde meados de 2001, a construção de uma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹⁹ que, de acordo com Kuramoto (2010, p. 61), foi a responsável por dotar o Instituto de "condições técnicas para propor, administrar, construir e integrar os RI [repositórios institucionais] no Brasil".

Desenvolvida dentro dos padrões dos arquivos abertos, o mote principal da criação da BDTD era "registrar e disseminar as teses e dissertações, em texto completo, defendidas nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil" (KURAMOTO, 2010, p. 61).

Nesse contexto, a ideia era que cada IES desenvolvesse seu repositório digital de teses e dissertações localmente e o IBICT ficaria responsável por integrar toda a produção que conta, atualmente, com 96 IES mantenedoras de programas de pós-graduação e um acervo de 230.971²⁰ teses e dissertações.

¹⁶ <<http://pkp.sfu.ca/ojs/>>

¹⁷ <<http://seer.ibict.br/>>

¹⁸ <<http://repositorio.ibict.br/>>

¹⁹ <<http://bdttd.ibict.br/pt/inicio.html>>

²⁰ O número de IES e o tamanho do acervo da BDTD foram coletados em 24/09/2013.

Em 2005, depois do lançamento e da boa aceitação do Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica e mediante o conhecimento obtido com a implantação da BDTD, o IBICT propôs à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) o desenvolvimento de um projeto dedicado à implantação de repositórios institucionais em larga escala. Seu objetivo era “o desenvolvimento de um portal que integrasse o conteúdo das publicações seriadas eletrônicas, assim como os conteúdos dos RI [repositórios institucionais] brasileiros” (KURAMOTO, 2010, p. 64).

O referido projeto denominado de Portal de Publicação Seriada de Acesso Livre (PCAL) se configurava, segundo Kuramoto (2010, p. 65), como uma rede de repositórios institucionais tal qual a BDTD, mas que considerava “o depósito, arquivo e disseminação de outras produções científicas para além das teses e dissertações”. Sua meta era:

- 1) promover o desenvolvimento e implantação de revistas de acesso livre por intermédio da distribuição do software Open Journal System e capacitação de usuários/editores no seu uso;
- 2) promover o desenvolvimento e implantação de RI nas universidades e instituições de pesquisa científica públicas brasileiras, por intermédio da distribuição de kits tecnológicos a estas instituições por meio de chamadas de editais;
- 3) desenvolver e implantar um portal para integração dos conteúdos das revistas e RI por intermédio do modelo de interoperabilidade *Open Archives Initiative*;
- 4) desenvolver programa de marketing para divulgação do referido portal;
- 5) desenvolver estudos com vistas à avaliação de uso do portal por parte da comunidade científica (KURAMOTO, 2010, p. 65).

As duas primeiras metas estabelecidas pelo PCAL, concernentes às vias verde e dourada, vêm sendo implementadas pelo IBICT por meio de algumas ações.

Kuramoto (2010, p. 66) descreve que para atender a meta número um, o Instituto vem promovendo cursos de capacitação para os editores de revistas científicas sobre o uso do *software* SEER e distribuindo-o, gratuitamente, para o gerenciamento dos periódicos em acesso livre.

Já para alcançar a meta número dois, o IBICT lançou em dezembro de 2008 o edital FINEP/PCAL/SBDB nº 001/2009. Devido imperfeições que não atendiam aos objetivos do projeto PCAL e XBDB, ele foi revogado em 17/04/2009 e substituído pelo edital FINEP/PCAL/XBDB nº 002/2009 com a definição de um novo cronograma (ROSA, 2009, p. 243).

Esses editais contemplavam a distribuição de oitenta *kits* tecnológicos de projetos de repositórios institucionais abertos para universidades e instituições de pesquisas públicas e eram formados por "um servidor (*hardware*), sem monitor e outros acessórios, com os pacotes de software SEER e Dspace instalados" (KURAMOTO, 2010, p. 66). Desse total,

foram contempladas apenas vinte e sete IES e/ou institutos de pesquisa, sendo outras seis escolhidas para participar do projeto piloto (ROSA, 2009, p. 243). Posteriormente também foi lançado o edital FINEP/PCAL/XBDB nº 003/2009 e mais outras sete instituições foram contempladas.

Como pré-requisito para o recebimento desse *kit* tecnológico, as instituições agraciadas assumiram um compromisso de "desenvolver o seu RI [repositório institucional] e estabelecer a sua política institucional de informação, de forma a assegurar a alimentação do mesmo" (KURAMOTO, 2010, p. 66). Sendo assim, era de inteira responsabilidade de cada órgão escolhido o cumprimento dessas determinações e em caso de não execução, seria necessária a devolução do material recebido.

Para que esse projeto obtivesse o êxito almejado, o IBICT forneceu os *kits* sem nenhuma estrutura pronta de repositório institucional de forma que cada um deles tivesse flexibilidade para se adequar à sua realidade, sendo recomendado apenas que as instituições seguissem três critérios básicos, conforme listados por Kuramoto (2010, p. 67), a seguir:

- utilizar o padrão Dublin Core, evitando-se o máximo a criação de novos metadados;
- aplicar o protocolo OAI-PMH para a coleta de metadados;
- manter aderência com os padrões estabelecidos pelo projeto DRIVER .

Diante das iniciativas arroladas, pode-se perceber que o Brasil, por intermédio do IBICT, vem criando um cenário propício para promover um amplo e rápido acesso à informação científica no país, tendo o ambiente acadêmico como cenário fundamental nesse processo. Por meio de suas ações, é possível verificar que o Instituto está implantando ferramentas e desenvolvendo competências, a fim de criar condições para auxiliar no desenvolvimento de via verde e da via dourada como forma de disponibilizar e internacionalizar a produção científica nacional.

3.2.2.2 Mandatos ou políticas de depósito mandatórias

Os repositórios institucionais têm se revelado uma valiosa via para o estabelecimento do acesso aberto e para a disseminação da produção científica no mundo. Entretanto, para que eles cumpram os seus objetivos, é imprescindível que a literatura científica publicada pelos canais legitimados pela comunicação científica seja depositada nesses sistemas.

O depósito de objetos digitais em repositórios institucionais, conforme já visto, pode ser realizado de duas formas distintas. A primeira quando é realizado diretamente pelo autor ou seu representante através do autoarquivamento e a segunda quando é efetuado por

intermédio da biblioteca, do gestor do repositório ou do gestor de uma coleção etc (depósito mediado) mediante autorização prévia do autor.

É certo que no bojo do Movimento do Acesso Aberto é preconizado que o depósito da produção científica em repositórios institucionais, independentemente de ser realizado pelo próprio autor ou ser mediado, deve ser realizado de forma voluntária. Esse tipo de política de depósito se refere à solicitação ou encorajamento dos pesquisadores a efetuarem o autoarquivamento de suas publicações em repositórios institucionais de acesso aberto (REPOSITÓRIO CIENTÍFICO DE ACESSO ABERTO DE PORTUGAL, 2009, p. 11).

Todavia, como já informado, estudos realizados por Sale (2006) demonstram que a prática do depósito voluntário não contribuiu efetivamente para o povoamento dos repositórios institucionais. Isso porque, segundo Harnad (2008), existem "2,5 milhões de artigos publicados anualmente no mundo em 25.000 periódicos científicos referendados em todas as disciplinas acadêmicas e científicas, em todas as instituições e em todas as línguas", sendo, ainda de acordo com Harnad (2006), apenas 15% dessa produção autoarquivada em repositórios de acesso aberto em todo o mundo.

Sendo assim, instituições têm se dedicado à elaboração de políticas informacionais ou medidas legislativas que promovam e incentivem o povoamento dos repositórios institucionais a partir do autoarquivamento da produção intelectual revisada pelos pares. Isso se faz necessário, uma vez que apesar do aumento significativo de iniciativas na última década, o volume de depósito ainda é muito ínfimo e não corresponde aos anseios do Movimento do Acesso Aberto.

Nessa linha, Swan (2008, p. 168) salienta que "indícios mostram que somente políticas mandatórias funcionam bem" para o povoamento dos repositórios. E complementa que

políticas que somente encorajam ou até mesmo solicitam aos autores para tornarem seus trabalhos em acesso aberto não obtêm resultados em um nível considerável de conformidade, em parte por causa das preocupações sobre direitos autorais [...] (SWAN, 2008, p. 168).

Desse modo, as políticas de depósito mandatórias (*mandatory self-archiving*) ou mandatos (*mandates*) são aquelas que "exigem que os pesquisadores coloquem suas publicações em acesso livre no repositório institucional" (REPOSITÓRIO CIENTÍFICO DE ACESSO ABERTO DE PORTUGAL, 2009, p. 11). Essas políticas, fundamentais para o povoamento dos repositórios institucionais, "geralmente têm como objeto a informação científica publicada formalmente" (LEITE et al, 2012, p. 9).

Essa ação de depositar uma cópia do trabalho em um repositório institucional traz benefícios à instituição, uma vez que por meio dela é possível reunir em uma coleção os resultados das pesquisas de uma instituição, formando um registro digital acadêmico permanente (SWAN, 2012, p. 46).

Dada sua importância, as políticas de depósito mandatórias podem ser classificadas de acordo com o tipo e o momento de depósito da publicação, a saber:

Tipo 1: Depósito imediato com acesso livre imediato

Este tipo de política exige que os autores depositem os seus artigos após a aceitação para publicação, logo que as correções finais tenham sido efetuadas, e que os tornem disponíveis imediatamente, em acesso livre, através do repositório. O resultado deste tipo de política é o acesso livre imediato. No entanto, como algumas revistas não permitem o acesso livre imediato, este tipo de política tem a desvantagem de restringir a escolha das revistas em que um autor pode publicar.

Tipo 2: Depósito adiado, após o período de embargo

Este tipo de política exige que os autores depositem os seus artigos após a publicação e o fim do período de embargo da editora. A vantagem é a de que cumpre com os requisitos da editora, mas a desvantagem é que o adiamento atrasa o acesso livre e corre-se o risco de que o autor se esqueça de depositar o seu artigo passado algum tempo após a sua publicação.

Tipo 3: Depósito imediato com acesso opcional

Este tipo de política exige o depósito imediato, mas se o artigo é submetido a uma revista com um período de embargo, a política permitirá apenas o acesso livre no final do período de embargo. No entanto, durante esse período, os metadados do artigo (título, autores, filiação, resumo, referências) devem ser totalmente de acesso livre (os embargos das editoras não se aplicam aos metadados, porque não são abrangidos pelos direitos de autor) (REPOSITÓRIO CIENTÍFICO DE ACESSO ABERTO DE PORTUGAL, 2009, p. 12, grifo do autor).

Embora a literatura reconheça esses três tipos de classificações para as políticas, cabe destacar que elas também podem ser elaboradas seguindo mais de um tipo.

O surgimento das políticas de depósito mandatórias deu-se, conforme já visto, à

uma reação à baixa resposta da política de depósito voluntário, que tem resultado em índices de adesão considerados baixos, e que deve constituir-se na solução para que sejam obtidos índices de arquivamento (depósito) significativos (BAPTISTA et al, 2007, p. 6).

Atribui-se muitas razões para justificar esse baixo percentual de adesão ao autoarquivamento. A principal delas é o fato de "o pesquisador ter que despender alguns minutos digitando os metadados e fazendo o *upload* de seus trabalhos" (KURAMOTO, 2007, grifo do autor). Aliado a essa circunstância, soma-se a "escassez de tempo, dúvidas sobre direitos de autor, dificuldades técnicas, desconhecimento ou reduzida sensibilidade para a questão, e sobretudo inércia..." (REPOSITÓRIO CIENTÍFICO DE ACESSO ABERTO DE PORTUGAL, 2009, p. 8).

Kuramoto (2007) esclarece que não há motivo para os autores terem receio de ter seu trabalho copiado porque ele ganhou mais visibilidade e/ou acessos, uma vez que ao publicar e depositar o resultado de uma pesquisa é possível identificar, facilmente, uma cópia e garantir a originalidade do referido trabalho. Assim, como já mencionado, trata-se de uma questão cultural e de conscientização dos próprios pesquisadores no que tange aos benefícios do acesso aberto para a comunidade científica, bem como do autoarquivamento de sua produção. Esse processo pode ser mais demorado porque envolve a evidência dos benefícios obtidos com a produção científica em acesso aberto.

Nesse cenário, observa-se que somente mediante a implantação de mandatos ou políticas de depósito mandatórias pelas instituições que os índices de depósito crescerão e as coleções dos repositórios institucionais poderão contemplar a totalidade dos documentos produzidos por seus membros.

A esse respeito, Harnad e outros (2004) corroboram que

o caminho mais promissor para alcançar a meta de acesso aberto para as instituições é introduzir políticas requerendo que os artigos publicados sejam autoarquivados.

Do mesmo modo, o Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (2009, p. 9) também orienta que "para se aproximarem dos 100% da literatura produzida depositada nos seus repositórios as instituições devem estabelecer políticas ou mandatos de autoarquivo."

Em adição, Rodrigues (2005, p. 27) completa que essas políticas são "a forma de ultrapassar a inércia de muitos autores, e de garantir a generalização do hábito de depósito/auto-arquivo [...]."

Devido à confirmação do baixo índice de autoarquivamento, observa-se que diversas organizações de fomento de pesquisas e universidades, principalmente aquelas em países desenvolvidos, já demonstraram preocupação com o acesso aos resultados das pesquisas por elas financiadas. Assim, elas passaram a promover ações norteadas pelas Declarações 'BBBs', no intuito de garantir o autoarquivamento desses trabalhos em repositórios institucionais de acesso aberto.

Dentre elas, destaca-se como exemplos o *National Institutes of Health* (NIH)²¹ nos Estados Unidos, considerada a maior agência governamental de fomento de pesquisa na área de saúde do país. O NIH instituiu sua política de acesso aberto em 2005, mas foi em abril de 2008 que ela se tornou mandatória através de um ato aprovado pelo Congresso Americano e sancionado pelo Presidente. Essa política determina que todos os beneficiários de

²¹ Detalhes da política de acesso do NIH estão disponíveis em: <<http://publicaccess.nih.gov/policy.htm>>. Acesso em 30 ago. 2013.

financiamentos por ele custeados depositem no repositório PubMedCentral os resultados de suas pesquisas publicados em periódicos avaliados por pares (COSTA, 2008, p. 228; KURAMOTO, 2009, p. 207).

Nessa mesma linha, o *Wellcome Trust*²², uma das maiores agências privadas de fomento de pesquisa do Reino Unido, também requer o depósito no *PubMed Central UK*. Além deles, a *House of Commons* e o *Research Councils*, ambas no Reino Unido e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)²³, no Brasil, também são exemplos de instituições que estabelecem políticas semelhantes sobre a obrigatoriedade do autoarquivamento da produção em repositórios de acesso aberto (SWAN, 2008, p. 168; COSTA, 2008, p. 228).

Universidades em todo o mundo também seguem essas ações e igualmente implantam esses tipos de políticas, como a *Harvard University*, nos Estados Unidos, a *University of Southampton*, na Inglaterra (COSTA, 2008, p. 228), a Universidade do Minho, em Portugal, dentre outras.

No Brasil, o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, publicado em 2005, já indica a necessidade de se estabelecer recomendações para a comunidade científica no intuito de

aderir ao movimento mundial e estabelecer uma **política nacional de acesso livre à informação científica**, mediante o apoio de toda a comunidade científica, com o envolvimento não apenas das suas organizações, mas, *obrigatoriamente*, dos pesquisadores e das agências de fomento (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2005, grifo do autor).

Com a submissão do PL nº 1.120/2007, já arquivado e ratificado pelo PLS nº 387/2011, o país cria mecanismos para deter uma política nacional a fim de promover o acesso aberto. Seu artigo 1º dispõe que,

Art. 1º As instituições de educação superior de caráter público, bem como as unidades de pesquisa, ficam obrigadas a construir repositórios institucionais de acesso livre, nos quais deverá ser depositado, obrigatoriamente, o inteiro teor da produção técnico-científica conclusiva dos estudantes aprovados em cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado ou similar, assim como, da produção técnico-científica, resultado de pesquisas científicas realizadas por seus professores, pesquisadores e colaboradores, apoiados com recursos públicos para acesso livre na rede mundial de computadores (BRASIL, 2011, grifo do autor).

²² A política em prol do acesso aberto e irrestrito a pesquisa está disponível em:

<<http://www.wellcome.ac.uk/About-us/Policy/Spotlight-issues/Open-access/Policy/index.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

²³ A agência definiu em 2006 uma política requerendo a obrigatoriedade do depósito de teses e dissertações defendidas no Brasil na BDTD. A portaria nº 13/2006 está disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

Além dessas ações, a própria criação das políticas institucionais de informação pelas universidades brasileiras, como um dos requisitos básicos para o recebimento do *kit* tecnológico, já se configuram como ações rumo à formalização de uma política nacional de acesso aberto no país.

É importante citar que apesar das políticas de depósito mandatórias serem consideradas um modo promissor de garantir a disponibilização de 100% das publicações em acesso aberto, essas iniciativas esbarram, principalmente,

no embargo que as políticas e contratos assinados pelos pesquisadores ou autores junto aos editores das revistas, as quais impediam ou atrasavam o autodepósito dos trabalhos publicados nestas revistas por parte dos seus autores (pesquisadores) (KURAMOTO, 2009, p. 208).

Pensando nessa questão, o PLS nº 387/2011 determina no parágrafo 5º de seu artigo 1º, que

Art. 1º [...]

§ 5º No caso em que a produção técnico-científica, de que trata o § 4º deste artigo, seja protegida por contratos de direito de propriedade intelectual ou contenha invenções ou modelos de utilidade passíveis de patenteamento que a impeça de ser depositada em seu completo teor, os professores, pesquisadores e colaboradores se obrigarão a depositar os seus metadados, informações que descrevam a referida produção técnico-científica, tanto os de caráter bibliográfico quanto os relacionados com as questões de direitos, mantendo-os, provisoriamente, em acesso restrito enquanto durar a restrição, tendo o dever de disponibilizar o acesso ao seu completo teor a partir do momento da cessação da limitação expressa neste parágrafo (BRASIL, 2011, grifo do autor).

Essa estratégia refere-se a um mandato proposto por Harnad em 2006 e é conhecida como *Immediate-Deposit/Optional-Access Mandate (ID/OA)* ou *Dual Deposit/Release Strategy*. Esse Mandato de Depósito Imediato/Acesso Opcional ou Duplo Depósito/Estratégia de Distribuição tem como objetivo ser imune aos eventuais atrasos ou embargos provocados, geralmente, pelas políticas editoriais ou restrições de direitos autorais (HARNAD, 2006).

Por meio dessa proposta, Harnad (2006) defende que o autor deposite imediatamente a versão final aceita pela revista, com a respectiva revisão pelos pares, em um repositório de acesso aberto. E nos casos em que o periódico possua políticas editoriais de embargos, deve-se realizar o depósito do arquivo e dos metadados que o descrevam, mantendo o acesso ao texto integral restrito ou fechado até que o período do embargo cesse.

Nesse sentido, a política ou mandato de depósito não desrespeita os direitos autorais e patrimoniais, já que "requer o depósito, simplesmente, respeitando a propriedade sobre as licenças ou permissões de acesso e uso. Estas, somente quando devidamente obtidas, permitem o acesso amplo e irrestrito" (COSTA, 2008, p. 229).

Vale ressaltar que há uma distinção entre depósito de uma publicação e disponibilização em acesso aberto. Chalhub, Benchimol e Guerra (2012) explicam que

o primeiro pode ser obrigatório, enquanto que o segundo deve seguir a política da editora. Ou seja, mesmo com políticas mandatórias de depósito, uma instituição não pode disponibilizar artigos ou outra publicação sem autorização da entidade editora.

Sendo assim, há uma expectativa concentrada na abordagem da via verde como requisito para possibilitar esse acesso amplo e irrestrito às informações resultantes de pesquisas científicas no sentido em que sejam removidas barreiras de preço e permissão (BAPTISTA et al, 2007, p. 8).

Swan (2012, p. 46) também concorda que o foco das políticas de depósito mandatórias deve ser a via verde, uma vez que "elas requerem que os artigos sejam depositados em um repositório e tornado em acesso aberto no momento apropriado."

Suber (2009) ratifica essa afirmação e igualmente declara que a política para a promoção do acesso aberto deve ser de caráter obrigatória para o financiamento de pesquisas e recomenda que a via verde seja a estratégia no qual a política deve focar.

Nesse cenário, embora as políticas de depósito mandatórias se configurem como estratégias para impulsionar o desenvolvimento da via verde, é importante que os direitos autorais e patrimoniais sejam respeitados. Assim, através do Projeto RoMEO²⁴, que é parte integrante do Projeto SHERPA, é possível acessar tanto as políticas dos editores científicos, no que concerne à existência e prazos de embargos quanto as políticas ou mandatos das instituições de ensino e pesquisa no mundo (KURAMOTO, 2009, p. 211). O objetivo desse projeto foi mapear os títulos das principais revistas científicas, classificando por meio de cores, as condições e restrições para as publicações, conforme demonstra o quadro 4.

Quadro 4 – Cores do Projeto SHERPA/RoMEO

Cores - ROMEO	Política de arquivamento
Verde	Permite arquivar <i>preprint</i> e <i>postprint</i> ou versão do editor em PDF
Azul	Permite arquivar <i>postprint</i> (rascunho final após avaliação) ou versão do editor em PDF
Amarelo	Permite arquivar <i>preprint</i> (antes da avaliação)
Branco	Arquivamento não apoiado formalmente

Fonte: *Joint Information System Committee* (2013).

²⁴ <<http://www.sherpa.ac.uk/romeo/index.php?la=en&fIDnum=|&mode=simple>>

Seguindo os padrões definidos pelo RoMEO, diversos países desenvolveram serviços semelhantes com a função de orientar os autores quanto às políticas editoriais em relação ao acesso aberto e ainda reunir as políticas dos editores para estimular o arquivamento da produção científica repositórios institucionais. Dentre eles, destaca-se o Blimunda²⁵, criado em 2010, em Portugal, no âmbito do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP).

O Brasil, por meio do IBICT, também lançou, em novembro de 2011, um serviço integrado ao projeto SHERPA denominado Diadorim (Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras)²⁶ com o objetivo de classificar os periódicos científicos brasileiros de acordo com as permissões de depósito e acesso em repositórios institucionais. Ele se configura como

um serviço de informações relativas às autorizações concedidas para o armazenamento e o acesso dos artigos das revistas brasileiras em repositórios digitais de acesso aberto. Faz parte do conjunto de serviços de acesso aberto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2013a).

O Diadorim é uma iniciativa extremamente importante para garantir que tanto os autores quanto os gestores dos repositórios institucionais cumpram os contratos firmados com os editores comerciais, uma vez que seu objetivo é "identificar, sistematizar e disponibilizar as informações das políticas estabelecidas pelas editoras dos periódicos brasileiros referentes ao armazenamento dos artigos nos repositórios institucionais" (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2013a).

Nesse ensejo, assim como Portugal e Brasil, a Espanha também lançou o Dulcinea²⁷, um serviço para orientar os autores quanto às políticas editoriais no país.

É importante ressaltar que, embora as políticas de depósito mandatárias sejam requeridas para garantir o autoarquivamento da produção científica em repositórios institucionais, elas não propõem a extinção da publicação formal dos resultados de pesquisas nos veículos de comunicação científica. O que o Movimento do Acesso Aberto objetiva é a coexistência pacífica entre esses dois meios em prol de uma ampla divulgação da literatura, bem como seu acesso livre de barreiras e de permissões de uso.

Não se trata de substituir nenhum outro estágio do processo de comunicação, principalmente, o estágio da publicação formal, mas de uma instância eficaz de disseminação ampla e irrestrita, livre de barreiras de preço e de permissão de uso. Desse modo, os repositórios devem conter uma cópia de todo trabalho publicado ou

²⁵ <<https://sites.google.com/site/projectoblimunda/>>

²⁶ <<http://diadorim.ibict.br/>>

²⁷ <<http://www.accesoabierto.net/dulcinea/>>

aceito para publicação em periódicos, livros ou outro veículo, em ambiente interoperável e aberto (COSTA, 2008, p. 225).

3.2.2.3 Políticas para repositórios institucionais

A implantação de um repositório institucional requer, segundo Leite e outros (2012, p. 10), o desenvolvimento e a sistematização de três etapas, a saber: planejamento, implantação e funcionamento. E para que essas fases logrem êxito, faz-se necessário a elaboração e implementação de políticas institucionais de funcionamento para os repositórios.

Segundo Shintaku e Meirelles (2010, p. 32)

as políticas em um repositório são recomendações que orientam na implantação e gerenciamento do mesmo. Na maioria dos casos, são definidas durante o planejamento do repositório, alinhadas principalmente com a sua finalidade.

Sendo assim, as políticas institucionais de funcionamento devem "refletir as decisões tomadas ao longo do planejamento do repositório" (LEITE et al, 2012, p. 10) e ainda devem estar "em concordância com as políticas da biblioteca e da própria instituição [...]" (LEITE, 2009, p. 71).

Nesse bojo, Rodrigues (2005, p. 27) assinala que a elaboração de uma política institucional é "uma espécie de consequência lógica do estabelecimento de um repositório, e a melhor forma de aproveitar as suas vantagens potenciais."

Sua elaboração exige, de acordo com Tomaél e Silva (2007), um estudo extenso da instituição em que o repositório institucional está inserido de modo que sua formulação garanta uma "gestão adequada às características, interesses e necessidades individuais que, na maioria das vezes, têm muitas especificidades" (TOMAÉL; SILVA, 2007). Em adição, ela deve envolver a participação de todos os envolvidos no projeto de sua implantação.

Considerando sua importância no que tange à formalização de diretrizes e aspectos concernentes à criação e funcionamento de um repositório institucional, a política institucional de funcionamento deve contribuir, conforme Leite (2009, p. 71), para:

- integrar o repositório na estratégia e no ambiente de informação instituição;
- apresentar uma visão clara dos principais atores envolvidos no contexto do repositório;
- satisfazer as necessidades da comunidade;
- atrair usuários;
- estabelecer responsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres;
- povoar o repositório;
- torná-lo juridicamente viável;
- manter relações externas com as agências de fomento, editores e sociedades científicas;
- manter relações internas com administradores acadêmicos, pesquisadores e equipes de gestão da informação na instituição;

- preservação digital de longo prazo;
- gerenciar riscos;
- facilitar o trabalho da equipe gestora do repositório.

Nesse sentido, uma política institucional para repositório institucional deve prever aspectos, tais como:

- a) responsabilidade pela criação, implementação e manutenção do repositório;
- b) conteúdo proposto e implementado;
- c) aspectos legais relativos a documentos e licenças de *softwares*;
- d) padrões;
- e) diretrizes para preservação digital;
- f) política e níveis de acesso;
- g) sustentabilidade e financiamento do repositório (TOMAÉL; SILVA, 2007, grifo das autoras).

Embora todos esses aspectos estejam englobados na política institucional, em nível micro, a literatura especializada arrola políticas específicas para repositórios institucionais, os quais se destacam: (i) conteúdo; (ii) depósito/submissão de documentos; (iii) acesso e uso; (iv) direitos de autor; (v) engajamento de pesquisadores/autores (divulgação e marketing); (vi) preservação digital; (vii) sustentabilidade e financiamento; dentre outras (VIANA; MÁRDERO ARELLANO, 2006; TOMAÉL; SILVA, 2007).

A política de conteúdo diz respeito aos tipos, formatos e qualidade de documentos que compõem as coleções dos repositórios institucionais (TOMAÉL; SILVA, 2007).

A política de depósito/submissão de documentos é aquela que define quem está apto a realizar o autoarquivamento dos documentos no repositório institucional de determinada instituição (VIANA; MÁRDERO ARELLANO, 2006, p. 9). Segundo, Viana e Márdero Arellano (2006, p. 9), os repositórios também podem elaborar políticas específicas de depósito/submissão por tipos de documentos produzidos (teses e dissertações, documentos classificados com grau de sigilo, etc).

A política de acesso e uso é responsável por definir as formas possíveis de uso e como os documentos podem ser usados pela comunidade. Além disso, é por meio dessa política que se estabelece os níveis de acesso necessários e peculiares a cada arquivo depositado (TOMAÉL; SILVA, 2007).

A política de direitos de autor estabelece os direitos de propriedade intelectual dos documentos arquivados no repositório institucional (VIANA; MÁRDERO ARELLANO, 2006, p. 8).

A política de engajamento de pesquisadores/autores é responsável por estabelecer as estratégias de divulgação do repositório institucional para os membros da instituição, bem

como para a sociedade em geral por meio de eventos, reuniões, contatos etc. Além disso, define as estratégias para conscientização sobre seus benefícios e as vantagens do acesso aberto e do autoarquivamento da produção intelectual (VIANA; MÁRDERO ARELLANO, 2006, p. 10). Devido sua função, essa política pode ser definida como a política de divulgação e marketing do repositório.

A política de preservação digital deve conter, segundo Viana e Márdero Arellano (2006, p. 11) orientações quanto à definição dos tipos de documentos que devem ser preservados, dos requisitos tecnológicos mais apropriados para a preservação digital, além de ações para a promoção da conscientização na instituição a respeito da importância da preservação de longo prazo e de sua memória institucional.

A política de sustentabilidade e financiamento é aquela em que se definem os custos (grupo de trabalho e equipamentos) e as responsabilidades pela integridade e continuidade do repositório institucional (TOMAÉL; SILVA, 2007).

Apesar de elencados apenas as características gerais desses tipos de políticas, é mister destacar que são elas que irão direcionar as metas propostas na implantação de um repositório institucional. Desse modo, é fundamental que tais políticas estejam de acordo com os objetivos do repositório e de sua instituição mantenedora.

Diante dos benefícios advindos dessas políticas institucionais, é importante que os gestores dos repositórios institucionais envidem esforços não apenas no sentido de implantá-los, mas que assumam um compromisso para elaborar esses documentos e os tornem "disponíveis para os usuários no próprio repositório" (LEITE, 2009, p. 72).

Sendo assim, a ampla adoção dessas políticas por parte dos repositórios institucionais pode contribuir para uma gestão mais eficaz e ainda garantir o sucesso almejado por essas iniciativas, já que elas são totalmente dependentes da quantidade de documentos que armazenam e da qualidade das coleções que disponibilizam.

3.3 PRINCÍPIOS DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Formar e desenvolver coleções são processos que permeiam a história do livro e das bibliotecas desde épocas bem remotas e, durante um longo período dessa história, pensava-se que era possível colecionar tudo o que era produzido em uma biblioteca e que o tamanho do seu acervo denotava certo grau de status e poder (WEITZEL, 2002, p. 61).

Assim, da Antiguidade até o fim da Idade Moderna havia um foco na posse das coleções por meio do qual imperava uma ideia pautada na sua acumulação e armazenamento,

tendo em vista que “a produção editorial estava ainda em seu estágio inicial” (BROADUS, 1991, p. 5 apud WEITZEL, 2002, p. 62). Essa prática só foi possível porque a produção até aquele período era infinitamente menor em volume se comparada aos padrões atuais, considerando as tecnologias de produção disponíveis à época (WEITZEL, 2012, p. 180).

Nesse contexto, o processo de formação e desenvolvimento de coleções esteve, durante muitos séculos, restrito as suas duas primeiras fases, ou seja, seleção e aquisição de materiais informacionais (WEITZEL, 2002, p. 61).

Esse panorama do desenvolvimento de coleções começou a mudar com a invenção da imprensa por Gutenberg, em 1448, que permitiu uma revolução nos processos de produção editorial, desencadeando, ao longo de seis séculos, um aumento exponencial do volume de publicações editadas no mundo. Esse avanço resultou em uma Explosão Bibliográfica, que conforme já visto, teve seu ápice a partir da Segunda Guerra Mundial, quando “a informação se alastrou ‘em quantidades nunca vistas antes e numa velocidade inaudita’” (TENNANT, 1996 apud BURKE, 2002, p. 175). Esse acontecimento foi motivado pelo desenvolvimento da ciência e tecnologia que, por sua vez, impulsionou a comunicação dos resultados das pesquisas, resultando na multiplicação de textos científicos.

Nesse cenário, já não era mais possível armazenar todo o material produzido em bibliotecas, afinal – “a biblioteca não pode[ria] ser um aglomerado de livros e revistas amontoados pelo mero acaso” (FONSECA, 1992 apud WEITZEL, 2013, p. 10) e ainda havia a impossibilidade humana de absorver todas as informações na mesma proporção em que eram publicadas. Assim, surgiu a necessidade de desenvolver “novos métodos de gerenciamento da informação” (BURKE, 2002, p. 175), ou seja, técnicas mais eficientes para reunir, organizar e disseminar a produção mundial, alterando o foco da posse das coleções para a organização da informação com o propósito de possibilitar seu acesso.

Desse modo, a partir de finais da década de 1960 e início da década de 1970, desencadeou-se na Biblioteconomia internacional um movimento ao qual se resolveu denominar de Movimento para o Desenvolvimento de Coleções (VERGUEIRO, 1989, p. 11). Esse período, segundo Weitzel (2009, p. 2), representou a afirmação do Desenvolvimento de Coleções “como terminologia e como processo voltado para o acesso, para o usuário, para a missão institucional – enfim, como uma estratégia para lidar com a explosão informacional”. Esse modelo, ainda de acordo com Weitzel (2002, p. 64), encontrou depois sua legitimação com o advento da Internet e com a proliferação dos documentos digitais.

Assim, 'desenvolvimento de coleções' foi definido por Evans (2000, p. 13, tradução nossa) como "o processo de identificação dos pontos fortes e fracos de uma coleção de

materiais de uma biblioteca em termos de necessidades dos usuários e recursos da comunidade e tentando corrigir as fraquezas existentes, se houver."

Já Vergueiro (1989, p. 15) estabeleceu que "desenvolvimento de coleções é, acima de tudo, um trabalho de planejamento [...]" e Weitzel (2002, p. 64) complementou definindo-o como "uma disciplina que procura organizar o conhecimento registrado sob enfoques e filtros específicos [...]".

Na verdade, desenvolvimento de coleções é um processo cíclico e ininterrupto composto por seis etapas ou fase interdependentes, a saber: (i) estudo da comunidade; (ii) políticas de seleção; (iii) seleção; (iv) aquisição; (v) avaliação; e (vi) desbastamento e descarte" (VERGUEIRO,1989; MACIEL; MENDONÇA, 2000; EVANS, 2000). Contudo, é possível encontrar, ainda, na literatura da área aspectos auxiliares como "armazenamento, conservação e preservação, compartilhamento de recursos informacionais, censura, direitos autorais, liberdade intelectual, entre outros [...]" (WEITZEL, 2013, p. 19).

É importante destacar que a literatura especializada abordou, sistematicamente, tanto os processos quanto as políticas de desenvolvimento de coleções pautadas no meio impresso. Contudo, com o advento da internet e o desenvolvimento das TICs, surgiram desafios para a criação de soluções para o gerenciamento de acervos, já que "uma coleção não está mais limitada a uma coleção física em um único local, mas a uma mistura de local e remoto, de papel e eletrônico" (BODI; MAIER-O'SHEA, 2005 apud CARIBÉ, 2008, p. 26). Assim, a busca por novas estratégias foi resultado da introdução dos documentos digitais oriundos do surgimento da internet e requereu a aplicação de técnicas e metodologias voltadas para o atendimento de suas demandas e necessidades.

Desse modo, fez-se necessário pensar no processo de desenvolvimento de coleções, bem como em suas políticas nesse 'novo' cenário configurado também pelos documentos digitais, embora a própria literatura reconheça que

o documento eletrônico não difere em nada dos demais quando pensado enquanto mais um suporte do conhecimento registrado, não fossem duas características que lhe são fundamentais como: a grande capacidade de armazenamento e a facilidade de manipulação de dados (WEITZEL, 2002, p. 65).

Nesse cenário, cabe ressaltar que "a área de desenvolvimento de coleções vem, ao longo de sua história, buscando soluções locais para responder aos problemas de dispersão da informação" (WEITZEL, 2002, p. 66). Isso porque, conforme visto, desde sua origem na Antiguidade até a Idade Moderna seu enfoque era formar coleções com base na acumulação e armazenamento. Posteriormente, com o ápice da explosão bibliográfica esse método foi

questionado em detrimento à seleção de documentos orientada para sua qualidade e relevância, visando o acesso. Entretanto, atualmente, com a adoção das TICs e no bojo dos repositórios institucionais, o foco no armazenamento das coleções é retomado, embora a ideia que impera nesse contexto seja colecionar com vistas a possibilitar o acesso às coleções em larga escala.

Sendo assim, é mister que os princípios que norteiam a área de Formação e Desenvolvimento de Coleções, independentemente da natureza de seus documentos (impressos ou digitais), sejam definidos e formalmente expressos por meio de uma política. Essa ação visa garantir a padronização e continuidade do processo, além de permitir o alcance das metas estabelecidas através da construção de soluções, a fim de possibilitar o desenvolvimento equilibrado das coleções.

3.3.1 Política de desenvolvimento de coleções

Uma política de desenvolvimento de coleções é um documento formal elaborado pela biblioteca ou sistema de informação, no qual deve conter, basicamente, as diretrizes que determinam porque um item deve (ou não) permanecer na coleção. Esse documento abrange também informações detalhadas sobre “quem será atendido pela coleção, quais os parâmetros gerais da mesma e com que critérios esta se desenvolverá” (VERGUEIRO, 1989, p. 23).

Sendo assim, sua função é

deixar clara a filosofia a nortear o trabalho bibliotecário no que diz respeito à coleção [...]. Trata-se de tornar público, expressamente, o relacionamento entre o desenvolvimento da coleção e os objetivos da instituição, a que esta coleção deve servir, tanto por causa da necessidade de um guia prático na seleção diária de itens, como devido ao fato de ser tal documento peça chave para o planejamento em larga escala (VERGUEIRO, 1989, p. 25).

Nesse sentido, a política é um documento importante para o desencadeamento do processo de desenvolvimento de coleções e pode garantir “a consistência dos procedimentos e seu aprimoramento ao longo do tempo” (WEITZEL, 2013, p. 20), além de “um crescimento balanceado dos recursos informacionais da biblioteca” (VERGUEIRO, 1989, p. 25).

Assim, trata-se de um plano de cunho criterioso, elaborado pelo bibliotecário responsável pelo desenvolvimento de coleções, capaz de oferecer subsídios para a tomada de decisão sobre os processos de seleção, aquisição, avaliação, desbaste e descarte, já que viabiliza um olhar estratégico sobre as coleções. Além de propiciar uma autoavaliação sobre

essas próprias práticas, garantindo a continuidade das coleções, bem como o atendimento eficaz às necessidades dos usuários.

A elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções não é uma tarefa fácil e requer a obtenção de diversos dados e dentre eles, Vergueiro (1989, p. 26) arrola: a) o estado atual da coleção, seus pontos fortes e fracos; b) a comunidade a ser servida; e c) outros recursos disponíveis, tanto localmente como através de empréstimo entre bibliotecas. Tais informações servem para subsidiar a definição de ações e a descrição de critérios, a fim de desenvolver as coleções de forma mais equilibrada e em sintonia com os objetivos da instituição.

Nesse sentido, Weitzel (2013, p. 20) descreve que uma política formal deve expressar

o interesse comum da instituição que a mantém e da comunidade a que serve. Deve permitir a articulação das seis etapas do processo de desenvolvimento de coleções, e das demais auxiliares mencionadas na literatura, com o detalhamento e descrição de cada etapa, a fim de apoiar as decisões de forma coletiva, preferencialmente envolvendo toda a comunidade de interesse ou seus representantes.

Nesse bojo, Vergueiro (1989, p. 27) especifica que uma boa política de desenvolvimento de coleções deve informar a respeito de

- a) que material fará parte da coleção (tanto em termos de conteúdo quanto de formato, incluindo a política da biblioteca para acesso aos materiais cuja posse não lhe é de interesse);
- b) quando e sob quais condições este material poderá ingressar no acervo (políticas de seleção, aquisição, doação, etc.);
- c) que necessidades específicas e de que parcelas da comunidade ele deve atender (incluindo-se os métodos para obtenção destas informações);
- d) como será avaliada a importância do material para a biblioteca, uma vez incorporado à coleção (métodos para avaliação da coleção);
- e) quando e sob quais condições ele será retirado do acervo (políticas de remanejamento e descarte) (VERGUEIRO, 1989, p. 27).

Além dessas questões, Vergueiro (1989, p. 27) ainda descreve que esse documento também deve especificar quem é o responsável pela tomada de decisão prevista na política.

Nessa concepção, é importante destacar que com o surgimento dos documentos digitais, o processo de desenvolvimento de coleções e a própria construção de uma política trouxe uma preocupação para os bibliotecários, no que tange aos referidos princípios que regem as coleções. Isso porque com a presença de novos formatos e as possibilidades de manipulação que as coleções digitais oferecem, foi necessário acrescentar novos elementos em função da natureza desses materiais, os quais requerem especificidades distintas dos materiais impressos.

Nesse sentido, Evans (2000, p. 84) aponta a necessidade de se elaborar uma política à parte para os documentos digitais, haja vista a existência de aspectos específicos para objetos digitais que estavam mais centrados no acesso do que na sua apropriação.

Ademais, o autor destaca que em uma política para documentos digitais deve conter uma seção para definir os termos e descrever o contexto da política, além de se observar questões relacionadas com licenças, duplicatas ou variações de um mesmo material, acesso, espaço de armazenagem, custos com tecnologia (*hardware* e *software*), treinamento e suporte, dentre outros itens (EVANS, 2000, p. 84-85, tradução nossa).

Em contrapartida, White e Crawford (1997, tradução nossa) ressaltam que uma política de desenvolvimento de coleções para documentos digitais deveria dispor dos mesmos elementos que compõem uma política tradicional, a saber: (i) finalidade, missão e os objetivos da instituição; (ii) o nível de desenvolvimento de coleções, bem como as responsabilidades; (iii) a comunidade visada; (iv) os pontos fortes e fracos da coleção; (v) a justificativa dos critérios de seleção e avaliação; e (vi) as condições de desbastamento e de cooperação com as outras bibliotecas.

Nesse bojo, é imprescindível a elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções que regulamente todo o processo de desenvolvimento de coleções e que disponha dos princípios gerais e específicos pelos quais as coleções (impressas e/ou digitais) são orientadas e desenvolvidas, estejam elas armazenadas em bibliotecas clássicas ou em repositórios institucionais.

3.3.2 Desenvolvimento de coleções em repositórios institucionais

Assim como as bibliotecas clássicas, os repositórios institucionais também precisam definir princípios para formar e desenvolver suas coleções, expressando-os em suas políticas de depósito mandatórias, uma vez que “o conteúdo será crucial para o sucesso dos repositórios, estando eles em uma universidade ou em qualquer outra instituição” (GENONI, 2004, p. 300).

A importância do estabelecimento desses elementos em uma política está relacionada ao fato de que

um repositório institucional não é simplesmente um conjunto de *softwares* e *hardwares*, mas também um conjunto de compromissos, decisões e atividades para **administrar os materiais digitais**, incluindo a sua **preservação** de longo prazo quando apropriado, sua **organização** e o **acesso** ou **distribuição**, bem como o **gerenciamento de mudanças tecnológicas** e a **migração de conteúdos digitais** de um conjunto de tecnologias para outra (LYNCH, 2003, p. 2, grifo e tradução nossa).

Sendo assim, Lynch (2003, p. 4, tradução nossa) argumenta ainda que diante da 'nova' realidade dos repositórios institucionais, as bibliotecas

devem estabelecer novas estratégias de desenvolvimento de coleções para o mundo digital, assumindo inclusive a responsabilidade pela administração dos seus conteúdos que terão importância acadêmica futura.

Hunter e Day (2005, p. 3) reforçam essa ideia e salientam que "os repositórios institucionais são coleções [que] têm seus próprios conjuntos de requisitos para desenvolvimento de coleções."

Nesse cenário, Leite e outros (2012, p. 10, grifo nosso) arrolam alguns elementos que devem contemplar uma política institucional de funcionamento para um repositório institucional e, embora esses autores não mencionem, esses princípios estão relacionados com diretrizes de uma política de desenvolvimento de coleções, conforme se observa no trecho que segue.

A política [de funcionamento]²⁸ deve abordar os **objetivos do repositório**, deve contribuir para a **definição do serviço**, determinar a **formação da equipe responsável** pela implantação e manutenção do repositório e sobre o **prazo definido para o depósito** no repositório. Ela também pode conter o **tipo de material** que será depositado, como também **aqueles que não farão parte** desse sistema de informação.

Evidentemente que os princípios de uma política de desenvolvimento de coleções estabelecidos para um repositório institucional podem diferir daqueles aplicados a uma biblioteca clássica sob alguns aspectos, dado a natureza de suas coleções, sendo necessária a definição de elementos específicos quando da elaboração dessa política para repositórios. Contudo, muitos critérios já consagrados na literatura especializada podem ser aplicados em ambos os sistemas de informação.

Sendo assim, é escopo dessa subseção identificar e apresentar elementos de desenvolvimento de coleções encontrados na literatura da área que estão relacionados com a prática nos repositórios institucionais, traçando uma correlação com os elementos tradicionais aplicados às bibliotecas clássicas, adaptando-os, caso necessário, a fim de subsidiar a elaboração de uma política de depósito mandatória.

Considerando isso, adota-se como modelo os doze elementos sintetizados da literatura especializada por Weitzel (2013, p. 74-92), os quais devem ser considerados para a

²⁸ Leite e outros (2012, p. 10) apresentam a política de funcionamento como o instrumento para regulamentar a operacionalização dos repositórios institucionais e correlacionar os princípios de formação e desenvolvimento aplicados às coleções digitais. No entanto, na prática, os repositórios têm explicitados esses elementos em seus mandatos de depósito e em documentos correlatos, conforme pode ser verificado na descrição e análise dos casos nas subseções 4.3 e 4.4, respectivamente.

concretização de uma política de desenvolvimento de coleções, a saber: (i) identificação da missão e objetivos institucionais; (ii) perfil da comunidade; (iii) perfil das coleções; (iv) descrição das áreas e formatos cobertos pela biblioteca; (v) processo de seleção; (vi) política de seleção; (vii) processo e política de aquisição; (viii) processo e política de desbastamento, incluindo descarte; (ix) processo e política de avaliação; (x) detalhamento de outros aspectos importantes; (xi) documentos correlatos; e (xii) avaliação da política. Assim, ressalta-se que a adoção desse modelo tem como propósito viabilizar a identificação uma correspondência entre a política de desenvolvimento de coleções e as políticas de depósito mandatórias com a finalidade de atingir o objetivo inicial proposto. Desse modo, cada elemento é apresentado a seguir.

A identificação da missão e dos objetivos institucionais são, segundo Weitzel (2013, p. 74), os primeiros elementos de uma política de desenvolvimento de coleções e, assim como em uma biblioteca clássica, um repositório institucional também precisa defini-los, devendo estar em consonância com a missão e objetivos da instituição mantenedora.

A missão refere-se "a vocação [...], sua razão de ser, o conjunto de valores que define seu objetivo, determina suas atividades e delinea suas metas" (PINHEIRO, 2007, p. 17). Já os objetivos relacionam-se com as funções desempenhadas pelo repositório institucional.

Ressalta-se, que uma vez definidos a missão e os objetivos, cabe aos gestores de uma biblioteca clássica estabelecer quem são os responsáveis para atingi-los. Assim, para os repositórios institucionais também é necessário "[...] determinar a formação da equipe responsável pela implantação e manutenção do repositório [...]" (LEITE et al, 2012, p. 10), bem como especificar quais são suas competências, envolvendo aspectos gerenciais, operacionais, técnicos e lógicos.

O segundo elemento de uma política de desenvolvimento de coleções relaciona-se à definição do perfil da comunidade atendida, isto é, quem são seus usuários reais e potenciais (pesquisadores, professores, estudantes, técnicos administrativos etc), bem como quais são suas necessidades.

A identificação do perfil de uma comunidade em uma biblioteca clássica é feita através de um estudo da comunidade. Trata de "uma investigação de primeira mão, uma análise e coordenação dos aspectos econômicos, sociais e de outros aspectos interrelacionados de um grupo selecionado" (FIGUEIREDO, 1994, p. 65).

Esse processo é extremamente importante, uma vez que é possível conhecer a comunidade atendida, "suas principais características, seus desejos e necessidades informacionais, seus hábitos de leitura e de frequência à biblioteca e tudo o mais que for

conveniente ao sistema conhecer” (MACIEL; MENDONÇA, 2000, p. 17). Assim, com base nessas informações é possível orientar o planejamento das coleções.

Sendo assim, é mister que os repositórios institucionais também efetuem a definição do perfil de sua comunidade, a fim de determinar as diretrizes de funcionamento dos sistemas, estratégias para a promoção do povoamento, bem como os serviços oferecidos, já que

a avaliação das necessidades permitirá definir com maior segurança o que o repositório oferecerá como serviços à sua comunidade e conhecer os elementos que compõem suas demandas atuais e futuras (LEITE, 2009, p. 52).

A realização dessa avaliação pelos gestores de repositórios institucionais deve levar em conta aspectos sobre o comportamento informacional dos membros da instituição, onde publicam e sobre como eles se comunicam com a comunidade científica. Sua importância está no fato de que o uso de um repositório institucional por diferentes grupos de usuários pode influenciar os tipos e formatos de documentos depositados, assim como as suas necessidades.

O terceiro elemento diz respeito ao perfil das coleções e refere-se a um processo cuja realização baseia-se na “análise quantitativa e qualitativa da coleção” (MIRANDA, 1978, p. 23). Por meio dessa análise é possível identificar o *status quo* da coleção quanto à quantidade de títulos e exemplares, idade do acervo e idioma das coleções, critérios esses que também têm relação com o comportamento informacional do público-alvo de um sistema de informação.

Em repositórios institucionais a tomada de decisão a respeito do perfil de suas coleções é realizada à medida que se estabelece o escopo e a tipologia documental das coleções (texto, imagem, áudio e vídeo). A definição desses elementos deve estar em consonância com as características e objetivos do repositório, seja ele institucional, temático, de dados científicos, de recursos de aprendizagem, dentre outros, bem como com as características da comunidade a qual serve.

Sobre isso, Genoni (2004, p. 303) argumenta que a definição do perfil do conteúdo de um repositório institucional pode ser traçado com o auxílio de algumas questões, tais como: (i) o repositório conterá apenas material de pesquisa ou será estendido também para material de ensino?; (ii) como os sucessivos rascunhos de um documento serão armazenados?; (iii) qual será a relação entre o repositório e outros serviços de arquivos na instituição?; e (iv) serão as duplicatas acolhidas, como e em que situação?

Para Crow (2002, p. 17) e Bustos-Gonzalez, Fernandez-Porcel e Johnson (2007, p. 39) os tipos de documentos aceitos em um repositório institucional dependem das metas estabelecidas pela instituição.

Sendo assim, Crow (2002, p. 17, tradução nossa) destaca que um repositório institucional pode conter *pré-prints* e outros trabalhos em andamento, artigos revisados por pares, monografias, materiais de ensino, conjuntos de dados e outros materiais de pesquisa auxiliares, trabalhos apresentados em eventos, teses e dissertações eletrônicas e literatura cinzenta.

Nessa mesma linha, Bustos-Gonzalez, Fernandez-Porcel e Johnson (2007, p. 39-40, grifo nosso) caracterizam os documentos que podem ser depositados em um repositório de acordo com o tipo de produto, a saber: **produtos científicos** (teses, dissertações, cartazes, posters, preprints & post-prints, materiais audiovisuais, revistas da Instituição, patentes, datasets e software); **produtos institucionais e/ou administrativos** (revistas de informação institucional editadas pela Instituição em qualquer suporte, regulamentos e normativas, documentos de arquivo, cartazes, posters, documentos de trabalho, relatórios técnicos, videogravações, eventos realizados, etc); e **objetos de aprendizagem** (guias de estudo e exercícios, material audiovisual, anotações de aula, simuladores, bibliografia em texto completo, apresentações usadas na aula, avaliações em linha, guias de laboratório e blogs).

Além de definir os tipos de matérias que podem compor o acervo, é imprescindível que os repositórios institucionais estabeleçam aqueles que não se aplicam. Sobre isso, Rodrigues (2004, p. 25) alerta que o "acesso livre não se aplica a livros relativamente aos quais os autores pretendam obter receitas, ou textos não acadêmicos, como notícias ou ficção."

A escolha por cada tipo de material que será depositado ou não no repositório institucional está intimamente relacionada ao tipo de abordagem estabelecida quanto à orientação para a formação das coleções, que segundo Leite (2009, p. 28), se classificam em duas: abordagem rígida ou abordagem flexível.

Na abordagem rígida, os repositórios institucionais "devem priorizar conteúdos que foram submetidos ao processo de avaliação pelos pares, especialmente artigos de periódicos, sejam eles *pré-prints* ou *pós-prints*" (LEITE, 2009, p. 28, grifo do autor).

Já na abordagem flexível, os repositórios institucionais "amplia[m] a sua destinação e contempla[m], além da literatura científica avaliada por pares, outros conteúdos de natureza acadêmico-científica produzidos por membros da instituição" (LEITE, 2009, p. 28).

Comparando as duas abordagens, percebe-se que a primeira está mais associada aos preceitos do Movimento do Acesso Aberto, uma vez que se preocupa com o acesso aos documentos avaliados pelos pares, ou seja, preconiza o controle de qualidade dos conteúdos depositados nos repositórios institucionais. Contudo, é necessário esclarecer que isso não

significa que "a abordagem flexível contrapõe-se à rígida, mas sim que a flexível agrega outros elementos" (LEITE, 2009, p. 29).

Desse modo, Lynch (2003, p. 4) defende que talvez o retorno mais importante de um repositório é abrir-se às novas formas de comunicação científica (materiais de aprendizado e ensino, simpósios e apresentações e documentos relacionados à vida intelectual da universidade) que precisam ser legitimadas e nutridas com garantias de acessibilidade tanto a curto como em longo prazo.

Assim, a abordagem flexível é mais complexa e pode requerer que o repositório institucional tenha alcançado certo grau de maturidade, pois ela amplia a proposta clássica definida pela estratégia da via verde, que é centrada apenas em produtos avaliados por pares.

É certo que a opção por uma ou outra abordagem não é uma escolha definitiva e possa ser modificada ao longo do tempo conforme as necessidades de cada repositório institucional e/ou instituição. No entanto, Leite (2009, p. 30) alerta que

mesmo que a instituição tenha necessidade de adotar a abordagem flexível, inicie seu repositório na abordagem rígida. Limite a variedade de tipos de conteúdos. É mais seguro iniciar o projeto com uma política de conteúdos mais restritiva e, gradativamente, flexibilizá-la até o ponto que for conveniente à instituição, do que iniciar flexível e ter de se tornar rígida com o passar do tempo.

A descrição das áreas e formatos cobertos é o quarto elemento de uma política de desenvolvimento de coleções e consiste na identificação dos assuntos principais e secundários que constituem ou não o acervo, bem como o grau de suporte continuado para as coleções (FIGUEIREDO, 1998, p. 42).

Em bibliotecas clássicas, as áreas e suas prioridades são definidas com o auxílio de uma estrutura para formação de coleções estabelecidas por meio do uso de alguns recursos e estratégias, tais como os níveis de coleção da *American Library Association* (ALA), as dimensões básicas recomendadas por Miranda (1978) ou ainda pelo Método Conspetus da *International Federation of Library Associations* (IFLA) (WEITZEL, 2013, p. 88).

No que tange aos repositórios institucionais, a definição de suas áreas e assuntos ocorre quando se estabelece a forma de organização da produção científica nas comunidades e subcomunidades e quais serão os tipos de coleções. É na fase de planejamento para a implantação de um repositório que essa decisão é tomada, a fim de atender as necessidades de seus usuários e da própria instituição vinculada.

Nesse sentido, Leite (2009, p. 66, grifo do autor) descreve três maneiras de organização de conteúdos em repositórios institucionais, como segue:

- *comunidades formais*: os conteúdos são organizados em comunidades constituídas com base nos departamentos, centros de pesquisa e grupos já existentes, seguindo a estrutura organizacional da instituição.
- *comunidades temáticas*: todos os docentes e pesquisadores – de qualquer departamento ou instituto – podem depositar conteúdos e comunidades criadas em torno de um tema, ou isso pode ser feito de modo mediado pela biblioteca. Os bibliotecários reveem o conteúdo antes de torná-lo publicamente disponível na rede.
- *comunidades de interesse*: um grupo *ad hoc*, interdepartamental. A organização das comunidades de conteúdo depende dos interesses e acordos entre seus integrantes. Sua estrutura muda ao longo do tempo.

Considerando as possibilidades arroladas, um repositório institucional pode ser organizado de acordo com sua estrutura organizacional, a partir de temas específicos, segundo interesses comuns ou a partir da combinação dessas três formas, sendo caracterizada, segundo Leite (2009, p. 66), como "comunidades híbridas."

Sobre isso, Leite e outros (2012, p. 16) observam que os repositórios institucionais brasileiros seguem certo padrão de organização de suas coleções, sendo que

- as universidades, em geral, estruturam as suas comunidades de acordo com as faculdades, institutos, departamentos ou centros de pesquisa [e]
- os institutos de pesquisa têm adotado [como] a prática de estrutura a divisão por tipos de documento ou assunto.

Ainda de acordo com Leite (2009, p. 67), é certo que o modo de organização comumente utilizado pelos repositórios institucionais universitários brasileiros é aquele que segue a própria estrutura organizacional da instituição, por se configurar como um modelo menos complexo, pautando-se na hierarquia 'comunidades > subcomunidades > coleções'. Nesse tipo de organização em níveis, os documentos são depositados no último item, sendo a criação dessas coleções consoante com os critérios de tipos de documentos ou coleções temáticas.

O quinto elemento de uma política de desenvolvimento de coleções diz respeito ao processo de seleção de documentos.

A seleção consiste em selecionar materiais informacionais para formar coleções, ou seja, "é um momento de decisão sobre quais e que tipos de materiais serão passíveis de compor o acervo" (VERGUEIRO, 2010, p. 5), sejam eles de bibliotecas clássicas ou repositórios institucionais.

Essa atividade está relacionada à essência do repositório institucional, isto é, ao seu conteúdo. Sobre isso, Genoni (2004, p. 300) destaca que deve ser levado em consideração questões sobre: (i) que tipo de material pode ser adequado para inclusão em repositórios; (ii) quem deve ser responsável pela seleção desse material; ou (iii) como a tarefa de

desenvolvimento de conteúdo para repositórios pode se relacionar com outras responsabilidades de seleção de conteúdo gerenciado por uma biblioteca.

Embora esses aspectos sejam pouco discutidos na literatura científica, faz-se necessário explorá-los, estabelecendo critérios que definam quais documentos serão aceitos e quais estão desobrigados de depósito nos repositórios institucionais e sob quais condições. Esse processo é fundamental para esse sistema de informação, já que o seu êxito está na quantidade e qualidade dos documentos armazenados e ainda se justifica porque

um repositório institucional não pode ser assemelhado a um armazém, onde tudo o que é gerado dentro de uma instituição é colocado. Ele é uma das faces visíveis dessa instituição e, por isso, apenas material previamente sujeito a controle de qualidade (artigos já publicados, teses e dissertações já defendidas, etc.) deverá ser depositado (BAPTISTA et al, 2007, p. 5).

Nesse sentido, Hunter e Day (2005, p. 3) chamam a atenção para três quesitos quanto aos conteúdos que formam as coleções de um repositório institucional: escopo da coleção, qualidade do conteúdo e formato de saída. Esses elementos, com exceção do escopo, remetem aos critérios de seleção utilizados em bibliotecas clássicas, mas são específicos para os repositórios institucionais.

Cabe ressaltar que embora os referidos autores tratem o escopo da coleção juntamente com a qualidade e formato dos documentos, esse critério deve ser visto como um nível macro, pois se relaciona à tipologia documental aceita em um repositório institucional, sendo, portanto, um elemento da política de desenvolvimento de coleções e não um elemento de seleção.

Em termos de qualidade do conteúdo depositado em um repositório institucional, a literatura do Movimento do Acesso Aberto preconiza que apenas documentos publicados ou submetidos para publicação e já aprovados por pares podem ser depositados em repositórios. Contudo, é possível que "materiais não-revisados [...] possam ser submetidos para o repositório, mas devem ser distinguidos de alguma forma dos documentos avaliados" (HUNTER; DAY, 2005, p. 4).

Considerando isso, é importante que os repositórios institucionais definam claramente o aceite ou não de resultados de pesquisas ainda sem validação pela comunidade científica e, ao decidir pela inclusão desses documentos, que se realize uma distinção entre eles e aqueles avaliados por pares. Isso pode facilmente ser feito pelos *softwares* de implantação dos repositórios institucionais a partir do uso de metadados no momento da descrição dos documentos. É recomendado também que essa diferenciação conste nos campos de pesquisa para que o usuário possa optar pela qualidade dos documentos em seu resultado de busca.

Ainda relativo à qualidade dos conteúdos, os repositórios institucionais devem estabelecer critérios quanto à inclusão ou não das várias versões de documentos e para quais tipos de documentos esse depósito é permitido. Sobre isso, Tomaél e Silva (2007) argumentam que devem ser previstos a inclusão ou não de "texto completo ou resumos; textos atuais ou retrospectivos; texto acabados ou em processo."

Crow (2002, p. 18) destaca ainda que os repositórios institucionais devem estabelecer "políticas e mecanismos adequados, incluindo gerenciamento de conteúdo e sistemas de controle de versão de documentos", a fim de garantir a qualidade dos conteúdos depositados.

Em adição, Bustos-Gonzalez, Fernandez-Porcel e Johnson (2007, p. 45) salientam que "garantir a qualidade dos conteúdos do repositório é fundamental para ganhar a confiança dos autores e para conseguir a visibilidade institucional exterior pretendida."

No que concerne aos formatos de saídas dos objetos digitais, um repositório institucional "pode decidir que ele só suportará automaticamente formatos populares como HTML, PDF, PostScript, TeX ou TIFF, embora ele possa ser capaz de considerar outros formatos bem documentados" (HUNTER; DAY, 2005, p. 4). É certo que existe uma gama de formatos e o seu uso depende do *software* utilizado e da tipologia de documentos colecionados.

Considerando a existência de dois formatos possíveis: livres e proprietários, é mister que os repositórios institucionais especifiquem se serão aceitos os dois ou apenas um tipo no sistema, uma vez que essa decisão irá influenciar outros processos, como o acesso e a preservação digital.

Independentemente dos critérios de seleção pré-estabelecidos, é importante salientar que em um repositório institucional "só devem ser armazenados os documentos referentes à publicação científica dos membros da instituição que o mantém" (LEITE et al, 2012, p. 24) ou ainda por aqueles que possuem algum vínculo com a instituição, como por exemplo, os professores/pesquisadores convidados.

Desse modo, tal qual é realizado em bibliotecas clássicas, "a seleção do material que fará parte do RI deverá ser ditada por uma política institucional" (LEITE et al, 2012, p. 8). Esse documento, representado pela política de depósito mandatória do repositório institucional, é equivalente a política de seleção tradicional, sexto elemento da política de desenvolvimento de coleções.

Uma política de seleção é "um instrumento de trabalho para apoiar as decisões de seleção" (VERGUEIRO, 2010, p. 72) e ainda é

um conjunto de diretrizes e normas que visa estabelecer ações, delinear estratégias gerais, determinar instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisão na composição e desenvolvimento de coleções em consonância com os objetivos da instituição e os usuários do sistema (FIGUEIREDO, 1998, p. 32).

Em repositórios institucionais, o objetivo dessa política também é orientar a gestão e a tomada de decisão de modo que as suas coleções espelhem a produção científica da instituição que a representa.

Uma vez definidos e expressos, por meio de um documento formal, os critérios de seleção para um repositório institucional, cabe estabelecer os princípios para a realização de seu povoamento, ou seja, como serão 'adquiridos' seus conteúdos.

Nos repositórios institucionais a modalidade de aquisição, presente nas bibliotecas clássicas, refere-se ao autoarquivamento ou depósito mediado das publicações em acesso aberto, a fim de que formem suas coleções. Esse processo é de suma importância para sua consolidação, já que um repositório vazio ou com poucos documentos não cumpre sua missão e objetivos institucionais.

A atividade de aquisição, que se configura como o sétimo elemento de uma política de desenvolvimento de coleções, é realizada após a etapa de seleção dos conteúdos e "envolve a localização e aquisição de itens identificados como apropriados para a coleção" (EVANS, 2000, p. 313).

Diferentemente de todas as outras atividades que envolvem o processo de desenvolvimento de coleções em biblioteca clássicas e que podem ser, confortavelmente, incorporadas aos repositórios institucionais, a atividade de aquisição é a que será mais substancialmente alterada (GENONI, 2004, p. 304) dada a forma como os conteúdos dos repositórios são 'adquiridos'.

Esse fato se explica devido ao processo de aquisição aplicado em bibliotecas e repositórios divergir entre si. Enquanto nas bibliotecas clássicas a aquisição ocorre, basicamente, após a identificação prévia do item (seleção), solicitação de orçamentos e contato com fornecedores para realizar o pagamento pela retenção permanente ou licença de acesso, nos repositórios institucionais ela é realizada tanto por meio da solicitação/convite aos autores para depositar uma cópia digital (autoarquivamento) quanto através de uma autorização para que o depósito seja realizado por outrem (depósito mediado).

Sendo assim, Genoni (2004, p. 305) argumenta que o processo de aquisição no contexto dos repositórios institucionais transformou-se em duas funções: (i) promover os benefícios do autoarquivamento para os repositórios; e (ii) educar os colaboradores a respeito de quando e como realizar o autoarquivamento.

Considerando isso, a atividade de aquisição tornou-se mais complexa na medida em que ela é dependente dos autores para depositar ou enviar para depósito suas publicações e exige do responsável pela aquisição familiaridade com o ciclo da pesquisa científica, de sua comunicação e canais de publicação. Nesse 'novo' cenário, é imprescindível que o responsável pela seleção verifique periodicamente se o que está sendo produzido pelos membros da instituição é adequadamente depositado no repositório institucional. Esse monitoramento por parte dos responsáveis pela seleção diz respeito ao grau de suporte continuado para as coleções e visa garantir o povoamento do repositório, assegurando que o percentual de depósito reflita sua produção acadêmica.

Assim, caso seja identificado uma publicação, dentro do perfil das coleções, que ainda não foi depositada, o responsável pela seleção deve comunicar ao responsável pela aquisição para que ele realize o referido depósito, levando-se em consideração as políticas editoriais sob as quais a produção científica está submetida. Isso porque a função do processo de aquisição é realizar um "trabalho minucioso de identificação, localização dos itens e sua posterior obtenção para o acervo, qualquer que seja a maneira de tornar isto possível" (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 6).

O processo e a política de aquisição, assim como a de seleção, também devem ser expressos através de um documento formal que especifiquem as diretrizes para a tomada de decisão. Sobre essa questão, Leite e outros (2012, p. 10, grifo nosso) sugerem que

a política de funcionamento do repositório deverá estabelecer ainda **quem poderá realizar o depósito**, as **responsabilidades no fluxo de trabalho**, e todos os demais aspectos que as instituições considerem que podem vir a contribuir/garantir o funcionamento de seus repositórios.

É certo que o Movimento do Acesso Aberto preconiza que o responsável pelo depósito das publicações em repositórios institucionais seja o próprio autor da obra, por meio do autoarquivamento, sendo, nesse sentido, a comunidade acadêmica (professores, pesquisadores, técnicos administrativos, alunos etc), competente para realizar essa atividade.

Nessa linha, Bustos-Gonzalez, Fernandez-Porcel e Johnson (2007, p. 41) argumentam que os autores potenciais de um repositório são "todos aqueles que geram o ativo da produção científica ou docente, financiada total ou parcialmente pela universidade". E complementam que dentre eles estão:

- pessoal docente ou investigador membro da universidade que produz material docente ou resultante de pesquisas;
- alunos de doutorado;
- alunos que apresentam seus projetos e trabalhos de investigação de fim de curso;
- pessoal da própria instituição que oferece a documentação gerada internamente no esquema de monografias ou estudos específicos;

- autores externos que publiquem nas revistas editadas pela instituição;
- editora universitária
- docentes que apoiam suas matérias com a implementação de objetos de aprendizagem.

Embora a literatura especializada destaque todos aqueles que podem submeter conteúdos aos repositórios institucionais, cabe ressaltar que é igualmente necessário que também se definam "qual será o caminho a seguir quando um integrante da comunidade sair da instituição" (BUSTOS-GONZALEZ; FERNANDEZ-PORCEL; JOHNSON, 2007, p. 41). Essa ação é fundamental no sentido que possibilita que o repositório cumpra sua função de reunir apenas a produção científica de seus membros, muito embora ele também seja responsável pela guarda e preservação digital das pesquisas que foram produzidas durante o vínculo do pesquisador com a instituição.

Ainda que o autoarquivamento tenha se configurado como a estratégia mais viável de se formar as coleções de um repositório institucional, sabe-se que ela não é a única. Isso porque conforme a necessidade de cada instituição é possível que essa atividade seja delegada a terceiros, tais como: gestor do sistema, gestor de uma coleção ou à própria biblioteca. Sendo assim, desde que formalizado pela instituição, as suas Unidades também podem ser responsáveis pelo depósito de itens nas coleções dos repositórios.

Outro critério atribuído ao processo de aquisição é quanto aos fluxos de trabalho para submissão de um objeto digital. Proudman (2008, p. 69) argumenta que o sucesso do desenvolvimento de coleções em repositórios institucionais é "dependente do conhecimento de fluxos de trabalho, de modo a garantir o fornecimento de infraestruturas simples de depósito."

Na prática, é certo que esses fluxos dependem do *software* escolhido e, normalmente, eles possuem uma interface de submissão interativa baseada na *web*, no qual é realizado o carregamento do arquivo e depois se adicionam seus metadados de descrição. No entanto, é possível que a instituição defina o seu próprio sistema de submissão de documentos (HUNTER; DAY, 2005, p. 4).

Sendo assim, Leite (2009, p. 68) destaca que o fluxo de trabalho em repositórios institucionais no que tange ao autoarquivamento pode ser:

- totalmente realizado pelo autor (ou seu representante ou mediador). O autor submete o documento, e este direta e automaticamente é 'arquivado' no repositório, sem etapas de verificação posteriores antes da disponibilização final;
- submetido pelo autor (ou seu representante ou mediador), passando por procedimentos de verificação da unidade gestora do repositório ou ainda editores/coordenadores/revisores designados para comunidades, subcomunidades ou coleções.

Embora as duas opções coexistam, Leite (2009) recomenda a adoção da segunda pela necessidade de "controlar a qualidade dos metadados atribuídos, para assegurar o seguimento das normas estabelecidas para descrição, da correspondência entre descrição e arquivo carregado e outros" (LEITE, 2009, p. 68). Desse modo, é importante que seja expressa na política de depósito a definição do responsável pela submissão e/ou revisão e aprovação, bem como quais são suas competências.

Nesse sentido, cabe ressaltar que existem dois níveis de análise no que tange ao processo de revisão e aprovação dos documentos submetidos a um repositório institucional. A primeira refere-se à verificação da pertinência do conteúdo que se caracteriza como uma etapa dos processos de seleção e aquisição, conjuntamente. Já a segunda relaciona-se com a análise dos metadados e pode corresponder a atividade de processamento técnico, não sendo aplicada para esse estudo.

Sobre esse processo de revisão e aprovação, Hunter e Day (2005, p. 4) acrescentam que o conteúdo ao ser carregado pode permanecer em uma área de *'buffer'* para a verificação pelos responsáveis pelo controle de qualidade antes de ser efetivamente disponibilizado no repositório. Os autores argumentam ainda que esse procedimento serve para que a própria instituição detenha controle se o depositante tem autoridade para fazê-lo, se o documento pertence ao escopo da coleção e/ou se os metadados associados têm a qualidade adequada.

Além disso, é possível verificar se as publicações depositadas cumprem um dos atributos dos repositórios institucionais, ou seja, que "a finalidade da informação a ser gerenciada seja fundamentar o avanço científico e tecnológico, em atividades de pesquisa e ensino, e que o público-alvo seja a comunidade científica e acadêmica" (LEITE et al, 2012, p. 9).

Além dos critérios já descritos, Barton e Waters (2004, p. 107-108) salientam que ainda é escopo do processo de aquisição especificar a existência ou não de limite de tamanho para os arquivos individuais, para professores membros ou coleções (BARTON; WATERS, 2004, p. 108).

Sabe-se que os *softwares* de implantação dos repositórios institucionais permitem a criação de infinitas comunidades e coleções por meio dos quais podem ser arquivados um número infinito de documentos, dependendo apenas da capacidade de armazenamento do servidor. Sendo assim, a definição de um limite máximo de tamanho para os arquivos pode se configurar apenas como uma estratégia do repositório institucional no sentido de ter controle sobre o espaço de armazenamento de seu servidor, além de propiciar um planejamento sobre os requisitos para o *backup* dos arquivos.

Por fim, o processo de aquisição também precisa estabelecer os prazos para que a comunidade científica realize o depósito dos resultados de suas pesquisas no repositório institucional. Assim, deve-se considerar as três classificações de tipos de depósitos definidas pelo Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (2009, p. 12), anteriormente citadas: (1) depósito imediato com acesso livre imediato; (2) depósito adiado, após o período de embargo; e (3) depósito imediato com acesso opcional, de modo a respeitar as políticas editoriais.

O oitavo elemento da política de desenvolvimento de coleções refere-se à avaliação das coleções. Essa atividade é um processo complexo de se realizar, já que está relacionada com a quantidade e qualidade dos itens que compõem o acervo.

Na verdade, a avaliação da coleção, segundo Figueiredo (1998, p. 97), é

efetivamente, uma avaliação dos seus métodos de seleção, embora não possa sempre ser possível (ou mesmo de interesse) apontar a causa precisa (um mecanismo específico de aquisição ou seleção) e seu efeito (uma mudança definida ocorrida na qualidade da coleção) usando, os métodos comumente empregados para avaliar uma coleção de biblioteca.

Os repositórios institucionais, assim como as bibliotecas clássicas, devem ser submetidos a avaliações periódicas no que concerne às suas coleções e serviços. Essa atividade tem o objetivo de "melhorar aspectos deficientes e identificar seus pontos de sucesso" (LEITE et al, 2012, p. 29) ou ainda "determinar se os objetivos originais da coleção e serviços têm sido cumpridos" (GENONI, 2004, p. 304).

Além disso, uma avaliação periódica serve para "garantir que eles [os repositórios institucionais] estão cumprindo seus requisitos institucionais básicos e as necessidades dos usuários" (HUNTER; DAY, 2005, p. 7).

A atividade de avaliação, de acordo com Genoni (2004, p. 304), pode

ou ser baseada na própria coleção (isto é, quantos documentos ela contém e como isso se compara com outras coleções semelhantes) ou se a coleção atende as necessidades dos usuários com sucesso (isto é, quanto uso a coleção está recebendo e qual nível de satisfação pode ser medido entre os grupos de usuários).

Por meio desses elementos é possível perceber que as coleções de um repositório institucional podem ser avaliadas tanto pelo volume de documentos que contém tanto pelo uso que os usuários fazem dela, inclusive medindo a sua satisfação.

Leite e outros (2012, p. 29) destacam dois indicadores de qualidade que podem ser utilizados como recursos para a avaliação de repositórios: as estatísticas geradas no âmbito dos próprios repositórios por meio de seu *software* de instalação e os *rankings*, como é o caso do *Webometrics*.

Também pode ser avaliado o nível de satisfação dos usuários dos repositórios institucionais tanto em relação ao conteúdo de suas coleções e serviços prestados quanto ao *software* e metadados utilizados.

A atividade de descarte, nono elemento de uma política de desenvolvimento de coleções, é realizada após o processo de avaliação das coleções e é entendida como um "processo de extrair títulos ou partes da coleção quer para remanejamento, quer para descarte" (FIGUEIREDO, 1998, p. 84). Ou ainda como a

retirada de documentos pouco utilizados pelos usuários, de uma coleção de uso frequente para outros locais – os depósitos especialmente criados para abrigar este material de consultas eventuais. Já o descarte, consiste na retirada definitiva do material do acervo da biblioteca, com a correspondente baixa nos arquivos de registro da mesma (MACIEL; MENDONÇA, 2000, p. 26)

Em repositórios institucionais, o descarte é uma questão ainda pouco discutida dada a sua função de reunir e possibilitar acesso a todas as publicações avaliadas por pares produzidas pela comunidade acadêmica da instituição ao qual é vinculado.

Barton e Waters (2004, p. 111) ao abordar o assunto descrevem as possibilidades possíveis para a exclusão de itens das coleções dos repositórios, conforme seguem:

- removido a pedido do autor;
- removido a critério da universidade;
- removido a critério da biblioteca;
- removido por ordem jurídica.

Em contrapartida, autores como Crow (2002, p. 18, grifo do autor) defendem que

o item uma vez submetido não pode ser retirado, exceto em casos raros, presumivelmente, envolvendo alegações de difamação, plágio, violação de direitos autorais, ou 'má ciência'.

No entanto, a questão do descarte é ainda mais complexa e envolve a tomada de decisão a respeito de algumas questões, tais como: (i) o repositório procederá a retirada de itens?; (ii) a retirada significa a exclusão?; e (iii) existem circunstâncias que justifiquem a exclusão de um item? (BARTON; WATERS, 2004, p. 111). Além desses aspectos, há de se observar questões mais técnicas, como: (iv) se permitir a retirada da visualização sem a exclusão do item, como lidar com os metadados?; e (v) haverá alguma informação para os usuários finais sobre a exclusão de um item? (BARTON; WATERS, 2004, p. 111).

Considerando esses aspectos atribuídos ao processo de descarte, cabe salientar que há diferença entre retirar ou excluir um documento das coleções. A retirada significa apenas a remoção do acesso/visualização, o que pode corresponder ao processo de desbaste praticado pelas bibliotecas clássicas. Já a exclusão refere-se à eliminação do documento do sistema.

Sobre o descarte ainda é preciso levar em conta aspectos acerca do armazenamento ou não de documentos com conteúdo de baixa qualidade, mídias com problemas de preservação, versões anteriores de um mesmo documento etc.

Diante disso, é necessário discutir critérios que dê suporte à remoção de materiais depositados e de seus registros, quando esses se fizerem apropriados, com o intuito de proporcionar um desenvolvimento racional e harmonioso das coleções, proporcionando renovação de espaços de armazenamento.

Nesse bojo, a racionalização dos espaços de armazenamento está intimamente relacionada com os custos de manutenção de um repositório institucional, ou seja, a sua sustentabilidade, uma vez que eles dependem de servidores de alta capacidade para armazenar as coleções.

Considerada até aqui a correlação dos repositórios institucionais com nove dos doze elementos comumente presentes em uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas clássicas, cabe ressaltar que, devido à natureza de suas coleções, os repositórios requerem aplicação de requisitos específicos para o seu desenvolvimento e que não foram contemplados naqueles elementos, tais como: acesso; direitos autorais; preservação digital; e sustentabilidade.

A gestão das coleções em bibliotecas clássicas sempre exigiu a tomada de decisão a respeito de quem poderia acessar os materiais sob sua guarda e em quais circunstâncias. Assim, apesar dos repositórios institucionais apoiarem o acesso aberto, também é fundamental que se controle e administre as permissões de acesso aos conteúdos depositados, especialmente, aqueles que possuem restrições pautadas em políticas editoriais ou que exijam confidencialidade em algum grau.

Sobre isso, Hunter e Day (2005, p. 6) observam que "repositórios, por conseguinte, podem precisar definir níveis de acesso para diferentes tipos de conteúdo". Esses níveis podem variar conforme o conteúdo e a finalidade do documento, sendo o acesso aberto, embargado por um período de tempo, restrito parcialmente, restrito totalmente, etc.

Nessa mesma linha, Viana e Márdero Arellano (2006, p. 10) destacam que existem dois tipos básicos de acesso, a saber:

- a) o acesso livre ao conteúdo do RI, para o público em geral, excetuando-se o caso dos documentos considerados confidenciais, que já deverão ter sido estabelecidas previamente durante o desenvolvimento de políticas de depósito de conteúdos no repositório; e
- b) o acesso restrito, no caso daqueles que não são disponibilizados integralmente, ou que só podem ser consultados e/ou descarregados pelo pessoal da instituição ou de um projeto ou programa específico.

A esse respeito, Genoni (2004, p. 304) ressalta que há categorias de conteúdos que não podem ser atribuídos acesso irrestrito e dentre eles destaca: documentos que já possuem versões posteriores, mais completas; conteúdo que pode ter direitos autorais com restrições temporárias; ou itens que podem ter restrições de acesso devido razões relacionadas com a probabilidade de causar ofensa ou sensibilidade cultural.

Desse modo, Crow (2002, p. 18) salienta que um repositório institucional, devido ao seu quadro político e infraestrutura técnica, é capaz de

fornecer aos seus gestores a flexibilidade para controlar quem pode contribuir, aprovar, acessar e atualizar o conteúdo digital oriundo de uma variedade de comunidades institucionais e grupos de interesse (incluindo departamentos acadêmicos, bibliotecas, centros de pesquisa e laboratórios, e autores individuais).

É certo que os *softwares* existentes já contam com uma infraestrutura técnica capaz de controlar períodos de embargos para as publicações ou até suspender acessos, cuja submissão precisa ser aprovada por um revisor previamente designado. Tal revisão irá refletir as políticas e necessidades de cada instituição, mas basicamente se refere a validar afiliação do autor e/ou autorização para postar materiais no repositório, ou em outros casos, pode ser mais qualitativa e extensa, servindo como uma certificação primária (CROW, 2002, p. 18).

No que concerne aos direitos autorais e patrimoniais, Barton e Waters (2004, p. 93) explicam que os direitos de propriedade intelectual referem-se, geralmente, à posse e aos direitos sobre os trabalhos produzidos e distribuídos tanto online quanto por meio impresso. Nesse sentido, as autoras salientam que esses direitos oferecem "proteção aos autores de conteúdos para controlar como seus materiais podem ser usados e distribuídos [...]".

Nesse sentido, é vital que os gestores de repositórios institucionais entendam adequadamente como as leis de direitos autorais afetam o sistema, a instituição mantenedora e os próprios autores, já que precisam lidar com essas questões em dois momentos: (i) na aquisição de conteúdos, quando os autores devem assegurar os direitos para distribuir e preservar os conteúdos armazenados; e (ii) na distribuição de conteúdos para os usuários finais, quando devem equilibrar os princípios do acesso aberto com a proteção dos direitos autorais (BARTON; WATERS, 2004, p. 93).

Diante disso, a questão dos direitos autorais e patrimoniais tem sido um entrave para o povoamento dos repositórios e foco de muitas discussões no meio científico, já que é uma prática cultural do sistema de comunicação científica que, para publicar os resultados de suas pesquisas, os autores cedam os direitos patrimoniais sobre sua obra para as editoras comerciais, permanecendo sob sua propriedade apenas os direitos intelectuais pelo produto do trabalho.

Sendo assim, conforme Barton e Waters (2004, p. 93), há um movimento junto aos pesquisadores para encorajá-los a reter os direitos autorais de seus trabalhos ou, pelo menos, reter os direitos de autoarquivá-lo quando ele for publicado formalmente.

A esse respeito, Rodrigues (2004, p. 29), relata que órgãos de financiamentos de pesquisa têm tornado condição obrigatória para patrocinar pesquisas que os autores retenham o *copyright* dos seus artigos, além de exigir que eles depositem uma cópia da versão final, após *peer-review*, em um repositório ou arquivo livremente acessível na Internet. Nessas circunstâncias, o autor solicita a inclusão de um 'adendo de autor' e concede à editora comercial apenas uma "licença para publicar"²⁹ (REPOSITÓRIO CIENTÍFICO DE ACESSO ABERTO DE PORTUGAL, 2009, p. 11).

Nesse sentido, Hunter e Day (2005, p. 6) ainda descrevem que

algumas universidades estão começando a inserir propriedade corporativa de direitos de propriedade intelectual nos estatutos universitários e contratos de trabalho, especialmente com relação a patentes ou recursos de aprendizagem.

Levando esses aspectos em consideração, a questão chave para os repositórios institucionais é tentar “garantir que eles não estejam infringindo involuntariamente os direitos autorais ou outros direitos de propriedade intelectual” (HUNTER; DAY, 2005, p. 5). Assim, é prática que os repositórios institucionais solicitem, no momento da submissão, que o responsável pela titularidade dos direitos do documento conceda uma autorização formal de modo a confirmar se ele pode realizar o *upload* do arquivo. Além disso, é solicitado a atribuição de uma licença³⁰, determinando o tipo de uso e distribuição permitidos para o material.

Essas licenças, de acordo com Barton e Waters (2004, p. 93) são contratos legais que permitem que os conteúdos possam ser distribuídos e referem-se à dois tipos:

- licença de depósito: acordo entre o autor (ou detentor dos direitos autorais) e a instituição assegurando ao repositório o direito de distribuir e preservar o trabalho;
- licença de uso: acordo entre o autor (ou detentor dos direitos autorais) e os usuários finais que norteiam o uso que pode ser feito do trabalho.

Iniciativas como o já citado projeto SHERPA/RoMEO e Diadorim têm se dedicado a reunir as políticas de direitos autorais das editoras e podem contribuir para garantir que os direitos de uso sejam garantidos e respeitados.

A preservação é mais um elemento que deve compor uma política de desenvolvimento de coleções para repositórios institucionais. Prática há muito assumida pela área de Formação

²⁹ Para modelos de adendos de autor e licenças consultar SPARC/ScienceCommons e SURF/JISC.

³⁰ Atualmente a licença mais utilizada pelos repositórios institucionais é a licença *Creative Commons* (CC).

e Desenvolvimento de Coleções em bibliotecas clássicas, esse processo tornou-se um desafio a ser enfrentado por esses sistemas, uma vez que envolve, segundo Viana e Márdero Arellano (2006, p. 11),

a definição dos tipos de documentos que devem ser preservados; e definição dos requisitos tecnológicos (software, metadados, protocolo de coleta de metadados etc.) mais apropriados para a preservação digital.

Além disso, envolve ainda a definição de estratégias de preservação de formatos de arquivos (conversão, migração, emulação) e dos metadados, a fim de manter seu conteúdo cumulativo e perpétuo.

Sobre os formatos dos arquivos, James e outros (2003, p. 8) descrevem seis recomendações, a saber: (i) reconhecer os riscos de preservação dos formatos dos arquivos; (ii) adotar formatos de arquivos baseados em padrões abertos; (iii) investigar o uso de formatos XML para descrever dados e metadados; (iv) planejar migração de formatos de arquivos raros e obsoletos; (v) manter uma lista de informação de formatos de arquivos; e (vi) incluir funcionalidade de identificação de formato de arquivos nos *softwares* de repositórios.

No que tange aos metadados de preservação, James e outros (2003, p. 9) também estabelecem algumas recomendações, tais como: (i) definir esquemas de metadados de preservação; (ii) desenvolver recursos padrões de descrição de metadados; e (iii) coletar metadados administrativos e de preservação.

Outra estratégia que os repositórios institucionais também utilizam no processo de preservação digital dos documentos diz respeito ao uso de identificadores persistentes. Seu objetivo, segundo Sayão e Marcondes (2009b, p. 41), é "garantir que os recursos informacionais tenham uma identificação – diferentemente do URL – única, global, e independente de tecnologia e do endereço do servidor onde o recurso está armazenado."

Nesse sentido, os repositórios institucionais atribuem URL persistente a cada item da coleção, permitindo "o acesso contínuo ao próprio recurso, assegurando que este seja localizado e se 'materialize' todas as vezes que seu *link* referencial seja acionado ou clicado" (SAYÃO, 2007). Há ainda iniciativas que apoiam a preservação digital de modo colaborativo e em rede, tal como a *Lots Of Copies Keep Stuff Safe* (LOCKSS)³¹ e a Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital (Rede CARINIANA)³².

A sustentabilidade é outro elemento importante para o desenvolvimento de um repositório institucional, já que ele "necessita de suporte financeiro para garantir sua

³¹ <<http://www.lockss.org/>>

³² <<http://cariniana.ibict.br/>>

integridade e sustentabilidade" (TOMAÉL; SILVA, 2007) tanto na fase de implantação e funcionamento quanto em sua continuidade.

A esse respeito, Swan (2008, p. 36) cita que a sustentabilidade de um repositório institucional envolve as seguintes questões: (i) quais são os custos prováveis?; (ii) os recursos disponíveis coincidem com os custos prováveis?; e (iii) é um modelo de negócio flexível?

Ainda segundo Swan (2008, p. 36), os custos dependem do âmbito que o repositório almeja ter e de quão ambicioso o projeto deseja ser. Esses custos relacionam-se com a própria construção do repositório (*hardware*, *software* e equipe) e aqueles relacionados ao funcionamento, nos quais também variam dependendo da gama de atividades desenvolvidas.

Tomaél e Silva (2007) também seguem essa concepção e relatam que "a equipe de trabalho é o componente de maior investimento de um projeto de repositório institucional". Isso se justifica porque a equipe técnica é a responsável por todos os processos que envolvem o repositório, desde o seu projeto de implantação, customização e disponibilização até sua consolidação e manutenção contínuas.

Nesse bojo, Hunter e Day (2005, p. 6, tradução nossa) analisam que a sustentabilidade em longo prazo é uma questão mais geral do gerenciamento de coleções de um repositório institucional. Para os autores existem dois aspectos principais relacionados à questão: (i) a necessidade de apoio estratégico e financeiro da instituição mantenedora; e (ii) a necessidade de garantir acesso contínuo de longo prazo para o conteúdo de repositórios institucionais.

Esses aspectos devem ser levados em consideração no momento da decisão pela implantação de um repositório institucional, já que, segundo Lynch (2003, tradução nossa), esses sistemas devem ser reconhecidos "como um compromisso sério e duradouro para a comunidade do campus (e para o mundo acadêmico e o público em geral) que não pode ser tomada levianamente."

Sendo um compromisso de longo prazo é importante que os gestores de repositórios institucionais reconheçam que a consolidação e continuidade desses sistemas envolvem a possibilidade de um aumento de custos futuros de manutenção, ampliação e divulgação (treinamento e capacitação da equipe gestor) que, conforme Swan (2008, p. 38), são relativos ao: (i) desenvolvimento de softwares (*upgrade*); (ii) aumento do conteúdo; (iii) desenvolvimento de serviços para o repositório; e (iv) posição do repositório no ciclo de negócios.

Nesse contexto, faz-se necessária a obtenção de apoio político dentro da instituição, além da realização de acordos/convênios com outras instituições e ainda o estabelecimento de planos de contingência que possam ser implementados em caso de mudanças (HUNTER;

DAY, 2005, p. 6) de forma a garantir a longevidade dos repositórios institucionais como ferramentas de acesso aberto à informação científica.

Traçando um paralelo, a sustentabilidade em repositórios institucionais pode corresponder à captação de recursos financeiros e a provisão orçamentária necessária ao processo de aquisição em bibliotecas clássicas e envolve o planejamento de "investimentos que deverão ser feitos para garantir a concretização dos objetivos estipulados para o acervo" (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 21).

Retomando os doze elementos já elencados por Weitzel (2013, p. 74-92) ainda devem constar em uma política de desenvolvimento de coleções os seguintes elementos: (x) detalhamento de outros aspectos importantes; (xi) documentos correlatos; e (xii) avaliação da política. Embora esses critérios não sejam identificados na literatura especializada de repositórios institucionais, eles podem ser importantes para o funcionamento e o desenvolvimento dos sistemas, como pode ser observado a seguir.

O detalhamento dos aspectos importantes na política referente às bibliotecas clássicas representam elementos "que não encontraram seu lugar nas etapas anteriores" (WEITZEL, 2013, p. 90) da política de desenvolvimento de coleções.

No caso dos repositórios institucionais também é possível incluir alguns detalhes, como por exemplo: acordos cooperativos com outras instituições; recomendação de se publicar em periódicos de acesso aberto; mecanismos de promoção e incentivo para maximizar o percentual de depósitos; procedimentos para integração com outros sistemas nacionais e internacionais e/ou sistemas corporativos da instituição, se houver; rotinas para *backup* dos conteúdos, dentre outros fatores que se julgar necessário incluir.

Quanto aos documentos correlatos, Vergueiro (2010, p. 72) recomenda que uma política de seleção deva reservar um local para agrupar os documentos associados a ela. Isso também é aplicável a uma política de desenvolvimento de coleções tanto para bibliotecas clássicas como para repositórios institucionais.

Em repositórios institucionais é possível reunir os documentos relacionados ao sistema, tais como os atos legislativos (Portarias, Resoluções, Instruções Normativas etc) de criação ou regulamentação do repositório, bem como seus manuais de acesso e uso, submissão, preservação etc. Além deles, ainda é possível incluir fluxogramas das atividades, formulários diversos, informações sobre políticas editoriais como o SHERPA/RoMEO, Diadorim etc e ainda licenças de uso e distribuição como a *Creative Commons*, dentre outros documentos.

Nesse sentido, ressalta-se que os documentos correlatos, assim como os *links* para acesso das fontes especializadas relativas às políticas editoriais e licenças públicas, podem ser disponibilizados no *site* institucional do repositório, a fim de facilitar a localização, ampla divulgação e uso por parte dos usuários do sistema.

Finalmente, o último elemento trata da avaliação da política de desenvolvimento de coleções. Nessa fase é necessário estabelecer a periodicidade que o documento precisa para ser revisto e ajustado conforme suas necessidades, além dos responsáveis por essa atividade.

Evans (2000) recomenda que esse trabalho seja realizado periodicamente. Essas revisões podem ocorrer anualmente ou quando as alterações se fizerem necessárias. O importante é que a política seja um documento suficientemente flexível de modo que se permita inclusões de novos elementos e/ou modificações, a fim de refletir a realidade daquele repositório institucional.

Diante do exposto, é possível sintetizar, por meio do quadro 5, a correlação entre alguns princípios de desenvolvimento de coleções para bibliotecas clássicas e os aplicados em repositórios institucionais, embora se perceba que foram identificados e incluídos novos elementos para esses últimos em razão de suas características e da natureza das coleções que compõem seu acervo. Além disso, cabe esclarecer que assim como acontece com os processos nas bibliotecas, nos repositórios também há uma interdependência e uma superposição de algumas atividades que envolvem o desenvolvimento de coleções, uma vez que ele é um processo sistêmico e cíclico.

Quadro 5 – Correlação dos processos de desenvolvimento de coleções:
bibliotecas clássicas x repositórios institucionais

BIBLIOTECAS CLÁSSICAS		REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS	
<i>Elementos de DC</i>	<i>Autores</i>	<i>Elementos de DC</i>	<i>Autores</i>
Missão e objetivos	Pinheiro (2007); Weitzel (2013)	Missão e objetivos	Leite et al (2012)
Perfil da comunidade	Figueiredo (1994); Maciel e Mendonça (2000)	Perfil da comunidade (usuários)	Leite (2009)
Perfil das coleções	Miranda (1978)	Perfil das coleções (escopo)	Genoni (2004); Crow (2002); Bustos- Gonzalez, Fernandez- Porcel e Johnson (2007); Rodrigues (2004); Leite (2009); Lynch (2003)
Descrição das áreas	Figueiredo (1998); Weitzel (2013)	Estrutura das coleções (organização)	Leite et al (2012); Leite (2009)

(Cont.)

BIBLIOTECAS CLÁSSICAS		REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS	
<i>Elementos de DC</i>	<i>Autores</i>	<i>Elementos de DC</i>	<i>Autores</i>
Seleção	Vergueiro (2010); Figueiredo (1998)	Seleção (qualidade e formato)	Genoni (2004); Baptista et al (2007); Hunter e Day (2005); Tomaél e Silva (2007); Leite et al (2012)
Aquisição	Evans (2000); Andrade e Vergueiro (1996)	Aquisição (responsável, tipo de depósito, fluxo de trabalho, prazo)	Genoni (2004); Leite et al (2012); Leite (2009); Barton e Waters (2004); Bustos-Gonzalez, Fernandez-Porcel e Johnson (2007); Proudman (2008); Hunter e Day (2005)
Avaliação	Figueiredo (1998)	Avaliação (coleção e serviço)	Leite et al (2012); Genoni (2004); Hunter e Day (2005);
Descarte	Figueiredo (1998); Maciel e Mendonça (2000)	Descarte (exclusão/retirada de objetos, registros etc)	Barton e Waters (2004); Crow (2002)
Acesso	-	Acesso (controle e níveis)	Genoni (2004); Hunter e Day (2005); Viana e Márdero-Arellano (2006); Crow (2002)
Direitos autorais	-	Direitos autorais e patrimoniais (autorização de depósito, atribuição e tipo de licença)	Barton e Waters (2004); Rodrigues (2004); Hunter e Day (2005)
Preservação	-	Preservação (do documento, do formato, dos metadados etc)	Viana e Márdero-Arellano (2006); James et al (2003)
Recursos financeiros	Andrade e Vergueiro (1996)	Sustentabilidade (recursos tecnológicos, coleção, serviço, equipe)	Swan (2008); Hunter e Day (2005)
Detalhamento dos aspectos importantes	Weitzel (2013)	Detalhamento dos aspectos importantes (backup, integração de sistemas, convênios, recomendações diversas etc)	-
Documentos correlatos	Vergueiro (2010)	Documentos correlatos (atos formais, manuais, formulários, políticas editoriais, licenças etc)	-
Avaliação da política	Evans (2000)	Avaliação da política (periodicidade e responsabilidade)	-

Fonte: O autor (2014).

Considerando a correlação dos processos identificados e expressos por meio do quadro anterior, cabe ressaltar que essa subseção é resultado de uma revisão sistemática da literatura sobre critérios de desenvolvimento de coleções aplicáveis aos repositórios institucionais e atende ao primeiro objetivo específico desse trabalho.

3.3.3 Padrões internacionais como modelo de política

Com a implantação de repositórios institucionais e sua institucionalização nas universidades e institutos de pesquisa, faz-se necessário o desenvolvimento de padrões e de políticas, a fim de orientar tanto a criação quanto a gestão dessas ferramentas.

O surgimento de modelos internacionais propicia a definição de uma infraestrutura técnica com o intuito de garantir a integração, a interoperabilidade e a compatibilidade dos diversos repositórios institucionais.

Já o estabelecimento de políticas, principalmente, a política de depósito mandatória possibilita a definição de estratégias para garantir o que preconiza o Movimento do Acesso Aberto, ou seja, disponibilizar 100% da literatura técnico-científica em repositórios institucionais.

Devido à importância de diretrizes para o sucesso dos repositórios institucionais, é objetivo dessa subseção analisar as recomendações do padrão internacional *Digital Repositories Infrastructure Vision for European Research (DRIVER)*³³, que é um modelo europeu.

Além desse padrão, também é nosso propósito apreciar o modelo de uma política institucional de depósito mandatória já consagrada no cenário mundial, a Política de Auto-Arquivo da Produção Científica da Universidade do Minho³⁴, o RepositorUM³⁵.

A investigação desses documentos também tem como escopo identificar elementos de desenvolvimento de coleções aplicados aos repositórios institucionais.

3.3.3.1 *Digital Repositories Infrastructure Vision for European Research (DRIVER)*

O DRIVER é um projeto europeu

[...] dinamizado por um consórcio financiado pela União Europeia (UE) e que visa a constituição de uma estrutura organizacional e tecnológica para implementar uma

³³ <<http://www.driver-community.eu/>>

³⁴ <<http://www.uminho.pt/>>

³⁵ <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/>>

camada de dados pan-europeia que permita o uso avançado de recursos de conteúdos na área da investigação no ensino superior. O DRIVER desenvolve uma infraestrutura de serviços e uma infra-estrutura de dados. Ambas estão concebidas para instrumentar os recursos e serviços existentes na rede de repositórios (DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH, 2009, p. 9).

Trata-se de uma iniciativa para auxiliar o desenvolvimento de repositórios institucionais na Europa através da criação de infraestruturas técnicas que consiste em duas fases.

O início do projeto foi denominado DRIVER e tinha como objetivo "estabelecer uma rede de *experts* e de repositórios de acesso aberto" (DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH, c2014). Essa etapa iniciou-se em 01/06/2006 e findou-se em 30/11/2007 quando foi entregue um portal de buscas em acesso aberto com conteúdos de mais de 70 repositórios (DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH, c2014).

A segunda fase foi nomeada de DRIVER-II e deu-se início em 01/12/2007 com prazo de duração até 30/11/2009. Sua finalidade era "consolidar esses esforços e transformar o teste inicial totalmente funcional, serviço de estado da arte, ampliando a rede para uma confederação maior de repositórios" (DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH, c2014).

Do projeto DRIVER-II emanaram diversos estudos sobre os repositórios institucionais, do qual deu origem às diretrizes DRIVER, a fim de possibilitar uma maior interoperabilidade (sintática e semântica) de dados e fornecedores de serviços.

Essas diretrizes DRIVER têm como função fornecer

orientação aos administradores de novos repositórios na definição de políticas locais de gestão de dados, aos administradores de repositórios já existentes na tomada de medidas para serviços melhorados e aos programadores de plataformas de repositórios no acréscimo de novas funcionalidades de suporte em futuras versões (DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH, 2009, p. 12).

Sendo assim, elas configuram-se como um documento mais técnico, no qual foram constituídas para fornecer recomendações de boas práticas técnico-operacionais aos gestores de repositórios institucionais participantes da rede, de forma a garantir a interoperabilidade entre os sistemas, a partir do uso de metadados para troca entre as máquinas e os serviços do DRIVER. É importante frisar que essas diretrizes não se configuram como normas e tampouco equivalem às regras de catalogação.

Basicamente, essas diretrizes DRIVER focam em cinco questões, a saber: (i) coleções; (ii) metadados; (iii) implementação do protocolo OAI-PMH; (iv) práticas recomendadas; e (v) vocabulários e semânticas (DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH, 2009, p. 14).

Embora estes cinco aspectos sejam importantes, o escopo desse trabalho é identificar apenas os elementos de desenvolvimento de coleções relativos aos repositórios institucionais presentes no documento e, portanto, se concentra apenas nos critérios relacionados ao primeiro item citado: 'coleções'.

Nesse sentido, ao abordar o conteúdo do conjunto DRIVER, as diretrizes definem o perfil das coleções e especificam os seguintes quesitos por meio dos quais os documentos devem estar em conformidade para serem depositados, caracterizando o escopo das coleções de um repositório da rede, a saber:

- [...] devem conter recursos textuais digitais de acesso livre
- deve conter objetos de texto integral, não apenas metadados
- o conteúdo é de acesso livre
- o conteúdo não é protegido por *firewall*
- o conteúdo é também acessível fora do campus universitário
- o conteúdo não se encontra em *websites* que exijam pagamento (DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH, 2009, p. 46, grifo nosso).

Embora haja uma recomendação para que os documentos que formem as coleções sejam de caráter textual (artigos científicos, teses, documentos de trabalho, livros eletrônicos, resultados de atividades de investigação científica etc), que é o foco do DRIVER, é possível o depósito de outros tipos de documentos, inclusive itens não-digitais, descritos por meio de metadados próprios (DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH, 2009, p. 15).

Considerando isso, as diretrizes DRIVER permitem as duas abordagens discutidas por Leite (2009): abordagem rígida e abordagem flexível.

Sendo assim, as diretrizes DRIVER estabeleceram com base em outros documentos (Diretrizes DARE, da Holanda; tipos enumerados no certificado DINI; e tipos de publicações e-Prints) uma lista com o vocabulário dos tipos de publicações para repositórios institucionais que permitem forte incidência de interoperabilidade entre os sistemas. Por meio dessa lista, disposta no quadro 6, é possível verificar a tipologia documental dos conteúdos que um repositório institucional comporta em suas coleções e que devem estar em consonância com a abordagem definida para o sistema: rígida ou flexível.

Quadro 6 – Tipos de publicações para repositórios institucionais

TIPOLOGIA	VERSÃO PERMITIDA	DESCRIÇÃO
article	aceito / publicado / atualizado	Artigo ou um editorial publicado numa revista científica
bachelorThesis	aceito / publicado / atualizado	Dissertação de Licenciatura (mestrado integrado).
masterThesis	aceito / publicado / atualizado	Dissertação de mestrado. Nível intermédio de uma dissertação (normalmente após quatro ou cinco anos de estudo).
doctoralThesis	aceito / publicado / atualizado	Tese de doutoramento. O nível mais elevado de uma tese, normalmente depois de mais de quatro ou cinco anos de estudo.
book	aceito / publicado / atualizado	Livro ou monografia
bookPart	aceito / publicado / atualizado	Parte ou capítulo de um livro
review	rascunho / submetido / aceito / publicado / atualizado	Recensão de livro ou de artigo. Não confundir com artigo de revisão.
conferenceObject	rascunho / submetido / aceito / publicado / atualizado	Todo o tipo de documentos relacionados com uma conferência (ex.: artigos de conferências, relatórios de conferências, palestras em conferências, artigos publicados em <i>proceedings</i> de conferências, relatórios de <i>abstracts</i> de artigos de conferência e <i>posters</i> de conferências).
lecture	rascunho / submetido / aceito / publicado / atualizado	Palestra (<i>Lecture</i>) ou apresentação realizada durante um evento académico (ex.: uma palestra de abertura. Excluem-se palestras em conferências (ver <i>conferenceItem</i>).
workingPaper	Rascunho / submetido	Um documento científico ou técnico preliminar que é publicado numa série da instituição onde a investigação é conduzida. Também conhecido como trabalho de investigação, memorando de investigação ou trabalho de reflexão. A diferença relativamente a um <i>Preprint</i> é que um <i>workingPaper</i> é publicado numa série institucional.
preprint	Rascunho / submetido	Tal como um <i>workingPaper</i> este é um documento científico ou técnico preliminar, mas que não é publicado numa série institucional. O documento destina-se a ser publicado numa revista científica ou como um capítulo num livro. Também, artigo que ainda não foi avaliado e revisto (<i>peer-reviewed</i>) e ainda não foi aceito para publicação por uma revista científica.

(Cont.)

TIPOLOGIA	VERSÃO PERMITIDA	DESCRIÇÃO
annotation	rascunho / submetido / aceito / publicado / atualizado	Anotações a decisões jurisprudenciais.
contributionToPeriodical	rascunho / submetido / aceito / publicado / atualizado	Artigo publicado em jornal, revista semanal (magazine) ou em outro tipo de periódicos não acadêmicos.
patent	rascunho / submetido / aceito / publicado / atualizado	Patente.
other	rascunho / submetido / aceito / publicado / atualizado	Especialmente indicado para dados não publicados (dados científicos, materiais audiovisuais, animações etc).

Fonte: Adaptado do *Digital Repository Infrastructure Vision For European Research* (2009, p. 122-125).

Ainda segundo o *Digital Repository Infrastructure Vision For European Research* (2009, p. 121), essa relação da tipologia de publicações está de acordo com as espécies de publicações utilizadas usualmente pelo *Current Research Information Systems* (CRIS), como o METIS, e tanto os termos quanto as descrições foram escolhidas de modo a abranger as especificidades das publicações usadas pelo sistema de comunicação científica.

Os vocabulários de versões também é uma questão abordada pelas diretrizes DRIVER e servem para descrever o estado dos documentos depositados, conforme segue no quadro 7. Esse elemento relaciona-se à qualidade dos materiais que podem ser depositados e configura-se como um critério de seleção dos documentos.

Ressalta-se que esse vocabulário foi construído com base no projeto VERSIONS (*Versions of Eprints - user Requirements Study and Investigation Of the Need for Standards*)³⁶, financiado pelo JISC, e tem como objetivo "aborda[r] os problemas e as incertezas relativas às versões de textos científicos em repositórios digitais" (DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH, 2009, p. 126).

³⁶ <<http://www.lse.ac.uk/library/versions/>>

Quadro 7 – Vocabulário de versões de documentos

VERSÃO	DESCRIÇÃO
draft	A versão inicial colocada em circulação como trabalho em progresso
submittedVersion	A versão que foi submetida a uma revista para revisão científica
acceptedVersion	A versão produzida pelo autor que incorpora comentários de revisão científica e que foi aceita para versão de publicação
publishedVersion	A versão produzida pelo editor e publicada.
updatedVersion	A versão atualizada desde a publicação.

Fonte: *Digital Repository Infrastructure Vision For European Research* (2009, p. 127).

Além do critério correspondente à qualidade, as diretrizes também estabelecem que os documentos textuais devem, obrigatoriamente, serem dispostos em "[...] formatos profusamente utilizados e difundidos (PDF, TXT, RTF, DOC, TeX etc.)" (DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH, 2009, p. 18), o que caracteriza outro critério do processo de seleção para repositórios institucionais, o formato de saída dos documentos. Considerando os formatos listados pelo DRIVER, é possível identificar que suas diretrizes orientam os repositórios institucionais a utilizarem tanto formatos livres quanto proprietários.

Outra recomendação das diretrizes DRIVER diz respeito à incorporação de *softwares* de estatísticas de uso de forma a agregar valor aos repositórios de acesso aberto, além de oferecer serviços adicionais aos autores (DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH, 2009, p. 35). Essa ação permite que os repositórios institucionais realizem o processo de avaliação de uso das coleções e dos próprios serviços.

Além disso, também está contida nas diretrizes DRIVER orientação quanto ao repositório institucional manter um registro de documentos eliminados. Segundo essas diretrizes, "a vantagem para o repositório em manter um registro de eliminações é a de que o fornecedor de serviços não exibirá registros que já não estejam disponíveis no repositório" (DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH, 2009, p. 43).

Essa prática relacionada ao processo de descarte de documentos em repositórios institucionais permite um resultado de busca mais eficiente, uma vez que evita que os *harvesters* realizem a recolha completa dos metadados do repositório em todas as buscas.

Nesse sentido, existem três níveis de suporte ao registro de eliminação de documentos que os repositórios institucionais devem optar, a saber:

- *no* - o repositório não mantém informação sobre as eliminações. Um repositório que indique este nível de suporte não deve revelar um estatuto de eliminação em qualquer resposta;
- *persistent* - o repositório mantém informação sobre as eliminações sem qualquer limite de tempo. Um repositório que indique este nível de suporte deve manter sistematicamente um registro histórico das eliminações e consistentemente revelar o estado de um registro eliminado ao longo do tempo;
- *transient* - o repositório não garante a manutenção de uma lista de eliminações de forma persistente e consistente. Um repositório que indique este nível de suporte pode revelar o estado dos registros eliminados (DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH, 2009, p. 42, grifo do autor).

Embora haja essas três categorias, as diretrizes DRIVER requerem que os repositórios da rede utilizem a opção 'transient'. Contudo, o nível 'persistent' também pode ser utilizado.

O uso de direitos de propriedade intelectual também é uma temática abordada pelas diretrizes DRIVER. Seu foco está nos direitos de utilização dos documentos que, mesmo em acesso aberto, podem conter limitações de uso por conta dos direitos de autor.

Desse modo, as diretrizes visam garantir o direito de propriedade intelectual de forma correta através do uso das licenças *Creative Commons*, recomendando uma boa descrição de sua utilização, uma vez que essas licenças "[...] permitem a autores, cientistas, artistas e educadores marcarem facilmente o seu trabalho criativo com o grau de liberdade que lhe pretendam aplicar" (DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH, 2009, p. 143).

Assim, o DRIVER orienta que a disseminação das informações, por meio dos repositórios institucionais, respeite a noção de propriedade, atribuindo as licenças devidas, tais como:

- **SA (Partilha nos Termos da Mesma Licença):** a utilização da obra é livre, podendo os utilizadores fazer dela uso comercial ou criar obras derivadas a partir da obra original.
 - o Observação 1: todas as partes, comercial ou não, têm de licenciar nos mesmos termos em que o foi a obra original para produzir trabalhos derivados. Como resultado: o conhecimento não será bloqueado.
 - o Observação 2: contudo, a velocidade de inovação pode ser protelada, porque algumas partes não querem usar o mesmo modelo de licenciamento quando da produção de trabalhos derivados.
- **BY (Atribuição):** é necessário conceder o devido crédito ao autor original (assim também terá créditos como colaborador) (DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH, 2009, p. 144).

Considerando o exposto, é possível sintetizar a presença de alguns dos elementos de desenvolvimento de coleções contidas nas diretrizes do DRIVER por meio do quadro 8, a seguir.

Quadro 8 – Elementos de desenvolvimento de coleções – DRIVER

BIBLIOTECAS CLÁSSICAS	DRIVER
Missão e objetivos	-
Perfil da comunidade	-
Perfil das coleções	Perfil das coleções (escopo)
Descrição das áreas	-
Seleção	Seleção (qualidade e formato dos documentos)
Aquisição	-
Avaliação	Avaliação (estatística de uso)
Descarte	Descarte (registro de eliminação e níveis de eliminação)
Acesso	-
Direitos autorais	Propriedade intelectual (atribuição de licença e tipo de licença)
Recursos financeiros	-
Detalhamento dos aspectos importantes	-
Documentos correlatos	-
Avaliação da política	-

Fonte: O autor (2014).

Ressalta-se que a ausência de alguns elementos de desenvolvimento de coleções nas diretrizes do DRIVER expressos no quadro anterior pode ser explicada pelo fato desse documento se configurar como uma recomendação de boas práticas técnico-operacionais e não como manuais de criação de repositórios institucionais, como já informado anteriormente.

Além disso, destaca-se que considerando a correlação dos processos identificados e expressos por meio do referido quadro, essa subseção é resultado de uma análise de conteúdo, a fim de identificar elementos de desenvolvimento de coleções aplicáveis aos repositórios institucionais e atende ao segundo objetivo específico desse trabalho.

3.3.3.2 *Política de Auto-Arquivo da Produção Científica da Universidade do Minho (UMinho)*

A Universidade do Minho (UMinho), uma das maiores universidades de Portugal, foi fundada em 1973, tendo suas atividades acadêmicas iniciadas em 1975-1976. Instituição pública de ensino superior, a Universidade conta com dois campus: um na cidade de Braga e outro em Guimarães (UNIVERSIDADE DO MINHO, 2013).

Contando atualmente com onze escolas e institutos, a UMinho adota um modelo organizacional de base matricial por meio do qual promove a interação entre suas unidades

com vista à realização de projetos que concretizam sua missão e objetivos, assegurando a eficiência na utilização de seus recursos (UNIVERSIDADE DO MINHO, 2013).

Seguindo o exemplo de outras instituições no mundo em prol do acesso aberto a publicações científicas, a UMinho implantou seu repositório institucional – o RepositoriUM em 20/11/2003 (RODRIGUES; SARAIVA, 2013, p. 26).

No entanto, segundo Rodrigues e Saraiva (2013, p. 26), a gênese dessa ideia deu-se em fins de 2002, motivada por três fatos: (i) a leitura da publicação SPARC Position Paper³⁷ sobre os repositórios institucionais; (ii) a participação de membros do Serviço de Documentação da Universidade do Minho (SDUM) no *Workshop* promovido pelo *Open Archives Forum*; e (iii) desafio do governo português para apresentação de projetos de modernização das universidades, do qual resultou uma proposta da UMinho para o programa e-U Campus Virtual.

O projeto de implantação do RepositoriUM iniciou-se em abril de 2003 após a escolha do *software* DSpace e justificou-se devido "sua arquitetura tecnológica, ao seu modelo de comunidade de utilizadores e ao fato de ser uma solução de código aberto (*open source*) já amplamente utilizada" (RODRIGUES; SARAIVA, 2013, p. 27).

Dividido em quatro fases, a primeira parte desse projeto ocorreu entre maio e junho daquele ano e consistiu na "instalação, configuração e tradução do DSpace, adaptando-se a interface de utilização em língua portuguesa e em consonância com a identidade gráfica da UMinho" (RODRIGUES, 2005, p. 25; RODRIGUES; SARAIVA, 2013, p. 27).

Com a instalação do *software*, realizou-se a segunda fase do projeto que se referiu ao carregamento de teses e dissertações. Assim, os alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado) foram convidados a depositar seus trabalhos de conclusão de curso no RepositoriUM, a fim de que ele fosse povoado com algum conteúdo antes de sua apresentação pública. Essa fase ocorreu de julho a setembro de 2003 (RODRIGUES, 2005, p. 25; RODRIGUES; SARAIVA, 2013, p. 27).

A terceira fase do processo relacionou-se com a criação de "comunidades piloto" a partir de seis unidades orgânicas da Instituição com o objetivo de ampliar e testar o sistema com outros tipos de publicações. Por fim, a última fase foi a apresentação e divulgação pública do repositório ao público em geral, reunindo 280 documentos (RODRIGUES, 2005, p. 25; RODRIGUES; SARAIVA, 2013, p. 27-28).

³⁷ <http://scholarship.utm.edu/20/1/SPARC_102.pdf>

Nesse cenário, o ano de 2004 foi considerado como um período de desenvolvimento e afirmação do repositório institucional da UMinho, cujos objetivos pautavam-se em "aumentar significativamente o acervo do RepositóriUM e promover a sua utilização dentro e fora da UMinho" (RODRIGUES; SARAIVA, 2013, p. 29).

Contudo, em fins de 2004, mesmo após diversas sessões de sensibilização nas unidades orgânicas da Universidade sobre a importância da adesão dos membros da instituição e do autoarquivamento de sua produção, o RepositoriUM reunia apenas 630 documentos, dos quais apenas 1/5 destes, ou seja, 128 objetos digitais, foram autoarquivados pelos próprios autores (RODRIGUES; SARAIVA, 2013, p. 30).

Considerando que o número de depósitos crescia lentamente e permanecia muito aquém do que foi previsto, os gestores do RepositoriUM concluíram que era necessário adotar algumas estratégias com o intuito de consolidá-lo tanto no cenário nacional quanto internacional (RODRIGUES, 2005, p. 26).

Desse modo, Rodrigues e Saraiva (2013, p. 30) destacam que foi definida uma estratégia composta de quatro componentes essenciais, a saber: (i) definir e desenvolver uma estratégia e um plano de comunicação e promoção do RepositóriUM e do Acesso Aberto em geral; (ii) definir e implementar uma política institucional de auto-arquivo; (iii) desenvolver serviços de valor agregado para os autores das publicações depositadas; e (iv) reforçar a participação na comunidade internacional relacionada com o Acesso Aberto, os repositórios institucionais e o software DSpace.

Embora as ações de divulgação, sensibilização e participação em eventos viessem ocorrendo, segundo Rodrigues e Saraiva (2013, p. 32), a definição e a implantação da política institucional de autoarquivamento pelo RepositoriUM foi considerada um marco para a sua consolidação.

Assinada simbolicamente em novembro de 2004, a política institucional de autoarquivamento da UMinho foi publicada, por meio do Despacho RT 56-2004, em 06/12/2004, entrando em vigor em 01/01/2005 (RODRIGUES; SARAIVA, 2013, p. 33). No entanto, apesar dela ter contribuído para a consolidação do RepositoriUM no cenário nacional e internacional, visando aprofundar sua experiência com o acesso aberto e tornar-se referência nesse domínio, fez-se necessário atualizá-la, a fim de torná-la mais efetiva e garantir seu cumprimento.

Assim, ouvido o Senado Acadêmico, em 15/11/2010 foi assinado pelo Reitor da Universidade o Despacho RT-98/2010 que estabeleceu a Política de Auto-Arquivo da Produção Científica da Universidade do Minho.

No que concerne a presença de elementos de desenvolvimento de coleções, a política de depósito mandatária do UMinho estabelece alguns princípios, a saber: (i) perfil das coleções (escopo); (ii) responsável pelo depósito; (iii) prazos; (iv) acesso e (v) direitos autorais e patrimoniais.

O primeiro elemento é relativo ao perfil das coleções (escopo). Nesse âmbito, a UMinho define que as coleções do RepositoriUM serão formadas por

1. [...]
- a) [...] uma cópia electrónica de todos os artigos de revistas científicas, comunicações a congressos, conferências e outros textos científicos, com data posterior a Janeiro de 2011, que constem dos seus currículos [de docentes e investigadores] e dos relatórios de actividades dos centros de investigação a que estão vinculados (REPOSITÓRIO DO MINHO, 2010).

A política do UMinho também estabelece os responsáveis pelo depósito da produção no repositório institucional, destacando que os professores e pesquisadores são competentes para realizar essa atividade e formar as coleções do sistema, conforme consta no trecho abaixo.

1. [...]
- a) Que todos os docentes e investigadores da Universidade depositem obrigatoriamente no RepositóriUM – Repositório Institucional da Universidade do Minho uma cópia electrónica de todos os artigos de revistas científicas, comunicações a congressos, conferências e outros textos científicos [...] (REPOSITÓRIO DO MINHO, 2010).

Outro elemento destacado na política de depósito mandatária do RepositoriUM é o prazo de depósito, que integra o processo de aquisição dos conteúdos do repositório.

A esse respeito, o documento especifica que o autoarquivamento deve ser realizado "imediatamente após a publicação (ou aceitação para publicação no caso dos artigos de revistas)" (REPOSITÓRIO DO MINHO, 2010). E para auxiliar esse processo, o Serviço de Documentação da Universidade fornece "apoio e esclarecimento de dúvidas no processo de depósito de publicações" (REPOSITÓRIO DO MINHO, 2010).

No que tange às teses e dissertações aprovadas no âmbito da Universidade, a política também determina seu depósito. Contudo, ele deve ser autorizado mediante assinatura de uma declaração específica.

Já em relação ao acesso aos documentos depositados no RepositoriUM, a política determina que

o acesso ao texto integral das publicações depositadas no RepositóriUM deverá ser, sempre que possível, **livre e imediato**, mas será definido **de acordo com a vontade do(s) autor(es) e em conformidade com eventuais períodos de embargo ou restrições** determinadas pelas regras de direitos de autor que se apliquem (REPOSITÓRIO DO MINHO, 2010, grifo nosso).

Especificamente quanto ao acesso de teses e dissertações defendidas na UMinho, a política estabelece que ele está condicionado a quatro níveis: (i) acesso livre e universal imediato; (ii) acesso restrito à Universidade do Minho; (iii) acesso embargado entre 1 e 3 anos; ou (iv) em circunstâncias excepcionais devidamente justificadas, por mais de 3 anos, contados a partir da data da defesa. A definição pelo tipo de acesso é realizada pelo autor conjuntamente com seu supervisor (REPOSITÓRIO DO MINHO, 2010).

Considerando as características expostas sobre acesso, ressalta-se que a política de depósito mandatória do RepositoriUM contém detalhamento sobre os possíveis níveis de acesso aos documentos e sobre quem é o responsável por controlar esses acessos.

Questões relativas aos direitos autorais e patrimoniais também são expressas na política de autoarquivo da produção científica da Universidade do Minho quando ela aborda a temática do acesso e condiciona o acesso livre e imediato às publicações desde que se respeite "[...] eventuais períodos de embargo ou restrições determinadas pelas regras de direitos de autor que se apliquem" (REPOSITÓRIO DO MINHO, 2010).

Esse aspecto também é retratado quando a referida política determina a obrigatoriedade de assinatura, por parte dos autores, de uma declaração autorizando o depósito das teses e dissertações no RepositoriUM e por fornecer, também por meio do Serviço de Documentação, "apoio e esclarecimento de questões relacionadas com os direitos de autor" (REPOSITÓRIO DO MINHO, 2010).

Por fim, ainda é destacado na política que o Serviço de Documentação deve propiciar apoio no que concerne as "estatísticas sobre a utilização (consultas e downloads) dos documentos depositados no RepositoriUM" (REPOSITÓRIO DO MINHO, 2010), o que pode auxiliar no processo de avaliação tanto das coleções quanto dos serviços oferecidos.

Considerando o exposto, é possível demonstrar a presença de alguns dos elementos de desenvolvimento de coleções contidas na política do RepositoriUM por meio do quadro 9.

Quadro 9 – Elementos de desenvolvimento de coleções – UMinho

BIBLIOTECAS CLÁSSICAS	UMINHO
Missão e objetivos	-
Perfil da comunidade	-
Perfil das coleções	Perfil das coleções (escopo)
Descrição das áreas	-
Seleção	-
Aquisição	Aquisição (responsável pelo depósito e prazo)
Avaliação	Avaliação (estatísticas de uso)

(Cont.)

BIBLIOTECAS CLÁSSICAS	UMINHO
Descarte	-
Acesso	Acesso (controle e níveis)
Direitos autorais	Direitos autorais e patrimoniais (autorização para depósito)
Recursos financeiros	-
Detalhamento dos aspectos importantes	-
Documentos correlatos	-
Avaliação da política	-

Fonte: O autor (2014).

Considerando a correlação dos processos identificados e expressos por meio do quadro anterior, cabe ressaltar que essa subseção é resultado de uma análise de conteúdo, a fim de identificar elementos de desenvolvimento de coleções aplicáveis aos repositórios institucionais e atende ao segundo objetivo específico desse trabalho.

4 MARCO EMPÍRICO

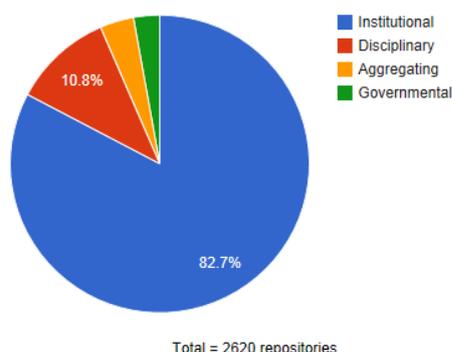
É escopo dessa seção apresentar a investigação de natureza empírica, destacando o universo e amostra, as unidades-casos selecionadas como objetos de estudo, além da descrição e análise comparativa dos dados obtidos.

4.1 UNIVERSO E AMOSTRA

Como já apresentado anteriormente, universidades e institutos de pesquisa de todo o mundo vêm amplamente implantando repositórios institucionais, a fim de reunir e disseminar a produção científica de suas comunidades acadêmicas com base nos preceitos do Movimento do Acesso Aberto.

Segundo dados do OpenDOAR existem 2.620 repositórios cadastrados mundialmente³⁸. Desse total, 2.167 (82,7%) iniciativas foram classificadas como repositórios institucionais ou departamentais, 283 (10,8%) como repositórios temáticos, 96 (3,7%) como repositórios agregadores de dados e 74 (2,8%) como repositórios para dados governamentais conforme demonstra o gráfico 1.

Gráfico 1 – Proporção por tipos de repositórios de acesso aberto



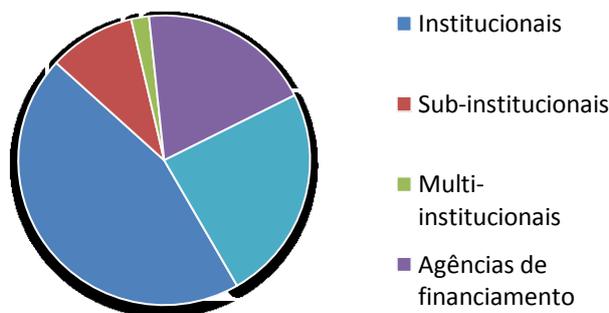
Fonte: OpenDOAR (2014)

No que tange aos registros de políticas, existem cadastradas apenas 457 políticas de depósito mandatórias de diversos tipos e finalidades no Diretório de Registros de Políticas Mandatórias de Repositórios de Acesso Aberto (ROARMAP – *Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies*). Dessa totalidade, 206 (45,08%) se referem a mandatos institucionais, 44 (9,63%) como mandatos sub-institucionais, 9 (1,97%) a mandatos

³⁸ Dados coletados em 31/03/2014.

multi-institucionais, 88 (19,26%) a mandatos de agências de financiamento e 110 (24,07%) a mandatos de teses conforme evidencia o gráfico 2.

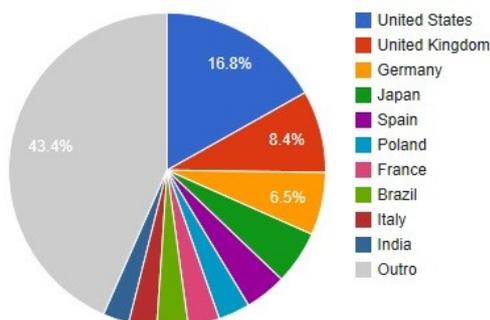
Gráfico 2 – Proporção por tipos de políticas de depósito mandatórias



Fonte: Adaptado de ROARMAP (2014).

No Brasil, também de acordo com dados do OpenDOAR, há 83 repositórios registrados, o que representa 3,2% do total de iniciativas mundiais.

Gráfico 3 – Proporção de repositórios por países



Fonte: OpenDOAR (2014)

Quanto às políticas de depósito mandatórias, segundo informações do ROARMAP, o Brasil participa apenas com dez delas, conforme demonstra o quadro 10 a seguir, sendo que o PL 1.120/2007 (arquivado em 2011) foi classificado somente como uma proposta de mandato. Sendo assim, considerando apenas que nove políticas estão aprovadas em suas instituições, o país representa 1,97% do total de mandatos no mundo, valor muito aquém da necessidade de ter nossa produção científica espelhada por meio dos repositórios institucionais.

Quadro 10 – Políticas de depósito brasileiras cadastradas no ROARMAP

INSTITUIÇÃO		POLÍTICA	DATA DO DEPÓSITO
1	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei nº 1.120, de 21 de Maio de 2007	03/06/2007
2	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fiocruz	Portaria da ENSP GD-ENSP nº 026, de 11 de Setembro de 2012	23/10/2012
3	Universidade Federal de Lavras, (UFLA)	Resolução CUNI nº 082, de 13 de Novembro de 2012	23/01/2013
4	Universidade Federal de Sergipe	Resolução nº 40/2010/CONEPE, de 18 de Junho de 2010	21/10/2013
5	Universidade Federal do Ceará	Resolução nº 02/CONSUNI, de 29 de Abril de 2011	15/05/2014
6	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Portaria nº 5068/2010, de 13 de Outubro de 2010	14/06/2011
7	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Resolução nº 005/2010/CONSELHO UNIVERSITÁRIO, de 16 de Abril de 2010	01/06/2011
8	Universidade de Brasília	Resolução da Reitoria nº 101/2013, de 09 de Outubro de 2013	17/10/2013
9	Universidade de São Paulo (USP) - BDTD	Resolução CoPGr 5401, de 17 de Abril de 2007	07/10/2011
10	Universidade de São Paulo (USP) - BDPI	Resolução nº 6444, de 22 de Outubro de 2012.	05/11/2012

Fonte: Adaptado de ROARMAP (2014).

É importante ressaltar que apesar do OpenDOAR demonstrar um crescimento exponencial das iniciativas de repositórios institucionais, o número registrado de políticas de depósito mandatórias no ROARMAP ainda não é compatível com essa propagação. Esse fato pode se justificar por dois motivos: (i) o registro nesses diretórios é voluntário e, portanto, não expressa os números reais de iniciativas implantadas, tampouco das políticas existentes; e (ii) porque a criação de repositórios não é acompanhada imediatamente da elaboração desse tipo de instrumento.

Nesse bojo, sendo objetivo dessa pesquisa propor um modelo para subsidiar a elaboração de políticas de depósito mandatórias que contenham elementos de

desenvolvimento de coleções de modo a propiciar a consolidação da via verde no Brasil, realizou-se uma investigação nas políticas de depósito mandatórias de sete repositórios institucionais universitários brasileiros, selecionados como amostra da pesquisa, por possuírem suas políticas formalmente aprovadas pela instituição mantenedora.

4.2 ESTUDOS DE CASOS

Para atender aos objetivos desse estudo, os repositórios institucionais selecionados como unidades-casos são descritos a seguir.

4.2.1 Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB)

A Universidade de Brasília (UnB), situada em Brasília foi inaugurada em 21/04/1962. Instituição pública de ensino superior, a UnB é constituída, atualmente, por 26 institutos e faculdades e 21 centros de pesquisa especializados³⁹ (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, c2008b).

Ocupando o 21º lugar no *ranking* das melhores universidades da América Latina, em 2013, segundo o *QS Quacquarelli Symonds University Rankings*⁴⁰, uma organização internacional de pesquisa educacional que avalia o desempenho de instituições de ensino médio, superior e pós-graduação, a UnB oferece 109 cursos de graduação, sendo 31 noturnos e 10 à distância, 147 cursos de pós-graduação *stricto sensu* e 22 especializações *lato sensu* (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, c2008b).

Seguindo o exemplo de instituições nacionais e internacionais, a UnB lançou o seu repositório institucional (RIUnB)⁴¹ em 16/09/2008, sendo "um conjunto de serviços oferecidos pela Biblioteca Central para a gestão e disseminação da produção científica e acadêmica da Universidade de Brasília" (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [200-?a]).

Sua implantação, de acordo com Freitas, Silva e Guimarães (2009, p. 334) contou com a participação de um grupo de estudos formado por profissionais da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE) em parceria com o Departamento de Ciência da Informação e Documentação da UnB e o IBICT.

³⁹ Os dados sobre os cursos foram coletados em 24/09/2013.

⁴⁰ <<http://www.topuniversities.com/university-rankings/latin-american-university-rankings/2013>>

⁴¹ <<http://repositorio.unb.br/>>

A missão do RIUnB é "armazenar, preservar, divulgar e dar acesso à produção científica da Universidade de Brasília em formato digital. Pretende reunir, em um único local, o conjunto das publicações da UnB" (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, c2008a).

Ocupando a 10ª posição nacional e 577ª em nível internacional conforme a avaliação do *ranking Webometrics*, edição de julho de 2013, o repositório institucional da UnB foi desenvolvido utilizando o *software* DSpace e foi organizado seguindo o sistema de comunidades, subcomunidades e coleções de acordo com sua estrutura acadêmica (FREITAS; SILVA; GUIMARÃES, 2009, p. 336).

Quanto aos metadados utilizados, o RIUnB adotou o padrão *Qualified Dublin Core* de forma a garantir sua interoperabilidade através do OAI-PMH. Além disso, usa o sistema CNRI Handle, a fim de permitir a identificação persistente dos documentos depositados no repositório (FREITAS; SILVA; GUIMARÃES, 2009, p. 337).

No que tange à política de gestão do repositório, o Reitor da UnB aprovou formalmente a Resolução da Reitoria nº 101/2013 de 09/10/2013, no qual regulamenta a Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília.

Nesse documento, a Universidade estabelece, em linhas gerais, princípios sobre: (i) responsáveis pelo repositório institucional e suas competências; (ii) escopo; (iii) acesso; (iv) características técnicas; (v) informações sobre depósitos (autorização e prazo); e (vi) deveres da comunidade científica sobre depósitos mandatórios de documentos, prazos e suas excepcionalidades.

4.2.2 Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (RIUFS)

A Universidade Federal de Sergipe (UFS), instituição pública de ensino superior, localizada em Sergipe, foi criada em 15 de maio de 1968 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, [20--]) e ocupou a 181ª colocação no *ranking* das melhores universidades da América Latina do *QS Quacquarelli Symonds University Rankings*, edição de 2013, empatada com outras Instituições.

A UFS, segundo dados da Coordenação de Planejamento (Copac) referentes a dezembro de 2012, dispõe de 106 opções de cursos presenciais, 48 cursos *stricto sensu*, sendo 8 de doutorado, 37 de mestrado acadêmico e 3 de mestrado profissional (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, [20--]).

Igualmente seguindo o exemplo de outras instituições e apoiando o Movimento do Acesso Aberto, a Universidade implantou seu repositório institucional (RIUFS)⁴² em dezembro de 2012, tendo como objetivo

reunir a produção científica da Universidade Federal de Sergipe em uma única plataforma, visando contribuir assim com o aumento da visibilidade e o impacto da produção científica e acadêmica da Universidade Federal de Sergipe, bem como a preservação da memória intelectual (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, [200-?a]).

Ocupando a 36^a colocação no país e a 1503^a no mundo, de acordo com o *ranking Webometrics* de julho de 2013, o RIUFS também foi implantado utilizando o *software* DSpace e foi organizado em comunidades, subcomunidades e coleções, obedecendo a estrutura organizacional da Universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, [200-?a]).

Sua política de gestão do repositório foi aprovada através da Resolução nº 40/2010/CONEPE de 18/06/2010, que estabelece a política de acesso livre à informação científica da UFS.

Essa política dispõe, basicamente, sobre: (i) objetivos e funções; (ii) escopo e tipologia dos documentos; (iii) responsáveis pelo repositório institucional e competências dos órgãos envolvidos; (iv) direitos autorais; (v) acesso; (vi) características técnicas; e (vii) deveres da comunidade científica sobre depósitos mandatórios de documentos, prazos e suas excepcionalidades.

4.2.3 Repositório Institucional da Universidade de São Paulo (BDPI)

A Universidade de São Paulo (USP) é uma universidade pública, mantida pelo Estado de São Paulo, que foi criada em 1934 (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, c1997).

Ocupando o 1^o lugar no *ranking* das melhores universidades da América Latina, em 2013, conforme o *QS Quacquarelli Symonds University Rankings*, a USP é considerada uma das mais importantes instituições de ensino superior no país. Oferece, segundo dados de seu anuário estatístico (base de dados 2012)⁴³, 249 cursos de graduação, dedicados a todas as áreas do conhecimento, e 641 cursos de pós-graduação, sendo 332 cursos de mestrado e 309 de doutorado (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, c1997).

⁴² <<https://ri.ufs.br/>>

⁴³ <<http://www5.usp.br/usp-em-numeros/>>

Envolvida no Movimento do Acesso Aberto, a USP implantou seu repositório institucional em 22/10/2012 e ele refere-se a "um sistema de gestão e disseminação da produção científica, acadêmica, técnica e artística gerada pelas pesquisas desenvolvidas na USP" (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO [201-?]).

Embora a USP intitule seu repositório como 'Biblioteca Digital da Produção Intelectual (BDPI)⁴⁴ é possível depreender que, devido suas características técnicas, finalidade e natureza de suas coleções, trata-se de um repositório institucional.

Seu objetivo é (i) aumentar a visibilidade, acessibilidade e difusão dos resultados da atividade acadêmica e de pesquisa da USP por meio da coleta, organização e preservação em longo prazo; (ii) facilitar a gestão e o acesso à informação sobre a produção intelectual da USP, por meio da oferta de indicadores confiáveis e validados; e (iii) integrar-se a um conjunto de iniciativas nacionais e internacionais, por meio de padrões e protocolos de integração qualificados e normalizados (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO [201-?]).

A finalidade da BDPI é garantir

[...] a preservação da memória institucional, além de oferecer aos autores e equipes das bibliotecas estrutura para auto-arquivamento da produção das diferentes unidades e tipologias contribuindo para a geração de indicadores (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, c2013).

Ocupando a 19ª posição no *ranking Webometrics* de julho de 2013 entre os repositórios brasileiros e a 1087ª no cenário mundial, a BDPI foi estruturada conforme as unidades da estrutura organizacional da USP.

Em sua implantação utilizou-se o *software* DSpace e foi adotado os padrões internacionais do DRIVER 2.0, bem como os protocolos OAI/PMH de coleta e disseminação, a fim de permitir sua interoperabilidade (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, c2013).

No que tange sua política de gestão, a USP aprovou a Resolução nº 6.444 de 22/10/2012, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para promover e assegurar a coleta, tratamento e preservação da produção intelectual gerada nas Unidades USP e pelos Programas Conjuntos de Pós-Graduação, bem como sua disseminação e acessibilidade para a comunidade.

Essa política regulamenta, em linhas gerais, princípios sobre: (i) objetivos (ii) responsáveis pelo repositório institucional e competências dos órgãos envolvidos; (iii) deveres da comunidade científica sobre depósitos mandatórios de documentos, prazos e suas excepcionalidades; e (iv) acesso.

⁴⁴ <<http://www.producao.usp.br/>>

4.2.4 Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (RIUFBA)

Primeira universidade do país, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) teve seu marco em 18/02/1808, quando Dom João VI instituiu a Escola de Cirurgia da Bahia, primeiro curso universitário do Brasil (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, [20--]). Instituição pública de ensino superior, a UFBA ocupou o 58º lugar no *ranking* das melhores universidades da América Latina, em 2013, conforme o *QS Quacquarelli Symonds University Rankings*.

Também seguindo o Movimento do Acesso Aberto, a Universidade implantou um repositório institucional (RIUFBA)⁴⁵, sendo lançado oficialmente em 09/09/2010. Em seu lançamento, ele apresentou “duas comunidades ativas, a da Editora da UFBA, com cerca de 123 documentos, e a comunidade Memória, com 230 documentos” (ROSA, 2011, p. 204).

O projeto de implantar um repositório na Instituição iniciou-se em 2007 a partir de uma recomendação expressa em uma dissertação de mestrado defendida em 2006 na própria Universidade e tinha como objetivo “minimizar o uso de cópias de livros, dando acesso aberto à produção da Editora [da UFBA]” (ROSA, 2011, p. 193).

Com o apoio do Centro de Processamento de Dados, em setembro de 2007 foi instalado o *software* escolhido, o DSpace, mas segundo Rosa (2011, p. 195) logo percebeu-se que esse projeto deveria ser pensado de modo mais amplo, a fim de alcançar os objetivos propostos. Assim, ele foi transformado em seu projeto de pesquisa do doutoramento, inspirado na implantação do Repositório da Universidade do Minho (RepositóriUM), em Portugal.

Com o lançamento pelo IBICT do edital de chamadas de projeto para a distribuição de *kits* tecnológicos às instituições públicas de ensino e pesquisa, em dezembro de 2008, a UFBA, mesmo já possuindo o DSpace instalado em seu servidor, decidiu participar da seleção, uma vez que, se aprovado, teria um servidor para hospedar apenas seu repositório. Desse modo, em 06/11/2009, a Universidade recebeu seu *kit* para participar do projeto piloto e recomeçou o processo de implantação de seu sistema, no qual culminou com o lançamento do RIUFBA em 2010.

Assim, a fim de obter respaldo para o projeto foi instituído um grupo gestor com competência para “discutir e propor a política de depósitos para o RI e as ações institucionais

⁴⁵ <<https://repositorio.ufba.br/ri/>>

para esta implantação”, mediante publicação da Portaria nº 189, de 01/04/2009 (ROSA, 2011, p. 203).

Ocupando a 6ª posição no *ranking Webometrics*, edição de julho de 2013, entre os repositórios brasileiros e a 434ª no cenário mundial, o RIUFBA tem como objetivo

reunir num único local virtual a produção acadêmica (científica, artística, cultural, tecnológica, de inovação, didática e instrucional) da Universidade, contribuindo para ampliar a visibilidade da Instituição e dos seus pesquisadores, bem como o impacto da investigação, além da preservação da memória intelectual, seja na área das artes, das ciências, humanidades, da tecnologia, da inovação ou da criação (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, [201-]).

Para a gestão do repositório, o Reitor da UFBA assinou a Portaria nº 24, de 07/01/2010, por meio do qual institui a Política de Arquivamento para o repositório. Esse documento representa ação importante no planejamento de implantação de um repositório e regulamenta, em linhas gerais, princípios sobre: (i) responsáveis pela gestão do repositório institucional; (ii) escopo da coleção; (iii) informações sobre depósito (responsáveis e prazo); e (iv) acesso.

4.2.5 Repositório Institucional Universidade Federal do Ceará (RIUFC)

A Universidade Federal do Ceará (UFC) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Sediada em Fortaleza, no Ceará, a instituição foi fundada em 16/12/1954 e instalada em 25/06/1955 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, c2014b).

Ocupando a 71ª posição, juntamente com a *Universidad de los Andes Mérida* da Venezuela, no *ranking* das melhores universidades da América Latina, edição de 2013, do *QS Quacquarelli Symonds University Rankings*, a UFC é composta de 5 campus e, atualmente, oferece 119 cursos de graduação, sendo 110 presenciais e 9 cursos a distância, além de 94 de pós-graduação, sendo 41 mestrados acadêmicos, 7 mestrados profissionais e 36 doutorados (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, c2014b).

O repositório institucional da UFC (RIUFC)⁴⁶ foi implantado em junho de 2011, após a UFC ser contemplada com um *kit* tecnológico promovido pelo edital FINEP/PCAL/XBDB nº 003/2009, e tem como objetivo

reunir, armazenar, organizar, recuperar, preservar e disseminar a produção científica e intelectual da comunidade universitária (docentes, pesquisadores, técnicos e alunos de pós-graduação *stricto sensu*) pertencente à Universidade Federal do Ceará (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2014a).

⁴⁶ <<http://www.repositorio.ufc.br/>>

Implantado utilizando o sistema DSpace, o RIUFC ocupou a 11ª posição no *ranking Webometrics*, edição de julho de 2013, entre os repositórios brasileiros e a 652ª no cenário mundial.

Seguindo a exigência do IBICT para o recebimento do *kit* tecnológico, a UFC aprovou sua Política Institucional de Informação Técnico-Científica da Universidade através da Resolução nº 02/CONSUNI, em 29/04/2011, a fim de dispor de normas para reger seu repositório.

Sendo assim, essa política aborda, em linhas gerais, princípios sobre: (i) responsáveis pelo repositório institucional; (ii) perfil da comunidade; (iii) escopo da coleção; (iv) informações sobre depósito (prazos e responsáveis); e (v) acesso.

4.2.6 Repositório Institucional Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RIUFRN)

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), situada em Natal, Rio Grande do Norte, originou-se da Universidade do Rio Grande do Norte, criada em 25/06/1958 e instalada em 21/03/1959. Formada a partir de faculdades e escolas de nível superior já existentes em Natal, a UFRN passou por uma reforma universitária, a partir de 1968, que marcou a consolidação de sua estrutura atual (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, c2013).

Ocupando a 104º no *QS Quacquarelli Symonds University Rankings*, edição de 2013, a UFRN oferece, atualmente, 84 cursos de graduação presencial, 9 cursos de graduação a distância e 86 cursos de pós-graduação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, c2013).

Seguindo o exemplo de outras instituições e envolvida no Movimento do Acesso Aberto, a UFRN deu início ao projeto de implantação de seu repositório institucional (RIUFRN)⁴⁷ a partir do edital FINEP/PCAL/XBDB nº 002/2009 e contou com o apoio local das suas Unidades internas, tais como: Reitoria, Pró-Reitoria de Pesquisa, Departamento de Biblioteconomia, Sistema de Bibliotecas, Superintendência de Informática e Superintendência de Comunicação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011), a fim de reunir "a produção intelectual da comunidade universitária (docentes, técnicos e alunos de pós-graduação) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)" (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, [200-?]).

⁴⁷ <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/>>

Implantado utilizando o *software* DSpace, o RIUFRN ocupou a 22ª posição no *ranking Webometrics*, edição de julho de 2013, entre os repositórios brasileiros e a 1172ª no cenário mundial e tem como missão "armazenar, preservar e disponibilizar na Internet, textos completos de acesso livre" (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, [200-?]).

Para a sua gestão, a Universidade aprovou a Resolução do CONSEPE nº 059, de 13/04/2010, por meio do qual estabelece as normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico-Científica na UFRN.

Essa política regulamenta, em linhas gerais, princípios sobre: (i) responsáveis pela sua gestão e composição de sua comissão; (ii) orientações sobre depósito e autorizações; (iii) escopo das coleções; (iv) prazos e suas excepcionalidades, dentre outros.

4.2.7 Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LUME)

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é uma instituição pública de ensino superior situada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, vinculada ao Ministério da Educação. Fundada em 28/11/1934, sua história remonta à criação das Escolas de Farmácia e Química em 1895 e, posteriormente, da Escola de Engenharia (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [20--]a).

Ministrando cursos de graduação e pós-graduação abrangendo todas as áreas do conhecimento, a UFRGS oferece 89 modalidades de cursos de graduação presenciais e 4 à distância, 71 mestrados acadêmicos, 9 mestrados profissionais e 68 doutorados⁴⁸ (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [20--]a).

Universidade de reconhecimento nacional e internacional, ela ocupou o 14º lugar no *ranking* das melhores universidades da América Latina, em 2013, de acordo com a lista divulgada pela *QS Quacquarelli Symonds University Rankings*.

Seguindo o exemplo de outras instituições, a UFRGS implantou seu repositório institucional (LUME)⁴⁹, em 2007, a partir da ampliação de sua BDTD que foi implementada em 2001. Essa ampliação mostrou-se necessária a fim de

reunir o acervo digital das demais coleções existentes no SBU e dispersas em outros órgãos da Universidade [...], otimizando a organização, o gerenciamento, a manutenção e o compartilhamento de recursos. Aos usuários finais, possibilita a realização de buscas num único portal de informações (HOROWITZ et al, [20--]).

⁴⁸ Os dados sobre os cursos foram coletados em 24/09/2013.

⁴⁹ <<http://www.lume.ufrgs.br/>>

Sendo assim, o LUME se caracteriza como um

portal de acesso às coleções digitais produzidas no âmbito da Universidade e de outros documentos que, por sua área de abrangência e/ou pelo seu caráter histórico, é de interesse da Instituição centralizar sua preservação e difusão (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [20--]b).

Seu objetivo é

reunir, preservar, divulgar e garantir o acesso confiável e permanente aos documentos acadêmicos, científicos, artísticos e administrativos gerados na Universidade, bem como às suas coleções históricas, e a outros documentos de relevância para a Instituição, que fazem parte de suas coleções, embora não produzidos por ela, maximizando a visibilidade e uso desses recursos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [20--]b).

Ocupando a 1ª colocação no Brasil e 21ª no mundo, segundo dados da edição de julho de 2013 do *ranking* Webometrics, o LUME foi desenvolvido utilizando o software DSpace e foi organizado por comunidades, subcomunidades e coleções, no qual "cada comunidade determina sua própria política de informação, fluxo de depósito e níveis de acesso aos documentos" (HOROWITZ et al, [20--]).

No que tange aos metadados, o LUME utiliza o padrão *Dublin Core* para a descrição de seus objetos digitais e para garantir a permanente localização de seus documentos, ele usa o sistema CNRI Handle (HOROWITZ et al, [20--]).

Para a gestão de seu repositório institucional, o Reitor da UFRGS aprovou formalmente a Portaria nº 5068, de 13/10/2010, no qual estabelece a Política Institucional de Informação para o LUME.

Esse documento, proposto pelo comitê gestor do repositório, regulamenta, em linhas gerais, princípios como: (i) escopo e perfil das coleções; (ii) objetivos; (iii) inclusão de comunidades e coleções; (iv) submissão de objetos digitais; (v) metadados; e (vi) acesso e uso.

4.3 DESCRIÇÃO DOS DADOS

Apresenta-se a descrição dos dados coletados a partir da leitura e análise das políticas de depósito mandatórias dos repositórios institucionais selecionados como unidades-casos dessa pesquisa, embora os documentos correlatos disponíveis nos *sites* dos repositórios também tenham contribuído para esse fim.

4.3.1 Avaliação da política do RIUnB

A seguir apresenta-se o quadro 11 contendo a análise da Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB).

Quadro 11 – Análise da política de depósito mandatória do RIUnB

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 1: <i>Desenvolvimento de coleções</i>	Missão		X
	Objetivos		X
	Responsável(is) pela gestão	X	
	Perfil da comunidade (usuários)		X
	Perfil das coleções (escopo)	X	
	Estrutura das coleções (organização)		X
ELEMENTO 2: <i>Seleção</i>	Qualidade dos documentos	X	
	Formato de saída dos documentos		X
ELEMENTO 3: <i>Aquisição</i>	Responsável(is) pelo depósito	X	
	Responsável(is) pela revisão e aprovação		X
	Fluxo de trabalho		X
	Limite para tamanho do documento		X
	Prazo para depósito	X	
ELEMENTO 4: <i>Avaliação</i>	Estatísticas (consulta, <i>downloads</i> , usuários)		X
	Pesquisa de satisfação do usuário (coleções e serviços)		X
ELEMENTO 5: <i>Descarte</i>	Solicitante		X
	Responsável(is) pela aprovação		X
	Crítérios para a exclusão ou retirada do acesso		X
	Manutenção ou exclusão dos metadados		X
	Registro da exclusão ou retirada do acesso		X
	Informação aos usuários sobre a exclusão ou retirada do acesso		X

(Cont.)

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 6: <i>Acesso</i>	Responsável(is) pelo controle de acesso		X
	Nível de acesso aos documentos		X
ELEMENTO 7: <i>Direitos autorais e patrimoniais</i>	Solicitação de autorização para depósito	X	
	Atribuição de licença		X
	Tipo de licença (uso e distribuição)		X
ELEMENTO 8: <i>Preservação digital</i>	Tipos de documentos preservados		X
	Uso de URL persistente		X
	Migração de formatos raros/obsoletos		X
	Conversão para formatos de padrões abertos		X
	Manutenção de lista com formatos aceitos no repositório		X
	Uso de padrões internacionais de metadados		X
ELEMENTO 9: <i>Sustentabilidade</i>	<i>Upgrade de hardwares e softwares</i>		X
	Ampliação das coleções		X
	Desenvolvimento de novos serviços		X
	Ações de divulgação e treinamento		X
ELEMENTO 10: <i>Detalhamento de outros aspectos importantes</i>	Rotina e periodicidade de <i>backup</i>		X
	Acordos de cooperação (convênios com instituições)		X
	Integração com outros sistemas	X	
	Recomendação para publicar em periódico de acesso aberto que autorize o depósito da publicação em repositórios	X	
ELEMENTO 11: <i>Documentos correlatos</i>	Atos legislativos	X	
	Manuais (acesso e uso, submissão, preservação etc)	X	
	Fluxogramas e formulários	X	
	Políticas editoriais (SHERPA/RoMEO, Diadorim)		X
	Licenças de uso e distribuição (Licenças <i>Creative Commons</i>)	X	

(Cont.)

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 12: Avaliação da política	Periodicidade para revisão e atualização		X
	Responsável(is) pela revisão e atualização	X	

Fonte: O autor (2014).

Ao analisar a política do RIUnB, observa-se a presença de alguns quesitos que constituem os elementos de desenvolvimento de coleções analisados.

No que tange ao *Elemento 1: Desenvolvimento de coleções*, a política não apresenta a *missão* e *objetivos* do seu repositório institucional. Embora esses quesitos não estejam presentes nesse documento, a *missão* do RIUnB está expressa em seu *site* e se refere a

- armazenar, preservar, divulgar e dar acesso à produção científica da Universidade de Brasília em formato digital. Pretende reunir, em um único local, o conjunto das publicações da UnB (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, c2008a).

Já os seus *objetivos* podem ser verificados em um documento correlato denominado de 'FAQ', disponível em seu *site*, e diz respeito a

- contribuir para o aumento do impacto da investigação desenvolvida na Universidade de Brasília;
- contribuir para aumentar a visibilidade da UnB, e dos que nela trabalham, servindo como indicador tangível da sua qualidade e da relevância científica, econômica e social das suas atividades de investigação e ensino e,
- preservar a memória intelectual da Universidade (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [200-?b]).

Quanto ao quesito *responsável(is) pela gestão* do repositório institucional, a política estabelece que a Biblioteca Central é o órgão competente pela administração de seu repositório, sendo essa Unidade responsável não só pela sua implantação, mas também pela manutenção, hospedagem e alimentação, conforme destaca seu artigo 2º.

Art. 2º A Biblioteca Central (BCE) fica encarregada pelo desenvolvimento, implantação, manutenção, hospedagem e alimentação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB), para a guarda e preservação da produção científica de toda a UnB em suporte digital (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2013).

Já o quesito *perfil da comunidade (usuários)* não é abordado pela política avaliada.

Em relação ao *perfil das coleções (escopo)*, a política não especifica quais os tipos de documentos são aceitos no RIUnB. Pelo contrário, o documento enumera apenas aqueles que estão desobrigados de depósito pelos membros da Universidade, classificando-os em três categorias, tais como: (i) livros ou capítulos de livros com fins comerciais; (ii) artigos publicados em revistas científicas que estabelecem cláusulas contratuais que impeçam o depósito; e (iii) documentos passíveis de serem patenteados, segundo descrevem seus artigos 8º, 9º e 10º, a seguir.

- Art. 8º Ficam desobrigados de depósito no RIUnB livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais. Somente serão distribuídos eletronicamente pelo RIUnB documentos cujas autorizações tenham sido concedidas pelo(s) detentor(es) de seus direitos patrimoniais.
- Art. 9º Ficam desobrigados de depósito no RIUnB os artigos publicados em Revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito, em repositórios de acesso livre, dos artigos publicados em suas revistas.
- Art. 10. Ficam desobrigados de depósito no RIUnB os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros a serem editados com fins comerciais (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2013).

Considerando isso, a política determina, por associação, que todos os outros tipos de produção técnico-científica que não se enquadram em nenhuma das três categorias listadas acima e que foram, conseqüentemente, publicados em canais formais de comunicação científica ou que sofreram qualquer avaliação de uma banca examinadora devem ser depositados no repositório institucional da UnB, como dispõe seu artigo 11º.

- Art. 11. Os **documentos** que não se enquadrarem nos artigos 7º, 8º e 9º e que forem **publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares, ou que passaram, a exemplo de teses e dissertações, por avaliação de banca de especialistas**, deverão ser depositados no RIUnB (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2013, grifo nosso).

Complementando essa informação, o documento correlato 'FAQ' detalha os tipos de documentos que são aceitos em seu repositório institucional e relaciona que "é possível encontrar artigos publicados em periódicos científicos, livros eletrônicos, capítulos de livros, teses, dissertações e trabalhos completos publicados em anais de eventos" (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [200-?b]).

Quanto ao quesito *estrutura das coleções (organização)*, a política não especifica como estão organizadas as coleções em seu repositório institucional. No entanto, o documento correlato 'FAQ' informa que ele é constituído por comunidades, subcomunidades e coleções,

além de especificar que o tipo de estrutura utilizada segue a estrutura organizacional da UnB, como detalha o trecho a seguir.

O Repositório é constituído de **comunidades** e **subcomunidades** que organizam seus conteúdos em **coleções**, unidades armazenadoras dos documentos depositados.

A criação de comunidades obedece à estrutura organizacional da Universidade de Brasília. As comunidades representam as faculdades, institutos, e centros de pesquisa e as subcomunidades são os departamentos (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [200-?b], grifo nosso).

Nesse bojo, o documento correlato 'Como depositar documentos no Repositório Institucional da UnB', também disponível no *site* do RIUnB, corrobora com essa informação e declara que

o Repositório está organizado em **Comunidades, Subcomunidades e Coleções**. Uma Comunidade pode conter uma infinidade de Subcomunidades; uma Subcomunidade, uma infinidade de Coleções e uma Coleção pode conter uma infinidade de itens [...].

No Repositório Institucional da UnB, **as comunidades representam os Institutos, Faculdades e Centros. Já as subcomunidades representam os departamentos e programas de pós-graduação. As coleções são os tipos de documentos que são depositados [...]** (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [200-?c], grifo nosso).

Com relação ao *Elemento 2: Seleção*, a política descreve, em seu artigo 11º, a *qualidade dos documentos* que podem ser depositados do repositório, assinalando que apenas os documentos que foram submetidos à avaliação por pares ou aqueles que passaram por uma banca examinadora são aceitos no RIUnB.

Art. 11. Os documentos que não se enquadrarem nos artigos 7º, 8º e 9º e que forem publicados em veículos de comunicação científica **com revisão por pares**, ou que passaram, a exemplo de teses e dissertações, por **avaliação de banca de especialistas**, deverão ser depositados no RIUnB (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2013, grifo nosso).

Quanto ao quesito *formato de saída dos documentos*, a referida política não menciona qualquer orientação sobre esse critério.

No que tange ao *Elemento 3: Aquisição*, a política expressa o(s) *responsável(is) pelo depósito* por meio de seu artigo 12º, determinando que a Biblioteca Central, sob autorização dos autores ou seus representantes, e os próprios autores podem submeter documentos às coleções do repositório. Além disso, ela ainda especifica quais as competências da Biblioteca no que se refere a esse processo.

Art. 12. Com o intuito de facilitar o povoamento do RIUnB, **a BCE poderá promover o registro da produção científica** da UnB, mediante autorização dos autores e/ou das editoras científicas que detiverem seus direitos patrimoniais. Cabem a BCE os processos de recepção ou coleta da produção científica, geração de metadados e inserção dos documentos no RIUnB. **Os autores poderão também**

realizar autodeposito, se desejarem (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2013, grifo nosso).

Nesse sentido, os documentos correlatos 'FAQ' e 'Como depositar documentos no Repositório Institucional da UnB' complementam essas informações e detalham que "professores, pesquisadores vinculados à UnB, alunos de doutorado, mestrado e iniciação científica ou pessoa designada por professor ou pesquisador" (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [200-?b]; [200-?c]) podem realizar submissões de trabalhos ao repositório.

Embora a política determine que a Biblioteca Central e os próprios autores dos trabalhos podem depositar documentos ao RIUnB, ela não especifica o(s) *responsável(is) pela revisão e aprovação* desses documentos. Tal informação consta no documento correlato 'Como depositar documentos no Repositório Institucional da UnB' onde fica estabelecido que a "revisão e aprovação [são realizadas] pelos gestores do Repositório" (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [200-?c]).

O quesito *fluxo de trabalho* também não é abordado na política, mas o documento correlato 'Como depositar documentos no Repositório Institucional da UnB' indica qual é o passo a passo para a realização dos depósitos no repositório e acrescenta que o RIUnB "possui um fluxo de trabalho para a validação dos documentos que inclui revisão e aprovação pelos gestores do Repositório" (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [200-?c]).

No que tange ao quesito *limite para tamanho do documento*, a política não determina se há ou não essa limitação para um documento submetido ao RIUnB, nem tampouco qual seria o tamanho máximo por arquivo, depositante ou coleção.

Quanto ao critério *prazo para depósito*, último quesito desse elemento, a política determina que os documentos devem ser depositados no repositório institucional da Instituição em um prazo de até seis meses após serem selecionados para a publicação, como demonstra seu artigo 7º.

Art. 7º: O depósito citado no item anterior devera ser realizado no prazo máximo de **seis meses** após a comunicação de aceitação para publicação do texto pela editora científica, **salvo quando o contrato com a editora exigir** tempo maior. Nesse caso, **o trabalho deve ser enviado para depósito no mês subsequente ao do fim, do prazo estipulado em contrato** (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2013, grifo nosso).

Cabe ressaltar que com o objetivo de respeitar as cláusulas contratuais assinadas entre editoras comerciais e autores que impeçam o cumprimento do prazo determinado, a política traz ainda, em seu artigo 7º citado acima, uma recomendação de que o depósito deve ser realizado no mês seguinte ao prazo definido em contrato.

Relativo ao *Elemento 4: Avaliação*, a política do RIUnB não apresenta qualquer orientação quanto aos quesitos referentes à essa abordagem. No entanto, é possível verificar que está disponível no *site* do repositório um *link* para as suas estatísticas subdivididas em quatro categorias: (1) nível (geral; comunidade; coleção; e item); (2) uso (*downloads*; consultas; *downloads* e consultas; e pesquisas); (3) conteúdo (comunidades e coleções; itens; e arquivos); e (4) administrativo (usuários; *workflow*; *logins*; e *spiders*) que incluem alguns gráficos (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, c2008a).

Quanto ao *Elemento 5: Descarte*, a política do RIUnB não apresenta nenhuma abordagem referente aos quesitos que compõem essa categoria.

No que concerne ao *Elemento 6: Acesso*, a política também não estabelece *responsável(is) pelo controle de acesso* aos documentos que formam suas coleções. Contudo, define que o *nível de acesso aos documentos* ocorrerá de forma livre, segundo artigo 3º a seguir.

Art. 3º O RIUnB **será de livre acesso**, tanto no contexto nacional quanto no internacional (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2013, grifo nosso).

Embora o artigo supracitado ratifique que o conteúdo será de livre acesso, o documento correlato 'FAQ' complementa essa informação, dispondo que "a maioria dos documentos está disponível para livre acesso. Contudo, alguns documentos podem ter seu **acesso restrito** em respeito aos direitos autorais" (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [200-?b], grifo nosso).

Em adição, outro documento correlato denominado de 'Como depositar documentos no Repositório Institucional da UnB' também detalha o quesito *nível de acesso aos documentos*, assinalando que

o acesso pode ser escolhido entre as opções "**Livre**" ou "**Restrito**". A opção "**Livre**" dá acesso total ao texto completo. O acesso "**Restrito**" deve ser escolhido quando o autor, por motivos de direito autoral, limitar o acesso ao documento ou partes dele (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [200-?c], grifo do autor).

No que tange ao *Elemento 7: direitos autorais e patrimoniais*, a política do RIUnB não assinala, explicitamente, a necessidade de se obter dos autores ou seus representantes a assinatura de uma *solicitação de autorização para depósito* para que suas publicações sejam arquivadas e disponibilizadas no RIUnB. No entanto, por meio do seu artigo 12º, é possível observar que essa autorização é requerida pela Biblioteca Central.

Art. 12. Com o intuito de facilitar o povoamento do RIUnB, a BCE poderá promover o registro da produção científica da UnB, **mediante autorização dos autores e/ou das editoras científicas que detiverem seus direitos patrimoniais** [...] (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2013, grifo nosso).

Nesse sentido, o documento correlato 'FAQ' corrobora com essa exigência, indicando que os autores devem conceder a UnB uma licença para arquivar, tornar acessível e distribuir seus trabalhos por meio de um Termo de Autorização do Autor, conforme trecho destacado abaixo.

Os autores concedem à Universidade de Brasília uma licença Não-Exclusiva (**Termo de Autorização do Autor**) para arquivar e tornar acessível e distribuir eletronicamente, através do seu repositório institucional, os seus documentos em formato digital [...] (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [200-?b], grifo nosso).

Além do que dispõe o artigo 12º já descrito e o que estabelece o documento correlato 'FAQ', a necessidade de formalizar essa autorização também pode ser confirmada mediante informação disponível no *site* do RIUnB em que ele define como deve ser realizado o procedimento de autorização, bem como com a disponibilização do formulário denominado de 'Termo de autorização do autor'⁵⁰.

Para disponibilizar sua produção científica no Repositório, os professores, pesquisadores e alunos de mestrado e doutorado da UnB devem preencher e assinar **um termo de autorização** e entregá-lo no setor de Gerenciamento da Informação Digital (GID), 2º andar da BCE, juntamente com o arquivo do trabalho. Este documento poderá ser assinado, digitalizado e enviado junto com o arquivo por e-mail (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, c2008a).

Por meio desse termo de autorização, o autor declara que a obra depositada é original e que ele detém não só a permissão de conceder os direitos contidos no documento, mas também que não está infringindo os direitos de autor de qualquer outra pessoa ou entidade.

Quanto aos quesitos *atribuição de licença e tipo de licença (uso e distribuição)*, a política também não os aborda. Contudo, o documento correlato 'FAQ' os expressa informando que se faz necessário que os autores ou seus representantes concedam uma licença não-exclusiva para depositar, tornar acessível e disponibilizar os documentos arquivados no RIUnB, atribuindo-lhes uma licença *Creative Commons* de uso e distribuição, segundo demonstram os trechos abaixo.

Os autores concedem à Universidade de Brasília uma **licença Não-Exclusiva** (Termo de Autorização do Autor) para arquivar e tornar acessível e distribuir eletronicamente, através do seu repositório institucional, os seus documentos em formato digital. Com a concessão desta licença, os docentes, discentes e investigadores continuam a reter todos os seus direitos de autor.

Os documentos disponibilizados no Repositório poderão ser **licenciados pelo Creative Commons** [...] (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [200-?b], grifo nosso).

⁵⁰ Documento disponível em: <<http://repositorio.unb.br/termo/termodeautorizacao.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2014.

A respeito do *Elemento 8: Preservação digital e do Elemento 9: Sustentabilidade*, a política também não aborda os quesitos que constituem essas categorias.

Quanto ao *Elemento 10: Detalhamento de outros aspectos importantes*, a política não revela informações sobre *rotina e periodicidade de backup e acordos de cooperação (convênios com instituições)*. Todavia, no *site* do repositório institucional está descrito que a Universidade assinou um acordo de cooperação com uma editora comercial, a fim de permitir o depósito dos artigos publicados pelos membros da Instituição no RIUnB, respeitando o período de embargo de cada revista, conforme segue.

A Universidade de Brasília e a Elsevier assinaram um acordo, que permite o arquivamento dos artigos publicados por pesquisadores da UnB em seu Repositório Institucional. Este acordo prevê que seja respeitado um período de embargo determinado para cada periódico, além de que a versão depositada deve ser a do autor revisada pelos pares (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, c2008a).

Quanto ao quesito *integração com outros sistemas*, a política de depósito mandatória do RIUnB prevê a capacidade do repositório se integrar a sistemas nacionais e internacionais, como expressa seu artigo 4º.

Art. 4º O RIUnB terá capacidade de **integração com sistemas nacionais e internacionais**, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo Open Archives (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2013, grifo nosso).

Além desse critério, a referida política ainda explicita, em seu artigo 6º, a *recomendação para publicar em periódicos de acesso aberto que autorize o depósito da publicação em repositórios*.

Art. 6º A comunidade científica da UnB providenciará a publicação dos artigos de sua autoria ou coautoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre ou que faça constar, em seus contratos de publicação, autorização para depósito de seus artigos publicados (posprints) em repositórios de acesso livre (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2013).

Já para o *Elemento 11: Documentos correlatos*, a política analisada não apresenta nenhuma referência aos quesitos abordados por esses tópicos, mas no *site* do RIUnB estão reunidos documentos relacionados ao sistema que atendem aos quesitos *atos legislativos*, representado por sua Política de Informação, *manuals*, representado pelos tutoriais de acesso, uso e submissão e pelo FAQ e *fluxogramas e formulários*, expressos pelo formulário de autorização de autor.

Nesse bojo, ainda é possível verificar no *site* do repositório a presença do critério *Licenças de uso e distribuição*, por meio do *link* da licença pública do *Creative Commons*.

Por fim, no que diz respeito ao *Elemento 12: avaliação da política*, a política avaliada não define a *periodicidade para revisão e atualização* do documento. No entanto, ela estabelece, em seu artigo 13º, que o comitê gestor do RIUnB é o *responsável(is) pela revisão e atualização* do mandato e também por sua aplicação e acompanhamento, conforme segue.

Art. 13. A aplicação e o acompanhamento desta política será de responsabilidade do **Comitê Gestor** do RIUnB (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2013, grifo nosso).

4.3.2 Avaliação da política do RIUFS

A seguir apresenta-se o quadro 12 contendo a análise da política do Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (RIUFS).

Quadro 12 – Análise da política de depósito mandatória do RIUFS

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 1: <i>Desenvolvimento de coleções</i>	Missão		X
	Objetivos	X	
	Responsável(is) pela gestão	X	
	Perfil da comunidade (usuários)	X	
	Perfil das coleções (escopo)	X	
	Estrutura das coleções (organização)		X
ELEMENTO 2: <i>Seleção</i>	Qualidade dos documentos	X	
	Formato de saída dos documentos		X
ELEMENTO 3: <i>Aquisição</i>	Responsável(is) pelo depósito	X	
	Responsável(is) pela revisão e aprovação		X
	Fluxo de trabalho		X
	Limite para tamanho do documento		X
	Prazo para depósito	X	
ELEMENTO 4: <i>Avaliação</i>	Estatísticas (consulta, <i>downloads</i> , usuários)		X
	Pesquisa de satisfação do usuário (coleções e serviços)		X

(Cont.)

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 5: <i>Descarte</i>	Solicitante		X
	Responsável(is) pela aprovação		X
	Critérios para a exclusão ou retirada do acesso		X
	Manutenção ou exclusão dos metadados		X
	Registro da exclusão ou retirada do acesso		X
	Informação aos usuários sobre a exclusão ou retirada do acesso		X
ELEMENTO 6: <i>Acesso</i>	Responsável(is) pelo controle de acesso	X	
	Nível de acesso aos documentos	X	
ELEMENTO 7: <i>Direitos autorais e patrimoniais</i>	Solicitação de autorização para depósito	X	
	Atribuição de licença		X
	Tipo de licença (uso e distribuição)		X
ELEMENTO 8: <i>Preservação digital</i>	Tipos de documentos preservados	X	
	Uso de URL persistente		X
	Migração de formatos raros/obsoletos		X
	Conversão para formatos de padrões abertos		X
	Manutenção de lista com formatos aceitos no repositório		X
	Uso de padrões internacionais de metadados		X
ELEMENTO 9: <i>Sustentabilidade</i>	<i>Upgrade de hardwares e softwares</i>		X
	Ampliação das coleções		X
	Desenvolvimento de novos serviços		X
	Ações de divulgação e treinamento		X
ELEMENTO 10: <i>Detalhamento de outros aspectos importantes</i>	Rotina e periodicidade de <i>backup</i>		X
	Acordos de cooperação (convênios com instituições)		X
	Integração com outros sistemas	X	
	Recomendação para publicar em periódico de acesso aberto que autorize o depósito da publicação em repositórios	X	

(Cont.)

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 11: Documentos correlatos	Atos legislativos	X	
	Manuais (acesso e uso, submissão, preservação etc)		X
	Fluxogramas e formulários	X	
	Políticas editoriais (SHERPA/RoMEO, Diadorim)		X
	Licenças de uso e distribuição (Licenças <i>Creative Commons</i>)	X	
ELEMENTO 12: Avaliação da política	Periodicidade para revisão e atualização		X
	Responsável(is) pela revisão e atualização		X

Fonte: O autor (2014).

Observando o quadro de análise da Política de acesso livre à informação científica da UFS, nota-se a presença de alguns quesitos relativos aos elementos de desenvolvimento de coleções analisados, a saber.

No que tange ao *Elemento 1: Desenvolvimento de coleções*, a política não apresenta a *missão* do seu repositório institucional. Todavia, ela define os seus *objetivos* e informa que eles se referem a armazenar, preservar, organizar e disseminar as publicações dos membros da UFS, aumentando sua visibilidade, acessibilidade, imagem e valor público, conforme expressam seus artigos 1º e 2º.

Art. 1º O Repositório Institucional (RI) é um sistema de informação que tem como objetivo **armazenar, preservar, organizar e disseminar amplamente a produção intelectual e os resultados de pesquisas desenvolvidas pelos diversos setores da UFS**, utilizando-se para tanto de um *software* específico como forma de Acesso Livre às informações produzidas.

Art. 2º A **finalidade** do RI é **aumentar a visibilidade, a acessibilidade, a imagem e o valor público da UFS sendo usado como um indicador tangível da sua qualidade**, com o intuito de melhorar o acesso aos resultados da investigação e facilitando a gestão da informação, sobre a sua produção científica (reunindo num único local a literatura produzida e os metadados a ela associados) e preservar a memória intelectual em suporte digital (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010, grifo do nosso).

A política estabelece ainda o(s) *responsável(is) pela gestão* do repositório institucional, determinando que sua administração é compartilhada pela Biblioteca Central,

pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, pelo Centro de Processamento de Dados e demais órgãos da Universidade. Além disso, ela especifica as competências de cada uma dessas Unidades, como demonstram os § 1º a 4º do seu artigo 3º.

Art. 3º A fim de assegurar a consecução dos objetivos expostos:

§ 1º A **Biblioteca Central** (BICEN) fica encarregada pelo desenvolvimento, implantação e manutenção do Repositório Institucional.

§ 2º A **Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa** (POSGRAP) disponibilizará mecanismos de estímulo a fim de garantir a plena alimentação do RI.

§ 3º O Centro de Processamento de Dados (CPD) fica encarregado da manutenção do sistema operacional do RI.

§ 4º Os **demais órgãos da UFS** deverão contribuir com o envio de informações e material necessário à adequada alimentação do RI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010, grifo do autor).

Em adição, a política ainda descreve, em seu artigo 12º, que o Reitor da UFS constituirá, por ato próprio, uma comissão para gerir seu repositório institucional tendo como atribuição a sistematização dos processos, avaliação de seu funcionamento e resolução de casos omissos, segundo segue.

Art. 12. Ato do Reitor deverá constituir **comissão de Acompanhamento do RI**, com o objetivo de sistematizar procedimentos, avaliar o funcionamento do RI e resolver casos omissos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010, grifo nosso).

Nesse sentido, ressalta-se que o referido ato não foi localizado no *site* institucional do repositório.

Além dos quesitos já arrolados, a política do RIUFS também caracteriza o *perfil da comunidade (usuários)*, detalhando que ele é composto pela comunidade científica acadêmica, ou seja, professores, pesquisadores e alunos da Instituição, conforme especifica o *caput* e o parágrafo único do artigo 6º abaixo.

Art. 6º O RI, desenvolvido e alimentado pela **comunidade científica institucional** [...].

Parágrafo Único: Considera-se “comunidade científica institucional” aquela constituída pelos **docentes, pesquisadores, colaboradores pesquisadores e alunos graduandos e pós-graduandos** da UFS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010, grifo nosso).

Outro quesito que a política aborda é o *perfil das coleções (escopo)*. Nesse sentido, a Universidade determina os tipos de documentos que podem ser depositados em seu repositório institucional e, dentre eles, lista os artigos científicos, os trabalhos publicados em eventos, as teses e dissertações, os relatórios etc, conforme descreve o § 2º do seu artigo 1º.

Art. 1º [...]

§ 2º O Repositório Institucional é uma coleção digital de produção científica, técnica, artística e administrativa da Universidade em meio eletrônico, tais como, **artigos científicos, comunicação e conferências, monografias, dissertações e**

teses, livros e capítulos de livros; materiais cartográficos e visuais; música; publicações seriadas; relatórios administrativos, técnicos e de pesquisa; trabalhos publicados em anais de evento dentre outros produzidos na Universidade ou em outras instituições por seu corpo docente e técnico administrativo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010, grifo nosso).

Além de definir os tipos de documentos que são aceitos no RIUFS, a política também fixa aqueles que estão desobrigados do depósito pelos membros da Instituição, classificando-os em três categorias, a saber: (i) livros ou capítulos de livros com fins comerciais; (ii) artigos publicados em revistas científicas que estabelecem cláusulas contratuais que impeçam o depósito; e (iii) documentos passíveis de serem patenteados, conforme destacam os incisos I, II e III do § 2º do artigo 9º.

Art. 9º [...]

§ 2º Ficam desobrigados de depósito no RI:

- I. os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;
- II. os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em seus revistas, em repositórios de acesso livre, e,
- III. os documentos cujos conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas ou de serem publicadas em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010, grifo do autor).

Quanto ao quesito *estrutura das coleções (organização)*, a política não menciona como o seu repositório institucional está organizado. Contudo, sua organização está expressa em um documento correlato denominado de 'Sobre o RI', disponível no *site* do RIUFS, onde é possível verificar que a estrutura das coleções está de acordo com a estrutura organizacional da Universidade, segundo demonstra o trecho que se segue.

A criação das comunidades **obedece à estrutura organizacional da Universidade Federal de Sergipe**. As comunidades representam as faculdades, institutos, departamentos, centros de pesquisa, etc (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, [200-?a]), grifo nosso).

No que tange ao *Elemento 2: Seleção*, a política especifica a *qualidade dos documentos* que podem ser depositados no repositório pela comunidade acadêmica, indicando que são aceitos documentos de texto parcial ou completo que foram publicados pelos canais formais de comunicação científica com revisão por pares ou ainda aqueles que passaram por uma banca examinadora, como estabelece o § 1º do artigo 1º e o seu artigo 10º.

Art. 1º

§ 1º O Repositório Institucional (RI) é constituído de base de dados eletrônica de **texto parcial/completo** de produção científica técnica e administrativa [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010, grifo nosso).

Art. 10. Todos os documentos publicados em veículos de comunicação científica **com revisão por pares ou avaliados por uma banca de especialistas**, que não se enquadrem no estabelecido no § 2º do artigo 9º, deverão ser depositados no RI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010, grifo nosso).

Quanto ao quesito *formato de saída dos documentos*, não consta qualquer dado sobre esse fator na referida política.

Em relação ao *Elemento 3: Aquisição*, a política define o(s) *responsável(is) pelo depósito* no *caput* e no parágrafo único do artigo 6º e no artigo 11º. Assim, o documento analisado determina que tanto a comunidade científica institucional (professores, pesquisadores e alunos) quanto a Biblioteca Central, mediante autorização dos autores ou seus representantes, têm competência para realizar depósitos de documentos, a fim de formar as coleções do RIUFS.

Art. 6º O RI, desenvolvido e **alimentado pela comunidade científica institucional**, será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional.

Parágrafo Único: Considera-se “comunidade científica institucional” aquela constituída pelos **docentes, pesquisadores, colaboradores pesquisadores e alunos graduandos e pós-graduandos** da UFS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010, grifo nosso).

Art. 11. De maneira a facilitar a alimentação do RI, a **BICEN** poderá promover o registro da produção científica da UFS, mediante autorização dos autores da referida produção, seja efetuando a entrada de cada membro no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010).

Em contrapartida, o documento correlato intitulado de 'Sobre o RI', já citado anteriormente, relaciona apenas que uma parcela da comunidade acadêmica pode realizar depósitos no repositório, conforme segue.

Podem depositar documentos no Repositório: **professores da UFS, pesquisadores vinculados à Universidade** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, [200-?a], grifo nosso).

Embora a política determine quem pode submeter documentos ao RIUFS, não há menção a respeito do(s) *responsável(is) pela revisão e aprovação* dos itens arquivados em suas coleções. Além disso, não é especificado o quesito *fluxo de trabalho* para a submissão de arquivos e nem tampouco o critério *limite para tamanho do documento* por arquivo, depositante ou coleção.

Quanto ao critério *prazo para depósito*, a política analisada determina que o documento seja depositado imediatamente após sua publicação ou, em caso necessário, que ele seja realizado em um prazo de até seis meses após a data de sua publicação, como descreve seu artigo 9º.

Art. 9º O depósito indicado no artigo 8º deverá ser realizado **imediatamente após a sua publicação** na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um **prazo máximo de 6 (seis) meses** da data de publicação do artigo para depositá-lo no RI.
[...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010, grifo nosso).

Cabe ressaltar que a política faz um adendo no § 1º do referido artigo sobre quando há impossibilidade de efetuar o depósito no prazo pré-estabelecido e recomenda aos autores ou seus representantes que se deposite no RIUFS a versão original do trabalho, bem como suas alterações.

Art. 9º [...]

§ 1º Na impossibilidade de realização do depósito devido a cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a revista onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da **versão original do trabalho. Ou seja, aquela versão que foi submetida à revista científica, assim como, as alterações propostas pela revista** que o publicou.
[...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010, grifo nosso).

Relativo ao *Elemento 4: Avaliação* e *Elemento 5: Descarte*, a política do RIUFS não apresenta nenhuma informação a respeito dos quesitos que constituem essas categorias.

No que tange ao *Elemento 6: Acesso*, a política fixa, em seu artigo 4º, que o próprio autor é o *responsável pelo controle de acesso* de suas publicações, como verificado a seguir.

Art. 4º Por tratar-se de iniciativa de acesso livre, alguns trabalhos depositados no repositório institucional são de propriedade dos autores, assim, **cabe aos autores** a responsabilidade sobre o que é submetido e **a decisão sobre quais conteúdos poderão ser acessados ou não**, garantindo assim sua propriedade intelectual (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010, grifo nosso).

Além desse quesito, a política define ainda o *nível de acesso aos documentos* depositados, informando que ele ocorrerá de forma livre, como destaca seu artigo 6º.

Art. 6º O RI, desenvolvido e alimentado pela comunidade científica institucional, **será de livre acesso**, tanto no contexto nacional, quanto internacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010, grifo nosso).

Cabe ressaltar que embora a política especifique que o tipo de acesso às suas coleções é livre, ela não evidencia claramente a possibilidade de se atribuir acesso restrito a determinados documentos depositados no repositório. Tal questão é sucintamente abordada apenas no documento correlato 'Sobre o RI', conforme visto a seguir.

A maioria dos documentos está disponível para livre acesso. Contudo, **alguns documentos podem ter seu acesso restrito** em respeito aos direitos autorais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, [200-?a], grifo nosso).

Já em relação ao *Elemento 7: Direitos autorais e patrimoniais*, a política estabelece a necessidade do RIUFS requerer uma *solicitação de autorização para depósito*, com a

finalidade de que os autores concedam formalmente uma permissão para o repositório institucional da UFS arquivar, distribuir e preservar digitalmente os conteúdos neles depositados, como demonstra seu artigo 5º abaixo.

Art. 5º Os autores devem **assinar termo de consentimento para a realização de depósito no RI** de forma a conceder ao repositório, permissão para depositar, distribuir e preservar o material depositado (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010, grifo nosso).

Quanto à autorização para depósito, o RIUFS disponibiliza em seu *site* um formulário denominado de 'Termo de autorização do autor'⁵¹, por meio do qual solicita ao autor que declare que a obra depositada é original e que ele detém a permissão de conceder os direitos contidos no documento, assim como declare também que não está infringindo os direitos de autor de qualquer outra pessoa ou entidade.

No que concerne aos quesitos *atribuição de licença e tipo de licença (uso e distribuição)*, a política não os aborda. Contudo, o documento correlato 'Sobre o RI' faz uma indicação a respeito da necessidade dos autores concederem uma licença não-exclusiva para depositar e disponibilizar documentos no RIUFS, sem estabelecer qual tipo de licenciamento será utilizado, segundo assinala o trecho que se segue.

O termo de autorização do autor concede à Universidade Federal de Sergipe uma **licença Não-Exclusiva para arquivamento e publicação** no RIUFS dos documentos em formato digital. Com a concessão desta licença, a comunidade acadêmica continua a reter todos os seus direitos de autor (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, [200-?a], grifo nosso).

A respeito do *Elemento 8: Preservação digital*, a política abrange apenas o quesito *tipos de documentos preservados* quando estabelece no §3º do artigo 1º, que a produção intelectual da Universidade será preservada como consequência da coleta, organização e disponibilização no RIUFS.

Art. 1º [...]

§ 3º Este conjunto de documentos coletados, organizados e disponibilizados eletronicamente **permite preservar a produção intelectual da comunidade acadêmica** dando projeção à produção intelectual junto às outras comunidades universitárias e também à sociedade em geral (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010, grifo nosso).

Quanto ao *Elemento 9: Sustentabilidade*, a referida política não trata de nenhum dos quesitos que o compõe.

Já em relação ao *Elemento 10: Detalhamento de outros aspectos importantes*, a política não revela informações sobre *rotina e periodicidade de backup e acordos de*

⁵¹ Documento disponível em: <<https://ri.ufs.br/files/termo-autor.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2014.

cooperação (convênios com instituições). Todavia, quanto ao quesito *integração com outros sistemas*, a política de depósito mandatória do RIUFS prevê a capacidade do repositório se integrar a sistemas nacionais e internacionais, como expressa seu artigo 7º.

Art. 7º O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010, grifo nosso).

Além desse critério, a referida política ainda explicita, em seu artigo 8º, a *recomendação para publicar em periódicos de acesso aberto que autorize o depósito da publicação em repositórios*.

Art. 8º Os membros da comunidade científica institucional da UFS deverão publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre ou que façam constar em seus contratos de publicação a autorização para o depósito dos artigos publicados em repositórios de livre acesso (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE, 2010, grifo nosso).

Em relação ao *Elemento 11: Documentos correlatos*, a política analisada não apresenta nenhuma referência aos quesitos abordados por esses tópicos, mas no *site* do RIUFS estão reunidos documentos relacionados ao sistema que atendem aos quesitos *atos legislativos*, representado por sua Política Institucional, *manuals* representados pelo 'Sobre o RI' e *fluxogramas e formulários*, expressos pelo formulário de autorização de autor.

Nesse bojo, ainda é possível verificar no *site* do repositório a presença do critério *Licenças de uso e distribuição* por meio do *link* da licença pública do *Creative Commons*.

Por fim, quanto ao *Elemento 12: Avaliação da política*, o documento analisado não apresenta nenhuma manifestação relativa aos quesitos abordados por esse tópico.

4.3.3 Avaliação da política da BDPI

A seguir apresenta-se o quadro 13 contendo a análise da Política do Repositório Institucional da Universidade de São Paulo (BDPI).

Quadro 13 – Análise da política de depósito mandatória da BDPI

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 1: <i>Desenvolvimento de coleções</i>	Missão		X
	Objetivos	X	
	Responsável(is) pela gestão	X	
	Perfil da comunidade (usuários)	X	
	Perfil das coleções (escopo)	X	
	Estrutura das coleções (organização)		X
ELEMENTO 2: <i>Seleção</i>	Qualidade dos documentos	X	
	Formato de saída dos documentos		X
ELEMENTO 3: <i>Aquisição</i>	Responsável(is) pelo depósito	X	
	Responsável(is) pela revisão e aprovação	X	
	Fluxo de trabalho		X
	Limite para tamanho do documento		X
	Prazo para depósito	X	
ELEMENTO 4: <i>Avaliação</i>	Estatísticas (consulta, <i>downloads</i> , usuários)	X	
	Pesquisa de satisfação do usuário (coleções e serviços)		X
ELEMENTO 5: <i>Descarte</i>	Solicitante		X
	Responsável(is) pela aprovação		X
	Critérios para a exclusão ou retirada do acesso		X
	Manutenção ou exclusão dos metadados		X
	Registro da exclusão ou retirada do acesso		X
	Informação aos usuários sobre a exclusão ou retirada do acesso		X
ELEMENTO 6: <i>Acesso</i>	Responsável(is) pelo controle de acesso		X
	Nível de acesso aos documentos	X	

(Cont.)

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 7: <i>Direitos autorais e patrimoniais</i>	Solicitação de autorização para depósito		X
	Atribuição de licença		X
	Tipo de licença (uso e distribuição)		X
ELEMENTO 8: <i>Preservação digital</i>	Tipos de documentos preservados	X	
	Uso de URL persistente		X
	Migração de formatos raros/obsoletos		X
	Conversão para formatos de padrões abertos		X
	Manutenção de lista com formatos aceitos no repositório		X
	Uso de padrões internacionais de metadados		X
ELEMENTO 9: <i>Sustentabilidade</i>	<i>Upgrade de hardwares e softwares</i>	X	
	Ampliação das coleções		X
	Desenvolvimento de novos serviços		X
	Ações de divulgação e treinamento	X	
ELEMENTO 10: <i>Detalhamento de outros aspectos importantes</i>	Rotina e periodicidade de <i>backup</i>		X
	Acordos de cooperação (convênios com instituições)	X	
	Integração com outros sistemas	X	
	Recomendação para publicar em periódico de acesso aberto que autorize o depósito da publicação em repositórios	X	
ELEMENTO 11: <i>Documentos correlatos</i>	Atos legislativos	X	
	Manuais (acesso e uso, submissão, preservação etc)	X	
	Fluxogramas e formulários		X
	Políticas editoriais (SHERPA/RoMEO, Diadorim)	X	
	Licenças de uso e distribuição (Licenças <i>Creative Commons</i>)		X
ELEMENTO 12: <i> Avaliação da política</i>	Periodicidade para revisão e atualização		X
	Responsável(is) pela revisão e atualização		X

Fonte: O autor (2014).

Analisando a política do repositório institucional da USP, é possível observar a presença de alguns elementos de desenvolvimento de coleções, conforme segue.

Para o *Elemento 1: Desenvolvimento de coleções*, a política não descreve a *missão* da BDPI. No entanto, ela informa os seus *objetivos*, descrevendo que eles se relacionam com o aumento da visibilidade, acessibilidade e disseminação da produção dos membros da USP, com a gestão e acesso à informação e com a integração com iniciativas nacionais e internacionais, como determina os incisos I, II e III de seu artigo 1º.

Artigo 1º [...]

I - aumentar a visibilidade, acessibilidade e difusão dos resultados da atividade acadêmica e de pesquisa da USP por meio da coleta, organização e preservação em longo prazo;

II - facilitar a gestão e o acesso à informação sobre a produção intelectual da USP, por meio da oferta de indicadores confiáveis e validados;

III - integrar-se a um conjunto de iniciativas nacionais e internacionais, por meio de padrões e protocolos de integração qualificados e normalizados (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo do autor).

Quanto ao quesito *responsável(is) pela gestão* do repositório institucional, a política fixa, em seu artigo 2º, que o Conselho Superior do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) é o órgão competente por sua administração. Além disso, ainda nesse artigo, ela define quais são suas competências em relação ao BDPI.

Artigo 2º - Fica o **Conselho Supervisor do Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi** incumbido de estabelecer e validar normas para coleta, tratamento e preservação da produção intelectual gerada na Universidade (atendendo às especificidades da produção impressa e digital), bem como definir os tipos de documentos para depósito, além das teses e dissertações defendidas nas Unidades USP (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo nosso).

No que tange ao quesito *perfil da comunidade (usuários)*, a referida política não estabelece claramente o seu perfil, embora em seu artigo 3º ela relacione os membros da comunidade da Instituição (professores, servidores e alunos) como responsáveis pela formação e desenvolvimento de sua memória intelectual.

Artigo 3º - Para a formação e desenvolvimento da memória da produção intelectual da USP, **os docentes, servidores técnicos e administrativos, alunos e pós-doutorandos** deverão depositar na BDPI o conteúdo integral de produtos de sua autoria, à medida que forem publicados ou editados (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo nosso).

Quanto ao *perfil das coleções (escopo)*, a política não descreve todos os tipos de materiais que podem ser depositados em suas coleções, nem tampouco aqueles que estão desobrigados do depósito pelos membros da Instituição. Ela determina apenas, de modo geral,

em seu artigo 3º, o depósito do conteúdo integral da produção intelectual de autoria dos membros da USP quando forem publicados ou editados.

Artigo 3º - Para a formação e desenvolvimento da memória da produção intelectual da USP, os docentes, servidores técnicos e administrativos, alunos e pós-doutorandos deverão depositar na BDPI o **conteúdo integral de produtos de sua autoria**, à medida que forem publicados ou editados (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo nosso).

A única exceção são as teses e dissertações defendidas na Instituição em que a política explícita, em seu artigo 4º, que seguem um padrão específico estabelecido por ato próprio.

Artigo 4º - As teses e dissertações seguem o padrão estabelecido pela Resolução CoPGr nº 6018, de 13.10.2011 (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012).

Nesse bojo, a tipologia dos documentos que são aceitos na BDPI está relacionada somente no documento correlato 'FAQ', disponível em seu *site*, e se refere a "[...] Artigos e Materiais de Revistas Científicas, Livros e Capítulos de Livros, Comunicações em Eventos e Vídeo-aulas [...]" (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [201-?]).

Com relação ao quesito *estrutura das coleções (organização)*, ele não é abordado pela política aprovada pela Universidade. Todavia, sua especificação está contida no documento correlato 'FAQ' e segue a estrutura organizacional da USP, sendo constituído de comunidades, subcomunidades e coleções, conforme segue.

A BDPI é **organizada pelas unidades USP** denominadas “**Comunidades**”, ligadas aos respectivos departamentos (**Subcomunidades**), **Coleções** (tipologias) e **Itens** (documentos) (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [201-?], grifo nosso).

No que concerne ao *Elemento 2: Seleção*, a política não define a *qualidade dos documentos* que podem ser depositados na BDPI quanto à necessidade ou não da revisão dos pares. Essa informação está disponível no documento correlato 'FAQ', no qual estabelece que o "artigo revisado por pares pode ser disponibilizado na BDPI. Assim como pré-print e a versão publicada" (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [201-?]).

Relativo à *qualidade dos documentos*, a política aborda o controle de versões dos registros em seu artigo 6º, por meio do qual determina que se deve garantir a atualização permanente dos documentos depositados no repositório institucional da USP.

Artigo 6º - Compete às Bibliotecas do SIBi, em relação à BDPI:
[...]

VI - a garantia da **atualização permanente dos registros** da produção intelectual na BDPI, a partir de ações periódicas junto aos autores de sua Unidade de vínculo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo nosso).

Quanto ao quesito *formato de saída dos documentos*, ele não é tratado na política do repositório avaliado.

Relativo ao *Elemento 3: Aquisição*, a política fixa o(s) *responsável(is) pelo depósito* no *caput* e no § 1º do artigo 3º e no inciso I do artigo 6º. Nesse documento, ela descreve que o depósito pode ser efetuado pelos próprios autores (professores, servidores, alunos e pós-doutorandos) através do autoarquivamento, pela biblioteca ou pela gerência da BDPI, conforme trecho que segue abaixo.

Artigo 3º - Para a formação e desenvolvimento da memória da produção intelectual da USP, os **docentes, servidores técnicos e administrativos, alunos e pós-doutorandos** deverão depositar na BDPI o conteúdo integral de produtos de sua autoria, à medida que forem publicados ou editados.

§ 1º - A inserção de conteúdos na BDPI poderá ser feita por **auto-arquivamento** (depósito feito diretamente pelo próprio autor do trabalho), pela **equipe da biblioteca** de sua Unidade funcional ou por importação de dados executada pela **gerência da BDPI**.

[...] (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo nosso).

Artigo 6º - Compete às **Bibliotecas do SIBi**, em relação à BDPI:

I - efetuar o registro técnico de produção intelectual na BDPI, desde que solicitado por sua Unidade de vínculo ou por membros daquela comunidade;

[...] (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo nosso).

O documento correlato 'FAQ' ratifica essa informação descrevendo que a "BDPI é aberta à comunidade para auto-arquivamento por autores da USP e para os responsáveis pela produção nas Bibliotecas" (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [201-?]).

Quanto ao quesito *responsável(is) pela revisão e aprovação* dos depósitos nas coleções do repositório institucional da USP, a política também determina que as Bibliotecas do SIBi sejam as Unidades competentes para realizar a aprovação dos documentos submetidos ao seu repositório institucional, como descreve o inciso II do artigo 6º da política.

Artigo 6º - Compete às **Bibliotecas do SIBi**, em relação à BDPI:

[...]

II - a **edição, revisão, validação e disponibilização online** da produção intelectual auto-arquivada pelos autores;

[...] (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo nosso).

Em adição, o documento correlato 'FAQ' detalha que a atividade de aprovação é de responsabilidade de um profissional bibliotecário do sistema de bibliotecas.

[...] O técnico e/ou bibliotecário necessitam complementar os dados na etapa de revisão. A validação/publicação do registro é de responsabilidade do bibliotecário (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [201-?]).

Quanto aos quesitos *fluxo de trabalho e limite para tamanho do documento*, não constam na política informações sobre esses critérios.

Já com relação ao *prazo para depósito*, ela não fixa prazos específicos para essa atividade. Apenas informa que os documentos devem ser depositados assim que forem publicados ou editados, segundo relata seu artigo 3º.

Artigo 3º - Para a formação e desenvolvimento da memória da produção intelectual da USP, os docentes, servidores técnicos e administrativos, alunos e pós-doutorandos **deverão depositar na BDPI** o conteúdo integral de produtos de sua autoria, **à medida que forem publicados ou editados** (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo nosso).

No que tange ao *Elemento 4: Avaliação*, a política não determina explicitamente nenhum dos seus quesitos. Porém, ela estabelece as competências para a geração e fornecimento de dados com a finalidade de produzir e disseminar as estatísticas da produção intelectual da Instituição, como dispõe o inciso V do artigo 6º e os incisos II e III do artigo 7º do documento, que podem ser relacionadas com o quesito *estatística (uso, downloads e usuários)*.

Artigo 6º - Compete às Bibliotecas do SIBi, em relação à BDPI:

[...]

V - o **fornecimento de dados, informações e estatísticas institucionais** requeridas por suas Unidades de vínculo;

[...] (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo nosso).

Artigo 7º - O Departamento Técnico do SIBi, em relação à BDPI, será responsável pela:

[...]

II - **geração de dados e indicadores** sobre a produção intelectual da USP para fins diversos, dentre eles o Anuário Estatístico ou outros que venham a ser requeridos pelos Órgãos da Universidade;

III - garantia da **disseminação de indicadores confiáveis e certificados** sobre a produção intelectual gerada na Universidade;

[...] (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo nosso).

Em adição, a BDPI ainda disponibiliza em seu *site*, um *link* denominado de 'Ver as estatísticas de uso' para consulta das estatísticas de visitas de alguns documentos arquivados no repositório institucional.

Já em relação ao *Elemento 5: Descarte*, a política não especifica qualquer orientação a respeito dos quesitos que o compõe.

Quanto ao *Elemento 6: Acesso*, a política não evidencia o(s) *responsável(is) pelo controle de acesso*, mas ela caracteriza no §3º do artigo 3º o *nível de acesso aos documentos* disponibilizados na BDPI, categorizando-os como: aberto, embargado, restrito aos computadores da Universidade ou restrito completamente, conforme abaixo.

Artigo 3º [...]

§ 3º - Se de direito, o acesso aos documentos poderá ser **aberto, embargado** (por tempo limitado pelo contrato assinado pelo autor com a casa editorial), **restrito para uso apenas pelos computadores da USP** ou **restrito completamente** (neste caso, o

arquivo digital depositado servirá apenas para gestão e governança da produção) (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo nosso).

Relativo ao *Elemento 7: Direitos autorais e patrimoniais*, não há na política evidências sobre os quesitos avaliados, embora ela expresse a necessidade dos autores manterem todos os seus direitos, como destaca o § 2º de seu artigo 3º.

Artigo 3º [...]

§ 2º - O depósito da produção intelectual deverá ser realizado de forma não exclusiva, **mantendo os autores dos documentos todos os seus direitos**.

[...] (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo nosso).

Nesse sentido, o documento correlato 'FAQ' descreve que durante a fase de submissão de documentos nas coleções do repositório, os autores devem realizar a *atribuição de licença* e ainda assinala que o *tipo de licença (uso e distribuição)* utilizada é a *Creative Commons* (não-obrigatório).

Durante a etapa de submissão ou cadastro da produção, o autor poderá escolher as Licenças Creative Commons (não-obrigatório):

CC BY – Atribuição (BY): os licenciados têm o direito de copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, desde que os créditos sejam dados ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes;

CC BY-NC – Uso não Comercial (NC): os licenciados podem copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, desde que sejam para fins não-comerciais;

CC BY-SA – Share Alike (SA): os licenciados devem distribuir obras derivadas somente sob uma licença idêntica à que governa a obra original;

CC BY-NC-AS - Share Alike (SA): os licenciados devem distribuir obras derivadas somente sob uma licença idêntica à que governa a obra original, desde que sejam para fins não-comerciais (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [201-?]).

No que concerne ao *Elemento 8: Preservação digital*, a política abrange apenas o quesito *tipos de documentos preservados* quando estabelece no inciso IV de seu artigo 7º competência ao sistema de bibliotecas para realizar a atividade de preservação da produção intelectual da Universidade

Artigo 7º - O Departamento Técnico do SIBi, em relação à BDPI, será responsável pela:

[...]

IV - preparação de diretrizes e mecanismos para garantir **o controle e a preservação digital da produção intelectual** gerada pela USP;

[...] (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo nosso).

Com relação ao *Elemento 9: Sustentabilidade*, a política dispõe nos incisos I e VI de seu artigo 7º a definição de competências relativos ao sistema de gestão (atualização e integração) que podem ser correspondentes ao quesito *upgrade de hardwares e softwares*, embora a política não especifique valores ou fonte de recursos para essa atividade.

Artigo 7º - O Departamento Técnico do SIBi, em relação à BDPI, será responsável pela:

I - gerência e atualização constante do sistema de gestão decorrente de evolução tecnológica;

[...]

VI - criação de mecanismos de estímulo e ações de integração que possibilitem a interoperabilidade e racionalização de recursos com bancos de dados informacionais internos e externos à USP (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012).

Além desse critério, a política ainda aborda *ações de divulgação e treinamento* no inciso III do artigo 6º e inciso V do artigo 7º quando define competência às bibliotecas do sistema e ao seu departamento técnico para realizar essas atividades, conforme segue.

Art. 6º [...]

III - a organização de ações periódicas de **capacitação sobre procedimentos e esclarecimentos das funcionalidades** existentes, dirigidas à comunidade USP;

[...] (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo nosso).

Art. 7º [...]

V - **formação das competências** necessárias às equipes das Bibliotecas do SIBi, visando à plena realização das atividades relativas à BDPI;

[...] (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo nosso).

Os demais quesitos desse elemento não são contemplados na referida política.

Quanto ao *Elemento 10: Detalhamento de outros aspectos importantes*, não é tratado na política aspectos quanto à *rotina e periodicidade de backup* dos itens das coleções. No entanto, com base no inciso VI do artigo 7º, é possível traçar uma correspondência com o quesito *acordos de cooperação (convênios com instituições)*, uma vez que a Instituição delega competência para se buscar integrações com banco de dados externos à Universidade.

Artigo 7º - O Departamento Técnico do SIBi, em relação à BDPI, será responsável pela:

[...]

VI - criação de mecanismos de estímulo e ações de integração que possibilitem a interoperabilidade e racionalização de recursos com bancos de dados informacionais internos e externos à USP (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012).

Além desse critério, a política também aborda o quesito *integração com outros sistemas*, estabelecendo que a BDPI tem a capacidade de se integrar com os sistemas corporativos da Universidade, como expressa seu artigo 8º.

Artigo 8º - Para o pleno desenvolvimento das atividades da BDPI, deverá ser assegurada sua integração aos sistemas corporativos da Universidade (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012).

Em adição, a referida política ainda explicita, em seu artigo 5º, a *recomendação para publicar em periódicos de acesso aberto que autorize o depósito da publicação em repositórios*.

Artigo 5º - Recomenda-se a todos os membros da comunidade USP a publicação de seus resultados de pesquisa, preferencialmente, em fontes que se encontrem em livre acesso ou que façam constar em seus contratos de publicação a permissão para depósito na BDPI (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012).

Já em relação ao *Elemento 11: Documentos correlatos*, a política abrange dois quesitos que constituem essa categoria. O primeiro refere-se ao *ato legislativo*, explicitado em seu artigo 4º, que regulamenta o depósito de teses e dissertações, como segue.

Artigo 4º - As teses e dissertações seguem o padrão estabelecido pela **Resolução CoPGr nº 6018, de 13.10.2011** (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo nosso).

Ressalta-se que embora o mandato mencione o referido ato formal, não foi localizado no *site* da BDPI a íntegra desse documento.

Já o segundo quesito contemplado pela política de depósito da USP diz respeito às *políticas editoriais* e está presente quando a política define no inciso IV do artigo 6º a competência para auxiliar a comunidade acadêmica na verificação da situação das publicações que são depositadas no repositório.

Artigo 6º - Compete às Bibliotecas do SIBi, em relação à BDPI:
 [...]

IV - o apoio aos autores USP na averiguação da **situação de suas publicações perante entidades externas**, a quem tenham eventualmente sido cedidos os direitos de autor;
 [...] (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012, grifo nosso).

Complementando as informações dispostas no mandato, a BDPI ainda reúne em seu *site* documentos relacionados ao sistema que também atendem aos quesitos *atos legislativos*, representado por sua política de depósito mandatória, *manuais*, expresso pelo 'FAQ', e *políticas editoriais*, representado pelos *links* para as fontes especializadas, como o SHERPA/RoMEO e o Diadorim, além de possuir apontador para o Site Acesso Aberto USP⁵², que também permite consulta às políticas das revistas científicas e contém outras informações.

Por fim, nenhum critério que constitui o *Elemento 12: Avaliação da política* é tratado no mandato da BDPI.

4.3.4 Avaliação da política do RIUFBA

A seguir apresenta-se o quadro 14 contendo a análise da Política do Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (RIUFBA).

⁵² <<http://www.acessoaberto.usp.br/>>

Quadro 14 – Análise da política de depósito mandatória do RIUFBA

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 1: <i>Desenvolvimento de coleções</i>	Missão		X
	Objetivos		X
	Responsável(is) pela gestão	X	
	Perfil da comunidade (usuários)		X
	Perfil das coleções (escopo)	X	
	Estrutura das coleções (organização)		X
ELEMENTO 2: <i>Seleção</i>	Qualidade dos documentos	X	
	Formato de saída dos documentos		X
ELEMENTO 3: <i>Aquisição</i>	Responsável(is) pelo depósito	X	
	Responsável(is) pela revisão e aprovação		X
	Fluxo de trabalho		X
	Limite para tamanho do documento		X
	Prazo para depósito	X	
ELEMENTO 4: <i>Avaliação</i>	Estatísticas (consulta, <i>downloads</i> , usuários)		X
	Pesquisa de satisfação do usuário (coleções e serviços)		X
ELEMENTO 5: <i>Descarte</i>	Solicitante		X
	Responsável(is) pela aprovação		X
	Critérios para a exclusão ou retirada do acesso		X
	Manutenção ou exclusão dos metadados		X
	Registro da exclusão ou retirada do acesso		X
	Informação aos usuários sobre a exclusão ou retirada do acesso		X
ELEMENTO 6: <i>Acesso</i>	Responsável(is) pelo controle de acesso		X
	Nível de acesso aos documentos	X	

(Cont.)

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 7: <i>Direitos autorais e patrimoniais</i>	Solicitação de autorização para depósito		X
	Atribuição de licença		X
	Tipo de licença (uso e distribuição)		X
ELEMENTO 8: <i>Preservação digital</i>	Tipos de documentos preservados		X
	Uso de URL persistente		X
	Migração de formatos raros/obsoletos		X
	Conversão para formatos de padrões abertos		X
	Manutenção de lista com formatos aceitos no repositório		X
	Uso de padrões internacionais de metadados		X
ELEMENTO 9: <i>Sustentabilidade</i>	<i>Upgrade de hardwares e softwares</i>		X
	Ampliação das coleções		X
	Desenvolvimento de novos serviços		X
	Ações de divulgação e treinamento	X	
ELEMENTO 10: <i>Detalhamento de outros aspectos importantes</i>	Rotina e periodicidade de <i>backup</i>		X
	Acordos de cooperação (convênios com instituições)		X
	Integração com outros sistemas	X	
	Recomendação para publicar em periódico de acesso aberto que autorize o depósito da publicação em repositórios	X	
ELEMENTO 11: <i>Documentos correlatos</i>	Atos legislativos	X	
	Manuais (acesso e uso, submissão, preservação etc)	X	
	Fluxogramas e formulários		X
	Políticas editoriais (SHERPA/RoMEO, Diadorim)	X	
	Licenças de uso e distribuição (Licenças <i>Creative Commons</i>)		X
ELEMENTO 12: <i> Avaliação da política</i>	Periodicidade para revisão e atualização		X
	Responsável(is) pela revisão e atualização		X

Fonte: O autor (2014).

Analisando a política do repositório institucional da UFBA, observa-se que ela contempla alguns dos elementos de desenvolvimento de coleções avaliados, conforme segue.

Em relação ao *Elemento 1: Desenvolvimento de coleções*, a política não apresenta os quesitos *missão* e *objetivos*. No entanto, a *missão* do RIUFBA está expressa no documento correlato 'Orientações para uso do Repositório Institucional da UFBA', disponível no *site* do repositório, e se refere a "armazenar, preservar, divulgar e dar acesso a produção científica e acadêmica da Universidade, seja na área das artes, das ciências, das humanidades, da tecnologia, da inovação ou da criação" (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, [201-]).

Além dessa informação também estão contidos no referido documento correlato e igualmente no *site* os *objetivos* do repositório institucional da UFBA que dizem respeito a reunir em um único local os resultados das pesquisas dos membros da Instituição, contribuindo para ampliar a sua visibilidade e de seus autores, além de aumentar o impacto da investigação e auxiliar na preservação da memória intelectual, conforme dispõe o trecho a seguir.

Reunir num único local virtual a produção acadêmica (científica, artística, cultural, tecnológica, de inovação, didática e instrucional) da Universidade, contribuindo para **ampliar a visibilidade** da Instituição e dos seus pesquisadores, bem como o **impacto da investigação**, além da **preservação da memória intelectual**, seja na área das artes, das ciências, humanidades, da tecnologia, da inovação ou da criação (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, [201-], grifo nosso).

Quanto ao quesito *responsável(is) pela gestão* do repositório institucional, a política estabelece a constituição de um grupo gestor para administrá-lo, além de determinar a sua competência no que tange à implantação, desenvolvimento e manutenção do sistema, segundo informa o seu artigo 1º.

Art. 1º - O grupo gestor da **Política do Repositório Institucional**, constituído através de portaria, fica encarregado do desenvolvimento, implantação e manutenção do **REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL** doravante, neste documento, denominado de "**RI**" (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, grifo do autor).

Nesse sentido, é importante frisar que a política assinala a necessidade de se publicar um ato próprio na Universidade, a fim de designar os representantes que formarão o comitê gestor do repositório, mas esse documento não foi localizado no *site*.

Já o quesito *perfil da comunidade (usuários)* não é abordado pela política avaliada.

No que tange ao *perfil das coleções (escopo)*, a política não lista os tipos de documentos que podem ser depositados no RIUFBA. Pelo contrário, ela enumera aqueles que estão desobrigados do depósito pelos membros da Instituição, elencando-os basicamente em três categorias: (i) livros ou capítulos de livros com fins comerciais; (ii) artigos publicados em

revistas científicas que estabelecem cláusulas contratuais que impeçam o depósito; e (iii) documentos passíveis de serem patenteados, conforme demonstram os §3º, §4º e §5º do artigo 4º.

Art. 4º - [...]

§3º – ficam desobrigados de depósito no **RI**, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

§4º – ficam desobrigados de depósito no **RI**, os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre;

§5º – ficam desobrigados de depósito no **RI** os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, grifo do autor).

Assim, em seu artigo 5º, a política apenas estabelece, por associação, que todos os outros tipos de produção técnico-científica que não se enquadram nas categorias descritas pelos citados parágrafos do artigo 4º e que foram, conseqüentemente, publicados em canais formais de comunicação científica ou que sofreram qualquer avaliação de uma banca examinadora são aceitos no RIUFBA.

Art. 5º - Todos os documentos que não se enquadrarem especificados no 'art. 4º, parágrafos 1º e 2º [sic] e que foram **publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram, a exemplo das teses e dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas**, deverão ser depositados no RI (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, grifo nosso).

Nesse sentido, embora a política não descreva detalhadamente os tipos de publicações que podem ser depositadas nas coleções de seu repositório institucional, o documento correlato 'Orientações para uso do Repositório Institucional da UFBA', anteriormente citado, cumpre esse papel e relaciona os documentos aceitos, classificando-os por tipos de produção, conforme segue:

Produção bibliográfica

- **Artigos completos publicados em periódicos:** área destinada para inclusão de artigos científicos já publicados em revistas indexadas com ISSN;
- **Artigos aceitos para publicação:** documentos preprint (antes do processo de revisão por pares) e posprint (depois do processo de revisão por pares). Artigos no prelo (in--press) que ainda não foram publicados. Devem ser indexadas com ISSN;
- **Livros:** área para inclusão de informações a respeito de livros produzidos pelo usuário. Estas publicações devem ser indexadas com ISBN;
- **Capítulos de livros:** área para inclusão de informações a respeito de capítulos de livros produzidos pelo usuário. Estas publicações devem ser indexadas com ISBN;
- **Texto em jornal ou revista (magazine):** qualquer publicação escrita que tenha sido publicada em meio jornalístico, como roteiros, ensaios, matérias, reportagens, relatos, depoimentos, entrevistas, resumos, resenhas, crônicas, contos, poemas e afins;
- **Trabalhos publicados em anais de eventos:** textos publicados em anais de eventos, vinculados a um evento específico;

- **Apresentação de trabalho e palestras:** apresentação de trabalho não vinculada a evento: aulas magnas, palestras, trabalhos acadêmicos, etc;
- **Partitura musical:** área para cadastro de partituras escritas para canto, coral, orquestra, etc;
- **Tradução:** destina-se ao cadastramento de artigos, livros ou outras publicações traduzidas pelo usuário;
- **Prefácio, Posfácio:** destina-se ao cadastramento de prefácio, posfácio, introdução ou apresentação de livros;
- **Outra produção bibliográfica (working papers, resenhas, entre outros):** qualquer outra produção bibliográfica que não se enquadre nas opções anteriores, inclusive artigos publicados em periódicos sem ISSN.

Produção técnica

- **Softwares:** trata-se de qualquer sistema computacional, programa ou conjunto de programas que instrui o hardware sobre a maneira como ele deve executar uma tarefa, inclusive sistemas operacionais, processadores de textos e programas de aplicação;
- **Produtos:** área para cadastro de protótipos, projetos (concepção), pilotos, etc., incluindo patentes;
- **Processos:** processo ou técnica de transformação envolvendo bens e/ou serviços em que foram incluídas atividades de pesquisa e desenvolvimento, incluindo patentes;
- **Trabalhos técnicos:** trabalhos e serviços variados tais como consultorias, pareceres, nas diversas áreas;
- **Cartas, mapas ou similares:** área destinada para o cadastro de fotogramas, mapas, aerofotogramas, entre outros produtos cartográficos que o usuário tenha desenvolvido;
- **Curso de curta duração ministrado:** área para a inclusão de cursos de aperfeiçoamento, extensão, especialização ministrados pelo usuário;
- **Desenvolvimento de material didático ou instrucional:** área para inclusão de apostilas, treinamentos, guias, manuais e similares elaborados pelo usuário; observar a necessidade do caráter não efêmero da obra;
- **Manutenção de obra artística:** área para o cadastro de produtos conservados ou restaurados, sejam em papel, vídeo, tela, meios digitais ou outros;
- **Maquete:** espaço para cadastro de maquetes que tenham sido realizadas como produção técnica;
- **Programa de rádio ou TV:** espaço para o registro de participação em programas de rádio ou TV, como em entrevistas, mesa redonda, comentários, etc;
- **Relatório de pesquisa:** trata-se dos relatórios periódicos ou finais que documentam e descrevem as pesquisas;
- **Outra produção técnica:** qualquer outra produção técnica não relacionada nos outros itens, incluindo patentes.

Trabalhos finais e parciais de curso

- Trabalhos de conclusão de Iniciação científica;
- Trabalhos de conclusão de Graduação;
- Monografias de Especialização;
- Dissertações de Mestrado (defendida e aprovada por banca especializada);
- Exames de Qualificação de Doutorado;
- Teses de Doutorado (defendida e aprovada por banca especializada);
- Trabalhos de conclusão de pós doutorado;
- Trabalhos de conclusão de outra natureza.

Produção cultural

- **Apresentação de obra artística:** opção para o cadastro de apresentação de peças de teatro, musicais, coreografias, recitais, etc;
- **Arranjo musical:** área para inclusão de arranjos de coral, orquestra, canto e outros de autoria do usuário;
- **Composição musical:** área para inclusão de composições para coral, orquestra, canto e outros de autoria do usuário;

- **Programa de rádio e TV:** área para cadastro de apresentações em rádio ou TV de peças de teatro, musicais, coreografias, entre outros;
- **Obra de artes visuais:** área destinada para a inclusão de obras de arte visuais - vídeos, fotos, esculturas, desenhos, apresentação de programas de televisão, entre outros;
- **Sonoplastia:** área para a inclusão de trabalhos de sonoplastia criados para cinema, rádio, televisão, teatro, música e etc;
- **Outra produção artística/cultural:** demais itens pertencentes à área artística ou cultural que não se encaixem nas áreas anteriores;
- **Demais trabalhos:** demais trabalhos relevantes que o usuário tenha interesse em cadastrar (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, [201-], grifo do autor).

Em relação ao quesito *estrutura das coleções (organização)*, a política não o contempla. Todavia, o documento correlato 'Orientações para uso do Repositório Institucional da UFBA' informa como estão organizados os documentos que formam as coleções do repositório. Desse modo, ele descreve que o RIUFBA é constituído por comunidades e coleções, seguindo a estrutura organizacional da Universidade, segundo trecho a seguir.

O RI está organizado em torno de **comunidades** que correspondem às unidades (Escolas, Faculdades, Institutos) da Universidade Federal da Bahia. Cada comunidade pode reunir os seus documentos em diferentes **coleções** (tipos de documentos ou informação). O número de documentos por coleção é ilimitado [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, [201-], grifo nosso).

Quanto ao *Elemento 2: Seleção*, a política assinala a *qualidade dos documentos* que devem ser depositados em suas coleções, destacando que somente aqueles avaliados por pares ou que passaram por uma banca examinadora são aceitos no repositório, segundo fixa seu artigo 5º.

Art. 5º - Todos os documentos que não se enquadrarem especificados no "art. 4º, parágrafos 1º e 2º" [sic] e que foram publicados em veículos de comunicação científica **com revisão por pares ou que passaram, a exemplo das teses e dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas**, deverão ser depositados no RI (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, grifo nosso).

Em adição, o documento correlato 'Orientações para uso do Repositório Institucional da UFBA' complementa essa informação e determina alguns aspectos que os documentos devem atender para serem arquivados no RIUFBA, a saber:

- Ser produzido (autor ou coautor) por membro(s) da UFBA; [...]
 - Estar em **formato digital**, podendo ser um texto, uma gravura, um audio-visual, entre outros;
 - Estar **completo** e pronto para "publicação", ou seja, **não ser a versão parcial ou preliminar de uma dada produção**;
- [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, [201-], grifo nosso).

O quesito *formato de saída dos documentos* que ainda compõe esse elemento não está contido na política do RIUFBA.

Relativo ao *Elemento 3: Aquisição*, a política avaliada institui o(s) *responsável(is) pelo depósito*, determinando que é a comunidade acadêmica da Universidade quem tem competência para alimentar o RIUFBA, conforme demonstra artigo 2º.

Art. 2º - O RI desenvolvido e alimentado pela **comunidade científica institucional** desta Universidade será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, grifo nosso).

É certo que o documento não especifica quem constitui a 'comunidade científica institucional' referida no trecho anterior. Essa informação está disposta no documento correlato 'Orientações para uso do Repositório Institucional da UFBA' que indica que ela consiste de

professores, servidores e alunos de graduação, especialização, mestrado ou doutorado, mediante cadastro no sistema, que será validado mediante permissão concedida pelos administradores das respectivas comunidades/sub-comunidades e coleções [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, [201-], grifo nosso).

Além dos membros da Instituição, a política acrescenta, em seu artigo 6º, que a Biblioteca Central é igualmente o órgão competente para efetuar não só o registro dos resultados das pesquisas dos membros da Universidade, mediante autorização prévia do autor ou seu representante, realizando o seu depósito, mas também importando-os de outros sistemas de informação.

Art. 6º - Para facilitar o povoamento do **RI**, a Biblioteca Central ou qualquer outra Unidade desta Universidade poderá promover o registro da produção científica, mediante autorização dos autores, efetuando a entrada de cada documento no **RI** ou importando os dados já registrados em outros repositórios (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, grifo do autor).

Já os quesitos *responsável(is) pela revisão e aprovação, fluxo de trabalho e limite para tamanho do documento* não são abordados pela política do RIUFBA analisada. Porém, as etapas do *fluxo de trabalho* são detalhadas no documento correlato 'Tutorial para submissões no Repositório Institucional (RI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA)', também disponível em seu *site*, por meio do qual se determina que

[...] o processo [de depósito] inicia com o autor submetendo o item. A etapa seguinte consiste na verificação de pertinência relacionada ao repositório ou a coleção em que o item foi submetido, por parte do autor. Depois, passa pela verificação e correção dos metadados inseridos pelo autor na parte inicial da submissão. Após o cumprimento de todas as etapas o item ficará disponível para consulta (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010a).

Quanto ao *prazo para depósito*, último quesito desse elemento, a política estabelece que o depósito de todos os documentos deve ser efetuado imediatamente quando de sua aceitação para publicação ou, quando necessário, que seja realizado em um prazo de seis meses após a data de sua publicação em uma revista, como descreve o §1º de seu artigo 4º.

Art. 4º [...]

§1º - o aludido depósito deverá ser realizado **imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação** na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá **um prazo máximo de 6 (seis) meses**, a partir da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, grifo nosso).

Cabe destacar que a referida política faz uma recomendação no §2º do artigo 4º sobre quando há impossibilidade de depositar os arquivos no prazo pré-estabelecido e orienta aos autores ou seus representantes que se deposite no RIUFBA a versão original do trabalho, bem como suas alterações.

Art. 4º [...]

§2º - na impossibilidade de realização do depósito devido às cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista (s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, a **versão que foi submetida à revista científica (pre-prints) assim como, as alterações propostas pela revista** que o publicou.

[...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, grifo nosso).

No que concerne ao *Elemento 4: Avaliação* e *Elemento 5: Descarte*, a política não menciona nenhuma informação a respeito de qualquer um dos quesitos que constituem essas categorias de análise.

Já quanto ao *Elemento 6: Acesso*, a política também não estabelece o(s) *responsável(is) pelo controle de acesso*. Contudo, ela define que o *nível de acesso aos documentos* disponíveis no RIUFBA ocorrerá de forma livre, segundo trecho a seguir.

Art. 2º - O RI desenvolvido e alimentado pela comunidade científica desta Universidade será de **livre acesso**, tanto no contexto nacional, quanto internacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, grifo nosso).

Nesse sentido, o documento correlato 'Orientações para uso do Repositório Institucional da UFBA' acrescenta que "é possível definir se o item terá acesso totalmente livre, acesso apenas interno na UFBA e/ou acesso apenas aos metadados" (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, [201-]).

Em relação ao *Elemento 7: Direitos autorais e patrimoniais*, a política não expressa nenhum dos quesitos que o compõe. Todavia, há indícios no documento correlato 'Orientações para uso do Repositório Institucional da UFBA' de que se faz necessário uma *solicitação de autorização para depósito*, embora não foi localizado um formulário no *site* do repositório, e de uma *atribuição de licença*, embora os trechos abaixo destacados também não especifiquem qual o *tipo de licença* é utilizada.

Quanto aos documentos a serem arquivados
[...]

- O autor deve poder, e estar disposto a, **conceder à UFBA o direito não-exclusivo de preservar e dar acesso** ao seu trabalho através do RI UFBA.

Responsabilidades e tarefas da comunidade

[...]

- **Obter licença/direitos** relativos a documentos cujo detentor dos direitos de autor não seja a Universidade Federal da Bahia ou o autor (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, [201-], grifo nosso).

Do mesmo modo, a respeito do *Elemento 8: Preservação digital*, a política analisada também não apresenta manifestação relativa aos quesitos abordados por essa categoria.

Já no que tange ao *Elemento 9: Sustentabilidade*, a política não abrange os quesitos de análise: *upgrade de hardwares e softwares, ampliação das coleções e desenvolvimento de novos serviços*. Todavia, ela expressa o critério *ações de divulgação e treinamento* quando especifica, em seu artigo 7º, que serão desenvolvidos mecanismos e ações para evitar duplicação de esforços.

Art. 7º - Para o fiel cumprimento desta política, estabelecer-se-á mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem evitar duplicações de esforços (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, grifo nosso).

Quanto ao *Elemento 10: Detalhamento de outros aspectos importantes*, a política avaliada não revela informações sobre *rotina e periodicidade de backup e acordos de cooperação (convênios com instituições)*. Todavia, relativo ao quesito *integração com outros sistemas*, a política de depósito mandatória da RIUFBA prevê a capacidade do repositório se integrar a sistemas nacionais e internacionais, como expressa seu artigo 3º.

Art. 3º - O **RI** deverá ter capacidade de **integração com sistemas nacionais e internacionais**, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives* (Arquivos Abertos) (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, grifo nosso).

Além desse critério, a referida política ainda explicita, em seu artigo 4º, a *recomendação para publicar em periódicos de acesso aberto que autorize o depósito da publicação em repositórios*.

Art. 4º - A comunidade científica institucional deverá publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, grifo nosso).

Em relação ao *Elemento 11: Documentos correlatos*, a política analisada não apresenta nenhuma referência aos quesitos abordados por esses tópicos, mas no *site* do RIUFBA estão reunidos documentos relacionados ao sistema que atendem aos quesitos *atos legislativos*, representado por sua Política Institucional e *manuals*, representado pelos tutoriais de uso e submissão.

Nesse bojo, ainda é possível verificar no *site* do repositório a presença do critério *políticas editoriais*, por meio da disponibilização do *link* para fontes especializadas. Além disso, esse quesito está expresso no documento correlato 'Orientações para uso do Repositório Institucional da UFBA', no qual indica que as políticas das revistas científicas devem ser consultadas em fonte especializada, segundo segue abaixo.

O(s) autor(es) pode(m) solicitar autorização à editora para autoarquivar o seu documento, se não conhecer(em) a sua política, não se lembrar(em) da declaração que assinou(am) e/ou se o documento que quer(em) depositar já tenha sido publicado há muito tempo. Modalidades de permissões praticadas por centenas de editores de periódicos científicos em todo o mundo podem ser consultadas também na página eletrônica do SEHERPA/RoMEO (<http://www.sherpa.ac.uk/romeo/index.php?la=pt>). Se o(s) autor(es) não encontrar(em) a editora ou a revista onde o seu trabalho foi publicado, ele(s) pode(m) nos solicitar informação sobre a sua política. Para obter informação, através do gestor do RI, sobre a política de *copyright* e autoarquivo de alguma revista científica, por favor, identifique-a de forma tão completa quanto possível, indicando o título completo, a editora (comercial) e o ISSN, se disponível. É possível definir se o item terá acesso totalmente livre, acesso apenas interno na UFBA e/ou acesso apenas aos metadados (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, [201-]).

Por fim, quanto ao *Elemento 12: Avaliação da política*, o mandato analisado não aborda os quesitos que contemplam essa categoria.

4.3.5 Avaliação da política do RIUFC

A seguir apresenta-se o quadro 15 contendo a análise da Política Institucional de Informação Técnico-Científica da UFC (RIUFC)

Quadro 15 – Análise da política de depósito mandatória do RIUFC

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 1: Desenvolvimento de coleções	Missão		X
	Objetivos		X
	Responsável(is) pela gestão	X	
	Perfil da comunidade (usuários)		X
	Perfil das coleções (escopo)	X	
	Estrutura das coleções (organização)		X

(Cont.)

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 2: <i>Seleção</i>	Qualidade dos documentos	X	
	Formato de saída dos documentos		X
ELEMENTO 3: <i>Aquisição</i>	Responsável(is) pelo depósito	X	
	Responsável(is) pela revisão e aprovação		X
	Fluxo de trabalho		X
	Limite para tamanho do documento		X
	Prazo para depósito	X	
ELEMENTO 4: <i>Avaliação</i>	Estatísticas (consulta, <i>downloads</i> , usuários)		X
	Pesquisa de satisfação do usuário (coleções e serviços)		X
ELEMENTO 5: <i>Descarte</i>	Solicitante		X
	Responsável(is) pela aprovação		X
	Crerios para a exclusão ou retirada do acesso		X
	Manutenção ou exclusão dos metadados		X
	Registro da exclusão ou retirada do acesso		X
	Informação aos usuários sobre a exclusão ou retirada do acesso		X
ELEMENTO 6: <i>Acesso</i>	Responsável(is) pelo controle de acesso		X
	Nível de acesso aos documentos	X	
ELEMENTO 7: <i>Direitos autorais e patrimoniais</i>	Solicitação de autorização para depósito	X	
	Atribuição de licença	X	
	Tipo de licença (uso e distribuição)	X	

(Cont.)

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 8: <i>Preservação digital</i>	Tipos de documentos preservados		X
	Uso de URL persistente		X
	Migração de formatos raros/obsoletos		X
	Conversão para formatos de padrões abertos		X
	Manutenção de lista com formatos aceitos no repositório		X
	Uso de padrões internacionais de metadados		X
ELEMENTO 9: <i>Sustentabilidade</i>	<i>Upgrade de hardwares e softwares</i>		X
	Ampliação das coleções		X
	Desenvolvimento de novos serviços		X
	Ações de divulgação e treinamento	X	
ELEMENTO 10: <i>Detalhamento de outros aspectos importantes</i>	Rotina e periodicidade de <i>backup</i>		X
	Acordos de cooperação (convênios com instituições)		X
	Integração com outros sistemas	X	
	Recomendação para publicar em periódico de acesso aberto que autorize o depósito da publicação em repositórios		X
ELEMENTO 11: <i>Documentos correlatos</i>	Atos legislativos	X	
	Manuais (acesso e uso, submissão, preservação etc)		X
	Fluxogramas e formulários	X	
	Políticas editoriais (SHERPA/RoMEO, Diadorim)		X
	Licenças de uso e distribuição (Licenças <i>Creative Commons</i>)		X
ELEMENTO 12: <i>Avaliação da política</i>	Periodicidade para revisão e atualização		X
	Responsável(is) pela revisão e atualização		X

Fonte: O autor (2014).

A partir da análise da política de depósito mandatória do repositório institucional da UFC é possível observar a presença de alguns elementos de desenvolvimento de coleções, a saber.

No que tange ao *Elemento 1: Desenvolvimento de coleções*, a referida política não apresenta os quesitos *missão e objetivos* do RIUFC. Todavia, o *site* do repositório expressa os seus propósitos, a saber:

reunir, armazenar, organizar, recuperar, preservar e disseminar a produção científica e intelectual da comunidade universitária (docentes, pesquisadores, técnicos e alunos de pós-graduação stricto sensu) pertencente à Universidade Federal do Ceará (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, [20--]).

Já quanto ao quesito *responsável(is) pela gestão* do repositório institucional, a política estabelece, em seu artigo 2º, que a implantação e a manutenção do RIUFC devem ser realizadas por um comitê gestor. Além disso, o documento ainda define como a composição dessa comissão será constituída, assinalando não só os diferentes órgãos da Universidade participantes, mas também o número de representantes de cada um. Ele destaca, ainda, a presença de um membro do corpo discente.

Art. 2º A implantação e a manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI, serão **geridas por uma Comissão** formada por:

I – 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
 II - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Graduação;
 III - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Extensão;
 IV - 01 (um) representante do Sistema de Bibliotecas;
 V - 01 (um) representante da Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional;
 VI - 01 (um) representante da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI);
 VII - 01 (um) representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011, grifo nosso).

Com relação ao quesito *perfil da comunidade (usuários)*, a política analisada não aborda esse critério.

No que concerne ao *perfil das coleções (escopo)*, a política determina que toda a produção técnico-científica que foi publicada nos canais formais de comunicação científica, sendo submetida à avaliação por pares ou aquelas que passaram por banca examinadora ou ainda aquelas patrocinadas pela Universidade devem ser depositadas no RIUFC por sua comunidade acadêmica, conforme destacam seu artigo 3º, o parágrafo único do artigo 5º e o artigo 10º abaixo.

Art. 3º O depósito de informações referentes à **produção técnico-científica** será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição e seu acesso será livre nos contextos nacional e internacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011, grifo nosso).

Art. 5º [...]

Parágrafo único. Para efeito desta resolução, produção técnico-científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados disponíveis em **veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares**, bem como documentos

produzidos, submetidos ou patrocinados pela Universidade Federal do Ceará ou por membros da comunidade universitária (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011, grifo nosso).

Art. 10. Deverão ser depositados no RI **todos os documentos** que não se enquadrarem nos itens I, II e III do artigo anterior [art. 9º] e que foram **publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram por avaliação de uma banca de especialistas** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011, grifo nosso).

Considerando isso, o documento enumera em seu artigo 6º os documentos aceitos pelo repositório institucional da Instituição e entre eles estão: os artigos, as teses e dissertações, os livros e capítulos de livros, os trabalhos publicados em eventos e a produção cultural procedente de trabalhos científicos e acadêmicos, como seguem.

Art. 6º Considera-se produção técnico-científica os seguintes documentos:
 I - artigos publicados em periódicos científicos;
 II - teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da UFC;
 III - teses e dissertações defendidas extra UFC cuja autoria é de servidores desta instituição;
 IV - livros e capítulos de livros;
 V - trabalhos apresentados em eventos científicos e acadêmicos;
 VI - produção cultural oriunda de trabalhos científicos e acadêmicos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011).

Sendo assim, além de listar todos os documentos que podem ser depositados no repositório institucional da UFC, sua política ainda caracteriza aqueles que estão desobrigados de depósito pela comunidade acadêmica da Universidade. Dentre eles estão: (i) livros ou capítulos de livros com fins comerciais; (ii) artigos publicados em revistas científicas que estabelecem cláusulas contratuais que impeçam o depósito; e (iii) documentos passíveis de serem patenteados, segundo demonstra seu artigo 9º.

Art. 9º Ficam desobrigados de depósito no RI:
 I - os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;
 II - os artigos publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre;
 III - os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011).

Em relação ao quesito *estrutura das coleções (organização)*, a política analisada não apresenta nenhuma informação a respeito desse critério.

Já relativo ao *Elemento 2: Seleção*, a política do RIUFC define a *qualidade dos documentos* que podem ser depositados no repositório e destaca no parágrafo único do artigo

5º e no artigo 10º que apenas os documentos avaliados por pares e os que passaram por uma banca examinadora são aceitos para depósito em suas coleções.

Art. 5º [...]

Parágrafo único. Para efeito desta resolução, produção técnico-científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados disponíveis em veículos de comunicação científica que tenham **revisão por pares**, bem como documentos produzidos, submetidos ou patrocinados pela Universidade Federal do Ceará ou por membros da comunidade universitária (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011, grifo nosso).

Art. 10. Deverão ser depositados no RI **todos os documentos** que não se enquadrarem nos itens I, II e III do artigo anterior [art. 9º] e que foram publicados em veículos de comunicação científica **com revisão por pares** ou que passaram por **avaliação de uma banca de especialistas** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011, grifo nosso).

O quesito *formato de saída dos documentos* que também compõe esse elemento não foi especificado pela política do RIUFC.

No que tange ao *Elemento 3: Aquisição*, a política expressa em seu artigo 3º o(s) *responsável(is) pelo depósito* de itens nas coleções do repositório institucional da UFC, ficando sua comunidade acadêmica autorizada a submeter sua produção técnico-científica.

Art. 3º O depósito de informações referentes à produção técnico-científica será registrado no RI pela **comunidade universitária da instituição** e seu acesso será livre nos contextos nacional e internacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011, grifo nosso).

Em adição, o documento ainda detalha quais são os membros da Universidade que constituem sua 'comunidade acadêmica' e arrola os professores, alunos e funcionários da Universidade, segundo dispõe seu artigo 5º abaixo.

Art. 5º São considerados autores dos conteúdos do RI os membros da comunidade científica institucional, ou seja, **docentes, discentes e técnico-administrativos da UFC** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011, grifo nosso).

Além dos membros da Instituição, a política acrescenta que a Biblioteca igualmente pode realizar a atividade de depósito, se autorizado pelos autores ou seus representantes e ainda é competente para efetuar a importação de arquivos de outros sistemas de informação.

Art. 11. A Biblioteca Universitária poderá também efetuar o registro da produção científica, mediante autorização dos autores, seja realizando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011).

Quanto aos quesitos *responsável(is) pela revisão e aprovação, fluxo de trabalho e limite para tamanho do documento*, eles não são abrangidos pela referida política.

Já o *prazo para depósito* é citado na política. Nesse sentido, ela determina que os responsáveis realizem o depósito imediato do documento no RIUFC, ou seja, tão logo ele seja aceito para publicação ou, em caso necessário, que ele seja efetuado em um prazo de seis meses após a data de sua publicação, como estabelece seu artigo 8º.

Art. 8º O depósito, citado no art. 3º, poderá ser realizado **imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação** na revista científica, e em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá **um prazo máximo de 06 (seis) meses** da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011, grifo nosso).

Cabe ressaltar que a política do repositório não esclarece à comunidade acadêmica como proceder nos casos em que as editoras das revistas científicas impeçam, por meio de cláusulas contratuais, o cumprimento do prazo máximo de seis meses para depósito de publicações no repositório.

Com relação ao *Elemento 4: Avaliação* e *Elemento 5: Descarte*, a política não apresenta nenhuma informação sobre qualquer um dos quesitos que compõem essas duas categorias.

Já para o *Elemento 6: Acesso*, esse documento não evidencia o(s) *responsável(is) pelo controle de acesso* aos itens de cada coleção do repositório institucional da UFC. Todavia, expõe que o *nível de acesso aos documentos* se dá de forma livre.

Art. 3º O depósito de informações referentes à produção técnico-científica será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição e seu **acesso será livre** nos contextos nacional e internacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011, grifo nosso).

No que concerne ao *Elemento 7: Direitos autorais e patrimoniais*, a política ratifica a necessidade de se requerer do autor ou seu representante a assinatura de uma *solicitação de autorização para depósito* de documentos no RIUFC, segundo estabelece o parágrafo único de seu artigo 3º.

Art. 3º [...] Parágrafo único. O autor deve garantir à instituição o direito de preservar e distribuir o trabalho por meio do RI mediante as condições estabelecidas no **Termo de Autorização a ser assinado pelo Autor** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011, grifo nosso).

Quanto à autorização para depósito, o RIUFC disponibiliza em seu *site* um formulário denominado de 'Modelo de termo de autorização'⁵³, por meio do qual o autor ou editor do

⁵³ Documento disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/ri/sobre/template_termo_autorizacao_ri_ufc.doc>. Acesso em: 23 maio 2014.

conteúdo autoriza o repositório a disponibilizar o documento mediante atribuição de uma licença, sob a condição de que não seja feito uso comercial e nem modificação no mesmo.

Além da solicitação de autorização para a submissão de itens nas coleções, a política ainda especifica que as publicações depositadas sigam padrões e protocolos que garantam a proteção dos direitos autorais. Desse modo, essa recomendação corresponde aos quesitos *atribuição de licença e tipo de licença (uso e distribuição)* que completam o elemento 7, embora não seja detalhado quais são os tipos de licenças *Creative Commons* utilizadas no repositório.

Art. 7º Deverá adotar os padrões e protocolos proteção dos direitos autorais definidos no modelo *Creative Commons* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011, grifo do autor).

A respeito do *Elemento 8: Preservação digital*, a política avaliada não expressa nenhuma informação a respeito dos quesitos que o constitui.

Em relação ao *Elemento 9: Sustentabilidade*, a política do RIUFC não abrange os quesitos de análise: *upgrade de hardwares e softwares, ampliação das coleções e desenvolvimento de novos serviços*. Porém, ela expressa o critério *ações de divulgação e treinamento* quando especifica, em seu artigo 12º, que serão desenvolvidos mecanismos e ações para evitar duplicação de esforços.

Art. 12. Para o cumprimento desta política, a UFC estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração, que possibilitem evitar duplicações de esforços (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011).

Quanto ao *Elemento 10: Detalhamento de outros aspectos importantes*, a referida política não revela informações sobre os quesitos: *rotina e periodicidade de backup, acordos de cooperação (convênios com instituições) e recomendação para publicar em periódicos de acesso aberto que autorize o depósito da publicação em repositórios*. Contudo, quanto ao quesito *integração com outros sistemas*, a política de depósito mandatória do RIUFC prevê a capacidade do repositório se integrar a sistemas nacionais e internacionais, como expressa seu artigo 4º.

Art. 4º O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011, grifo do autor).

No que concerne ao *Elemento 11: Documentos correlatos*, a política analisada não apresenta nenhuma referência aos quesitos abordados por esses tópicos, mas no *site* do RIUFC é possível verificar que estão reunidos documentos relacionados ao sistema e que

atendem aos quesitos *atos legislativos*, representado por sua Política Institucional de Informação e *fluxogramas e formulários*, expresso pelo formulário de autorização de autor.

Por fim, o *Elemento 12: Avaliação da política*, não possui nenhum dos quesitos que o formam abordados pela referida política.

4.3.6 Avaliação da política do RIUFRN

A seguir apresenta-se o quadro 16 contendo a análise da Política Institucional de Informação Técnico-Científica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN que estabelece as diretrizes para o repositório institucional, o RIUFRN.

Quadro 16 – Análise da política de depósito mandatória do RIUFRN

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 1: <i>Desenvolvimento de coleções</i>	Missão		X
	Objetivos		X
	Responsável(is) pela gestão	X	
	Perfil da comunidade (usuários)		X
	Perfil das coleções (escopo)	X	
	Estrutura das coleções (organização)		X
ELEMENTO 2: <i>Seleção</i>	Qualidade dos documentos	X	
	Formato de saída dos documentos		X
ELEMENTO 3: <i>Aquisição</i>	Responsável(is) pelo depósito	X	
	Responsável(is) pela revisão e aprovação		X
	Fluxo de trabalho		X
	Limite para tamanho do documento		X
	Prazo para depósito	X	
ELEMENTO 4: <i>Avaliação</i>	Estatísticas (consulta, <i>downloads</i> , usuários)		X
	Pesquisa de satisfação do usuário (coleções e serviços)		X

(Cont.)

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 5: <i>Descarte</i>	Solicitante		X
	Responsável(is) pela aprovação		X
	Critérios para a exclusão ou retirada do acesso		X
	Manutenção ou exclusão dos metadados		X
	Registro da exclusão ou retirada do acesso		X
	Informação aos usuários sobre a exclusão ou retirada do acesso		X
ELEMENTO 6: <i>Acesso</i>	Responsável(is) pelo controle de acesso		X
	Nível de acesso aos documentos	X	
ELEMENTO 7: <i>Direitos autorais e patrimoniais</i>	Solicitação de autorização para depósito	X	
	Atribuição de licença		X
	Tipo de licença (uso e distribuição)		X
ELEMENTO 8: <i>Preservação digital</i>	Tipos de documentos preservados		X
	Uso de URL persistente		X
	Migração de formatos raros/obsoletos		X
	Conversão para formatos de padrões abertos		X
	Manutenção de lista com formatos aceitos no repositório		X
	Uso de padrões internacionais de metadados		X
ELEMENTO 9: <i>Sustentabilidade</i>	<i>Upgrade de hardwares e softwares</i>		X
	Ampliação das coleções		X
	Desenvolvimento de novos serviços		X
	Ações de divulgação e treinamento	X	
ELEMENTO 10: <i>Detalhamento de outros aspectos importantes</i>	Rotina e periodicidade de <i>backup</i>		X
	Acordos de cooperação (convênios com instituições)		X
	Integração com outros sistemas	X	
	Recomendação para publicar em periódico de acesso aberto que autorize o depósito da publicação em repositórios		X

(Cont.)

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 11: <i>Documentos correlatos</i>	Atos legislativos	X	
	Manuais (acesso e uso, submissão, preservação etc)	X	
	Fluxogramas e formulários	X	
	Políticas editoriais (SHERPA/RoMEO, Diadorim)		X
	Licenças de uso e distribuição (Licenças <i>Creative Commons</i>)	X	
ELEMENTO 12: <i>Avaliação da política</i>	Periodicidade para revisão e atualização		X
	Responsável(is) pela revisão e atualização		X

Fonte: O autor (2014).

Observando o quadro de análise da política do RIUFRN é possível aferir que ela apresenta alguns elementos de desenvolvimento de coleções, conforme segue.

No que concerne ao *Elemento 1: Desenvolvimento de coleções*, a política analisada não contempla os quesitos *missão* e *objetivos* do RIUFRN. No entanto, sua *missão* está presente no documento correlato denominado 'Folder', disponível no *site* do repositório, e refere-se a "armazenar, preservar e disponibilizar na Internet, textos completos de acesso livre" (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, [200-?]).

Além da *missão*, o referido documento correlato também descreve quais são os *objetivos* do repositório, a saber:

- Gerir e disseminar a produção técnico-científica em meio digital;
- Proporcionar maior visibilidade dessa produção institucional;
- Preservar a memória intelectual da universidade;
- Servir como indicador tangível de qualidade e de relevância científica, econômica e social (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, [200-?]).

Quanto ao quesito *responsável(is) pela gestão* do repositório institucional, a política determina que a administração do RIUFRN será realizada por meio de um comitê gestor e ainda estabelece que sua composição será constituída por representantes de diferentes órgãos da Universidade, como descreve o artigo 2º do documento.

Art. 2º A implantação e a manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado RI, serão **geridas por uma Comissão** formada por:

- I – 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Pesquisa;
- II – 01 (um) representante do Sistema de Bibliotecas da Instituição;
- III – 01 (um) representante da Superintendência de Comunicação;
- IV – 01 (um) representante da Superintendência de Informática;
- V – 01 (um) representante do Departamento de Biblioteconomia (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, grifo nosso).

Já o quesito *perfil da comunidade (usuários)* não é abordado pela política analisada.

No que tange ao *perfil das coleções (escopo)*, a política não arrola os tipos de documentos que são aceitos no RIUFRN. Pelo contrário, ela lista aqueles que estão desobrigados do depósito, elencando-os basicamente em três categorias: (i) livros ou capítulos de livros com fins comerciais; (ii) artigos publicados em revistas científicas que estabelecem cláusulas contratuais que impeçam o depósito; e (iii) documentos passíveis de serem patenteados, conforme demonstram os incisos I, II e III de seu artigo 7º.

Art. 7º Ficam desobrigados de depósito no RI:

- I – os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;
- II – os artigos publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre;
- III – os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010).

Assim, em seu artigo 8º a política apenas estabelece, por associação, que todos os outros tipos de produção técnico-científica que não se enquadram nessas categorias listadas pelo artigo 7º e que foram, conseqüentemente, publicados em canais formais de comunicação científica ou que sofreram qualquer avaliação de uma banca examinadora devem ser depositados no RIUFRN.

Art. 8º Deverão ser depositados no RI **todos os documentos** que não se enquadrarem nos itens I, II e III do artigo anterior e que foram **publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram por avaliação de uma banca de especialistas** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, grifo nosso).

Nesse bojo, somente o documento correlato 'Folder', anteriormente citado, contém a relação de documentos que podem ser disponibilizados pelo repositório institucional da UFRN e dentre eles estão:

- Artigos publicados em periódicos;
- Trabalhos completos apresentados em eventos;
- Dissertações e teses defendidas em outras instituições;
- Livros eletrônicos;

- Capítulos de livros;
- BDTD (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, [200-?]).

Em relação ao quesito *estrutura das coleções (organização)*, a política analisada não apresenta nenhuma informação a respeito desse critério.

Quanto ao *Elemento 2: Seleção*, a política do RIUFRN fixa a *qualidade dos documentos* que devem ser depositados em suas coleções, assinalando que apenas documentos avaliados por pares e aqueles que passaram por uma banca examinadora são aceitos no repositório, segundo descreve seu artigo 8º.

Art. 8º Deverão ser depositados no RI todos os documentos que não se enquadrarem nos itens I, II e III do artigo anterior e que foram publicados em veículos de comunicação científica **com revisão por pares** ou que passaram por **avaliação de uma banca de especialistas** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, grifo nosso).

Além desses critérios, o documento correlato 'Folder' ainda acrescenta outro aspecto relacionado à qualidade do conteúdo no repositório, indicando que ele deve disponibilizar "[...] textos completos de acesso livre [...]" (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, [200-?]).

O quesito *formato de saída dos documentos* que compõe esse elemento não foi contemplado na política do repositório institucional da UFRN.

Já quanto ao *Elemento 3: Aquisição*, a política expressa o(s) *responsável(is) pelo depósito* de documentos no repositório institucional e determina que a comunidade universitária da UFRN é a responsável por submeter documentos para formar suas coleções, como evidencia seu artigo 3º.

Art. 3º O depósito de informações referentes a produção técnico-científica será registrado no RI pela **comunidade universitária da instituição** e seu acesso será livre nos contextos nacional e internacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, grifo nosso).

É certo que a política não descreve quem constitui a referida 'comunidade universitária da Instituição'. Contudo, o documento correlato 'Folder' os detalha como "docentes, técnicos e alunos de pós-graduação [...]" (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, [200-?]).

Além dos membros da Universidade, a política ainda estabelece, em seu artigo 9º, que a Biblioteca Central também é o órgão competente para efetuar o registro dos documentos, seja realizando o depósito ou importando de outros sistemas de informação.

Art. 9º A Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) poderá também efetuar o registro da produção científica, mediante autorização dos autores, seja realizando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010).

Já os quesitos *responsável(is) pela revisão e aprovação, fluxo de trabalho e limite para tamanho do documento* não são abordados pela referida política.

Quanto ao *prazo para depósito*, último quesito desse elemento, ele é especificado pela política. Ela determina o depósito imediato do documento após ele ser aceito para publicação ou, em caso necessário, que seja realizado em um prazo de seis meses após a data de sua publicação, como descreve seu artigo 5º.

Art. 5º O depósito, citado no artigo 3º, deverá ser realizado **imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação** na revista científica, e em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá **um prazo de 06 (seis) meses** da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010).

Cabe ressaltar que a política faz um adendo no *caput* e no parágrafo único de seu artigo 6º sobre quando há impossibilidade de efetuar o depósito no prazo pré-estabelecido e recomenda aos autores ou seus representantes que se deposite no RIUFRN a versão original do trabalho, bem como suas alterações.

Art. 6º Na impossibilidade de realização do depósito devido às cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, aquela **versão que foi submetida à revista científica (*pre prints*), assim como as alterações propostas pela revista que o publicou.**

Parágrafo único. Para efeito deste documento, considera-se "*pre-prints*" a versão original de um artigo submetido a uma revista científica ainda não publicado (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, grifo nosso).

Com relação ao *Elemento 4: Avaliação* e *Elemento 5: Descarte*, a política não apresenta informação sobre qualquer um dos quesitos que compõem essas categorias de análise.

Já quanto ao *Elemento 6: Acesso*, a política também não abrange o(s) *responsável(is) pelo controle de acesso*. Contudo, define que o *nível de acesso aos documentos* disponíveis nas coleções do RIUFRN ocorre de forma livre, segundo trecho a seguir.

Art. 3º O depósito de informações referentes a produção técnico-científica será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição e seu **acesso será livre** nos contextos nacional e internacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, grifo nosso).

No que tange ao *Elemento 7: Direitos autorais e patrimoniais*, a política do repositório requer uma autorização dos autores ou seus representantes para que seus trabalhos sejam

disponibilizados no RIUFRN. Assim, a política determina que seja assinada uma *solicitação de autorização para depósito* de acordo com o que dispõe o parágrafo único de seu artigo 3º.

Art. 3º [...]

Parágrafo único. **A assinatura do termo de autorização** da disponibilização da produção técnico-científica será eletrônica, após o registro no RI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, grifo nosso).

Quanto à autorização para depósito, o RIUFRN disponibiliza em seu *site* um formulário denominado de 'Termo de autorização'⁵⁴, por meio do qual solicita ao autor a assinatura de uma declaração de que a obra depositada é original e que ele detém não só a permissão de conceder os direitos contidos no documento, mas também que não está infringindo os direitos de autor de qualquer outra pessoa ou entidade.

Além disso, esse formulário ainda solicita permissão para arquivar e disponibilizar os documentos de suas coleções, mediante licenciamento com atribuição de licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*, em que o autor deve declarar se autoriza ou não o uso comercial e modificações em sua obra. Sendo assim, os quesitos *atribuição de licença e tipo de licença (uso e distribuição)* estão definidos apenas em documento correlato.

Nesse sentido, o documento correlato 'Folder' corrobora com essa informação e destaca que

os autores devem conceder à UFRN uma autorização não exclusiva nos termos da licença *Creative Commons 3.0 Unported* para arquivar e tornar acessíveis os seus documentos em formato digital. Com a concessão dessa licença esses autores continuam a reter todos os seus direitos de autoria (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, [200-?]).

A respeito do *Elemento 8: Preservação digital*, a política analisada não apresenta nenhuma manifestação relativa aos quesitos abordados por essa categoria.

Quanto ao *Elemento 9: Sustentabilidade*, a política do RIUFRN não abrange os quesitos de análise: *upgrade de hardwares e softwares, ampliação das coleções e desenvolvimento de novos serviços*. Todavia, ela expressa o critério *ações de divulgação e treinamento* quando especifica, em seu artigo 10º, que serão desenvolvidos mecanismos e ações para evitar duplicação de esforços.

Art. 10. Para cumprimento desta política, a UFRN estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração, que possibilitem evitar duplicações de esforços (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010).

⁵⁴ Documento disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/sobre/termo_riufrn.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.

Já em relação ao *Elemento 10: Detalhamento de outros aspectos importantes*, a referida política não revela informações sobre os quesitos: *rotina e periodicidade de backup*, *acordos de cooperação (convênios com instituições)* e *recomendação para publicar em periódicos de acesso aberto que autorize o depósito da publicação em repositórios*. Porém, quanto ao quesito *integração com outros sistemas*, a política de depósito mandatória do RIUFRN prevê a capacidade do repositório se integrar a sistemas nacionais e internacionais, como expressa seu artigo 4º.

Art. 4º O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010).

No que concerne ao *Elemento 11: Documentos correlatos*, a política analisada não apresenta nenhuma referência aos quesitos abordados por esses tópicos, mas no *site* do RIUFRN estão reunidos documentos relacionados ao sistema que atendem aos quesitos *atos legislativos*, representado por sua Política de Informação, *manuais*, representados pelo 'Folder' e tutorial de submissão e *fluxogramas e formulários*, expresso pelo formulário de autorização de autor.

Nesse bojo, ainda é possível verificar no *site* do repositório a presença do critério *Licenças de uso e distribuição* por meio do *link* da licença pública do *Creative Commons*.

Finalmente, quanto ao *Elemento 12: Avaliação da política*, o mandato do RIUFRN não contempla nenhum dos quesitos que constituem essa categoria de análise.

4.3.7 Avaliação da política do LUME

A seguir apresenta-se o quadro 17 contendo a avaliação da Política Institucional de Informação para o LUME.

Quadro 17 – Análise da política de depósito mandatória do LUME

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 1: <i>Desenvolvimento de coleções</i>	Missão		X
	Objetivos	X	
	Responsável(is) pela gestão	X	
	Perfil da comunidade (usuários)		X
	Perfil das coleções (escopo)	X	
	Estrutura das coleções (organização)	X	
ELEMENTO 2: <i>Seleção</i>	Qualidade dos documentos	X	
	Formato de saída dos documentos		X
ELEMENTO 3: <i>Aquisição</i>	Responsável(is) pelo depósito		X
	Responsável(is) pela revisão e aprovação		X
	Fluxo de trabalho		X
	Limite para tamanho do documento		X
	Prazo para depósito		X
ELEMENTO 4: <i>Avaliação</i>	Estatísticas (consulta, <i>downloads</i> , usuários)		X
	Pesquisa de satisfação do usuário (coleções e serviços)		X
ELEMENTO 5: <i>Descarte</i>	Solicitante		X
	Responsável(is) pela aprovação		X
	Critérios para a exclusão ou retirada do acesso		X
	Manutenção ou exclusão dos metadados		X
	Registro da exclusão ou retirada do acesso		X
	Informação aos usuários sobre a exclusão ou retirada do acesso		X
ELEMENTO 6: <i>Acesso</i>	Responsável(is) pelo controle de acesso		X
	Nível de acesso aos documentos	X	

(Cont.)

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE			
Questões avaliadas		Presença na política	
		Sim	Não
ELEMENTO 7: <i>Direitos autorais e patrimoniais</i>	Solicitação de autorização para depósito	X	
	Atribuição de licença	X	
	Tipo de licença (uso e distribuição)	X	
ELEMENTO 8: <i>Preservação digital</i>	Tipos de documentos preservados		X
	Uso de URL persistente		X
	Migração de formatos raros/obsoletos		X
	Conversão para formatos de padrões abertos		X
	Manutenção de lista com formatos aceitos no repositório		X
	Uso de padrões internacionais de metadados		X
ELEMENTO 9: <i>Sustentabilidade</i>	<i>Upgrade de hardwares e softwares</i>		X
	Ampliação das coleções		X
	Desenvolvimento de novos serviços		X
	Ações de divulgação e treinamento		X
ELEMENTO 10: <i>Detalhamento de outros aspectos importantes</i>	Rotina e periodicidade de <i>backup</i>		X
	Acordos de cooperação (convênios com instituições)		X
	Integração com outros sistemas		X
	Recomendação para publicar em periódico de acesso aberto que autorize o depósito da publicação em repositórios		X
ELEMENTO 11: <i>Documentos correlatos</i>	Atos legislativos	X	
	Manuais (acesso e uso, submissão, preservação etc)	X	
	Fluxogramas e formulários	X	
	Políticas editoriais (SHERPA/RoMEO, Diadorim)		X
	Licenças de uso e distribuição (Licenças <i>Creative Commons</i>)		X
ELEMENTO 12: <i> Avaliação da política</i>	Periodicidade para revisão e atualização		X
	Responsável(is) pela revisão e atualização		X

Fonte: O autor (2014).

A análise da política do LUME permite aferir que ela apresenta diversos quesitos que constituem os elementos de desenvolvimento contemplados nesse estudo, conforme segue.

Com relação ao *Elemento 1: Desenvolvimento de coleções*, a política aprovada pela UFRGS para o seu repositório não apresenta o quesito *missão*.

Em contrapartida, o documento analisado define os *objetivos* que orientam os gestores do repositório, a fim de traçar as metas para alcançar o sucesso almejado. Dentre os propósitos do LUME elencados no artigo 4º da política estão: a promoção do acesso livre a toda produção da Universidade ou de relevância para ela; a maximização da visibilidade, uso e impacto da produção da UFRGS; a gestão da informação em ambiente digital; e a preservação da memória da Instituição, conforme segue.

Art. 4º O Lume tem como objetivos principais:

I – Promover o acesso livre às informações produzidas no âmbito da Universidade e voltadas, prioritariamente, às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

II – Maximizar a visibilidade, uso e impacto da produção intelectual desenvolvida na Universidade;

III – Facilitar a gestão da informação disponível em meio digital, reunindo num único local a produção intelectual da Universidade;

IV – Preservar a memória Institucional, por meio do armazenamento de longo prazo de objetos digitais completos;

V – Promover o acesso a outros documentos de relevância para a Instituição, que fazem parte de seus acervos, embora não produzidos por ela, maximizando o seu uso (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Quanto ao quesito *responsável(is) pela gestão* do repositório institucional, a política não estabelece explicitamente que a gestão do LUME é realizada por um comitê gestor e tampouco informa como ele é composto. Contudo, é possível verificar por meio dos artigos 1º e 6º a existência dessa equipe e de algumas de suas competências, segundo abaixo.

Art. 1º Instituir a Política Institucional de Informação para o Lume – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprovada pelo **Comitê Gestor** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010, grifo nosso).

Art. 6º A inclusão de nova comunidade está sujeita a parecer favorável do **Comitê Gestor do Lume** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010, grifo nosso).

Nesse sentido, é mister salientar que a presença dessa comissão também é confirmada através da publicação de ato próprio, a Portaria nº 3.805 de 20/07/2009 que, posteriormente, foi alterada pela Portaria nº 1.036, de 11/03/2010⁵⁵, ambas disponíveis no *site* do LUME. Observando o ato em vigor é possível verificar que além de designar a composição do comitê gestor do repositório, ele ainda demonstra que a formação da equipe responsável é

⁵⁵ Documento disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/portaria1036.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.

multidisciplinar, contemplando representantes de diversos órgãos da Instituição e áreas do conhecimento.

No que tange ao quesito *perfil da comunidade (usuários)*, ele não é abordado pela política avaliada.

Quanto ao *perfil das coleções (escopo)*, a política não lista os tipos de documentos que a comunidade acadêmica pode depositar. Ela somente especifica que os trabalhos produzidos pelos membros da UFRGS ou aqueles não produzidos, mas que tenham relevância para a Instituição, sejam depositados, conforme destaca seu artigo 2º.

Art. 2º Lume é o Portal de acesso às coleções de **objetos digitais produzidos no âmbito da Universidade**. Excepcionalmente poderá também abrigar documentos que, embora não produzidos por ela, **tenham caráter ou importância singular** para a Instituição (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Embora a tipologia não seja detalhada, a política do LUME indica em seu artigo 3º, que suas coleções são formadas por arquivos de texto, imagem, áudio e vídeo.

Art. 3º O Repositório está organizado em Comunidades, Subcomunidades e Coleções. As comunidades e suas subdivisões são grupos que fornecem conteúdos para o portal. As coleções são conjuntos de itens, ao quais estão associados metadados e objetos digitais. **Os objetos digitais podem conter texto, imagem, vídeo e áudio** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010, grifo nosso).

Essa informação também é ratificada pelo *site* do LUME que dispõe que

os documentos digitais que integram as coleções podem conter **texto, imagem, vídeo e áudio**, e são, em sua maioria, de acesso livre. Em alguns casos, o acesso é restrito à comunidade da UFRGS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [20--]b).

Cabe salientar que ainda no *site* do LUME também estão disponíveis alguns documentos correlatos e dentre eles destaca-se dois atos, a saber: Portaria nº 1.774, de 03/06/2005⁵⁶ e Instrução Normativa nº 01, de 21/01/2010⁵⁷. O primeiro dispôs sobre a criação da biblioteca digital da UFRGS, que posteriormente foi integrado ao seu repositório institucional, e estabeleceu que toda a tese, dissertação ou trabalho de conclusão de mestrado da Universidade deveriam ser disponibilizados nesse sistema.

Já o segundo ato, dispôs sobre a obrigatoriedade de todo trabalho de conclusão de curso da Universidade estar disponível no LUME.

⁵⁶ Documento disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/portaria1774.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.

⁵⁷ Documento disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/Instrucao_Normativa.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.

Considerando o conteúdo dos dois documentos, é possível perceber que as teses, dissertações e trabalhos de conclusões de cursos estão entre os tipos de documentos que podem ser depositados no repositório institucional da UFRGS.

Outro quesito presente na política do LUME é a *estrutura das coleções (organização)*, ou seja, como estão organizados os documentos em suas coleções. Por meio do artigo 3º do documento avaliado, nota-se que ele define que o repositório é constituído por comunidades, subcomunidades e coleções sem, contudo, especificar qual o tipo de estrutura ele segue (estrutura organizacional da Universidade, áreas temáticas etc)..

Art. 3º **O Repositório está organizado em Comunidades, Subcomunidades e Coleções.** As comunidades e suas subdivisões são grupos que fornecem conteúdos para o portal. As coleções são conjuntos de itens, ao quais estão associados metadados e objetos digitais. Os objetos digitais podem conter texto, imagem, vídeo e áudio (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010, grifo nosso).

Em adição, a política regulamenta as diretrizes para a criação de novas comunidades, indicando que elas precisam estar de acordo com os objetivos do repositório e estão sujeitas a aprovação do comitê gestor, como se verifica em seus artigos 5º e 6º abaixo.

Art. 5º Comunidades e Coleções, para serem incluídas no Lume, devem **estar em consonância com os objetivos do Repositório** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010, grifo nosso).

Art. 6º A inclusão de nova comunidade **está sujeita a parecer favorável do Comitê Gestor** do Lume (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010, grifo nosso).

A respeito do *Elemento 2: Seleção*, a política traça as condições que os documentos devem cumprir, a fim de que possam ser depositados no repositório institucional da UFRGS. Desse modo, ela estabelece nos incisos I a VI do seu artigo 9º que quanto à *qualidade dos documentos*, eles devem ser produzidos ou orientados pela comunidade acadêmica da Universidade, não ser efêmero, estar disponível em acesso livre e em formato digital, ser completo e finalizado, além de conter metadados e objeto digital.

Art. 9º Para ser incluído em Comunidades e Coleções do LUME, o objeto digital deve atender aos requisitos gerais relacionados a seguir:
 I – ser produzido ou orientado por membro(s) da UFRGS;
 II – não ser efêmero;
 III – ser de acesso livre;
 IV – estar em formato digital, conforme definido pela equipe técnica do Lume;
 V – estar completo e finalizado;
 VI – conter metadados e objeto(s) digital(is);
 [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010).

O quesito *formato de saída dos documentos* que também constitui esse elemento não foi contemplado na política do LUME.

Do mesmo modo, ela também não apresenta informações sobre nenhum dos quesitos que configuram o *Elemento 3: Aquisição*.

No que concerne ao *Elemento 4: Avaliação*, a política do repositório da UFRGS não especifica nenhum dos aspectos relacionados nessa categoria. Entretanto, o documento define critérios de avaliação para a inclusão de novas comunidades e coleções no repositório aos quais devem atender a critérios relacionados ao conteúdo, formato e participação do proponente, conforme demonstram os incisos I, II e III do artigo 7º abaixo.

Art. 7º Os procedimentos de avaliação compreendem, prioritariamente, três aspectos relacionados a seguir:

I - **de conteúdo**, para assegurar a qualidade e a sua adequação aos objetivos do repositório;

II – **de formato** para garantir o acesso ao conteúdo dos arquivos;

III – **de participação do proponente**, para garantir a qualidade na definição e registro dos metadados e manutenção de fluxo contínuo de inclusão de novos objetos digitais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010, grifo nosso).

Em adição, em relação ao quesito *estatísticas (consulta, downloads, usuários)* embora a política não os aborde, o *site* do repositório institucional disponibiliza um *link* onde podem ser verificados os números de *downloads* por cada comunidade, subcomunidade ou coleção, além dos dez itens com maior número de *downloads* por comunidade ou subcomunidade. Para ambos os casos estão disponíveis dados desde janeiro de 2008 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [20--]b).

Quanto ao *Elemento 5: Descarte*, a política também não apresenta informação sobre qualquer um dos quesitos que configuram essa categoria de análise.

Já para o *Elemento 6: Acesso*, a política não evidencia o(s) *responsável(is) pelo controle de acesso*. Contudo, ela estabelece, em seu artigo 10º, que cada comunidade ou coleção deve atender a critérios específicos relacionados com prazo de embargo, o que pode corresponder ao quesito *nível de acesso aos documentos*.

Art. 10º Para cada comunidade ou coleção **será concedido prazo de embargo**, estipulado nos critérios e procedimentos próprios da mesma (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010, grifo nosso).

No que tange ao *Elemento 7: Direitos autorais e patrimoniais*, a política não determina, explicitamente, a necessidade do autor ou seu representante assinar uma *solicitação de autorização para depósito* para que suas publicações sejam depositadas no repositório da Instituição. No entanto, por meio dos incisos VII e VIII do artigo 9º, é possível

observar que essa autorização é requerida tanto para o resultado de suas pesquisas quanto para aquelas obras que fazem parte de seu trabalho.

Art. 9º [...]

VII – o autor deve poder e estar disposto a conceder à UFRGS o direito não exclusivo de dar acesso ao público pela Internet e de preservar seu trabalho integral no Lume;

VIII – o autor deve ter obtido o direito de reprodução de conteúdos criados por outros, mas que façam parte de seu trabalho (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Nesse bojo, a necessidade de formalizar uma autorização para depósito também pode ser confirmada a partir da disponibilização no *site* do repositório de três formulários distintos de acordo com os tipos de documentos depositados, a saber: (1) Termo de autorização para disponibilidade de tese, dissertação, trabalho de conclusão de mestrado ou de especialização no LUME⁵⁸; (2) Termo de autorização para disponibilidade de trabalho de conclusão de curso de graduação no LUME⁵⁹; e (3) Termo de autorização para outras publicações⁶⁰.

Sendo assim, a finalidade desses documentos é garantir que o autor assine uma declaração permitindo que o trabalho seja arquivado no LUME para fins de leitura e/ou impressão pela internet.

Considerando o exposto, a política ainda reforça a preocupação em não infringir os direitos autorais e patrimoniais por meio de seus artigos 14º e 15º, embora eles não se enquadrem em nenhum dos quesitos que constitui o elemento 7 desse estudo.

Art. 14º - o autor é titular dos direitos autorais dos documentos disponíveis no repositório, é vedado, nos termos da lei, a comercialização de qualquer espécie sem sua autorização prévia (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Art. 15º - os usuários que utilizarem qualquer trabalho, no todo ou em partes, em novas publicações ficam obrigados a citá-lo, indicando o nome do autor e os dados completos da obra (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Quanto aos quesitos *atribuição de licença e tipo de licença (uso e distribuição)*, a política esclarece, em seu artigo 13º, que as publicações depositadas no LUME sejam licenciadas por meio de licenças públicas *Creative Commons*, embora não detalhe quais delas podem ser atribuídas.

⁵⁸ Documento disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/termo.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.

⁵⁹ Documento disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/FormularioTCC.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.

⁶⁰ Documento disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/Autorizacao_OPublic.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.

Art. 13º Os trabalhos depositados no Lume estão disponíveis gratuitamente para fins de pesquisa e estudo de acordo com a licença pública Creative Commons adotada no Lume (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010).

A respeito do *Elemento 8: Preservação digital*, a política do LUME não aborda nenhum de seus critérios. Todavia, quanto ao quesito *uso de URL persistente*, o *site* do repositório determina que

cada documento digital do Repositório recebe um identificador persistente, denominado *handle*, o que permite manter a segurança e a integridade do *link* (URL) mesmo que o sistema venha a migrar para outro equipamento ou haja qualquer outra mudança [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [20--]b)

Quanto ao *Elemento 9: Sustentabilidade* e *Elemento 10: Detalhamento de outros aspectos importantes*, a política analisada não expressa nenhuma manifestação relativa aos quesitos abordados por essas categorias.

Já relativo ao *Elemento 11: Documentos correlatos*, a política analisada não apresenta nenhuma referência aos critérios abordados por esse tópico, mas no *site* do LUME estão reunidos documentos relacionados ao sistema que atendem aos quesitos *atos legislativos*, representados por sua Política de Informação e atos formais que regulamentam o depósito de TCCs, teses e dissertações, *manuais*, representados pelo tutorial de acesso, uso e submissão de trabalhos acadêmicos, além de *fluxogramas e formulários*, expressos pelos formulários de autorização de autor

Por fim, quanto ao *Elemento 12: Avaliação da política*, o documento analisado não descreve nenhum dos critérios que o compõe.

4.4 ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS

Com base nas reflexões apresentadas ao longo dessa pesquisa, pautadas na revisão de literatura especializada e na análise dos padrões internacionais, a finalidade dessa subseção é ilustrar a presença de elementos de uma política de desenvolvimento de coleções nas políticas dos repositórios institucionais estudados. Sendo assim, elaborou-se o quadro comparativo (quadro 18), a fim de compará-las e avaliá-las, identificando suas semelhanças e divergências, permitindo assim propor elementos fundamentais de desenvolvimento de coleções que subsidiem a elaboração de uma política de depósito mandatória aplicável em repositórios institucionais a partir dessas experiências.

Quadro 18 – Análise comparativa das políticas de depósito mandatórias analisadas

QUESTÕES AVALIADAS		REPOSITÓRIOS ANALISADOS					
		RIUnB	RIUFS	BDPI	RIUFBA	RIUFC	RIUFRN
ELEMENTO 1: <i>Desenvolvimento de coleções</i>	Missão						
	Objetivos		X	X			X
	Responsável(is) pela gestão	X	X	X	X	X	X
	Perfil da comunidade (usuários)		X	X			
	Perfil das coleções (escopo)	X	X	X	X	X	X
	Estrutura das coleções (organização)						X
ELEMENTO 2: <i>Seleção</i>	Qualidade dos documentos	X	X	X	X	X	X
	Formato de saída dos documentos						
ELEMENTO 3: <i>Aquisição</i>	Responsável(is) pelo depósito	X	X	X	X	X	
	Responsável(is) pela revisão e aprovação			X			
	Fluxo de trabalho						
	Limite para tamanho do documento						
	Prazo para depósito	X	X	X	X	X	X
ELEMENTO 4: <i>Avaliação</i>	Estatísticas (consulta, <i>downloads</i> , usuários)			X			
	Pesquisa de satisfação do usuário (coleções e serviços)						

(Cont.)

QUESTÕES AVALIADAS		REPOSITÓRIOS ANALISADOS						
		RIUnB	RIUFS	BDPI	RIUFBA	RIUFC	RIUFRN	LUME
ELEMENTO 5: <i>Descarte</i>	Solicitante							
	Responsável(is) pela aprovação							
	Critérios para a exclusão ou retirada do acesso							
	Manutenção ou exclusão dos metadados							
	Registro da exclusão ou retirada do acesso							
	Informação ao usuário sobre a exclusão ou retirada do acesso							
ELEMENTO 6: <i>Acesso</i>	Responsável(is) pelo controle de acesso		X					
	Nível de acesso aos documentos	X	X	X	X	X	X	X
ELEMENTO 7: Direitos autorais e patrimoniais	Solicitação de autorização para depósito	X	X			X	X	X
	Atribuição de licença					X		X
	Tipo de licença (uso e distribuição)					X		X
ELEMENTO 8: <i>Preservação digital</i>	Tipos de documentos		X	X				
	Uso de URL persistente							
	Migração de formatos raros/obsoletos							
	Conversão para formatos de padrões abertos							
	Manutenção de lista com formatos aceitos no repositório							
	Uso de padrões internacionais de metadados							

(Cont.)

QUESTÕES AVALIADAS		REPOSITÓRIOS ANALISADOS						
		RIUnB	RIUFS	BDPI	RIUFBA	RIUFC	RIUFRN	LUME
ELEMENTO 9: <i>Sustentabilidade</i>	<i>Upgrade de hardwares e softwares</i>			X				
	Ampliação das coleções							
	Desenvolvimento de novos serviços							
	Ações de divulgação e treinamento			X	X	X	X	
ELEMENTO 10: <i>Detalhamento de outros aspectos importantes</i>	Rotina e periodicidade de <i>backup</i>							
	Acordos de cooperação (convênios com instituições)			X				
	Integração com outros sistemas	X	X	X	X	X	X	
	Recomendação para publicar em periódico de acesso aberto que autorize o depósito da publicação em repositórios	X	X	X	X			
ELEMENTO 11: <i>Documentos correlatos</i>	Atos legislativos	X	X	X	X	X	X	X
	Manuais (acesso e uso, submissão, preservação etc)	X		X	X		X	X
	Fluxogramas e formulários	X	X			X	X	X
	Políticas editoriais (SHERPA/RoMEO, Diadorim)			X	X			
	Licenças de uso e distribuição (Licenças <i>Creative Commons</i>)	X	X				X	
ELEMENTO 12: <i>Avaliação da política</i>	Periodicidade para revisão e atualização							
	Responsável(is) pela revisão e atualização	X						

A análise das políticas institucionais anteriormente apresentadas, assim como desse quadro comparativo, permite algumas considerações iniciais acerca dos sete repositórios institucionais avaliados, bem como de suas respectivas políticas de depósito mandatórias.

Pode-se notar, imediatamente, que a aprovação das políticas dos repositórios brasileiros selecionados para esse estudo de casos múltiplos é bastante recente, sendo a mais antiga representada pelo mandato do RIUFBA, datado de 07/01/2010, e a mais atual o do RIUnB, assinado em 09/10/2013.

É possível perceber ainda que todas as políticas de depósito mandatórias estão em consonância com os objetivos do Movimento do Acesso Aberto e estão orientadas para garantir a coleta, armazenamento e disseminação da produção técnico-científica do país, maximizando seu impacto, acesso e uso de forma livre.

Além disso, observa-se que elas apresentam diversos elementos de desenvolvimento de coleções aplicados aos seus repositórios institucionais, embora alguns estejam dispersos em documentos correlatos, conforme descritos a seguir.

Sendo assim, no que tange aos critérios analisados nas referidas políticas, constata-se que relativo ao *Elemento 1: Desenvolvimento de coleções* os documentos apresentam alguns dos quesitos avaliados.

Referente ao quesito **missão** observa-se que nenhum dos sete repositórios institucionais analisados contém ‘a sua razão de ser’ expresso na política de depósito mandatória. Contudo, cabe ressaltar que três dessas iniciativas apresentam esse quesito em documento/local distintos, a saber: o RIUnB a apresenta em seu *site* institucional e o RIUFBA e RIUFRN a descrevem em documentos correlatos específicos.

Quanto ao quesito **objetivos**, ele é abordado somente em três políticas de depósito mandatórias, representados pelo RIUFS, pela BDPI e pelo LUME. Entretanto, cabe salientar que as outras quatro experiências também apresentam esse critério, sendo que o RIUFC os expõem apenas em seu *site* institucional, o RIUnB e o RIUFRN os expressam por meio de documentos correlatos e o RIUFBA os descrevem tanto em seu *site* quanto em documento correlato.

Desse modo, verifica-se que esse quesito é abrangido por todas as iniciativas avaliadas e que eles estão de acordo com as diretrizes do Movimento do Acesso Aberto, embora menos de 50% dos repositórios relatem seus objetivos diretamente em seu mandato de depósito. Esse fato denota a importância dos repositórios institucionais expressarem seus objetivos nessas políticas de forma a se configurar como um direcionador estratégico que oriente o funcionamento do sistema e dos serviços futuros.

Quanto ao quesito **responsável(is) pela gestão** do repositório institucional, nota-se que todas as sete políticas dos repositórios institucionais analisados definem quem responde por sua administração, embora uma iniciativa não indique, explicitamente, a sua existência. Nesse sentido, cabe esclarecer que:

1. quatro iniciativas apenas determinam quem é o(s) responsável(is) por sua administração, bem como suas competências, tais como: RIUnB, RIUFS, BDPI, RIUFBA;
2. duas iniciativas além de especificar seu(s) responsável(is) ainda estabelecem a composição de seu comitê gestor, destacando quantos representantes constituirão a comissão e de quais órgãos da Instituição eles serão escolhidos, a saber: RIUFC e RIUFRN;

Cabe ressaltar que o repositório RIUFC é o único que designa um representante do corpo discente para participar de seu comitê gestor.

3. Uma iniciativa não detalha quem é o seu(s) responsável(is) pela gestão, mas designa sua competência no repositório, a saber: LUME.

Analisando esse quesito, é possível fazer três considerações. A primeira é que se verifica que os repositórios institucionais determinam o(s) órgão(s) responsável(is) por sua gestão de forma diferente uns dos outros, sendo umas iniciativas mais detalhistas nesse definição. Assim, enquanto alguns mandatos apenas indicam qual(is) Unidade(s) da Instituição tem competência para exercer esse papel, outros descrevem como será constituído seu comitê gestor em termos de quantidade de membros e Unidades participantes, o que pode caracterizar uma preocupação maior em garantir que a comissão tenha uma formação multidisciplinar, onde cada membro possa colaborar dentro de sua área profissional.

Nesse sentido, ressalta-se que, segundo Leite (2009, p. 40) é ideal a composição de uma equipe multidisciplinar "constituída por bibliotecários, analista de sistemas, profissional de comunicação/*marketing*", a fim de gerir tanto a implantação quanto o desenvolvimento de um repositório institucional.

A segunda consideração é que a Biblioteca ou o Sistema de Bibliotecas está presente entre os órgãos gestores de todas as iniciativas, o que ratifica sua competência para coletar, organizar, armazenar e disseminar a informação, seja ela impressa ou em meio digital.

E a terceira consideração se refere ao fato dos repositórios institucionais analisados não identificarem os membros de seu comitê gestor na política, sendo a nomeação realizada

mediante ato próprio, uma vez que dessa forma os responsáveis podem ser alterados sem a necessidade de atualizar a referida política.

O quesito **perfil da comunidade (usuários)**, outro critério do elemento 1, é raramente exposto pelas políticas estudadas, estando presente apenas nos mandatos das iniciativas do RIUFS e da BDPI. Ambas as experiências caracterizam seu público-alvo como sua comunidade acadêmica institucional. A ausência desse detalhamento pode ser explicada pelo fato de uma Universidade já ter como segmento prioritário o atendimento das necessidades dos pesquisadores e da comunidade acadêmica (docentes, pesquisadores, técnicos administrativos e discentes). Contudo, é importante que se estabeleça o público-alvo atendido e avalie suas necessidades, de modo a estabelecer os serviços que lhe são apropriados, conforme descreve Leite (2009, p. 52).

No que tange ao quesito **perfil das coleções (escopo)**, observa-se que as políticas dos repositórios institucionais selecionados como população da pesquisa apresentam seus escopos de maneiras distintas, enquanto alguns não os especificam. Sendo assim, os repositórios foram divididos em três grupos conforme abaixo:

1. iniciativas que não listam os tipos de documentos que são aceitos em suas coleções. Em contrapartida categorizam aqueles que estão desobrigados de depósito pelos membros da Universidade. Assim, por associação, definem que todos os tipos de publicações que não se enquadram nessas categorias e que foram publicados em veículos de comunicação científica avaliados por pares ou que passaram por uma banca examinadora devem ser depositados;

Nesse grupo estão três repositórios institucionais, a saber: o RIUnB, o RIUFBA e o RIUFRN que, embora não listem em suas políticas os tipos de materiais que podem ser depositados, fazem constar essa relação em seus respectivos documentos correlatos.

2. iniciativas que além de destacar quais tipos de documentos são aceitos em suas coleções, ainda determinam aqueles que estão desobrigados de depósito no repositório;

Esse grupo é composto por dois repositórios institucionais: o RIUFS e o RIUFC.

3. iniciativas que não especificam claramente o escopo de sua coleção;

Esse grupo também é formado por dois repositórios institucionais, a saber: a BDPI e o LUME. O primeiro apenas orienta sobre o depósito do conteúdo integral da produção intelectual de autoria dos membros da USP quando forem publicados ou editados e cita, brevemente, que as teses e dissertações seguem diretrizes de um ato próprio, embora ele não tenha sido localizado no *site* do repositório. Além disso, descreve em documento correlato alguns tipos de publicações aceitas no repositório.

Já o LUME segue a mesma linha da BDPI e destaca que devem ser depositados os trabalhos produzidos pela comunidade acadêmica da UFRGS ou aqueles não produzidos, mas que tenham relevância para a Instituição, além de informar que suas coleções são formadas por texto, imagem, áudio e vídeo. Em adição, ainda disponibiliza dois documentos correlatos que regulamentam o depósito de trabalhos de conclusão de cursos *lato sensu* e *strict sensu*.

Nesse sentido, cabe ressaltar que embora o LUME autorize o depósito de documentos não produzidos pelos membros da Universidade, isso vai de encontro ao propósito do que consiste um repositório institucional que, de acordo com Lynch (2003, p. 2), deve servir para o gerenciamento e disseminação daqueles materiais criados pela Instituição e por sua comunidade científica.

Considerando a descrição do escopo das coleções presentes apenas nas políticas dos grupos 1 e 2 pormenorizados acima, é possível classificar os repositórios institucionais da UnB, da UFBA, da UFC e da UFRN como adeptas de uma abordagem rígida para formar suas coleções, uma vez que eles priorizam "[...] a literatura científica avaliada pelos pares, o que, essencialmente, está ligado ao sistema de publicações científicas" (LEITE, 2009, p. 28).

Já o repositório institucional da UFS pode ser classificado como uma abordagem flexível, pois "amplia a sua destinação e contempla, além da literatura científica avaliada por pares, outros conteúdos de natureza acadêmico-científica produzidos por membros da instituição" (LEITE, 2009, p. 28), uma vez que permite o depósito de relatórios, materiais cartográficos e visuais, música etc.

Aqui cabe ressaltar que o RIUFBA, embora categorizado como um repositório de abordagem rígida segundo sua política de depósito mandatória, apresenta em documento correlato uma relação de diversos tipos de documentos, o que pode enquadrá-lo também na abordagem flexível, podendo, portanto, se caracterizar como uma iniciativa de abordagem híbrida. Isso porque também é permitido depositar no repositório textos de jornais e revistas, *softwares*, cartas, mapas, maquetes etc.

Além disso, dentre as iniciativas que descrevem sua tipologia de documentos, pode-se afirmar que tanto os documentos que estão desobrigados de depósito quando aqueles aceitos

nos repositórios institucionais seguem um mesmo padrão, sendo dispensados de se arquivar as obras com fins lucrativos, com cláusulas contratuais que impeçam o depósito e/ou documentos passíveis de serem patenteados e aceitos aqueles avaliados por pares ou por uma banca de especialistas, como nos casos de teses e dissertações.

Em relação ao quesito **estrutura das coleções (organização)**, é mister salientar que apenas o LUME apresenta, em sua política, como estão organizados os documentos em suas coleções, embora ela não especifique qual padrão de organização o repositório aderiu.

Quanto ao RIUnB, RIUFS, BDPI e RIUFBA, eles descrevem sua organização apenas em documentos correlatos, informando que adotam o modelo de comunidades formais, seguindo a estrutura organizacional, segundo categoriza Leite (2009, 2012). Já o RIUFC e o RIUFRN não abordam esse quesito.

No que concerne ao *Elemento 2: Seleção*, observa-se que as políticas também apresentam alguns dos seus critérios, como descritos a seguir.

Quanto ao quesito **qualidade dos documentos**, verifica-se que os sete repositórios institucionais analisados abordam esse critério em sua política de depósito mandatória. Entretanto, cabe destacar que as iniciativas: RIUnB, RIUFS, RIUFBA, RIUFC e RIUFRN estabelecem como critério de qualidade a avaliação por pares ou de uma banca de especialistas, no caso de teses e dissertações. Isso comprova que eles seguem os preceitos do Movimento do Acesso Aberto em disponibilizar em repositórios institucionais, primeiramente, a literatura científica submetida para publicação ou aquelas já aprovadas pelos pares, a abordagem rígida (SWAN, 2012, p. 53), embora, segundo Hunter e Day (2005, p. 4) "materiais não-revisados [...] possam ser submetidos para o repositório, mas devem ser distinguidos de alguma forma dos documentos avaliados", a abordagem flexível.

Nesse bojo, o LUME e a BDPI se configuram como exceção às características de qualidade definidas pelos demais repositórios. Isso porque o primeiro define condições de qualidade mais específicas, tais como: não ser efêmero, estar em formato digital, conter texto completo etc. Já a segunda é a única que apresenta informação sobre controle de versões de documentos, o que pode demonstrar uma preocupação com o gerenciamento dos conteúdos do repositório, no que tange à possíveis atualizações dos registros.

Cabe ressaltar que das iniciativas que contemplam esse quesito, duas delas: o RIUFBA e o RIUFRN também expressam critérios concernentes à qualidade dos trabalhos em seus documentos correlatos e incluem que seus repositórios só aceitam a versão completa dos trabalhos depositados, diferentemente do RIUFS que é o único que descreve que também aceita texto parcial.

Quanto ao quesito **formato de saída dos documentos**, ele não está contido em nenhuma política de depósito mandatória analisada. Tal fato pode demonstrar que não há preocupação em delimitar as extensões dos arquivos depositados no repositório institucional, sendo aceitos qualquer tipo de formato suportado pelo *software* utilizado em sua implantação: livre e/ou proprietário. No entanto, isso pode acarretar perda ou redução de acesso a certos conteúdos, uma vez que podem ser depositados documentos em formatos pagos que limitam o acesso e podem não ser legíveis por qualquer usuário.

Em relação ao *Elemento 3: Aquisição*, alguns mandatos analisados expressam os critérios que compõem essa categoria, como segue.

Quanto ao quesito **responsável(is) pelo depósito**, observa-se que seis repositórios institucionais apresentam quem pode submeter documentos às suas coleções e dentre eles estão: RIUnB, RIUFS, BDPI, RIUFBA, RIUFC e RIUFRN. Em todas as iniciativas constata-se que a comunidade acadêmica e a biblioteca são os responsáveis pelos depósitos em seus respectivos repositórios, sendo a BDPI a única que também inclui os seus gestores nesse grupo. Excepcionalmente, o LUME não define esse quesito em sua política.

Nesse cenário, observa-se que as iniciativas também atribuem aos autores a responsabilidade de formar as coleções dos repositórios institucionais, seguindo o argumento de Harnad (2008) de que "100% da literatura em acesso aberto já pode ser feita pelos autores através do autoarquivamento (via verde) da noite para o dia."

Já no que tange ao(s) **responsável(is) pela revisão e aprovação**, apenas um repositório institucional, a BDPI, estabelece qual é o órgão competente pela verificação e validação dos documentos arquivados em seu repositório. Em adição, ainda define por meio de documento correlato que o bibliotecário é o profissional que realizará tal atividade.

As demais iniciativas não expressam em sua política a unidade responsável pela revisão e aprovação dos documentos, exceção para o RIUnB que delega, em um documento correlato, competência aos seus gestores para efetuar essa análise.

Do mesmo modo, o quesito **fluxo de trabalho** também não é tratado pelas políticas analisadas. Contudo, dois repositórios expõem em documentos correlatos que possuem fluxos para submissão de trabalhos nas coleções. Dentre eles estão o RIUnB que afirma ter um fluxo de revisão e aprovação realizado pelos gestores do sistema e o RIUFBA que estabelece um passo a passo para submissão de documentos, mas não informa quem é responsável por todas as etapas do processo, faltando designar competência para realizar a verificação e correção dos metadados do arquivo depositado.

Já o critério **limite para tamanho do documento** não é abordado por nenhum dos sete mandatos dos repositórios institucionais avaliados.

O **prazo para depósito**, último quesito do elemento 3, está presente em cinco dos sete mandatos analisados, sendo expressos pelas políticas do RIUnB, RIUFS, RIUFBA, RIUFC e RIUFRN.

Nesse cenário, destaca-se que todos eles estabelecem que os documentos devem ser imediatamente depositados no repositório, ou seja, tão logo sejam publicados nos canais de comunicação científica ou no prazo máximo de seis meses. Algumas das iniciativas, tais como: RIUnB, RIUFS, RIUFBA e RIUFRN, fazem ainda constar em sua política um adendo relativo à impossibilidade de se cumprir os prazos pré-determinados e solicitam que sejam arquivados as versões originais submetidas, juntamente com as alterações sugeridas pelos pares. A política do repositório LUME é a única que não aborda o referido quesito.

No que concerne ao *Elemento 4: Avaliação*, nenhum dos repositórios institucionais avaliados apresentam informações relativas aos quesitos que compõem essa categoria. No entanto, é imprescindível destacar que o RIUnB, a BDPI e o LUME disponibilizam em seus respectivos *sites* os *links* para consulta de seus dados estatísticos.

Cabe ressaltar ainda que embora as sete políticas analisadas não apresentem os critérios pré-estabelecidos por esse estudo, duas delas possuem características que podem ser englobadas nessa categoria por se tratarem de uma forma de avaliação. Sendo assim, observa-se que o LUME aborda critérios de avaliação específicos para a criação de suas comunidades e coleções e a BDPI fornece informações que pode corresponder ao critério **estatísticas (uso, downloads, usuários)** uma vez que sua política delega competência à duas Unidades da Instituição para o fornecimento de dados estatísticos e geração de indicadores de qualidade.

Relativo ao *Elemento 5: Descarte*, observa-se por meio dos quesitos avaliados que ele não é tratado por nenhuma das políticas de depósito mandatórias selecionadas para esse estudo. Esse fato pode demonstrar que ainda não há uma evidente preocupação, por parte dos gestores desses repositórios institucionais, em estabelecer critérios tanto para a exclusão ou remoção de acesso à itens das coleções quanto para seus registros, o que em longo prazo poderá exigir maiores investimentos para aquisição de espaços de armazenamento.

Quanto ao *Elemento 6: Acesso*, as políticas analisadas demonstram que no que tange ao **responsável(is) pelo controle de acesso**, dentre os sete mandatos avaliados, apenas o RIUFS especifica que esse controle é determinado pelo próprio depositante da pesquisa. Os demais repositórios institucionais não apresentam esse quesito.

Em contrapartida, relativo ao **nível de acesso aos documentos**, todos os repositórios institucionais definem esse critério, sendo a BDPI a única que detalha em sua política os tipos de acessos possíveis aos seus documentos. Os repositórios RIUnB, RIUFS, RIUFBA, RIUFC e RIUFRN somente descrevem que o acesso é livre e completam que é possível adotar restrições através de seus documentos correlatos. Já o LUME não define claramente sobre os tipos de acesso, embora estabeleça que as comunidades e coleções podem conceder prazo de embargo de acordo com procedimentos próprios.

No que tange ao *Elemento 7: Direitos autorais e patrimoniais*, verifica-se que os seus quesitos estão presentes em algumas políticas de depósito mandatórias conforme segue.

O quesito **solicitação de autorização para depósito** é abrangido claramente por três dos sete repositórios institucionais e dentre eles estão o RIUFS, o RIUFC e o RIUFRN que ainda disponibilizam em seus *sites* o formulário de autorização de autor.

Cabe ressaltar, que duas das iniciativas estudadas, o RIUnB e o LUME não determinam, explicitamente, o requerimento dessa formalização, embora descrevam na política essa necessidade e também possuam os respectivos formulários em seus *sites*.

Destaca-se, ainda, que a BDPI e o RIUFBA são os únicos repositórios institucionais estudados que não evidenciam em seus mandatos a indispensabilidade dos autores autorizarem o depósito de seus trabalhos. Eles apenas sinalizam que o depósito deve ser realizado de forma não exclusiva, sendo que a BDPI ainda acrescenta que os autores devem manter seus direitos. Desse modo, embora se reconheça que a autorização pode ser requerida, não é possível afirmar, uma vez que o quesito não está especificado no referido documento e os formulários também não foram localizados em seus *sites*.

No que tange à **atribuição de licença**, observa-se que somente o RIUFC e o LUME assinalam esse quesito em suas políticas. Os demais repositórios institucionais avaliados não o apresentam em seus mandatos, mas o fazem através de documentos correlatos.

Para o quesito **tipo de licença (uso e distribuição)**, nota-se novamente a presença desse critério apenas nas políticas do RIUFC e LUME. Os repositórios RIUnB, BDPI e RIUFRN não expressam esse quesito em seus mandatos, porém o descrevem em seus documentos correlatos. Já o RIUFS e RIUFBA não abordam esse critério.

A respeito do *Elemento 8: Preservação digital*, apenas o quesito **tipos de documentos** está presente em duas políticas dos repositórios institucionais selecionados, a saber: RIUFS e BDPI. Nesse sentido, esta iniciativa faz menção ao processo de preservação, destacando que sua produção intelectual será preservada digitalmente. Já aquela delega competência a uma

Unidade para realizar o controle e a preservação digital dos conteúdos gerados na Universidade.

Em adição, ainda quanto ao processo de preservação digital, é possível verificar que o LUME dispõe em seu *site* a informação sobre o **uso de URL persistente** (Handle) para os documentos depositados no repositório, embora não aborde tal informação em seu mandato.

Em relação ao *Elemento 9: Sustentabilidade*, nenhuma política trata dos quesitos: **ampliação das coleções** e **desenvolvimento de novos serviços**.

A respeito do critério **upgrade de hardwares e softwares**, apenas a política de depósito mandatória da BDPI estabelece competência para a gestão e atualização do seu sistema, o que pode corresponder ao referido quesito sem, contudo, especificar os valores disponíveis para as atualizações provenientes de evolução tecnológica, bem como qual a fonte de recursos.

Já quanto ao critério **ações de divulgação e treinamento**, quatro das sete iniciativas estudadas, a saber: BDPI, RIUFBA, RIUFC e RIUFRN apresentam esse quesito e especificam que elas estabelecerão mecanismos de estímulo, assim como ações de integração, a fim de evitar duplicações de esforços.

Referente ao *Elemento 10: Detalhamento de outros aspectos importantes*, nenhum dos sete repositórios institucionais avaliados contém informações a respeito da **rotina e periodicidade de backup** dos documentos arquivados em suas coleções, nem tampouco descrevem a existência de **acordos de cooperação (convênios com instituições)**. Para este último, apenas a BDPI menciona a possibilidade do repositório criar mecanismos de estímulo e ações de integração quanto à interoperabilidade e racionalização de recursos com bancos de dados, o que podem corresponder à efetivação de algum acordo de cooperação tanto em âmbito interno quanto externo à Instituição.

Diferentemente da BDPI, o RIUnB apresenta claramente em seu *site* que a Instituição firmou contrato de cooperação com uma editora comercial permitindo que os trabalhos publicados em suas revistas científicas sejam depositados no repositório, mediante prazo de embargo previamente estipulado.

Quanto ao quesito **integração com outros sistemas**, seis repositórios institucionais preveem que seus *softwares* têm a capacidade de se integrar com outros sistemas, sendo que o RIUnB, RIUFS, RIUFBA, RIUFC e RIUFRN estabelecem que essa integração pode se realizar tanto em âmbito nacional quanto internacional. Já a BDPI especifica que seu repositório deve se integrar com seus sistemas corporativos.

Nesse bojo, observa-se que com a possibilidade de integração entre os sistemas, as buscas podem ser mais rápidas e eficientes, uma vez que se concentra em um único ambiente

de pesquisa, sendo os metadados recolhidos em diversos provedores de serviços simultaneamente.

Já relativo ao quesito **recomendação para publicar em periódico de acesso aberto que autorize o depósito da publicação em repositórios**, quatro dos sete repositórios estudados solicitam essa prática: RIUnB, RIUFS, BDPI e RIUFBA. Isso evidencia interesse por parte dos repositórios institucionais em garantir que a meta de 100% da produção científica brasileira esteja disponível em acesso aberto, ampliando seu acesso e uso, bem como maximizando sua visibilidade no cenário internacional.

No que concerne ao *Elemento 11: Documentos correlatos*, apenas a BDPI atende ao quesito **atos legislativos** quando menciona em sua política um documento formal que regulamenta o depósito de teses e dissertações em suas coleções. Das demais iniciativas, nenhuma faz referência ao critério avaliado. Contudo, ressalta-se que todos os repositórios institucionais analisados disponibilizam em seus respectivos *sites* os atos que o regem e atendem ao referido critério.

Quanto ao quesito **manuais (acesso e uso, submissão, preservação etc)**, as políticas não o aborda. Entretanto, cinco repositórios analisados, a saber: RIUnB, BDPI, RIUFBA, RIUFRN e LUME disponibilizam documentos correlatos em seus *sites*, por meio do qual informam sobre o sistema, funcionamento, submissão, padrão de metadados etc e atendem a esse critério.

Do mesmo modo para o quesito **fluxogramas e formulários**, as políticas também não o contemplam. No entanto, verifica-se que cinco repositórios analisados, a saber: RIUnB, RIUFS, RIUFC, RIUFRN e LUME disponibilizam em seus respectivos *sites* os termos de autorização de autor que se enquadram e atendem a esse critério.

Quanto às **políticas editoriais**, ela é citada apenas pela política da BDPI quando estabelece competência para auxiliar aos membros da comunidade na verificação da situação das publicações que são depositadas no repositório. Nesse bojo, a BDPI e o RIUFBA ainda apontam em seus *sites* um *link* para consulta de fontes especializadas que atendem esse quesito.

Já relativo ao quesito **licenças de uso e distribuição**, as políticas também não os assinalam, mas é possível observar nos *sites* dos repositórios institucionais RIUnB, RIUFS e RIUFRN que eles apontam um *link* para acesso ao portal da licença pública utilizada, correspondendo ao referido critério.

Por fim, quanto ao *Elemento 12: Avaliação da política*, observa-se que nenhum repositório institucional avaliado estabelece em sua política a **periodicidade para revisão e**

atualização com a qual ela será atualizada pela Instituição mantenedora do respectivo repositório.

Em relação à definição do(s) **responsável(is) pela revisão e atualização** da política, destaca-se que apenas o RIUnB define que seu comitê gestor tem competência para aplicar e acompanhar as normas estabelecidas pela sua política de depósito mandatória. Os demais repositórios institucionais analisados não expressam esse quesito.

Diante da análise das políticas de todas as unidades-casos é possível tecer algumas considerações gerais, a saber:

- nota-se a presença de elementos de uma política de desenvolvimento de coleções aplicados em todos os repositórios institucionais, contudo eles encontram-se dispersos em documentos distintos, apresentando-se ora na política de depósito mandatória, ora em seus documentos correlatos e/ou *site* da Universidade, ora em todos os casos simultaneamente;
- constata-se que há uma ênfase na definição de critérios que compõem o Elemento 1: Desenvolvimento de coleções, principalmente no que tange à especificação do perfil das coleções (escopo). Observando-se a descrição da tipologia documental que formam as coleções dos repositórios institucionais avaliados, é possível verificar que a adoção da abordagem rígida apresenta-se em maior relevância do que a abordagem flexível. Nesse sentido, evidencia-se que embora as iniciativas tenham necessidades de adotar uma abordagem mais flexível, elas seguem o que defende Leite (2009, p. 30), e iniciam seus projetos com uma abordagem mais limitada quanto aos tipos de documentos depositados em suas coleções. A esse respeito, Leite (2009, p. 30) argumenta que é "mais seguro iniciar o projeto com uma política de conteúdos mais restritiva e, gradativamente, flexibilizá-la até o ponto que for conveniente à instituição, do que iniciar flexível e ter de se tornar rígida com o passar do tempo". Considerando o exposto, cabe ressaltar que a adoção de uma abordagem mais rígida por parte dos repositórios institucionais irá influenciar as decisões sobre outras categorias que constituem essa análise, destacando-se os critérios sobre preservação digital e sustentabilidade;
- percebe-se que todas as unidades-casos privilegiam o estabelecimento de critérios de qualidade dos documentos depositados, adotando a revisão pelos pares e a avaliação de uma banca de especialistas como padrão de qualidade para as suas coleções, consequência da decisão pela abordagem rígida de conteúdos. Em contrapartida, não se nota preocupação com a especificação de formatos de documentos aceitos e nem

tampouco se é permitido o depósito de arquivos em extensões livres e/ou proprietárias. Observando esse fato, pode-se depreender que os referidos repositórios autorizam o depósito de qualquer formato de arquivo, desde que seu *software* de instalação o suporte. Sendo assim, levando-se em consideração que o DSpace absorve uma diversidade de formatos e, sendo ele o sistema utilizado por todas as experiências estudadas, então pode-se concluir que as iniciativas estudadas aceitam uma gama de formatos de arquivos desde que eles apoiem, segundo Hunter e Day (2005, p. 4), a tipologia documental coletada pelos repositórios institucionais. Nesse cenário, ressalta-se que a não definição de extensões específicas trará influências quando da realização do processo de preservação digital, já que poderá haver formatos desconhecidos que exigirão novos procedimentos, enquanto que "formatos tradicionais requerem técnicas de preservação digital já estabelecidas" (LEITE, 2009, p. 31);

- verifica-se que há uma tendência entre as experiências analisadas por esse estudo de casos múltiplos de estabelecer os responsáveis pelo depósito de itens em sua coleções, bem como definir os prazos específicos para sua realização, respeitando os embargos constantes em cláusulas contratuais. Todavia, suas políticas de depósito mandatórias não apresentam a determinação sobre os responsáveis pela revisão e aprovação dos conteúdos. É certo que na prática os *softwares* de instalação possuem *workflows*, possibilitando que o processo de validação seja realizado. Contudo, cabe ressaltar a importância de se estabelecer responsabilidade para essa atividade, a fim de que os bibliotecários possam rever os documentos depositados (autoridade, descrição, metadados) antes que eles se tornem publicamente acessíveis no repositório;
- constata-se ausência de definição de critérios relativos ao processo de avaliação tanto em relação às coleções quanto aos serviços oferecidos pelos repositórios institucionais. Embora esse processo seja tão importante para o gerenciamento dos repositórios institucionais quanto às outras atividades desenvolvidas, sua presença deu-se, minimamente, através da disponibilização de estatísticas de consulta e *downloads* de documentos nos *sites*. Considerando isso, ressalta-se a necessidade de se determinar critérios que subsidiem a tomada de decisão, a fim possibilitar a consolidação desses sistemas no cenário nacional e internacional, já que a atividade de avaliação permite "melhorar aspectos deficientes e identificar seus pontos de sucesso" (LEITE et al, 2012, p. 29) e ainda "determinar se os objetivos originais da coleção e serviços têm sido cumpridos" (GENONI, 2004, p. 304). Sendo assim, é mister que os repositórios

institucionais adotem mecanismos para avaliar continuamente seu desempenho, bem como para mensurar o percentual de crescimento do número de depósitos, principalmente após a aprovação de seus mandatos;

- observa-se que dentre as políticas de depósito mandatórias das unidades-casos analisadas não foi identificado critérios que abordem o processo de descarte para os documentos armazenados em suas coleções, nem tampouco atributos que deem suporte à alguma exclusão ou remoção de acesso. Embora seja precipitado fazer generalizações a ponto de afirmar que nenhum repositório brasileiro estabelece diretrizes quanto à eliminação de itens das coleções, pois isso demandaria um estudo aprofundado de todas as experiências do país, é possível depreender que a ausência desses quesitos nas referidas políticas pode ser consequência da própria falta de critérios que envolvem o processo de avaliação, já que o descarte é realizado após a avaliação das coleções;
- destaca-se que há pouca incidência de informações a respeito dos direitos autorais e patrimoniais nas políticas de depósito mandatórias analisadas. Alguns repositórios institucionais nem disponibilizam formulários de autorização de autor em seus *sites* institucionais e nem tampouco especificam a necessidade de se atribuir uma licença pública, a fim de garantir que os direitos do autor sejam resguardados. Esse fato pode colaborar para reduzir e/ou retardar o número de depósitos por receio de que os direitos sejam desrespeitados ou devido à própria falta de informação;
- aponta-se que nas políticas de depósito mandatórias estudadas há uma predominância de elementos que se correlacionam com aspectos relativos ao desenvolvimento de coleções, seleção e aquisição de documentos para povoar os repositórios institucionais. Essa tendência pode ser explicada pelo fato do IBICT promover ações de incentivo à disponibilização de 100% da produção técnico-científica nacional em acesso aberto, meta esta que pode ser atingida mediante definição e auxílio dessas práticas pelos repositórios. Já em contrapartida, observa-se a baixa incidência de critérios sobre os processos de avaliação, descarte, preservação digital e sustentabilidade dos sistemas. Esse ponto de fragilidade pode se justificar pelo fato das iniciativas brasileiras ainda não se encontrarem em estágios de maturidade e, portanto, ainda concentrarem-se na formação e disponibilização de suas coleções;
- nota-se que informações relativas à avaliação das próprias políticas não são expressas. Isso pode afetar o desenvolvimento e a consolidação dos repositórios institucionais, uma vez que a política deve retratar a sua realidade e ser totalmente flexível para

inclusão/exclusão de quaisquer elementos à medida que novas decisões sobre as coleções e/ou serviços são tomadas;

- observa-se que existe uma correspondência entre os elementos de desenvolvimento de coleções aplicados em bibliotecas clássicas com os critérios presentes nas políticas de depósito mandatórias aprovadas para os repositórios institucionais brasileiros, embora muitos quesitos se apresentem de forma pouco explícita e/ou haja predominância de alguns critérios em detrimento à outros;
- por fim, constata-se que as políticas de depósito mandatórias avaliadas apresentam elementos de desenvolvimento de coleções que relacionam-se, fundamentalmente, com o depósito da produção nos repositórios institucionais, a saber: (i) perfil da comunidade e escopo das coleções; (ii) qualidade dos documentos; (iii) responsáveis pela submissão e prazos para depósito; (iv) níveis de acesso; (v) direitos autorais e patrimoniais, dentre outros. Isso porque essas políticas têm a função de regulamentar o depósito das publicações técnico-científicas nesses sistemas e esse fato pode justificar a ausência de determinados critérios que correspondem à aspectos mais operacionais de um repositório.

Em contrapartida, destaca-se que os documentos correlatos, ou seja, as políticas que orientam o funcionamento dos repositórios apresentam elementos de desenvolvimento de coleções relativos à operacionalização de suas rotinas, tais como: (i) especificação da estrutura das coleções e formatos aceitos; (ii) responsáveis pela revisão e aprovação de conteúdos e fluxos de depósito; (iii) avaliação; (iv) descarte; (v) controle de acesso; (vi) preservação e (vii) sustentabilidade, dentre outros.

Diante dessa constatação, faz-se necessário, para efeito desse trabalho, separar os elementos de desenvolvimento de coleções aplicáveis aos repositórios institucionais que se enquadram com a regulamentação do depósito daqueles que se relacionam com a operacionalização de suas rotinas, uma vez que esses critérios se aplicam aos dois aspectos. Sendo assim, além de subsídios para elaboração de uma política de depósito mandatória, serão apresentados também subsídios para a elaboração de uma política de funcionamento.

5 PROPOSTA DE SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS DE DEPÓSITO MANDATÓRIAS EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS

Nessa seção é apresentado o produto final dessa pesquisa que é uma proposta contendo elementos para a elaboração de uma política de depósito mandatória para os repositórios institucionais, a fim de promover a via verde no país.

Os subsídios e as recomendações aqui elencados estão presentes nas políticas de depósito analisadas, mesmo que de forma implícita, já que a proposta desse trabalho consiste em realizar uma releitura de uma política de depósito mandatória de um repositório institucional, tentando enxergar nela elementos de uma política tradicional de desenvolvimento de coleções.

Cabe ressaltar que, conforme já relatado anteriormente, foi observado uma regularidade na presença de alguns elementos de desenvolvimento de coleções que não se enquadram nas categorias de uma política de depósito mandatória e sim em uma política de funcionamento para repositórios institucionais. Isso porque esses critérios relacionam-se com as previsões das operações e rotinas de um repositório e não com a regulamentação do depósito da produção científica.

Sendo assim, apresentam-se os elementos de desenvolvimento de coleções aplicáveis a um e/ou outro aspecto, tendo em vista que os documentos correlatos, que estão sendo denominados de política de funcionamento, apresentaram muitos elementos próprios de uma política de desenvolvimento de coleções, não se relacionando com uma política de depósito mandatória.

Desse modo, pode-se propor a adoção de sete elementos gerais e específicos que compreendem alguns quesitos pré-determinados para a composição de uma política de depósito mandatória e nove elementos gerais e específicos que constituem alguns critérios pré-determinados para a elaboração de uma política de funcionamento com a finalidade de garantir o funcionamento e a consolidação dos repositórios institucionais brasileiros.

Cada elemento é apresentado por meio de três atributos, a saber: (i) denominação do subsídio; (ii) objetivos esperados; e (iii) ações a serem realizadas para atingir os objetivos propostos.

Destaca-se que de acordo com o papel que o subsídio tem em relação ao repositório institucional (regulamentação de depósito ou operacionalização e rotinas), ele pode se figurar em uma e/ou ambas as políticas, porém com objetivos e ações características de cada uma.

Proposta de subsídios para a elaboração de políticas de depósito mandatórias em repositórios institucionais brasileiros

❖ **1º Subsídio: Desenvolvimento de coleções**

Objetivos esperados: Definir a missão e objetivos do repositório institucional. Estabelecer os responsáveis pela sua gestão. Caracterizar o perfil de sua comunidade. Especificar o escopo das coleções.

Ações a serem realizadas:

- Deve-se estabelecer a missão e objetivos do repositório institucional. Para isso, recomenda-se que esses direcionadores estratégicos estejam concernentes com os da Instituição mantenedora;
- Deve-se especificar os responsáveis pela gestão do repositório institucional e caso ele seja administrado por meio de um comitê gestor, sugere-se que se determine sua composição, estabelecendo o número de membros e quais Unidades participantes. Recomenda-se a formação de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de áreas afins aos repositórios, tais como: bibliotecários, analistas de sistemas, profissional de comunicação/marketing. É importante, ainda, que se relacionem quais são as competências da comissão quanto aos aspectos gerenciais, operacionais, técnicos e lógicos;
- Deve-se caracterizar o perfil da comunidade, ou seja, o público-alvo do repositório institucional. Sendo assim, indica-se que seja realizado um estudo da comunidade, a fim de verificar quais são as demandas atuais e futuras para definir com maior segurança os serviços oferecidos aos seus usuários;
- Deve-se determinar qual é o escopo das coleções do repositório institucional, relacionando quais são os tipos de documentos aceitos, além daqueles que estão desobrigados do depósito. Nesse caso, recomenda-se que os gestores definam se o repositório adotará, à priori, a abordagem rígida ou flexível, especificando se são aceitos apenas trabalhos científicos publicados em veículos de comunicação científica avaliados por pares ou se também podem ser arquivados produtos administrativos e de aprendizagem.

❖ **2º Subsídio: Seleção**

Objetivos esperados: Determinar a qualidade dos documentos depositados no repositório institucional.

Ação a ser realizada:

- Deve-se estabelecer qual a qualidade dos documentos aceitos no repositório institucional. Para isso, sugere-se que seus gestores definam se podem ser depositados nas coleções apenas arquivos revisados por pares ou que passaram por uma banca de especialistas, nos casos de teses e dissertações, conforme preconiza o Movimento do Acesso Aberto ou se são aceitos também materiais não revisados. Nesse bojo, ainda devem ser detalhados quanto ao aceite apenas de documentos completos ou parciais, atuais ou retrospectivos etc e ainda sobre a inclusão de documentos de baixa qualidade.

❖ **3º Subsídio: Aquisição**

Objetivos esperados: Descrever os responsáveis pela submissão dos documentos nas coleções. Especificar o prazo para depósito dos resultados das pesquisas no repositório institucional.

Ações a serem realizadas:

- Deve-se estabelecer quem pode submeter documentos às coleções do repositório institucional, elencando os membros da comunidade acadêmica institucional. Em adição, definir se o depósito pode ser totalmente realizado pelo autor ou seu representante ou se é mediado pela Biblioteca ou comitê gestor do repositório. Nesse bojo, orienta-se que os gestores incentivem o autoarquivamento, a fim de povoar o sistema e garantir que 100% de sua produção esteja disponível livremente;
- Deve-se indicar um prazo para depósito dos trabalhos publicados nos veículos de comunicação científica, assinalando um período máximo para que essa atividade seja realizada. Além disso, é fundamental que se defina um procedimento a ser adotado em caso de impossibilidade do depositante atender o prazo pré-estabelecido. Sendo assim, recomenda-se que seja estipulado que o depósito seja realizado imediatamente, a fim de disponibilizar o produto das pesquisas tão logo seja publicado ou em um prazo máximo de seis meses. Quanto à conduta a respeito da impossibilidade, sugere-se que

sejam depositadas as versões originais submetidas à publicação, juntamente com as alterações sugeridas pelos pares e/ou os metadados.

❖ **4º Subsídio: Acesso**

Objetivo esperado: Detalhar quais são os níveis de acesso permitidos às coleções depositadas no repositório institucional.

Ação a ser realizada:

- Deve-se descrever quais os tipos de níveis de acesso os usuários podem ter sobre os documentos armazenados no repositório institucional, detalhando se os documentos são de acesso aberto, embargado (por tempo determinado em contrato), acesso restrito para uso somente através dos computadores da Universidade ou restrito completamente.

❖ **5º Subsídio: Direitos autorais e patrimoniais**

Objetivos esperados: Especificar necessidade de requerer uma autorização para depósito no repositório institucional. Estabelecer necessidade de atribuir uma licença, bem como descrever os tipos de licenças públicas aplicadas aos documentos.

Ações a serem realizadas:

- Deve-se descrever a necessidade do requerimento da assinatura de um termo de autorização de autor, consentindo ao repositório institucional permissão para depositar, disponibilizar e preservar digitalmente o documento depositado. Desse modo, orienta-se que o formulário de autorização contenha uma declaração de que o material submetido às coleções é original e que o autor detém a anuência de conceder os direitos solicitados pelo repositório e que ele não está infringindo os direitos de autor de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Deve-se especificar a obrigatoriedade de se atribuir uma licença de depósito e de uso para todos os documentos armazenados no repositório institucional. Nesse modo, recomenda-se o uso da licença pública *Creative Commons*;
- Deve-se determinar quais os tipos de licenças aplicadas aos documentos depositados podem ser utilizadas no repositório institucional, como por exemplo: CC BY: Atribuição; CC BY-AS: Atribuição-CompartilhaIgual; CC BY-ND: Atribuição-SemDerivações; CC BY-NC: Atribuição-NãoComercial; CC BY-NC-AS: Atribuição-

NãoComercial-CompartilhaIgual; e CC BY-NC-ND: Atribuição-SemDerivações-SemDerivados.

❖ **6º Subsídio: Detalhamento de outros aspectos importantes**

Objetivos esperados: Estipular a rotina e periodicidade em que os *backups* são realizados. Estabelecer acordos de cooperação e integração com outros sistemas, buscando apoio estratégico e financeiro da Instituição mantenedora. Orientar quanto à necessidade de se publicar em veículos de comunicação científica em acesso aberto.

Ações a serem realizadas:

- Deve-se definir a periodicidade e os requisitos para a realização de *backups*, a fim de garantir que não haja perdas de documentos depositados no repositório institucional;
- Deve-se definir competências para a realização de acordos de cooperação e/ou convênios com instituições com fins diversos, tais como: com editoras comerciais para assegurar o depósito dos resultados das pesquisas publicadas em revistas científicas no repositório institucional, respeitando os períodos de embargos pré-estabelecidos; com outras instituições com fins de preservação digital e racionalização de recursos financeiros;
- Deve-se especificar se o repositório institucional mantém integração com outros sistemas. Recomenda-se a adoção de mecanismos que garantam a interoperabilidade com sistemas nacionais e internacionais, bem como com sistemas da própria Instituição;
- Deve-se orientar a comunidade acadêmica atendida pelo repositório institucional sobre os benefícios de se publicar em canais formais de comunicação científica em acesso aberto que autorizem o depósito do resultado da pesquisa em repositórios.

❖ **7º Subsídio: Avaliação da política**

Objetivos esperados: Definir periodicidade para revisão e atualização da política de depósito mandatória, bem como estipular equipe responsável por esse processo.

Ações a serem realizadas:

- Deve-se estabelecer um prazo para avaliação das diretrizes contidas no mandato do repositório institucional com vistas a mantê-las de forma que retratem a realidade do repositório tanto em termos de produtos quanto de seus serviços;

- Deve-se designar os responsáveis pelo acompanhamento, avaliação e atualização da política de depósito mandatória. Nesse caso, recomenda-se que o comitê gestor do repositório institucional seja o órgão incumbido de realizar essa tarefa.

Proposta de subsídios para a elaboração de políticas de funcionamento em repositórios institucionais brasileiros

❖ **1º Subsídio: Desenvolvimento de coleções**

Objetivo esperado: Definir a estrutura das coleções que constituem o repositório institucional.

Ação a ser realizada:

- Deve-se especificar a estrutura para formação das coleções, ou seja, como são organizados os conteúdos depositados no repositório institucional, destacando a decisão sobre o uso de comunidades formais (seguindo a estrutura organizacional da Universidade), de comunidades temáticas (em torno de temas específicos) ou de grupos de interesses. Nesse cenário, para os repositórios universitários indica-se o uso do primeiro modelo, seguindo a estrutura organizacional da Instituição mantenedora, sendo as comunidades representadas pelas faculdades ou institutos, as subcomunidades pelos departamentos ou centros de pesquisas e as coleções pelos tipos de publicações disponíveis. Cabe observar que o modelo escolhido deve atender às necessidades do repositório institucional e da comunidade atendida.

❖ **2º Subsídio: Seleção**

Objetivo esperado: Determinar os formatos de saída de documentos permitidos no repositório institucional.

Ação a ser realizada:

- Deve-se identificar os formatos dos documentos aceitos ou não pelo repositório institucional. Nesse caso, recomenda-se a adoção de formatos abertos em contraposição aos padrões proprietários. É mister levar em consideração que os tipos de arquivos depositados influenciarão diretamente os processos de preservação digital das coleções.

❖ **3º Subsídio: Aquisição**

Objetivos esperados: Descrever os responsáveis pela aprovação dos itens depositados no repositório institucional. Especificar o fluxo de submissão de documentos no sistema. Identificar se há limite de tamanho para documento submetido.

Ações a serem realizadas:

- Deve-se descrever quem são os responsáveis pela revisão e aprovação dos documentos submetidos ao repositório institucional, assinalando o(s) órgão(s) responsável(is) pelo processo de controle da qualidade, tais como: se o depositante tem autoridade para fazê-lo; se o documento está dentro do escopo da coleção e da comunidade, subcomunidade ou coleção correta; se os metadados associados estão adequados, dentre outros atributos. Desse modo, propõe-se que seja designado o profissional bibliotecário para efetuar a validação dos documentos antes de ser disponibilizado seu acesso;
- Deve-se instituir um fluxo de trabalho, descrevendo os responsáveis por cada etapa (submissão, pós-submissão e depósito) e quais são suas competências;
- Deve-se especificar se há um limite de tamanho individual para cada documento depositado, para depositante ou para uma coleção e qual seria a limitação máxima permitida, caso ela exista.

❖ **4º Subsídio: Avaliação**

Objetivos esperados: Estabelecer métodos para avaliar as coleções e serviços. Realizar pesquisa de satisfação do usuário.

Ações a serem realizadas:

- Deve-se criar mecanismos para avaliar o desempenho do repositório institucional no que tange às coleções e serviços, a fim de atender às necessidades da comunidade atendida, além de definir as competências para a geração de dados estatísticos, tais como: consulta, *downloads*, usuários registrados, *logins* efetuados por período, número de depósitos por período etc;
- Deve-se delegar competência para a realização de pesquisas com os usuários, a fim de apurar o nível de satisfação quanto às coleções e serviços oferecidos.

❖ **5º Subsídio: Descarte**

Objetivos esperados: Definir quem pode solicitar exclusão e/ou remoção de acesso de documentos do repositório institucional e quem é o responsável por sua aprovação. Estabelecer critérios de exclusão ou remoção do acesso, bem como a manutenção dos metadados associados aos arquivos. Especificar necessidade de registro dessas exclusões, além de informar aos usuários sobre elas.

Ações a serem realizadas:

- Deve-se determinar quem pode requisitar a eliminação e/ou remoção de acesso de documentos armazenados nas coleções do repositório institucional;
- Deve-se especificar os responsáveis pela avaliação e aprovação de solicitações para eliminação do registro ou remoção do acesso;
- Deve-se estabelecer sob quais circunstâncias um item pode ser retirado de uma coleção ou ter seu acesso bloqueado, uma vez que o Movimento do Acesso Aberto preconiza que todas as publicações técnico-científicas devem ser depositadas em repositórios institucionais;
- Deve-se definir, em caso de exclusão de algum documento, se o repositório institucional deve manter os seus metadados;
- Deve-se especificar se o repositório institucional tem um arquivo de registro das exclusões realizadas;
- Deve-se assinalar se os usuários podem receber informações sobre a exclusão de um documento contido em alguma coleção ao efetuar uma pesquisa sobre ele.

❖ **6º Subsídio: Acesso**

Objetivo esperado: Especificar quem é o responsável pelo controle de acesso aos documentos depositados no repositório institucional.

Ação a ser realizada:

- Deve-se determinar os responsáveis por controlar as permissões de acesso ao conteúdo depositados nas coleções do repositório institucional, principalmente aqueles pautadas em políticas editoriais.

❖ **7º Subsídio: Preservação digital**

Objetivos esperados: Definir as estratégias para realizar a preservação digital de longo prazo dos documentos depositados no repositório institucional.

Ações a serem realizadas:

- Deve-se identificar os tipos de documentos a serem preservados digitalmente;
- Deve-se determinar a adoção de identificadores persistentes com a finalidade de localizar o documento independentemente da mudança do endereço de armazenamento no servidor;
- Deve-se verificar a possibilidade de participar de redes cooperativas para preservação das coleções digitais (LOCKSS, Rede CARINIANA etc);
- Deve-se definir critérios quanto à migração de formatos raros e/ou obsoletos para formatos novos, adequando as coleções de acordo com a evolução tecnológica, bem como quanto à conversão de documentos para padrões abertos, uma vez que formatos proprietários podem dificultar ou limitar o acesso à certos documentos;
- Deve-se decidir sobre a adoção e manutenção de uma lista contendo todos os formatos aceitos nas coleções do repositório institucional, bem como o uso de padrões internacionais, a fim de garantir a interoperabilidade entre os sistemas tanto em âmbito nacional quanto internacional.

❖ **8º Subsídio: Sustentabilidade**

Objetivos esperados: Definir estratégias para garantir a integridade e sustentabilidade do repositório institucional.

Ações a serem realizadas:

- Deve-se estabelecer mecanismos e competências para garantir a atualização do repositório institucional no que concerne às evoluções tecnológicas (investimentos em *hardwares* e *softwares*);
- Deve-se determinar ações e competências para a ampliação das coleções, principalmente quanto ao aumento de espaço de armazenamento;
- Deve-se desenvolver ações e definir competências para a divulgação do repositório institucional no ambiente interno e externo à Universidade, além de delegar competência e estabelecer estratégias de treinamento para a comunidade atendida,

explicando seu valor, benefícios e funcionalidades, bem como ações de capacitação para a equipe do repositório, a fim de evitar duplicação de esforços.

❖ **9º Subsídio: Documentos correlatos**

Objetivos esperados: Publicar e disponibilizar atos de criação e regulamentação do repositório institucional, bem como elaborar e tornar acessível os manuais, fluxogramas e formulários desenvolvidos para o funcionamento do sistema. Definir competências para auxiliar os usuários na consulta de políticas editoriais e licenças de uso e distribuição.

Ações a serem realizadas:

- Deve-se publicar e disponibilizar os atos aprovados pela Instituição no sentido de criar e regulamentar o uso e funcionamento do repositório institucional. Recomenda-se a disponibilização desses documentos no *site* do repositório, bem como a realização de ampla divulgação entre a comunidade atendida;
- Deve-se adotar fluxogramas e formulários para a realização dos processos que envolvem o funcionamento repositório institucional. Igualmente, recomenda-se a disponibilização no respectivo *site* do sistema;
- Deve-se definir competências para auxiliar os autores ou seus representantes na averiguação da situação de suas publicações perante as editoras comerciais e quanto à atribuição de licenças de uso e distribuição. Nesse caso, recomenda-se que o repositório assinale a necessidade de se respeitar às autorizações para depósito, bem como seu prazo firmado por meio de cláusulas contratuais, além de recomendar a adoção de licenças públicas para utilização e distribuição dos documentos depositados. Em ambos os casos, é recomendado ainda que o repositório aponte em seu *site* o *link* para consulta de fontes especializadas em políticas editoriais e licenças públicas de uso e distribuição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da ciência sempre esteve alicerçado na disseminação da informação técnico-científica e em sua legitimação pela comunidade científica por meio dos canais do tradicional sistema de comunicação científica, tendo os periódicos científicos como seu principal veículo de difusão. Contudo, com a crise dos periódicos que ocorreu a partir da década de 1980, esse modelo de negócios passou a ser questionado pela comunidade científica, uma vez que já não atendia integralmente aos seus anseios de acesso e uso.

Aliado a esse fator, a produção científica, que vinha crescendo exponencialmente desde a Segunda Grande Guerra, começou a encontrar-se dispersa na internet, em diversas fontes primárias e secundárias, ocasionando ainda maiores dificuldades de acesso e uso por parte dos pesquisadores.

Diante disso, a comunidade científica começou a buscar alternativas para ampliar as formas de acesso à informação científica e vislumbrou-se um movimento em favor do acesso aberto ao conhecimento científico produzido no mundo, principalmente aqueles provenientes de resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos, a fim de possibilitar o acesso, uso, visibilidade e impacto dessas pesquisas.

A internet e as TICs contribuíram, sobremaneira, para o surgimento de um novo cenário no processo de disseminação da informação científica, pautadas nas estratégias definidas pelo Movimento do Acesso Aberto (via verde e via dourada), que encontram nos repositórios institucionais importante ferramenta para reunir, organizar, armazenar, disseminar e preservar a produção científica mundial.

No entanto, conforme visto ao longo dessa pesquisa, embora a implantação dos repositórios institucionais tenham se dado amplamente, registrando-se um significativo crescimento nos últimos anos e apesar da haver um ‘sinal verde’ dos editores comerciais para que se depositem pesquisas nessas ferramentas, estudos demonstram que o percentual da produção científica armazenada, tanto em âmbito nacional quanto internacional, ainda está aquém de corresponder à expectativa de se ter 100% da produção científica disponível em acesso aberto.

Nesse tocante, é fundamental que as instituições incentivem o autoarquivamento das publicações científicas revisadas por pares em repositórios institucionais com a finalidade de formar suas coleções e ampliar o número de depósito, maximizando a visibilidade e o impacto dessas pesquisas.

Sabe-se que a prática de depósito voluntário está muito longe de atingir as metas preconizadas pelos defensores do acesso aberto e que ela não contribui, efetivamente, para o povoamento dos repositórios institucionais. Sendo assim, destaca-se a importância da adoção de políticas de depósito mandatórias, por parte de universidades e institutos de pesquisa, com o objetivo de requerer o depósito imediato (ou seus metadados) dos resultados de pesquisas nos repositórios de acesso aberto, a fim de promover a via verde.

Nesse sentido, foi escopo dessa pesquisa abordar o tema das políticas de depósito mandatórias sob o enfoque de desenvolvimento de coleções, buscando um arcabouço teórico-metodológico na literatura especializada e em padrões internacionais que fundamentasse a elaboração desses documentos. Sendo assim, o produto dessa pesquisa resultou em uma proposta de subsídios para a elaboração de uma política de depósito mandatória em repositórios institucionais contendo elementos de desenvolvimento de coleções que são aplicados, tradicionalmente, em bibliotecas clássicas, a fim de contribuir para a promoção da via verde no país.

Embora o foco do trabalho tenha sido as políticas de depósito mandatórias, cabe destacar que durante a etapa de descrição e análise dos dados, constatou-se que os elementos de desenvolvimento de coleções que constituíam o quadro de categorias de análise encontravam-se ora presentes nos mandatos ora nos documentos correlatos que orientavam o funcionamento dos repositórios institucionais. Assim, a partir dessa constatação, observou-se que determinados elementos apresentavam características relacionadas ao depósito da produção científica e por isso inseriam-se nas políticas de depósito mandatórias. Enquanto outros elementos relacionavam-se com a operacionalização das rotinas de um repositório institucional, sendo presentes apenas nas políticas de funcionamento. Esse fato explica-se devido cada critério possuir uma função específica dentro do processo e da política de desenvolvimento de coleções seja em bibliotecas quanto em repositórios institucionais.

Assim, considerando que os dados coletados apontaram também para essa direção, optou-se por separar os elementos de desenvolvimento de coleções correspondentes à regulamentação do depósito daqueles relacionados à operacionalização das rotinas. Com isso, ainda foi apresentado no produto final dessa pesquisa os subsídios para a elaboração de uma política de funcionamento para repositórios institucionais brasileiros contendo elementos de desenvolvimento de coleções. É certo que, embora essa pesquisa contenha elementos para elaboração desse tipo de política, cabe destacar que esse não é o foco desse estudo e por isso requer pesquisas futuras para o seu aprofundamento.

Ressalta-se que a tarefa de identificar critérios de desenvolvimento de coleções aplicados em repositórios institucionais, correlacionando-os com aqueles utilizados em bibliotecas clássicas, trouxe consigo certo grau de dificuldade, uma vez que não foi localizado na literatura da área trabalhos publicados que tratassem, precisamente, do tema abordado por essa pesquisa. Por essa razão, ao mesmo tempo em que a proposta de estudo foi desafiadora, também foi gratificante no sentido em que trouxe à luz um tema ainda pouco explorado.

A busca pela identificação e a presença de elementos de desenvolvimento de coleções contidos tanto na literatura especializada, quanto nos padrões no DRIVER e no mandato do RepositoriUM, embora de que forma não muito explícita para alguns critérios, fez perceber a correlação que há entre as práticas tradicionais em bibliotecas clássicas e os repositórios institucionais. Percepção essa que foi confirmada após a leitura e análise das políticas de depósito mandatórias aprovadas pelas sete unidades-casos selecionadas para esse estudo e de seus documentos correlatos.

Desse modo, foi possível verificar que existe uma preocupação por parte dos gestores de repositórios institucionais analisados, mesmo que não intencional, na definição de alguns elementos específicos do processo e política de desenvolvimento de coleções, seleção e aquisição de conteúdos para formarem os acervos dos repositórios em detrimento dos processos de avaliação e descarte, também fundamentais para o desenvolvimento equilibrado das coleções.

É certo que, apesar dessa pesquisa resultar a identificação de semelhanças e divergências sobre os processos que envolvem o desenvolvimento de coleções quando aplicados em repositórios institucionais, seria precipitado fazer generalizações a ponto de afirmar que todas as iniciativas brasileiras compartilham dos mesmos pontos fortes e pontos fracos. Todavia, o estudo demonstrou que há particularidades que merecem ser investigadas, principalmente no que concerne às estratégias de avaliação, descarte, preservação e sustentabilidade.

Considerando isso, recomenda-se que uma investigação futura de maior monta seja realizada com o objetivo de aprofundar os estudos não só sobre esses processos, mas também sobre os demais critérios de desenvolvimento de coleções, uma vez que eles são atividades que se enquadram em um modelo sistêmico e não podem ser aplicados isoladamente.

Diante do exposto, o objetivo proposto ao iniciar essa pesquisa foi cumprido e possibilitou observar que há uma relação entre os elementos de desenvolvimento de coleções aplicados em bibliotecas clássicas com as práticas realizadas nos repositórios institucionais sem, contudo, ainda haver na literatura da área pesquisas mais apuradas sobre o tema.

Em adição, também foi possível constatar que existe uma correspondência entre as políticas de depósito mandatórias e as políticas de funcionamento com as políticas de desenvolvimento de coleções, o que permitiu a elaboração de um produto final que pode contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento dos repositórios institucionais à luz das práticas da Biblioteconomia, uma vez que a área de Formação e Desenvolvimento de Coleções também apresenta os recursos teórico-metodológicos necessários para o crescimento equilibrado das coleções dos repositórios institucionais.

Nesse cenário, ressalta-se que é certo que o caminho para se alcançar a meta de se ter 100% da produção científica mundial depositada em repositórios de acesso aberto ainda é longo e árduo e carece de alguns fatores que podem ser destacados conforme segue.

O primeiro deles é a necessidade de cada ator envolvido no processo de comunicação científica reconhecer sua posição nesse 'novo' cenário de disseminação da informação técnico-científica. Assim, os autores devem reassumir o controle sobre suas produções, depositando-as nos repositórios institucionais da instituição aos quais são vinculados, tão logo sejam aceitos pelos periódicos científicos, respeitando as cláusulas contratuais assinadas com os editores comerciais. As universidades e institutos de pesquisas devem criar mecanismos para promover a implantação e manutenção dessas ferramentas, adotando políticas de depósito mandatórias que incentivem o depósito de toda produção de sua comunidade acadêmica. Já as agências de fomento devem recomendar que os pesquisadores publiquem os resultados de pesquisas por elas financiadas em periódicos de acesso aberto, além de também requerer o seu depósito em repositórios institucionais. Por fim, as editoras comerciais devem contribuir reduzindo os prazos de embargos estabelecidos, possibilitando acessos mais rápidos aos conteúdos por elas publicados.

O segundo fator refere-se à conscientização da própria comunidade científica a respeito dos benefícios do acesso aberto e do autoarquivamento de suas publicações em repositórios institucionais, no sentido de criar uma 'cultura de depósito', eliminando o mito de que essa atividade demanda muito tempo, sendo somada a tantas outras já realizadas pelos pesquisadores.

Nesse sentido, os bibliotecários e demais profissionais da Ciência da Informação têm papel fundamental na realização de ações que promovam a divulgação e o treinamento da comunidade atendida, explicitando os serviços que os repositórios institucionais podem oferecer e inserindo a instituição ao qual está vinculado no Movimento do Acesso Aberto.

Já o terceiro fator diz respeito à vontade política das instituições e do Poder Público em adotar novos procedimentos administrativos ou medidas legislativas concernentes com as

diretrizes do Movimento do Acesso Aberto, a fim de promover a via verde em larga escala no país, dando visibilidade internacional à nossa produção científica.

Nesse bojo, há de se mencionar, no entanto, que seguindo o exemplo de outros países, o Brasil, por intermédio do IBICT, vem promovendo ações para promover tanto a via verde quanto a via dourada no país. Notadamente, algumas iniciativas têm sido bem sucedidas, o que pode-se notar por meio de registros no OpenDoar e ROARMAP, do *Ranking* Webometrics e da profusão de periódicos dourados nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Contudo, observa-se ainda que a mudança vem ocorrendo de maneira tímida e seus resultados são esperados em longo prazo.

Considerando o exposto, destaca-se a importância de dar continuidade à pesquisas acerca de políticas de depósito mandatórias aplicados aos repositórios institucionais, com o propósito de se definir métodos teórico-metodológicos e operacionais que também subsidiem a elaboração desses documentos, além de permitir a criação de mecanismos de avaliação de desempenho tangíveis quanto à consolidação do acesso aberto no Brasil e quanto ao crescimento do número de depósitos após a adoção de mandatos de depósito.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Waldomiro. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

BAILEY Jr., Charles W. What is open access? In: JACOBS, Neil (Ed.). **Open Access: key strategic, technical and economic aspects**. Oxford: Chandos Publishing, 2006. Disponível em: <<http://www.digital-scholarship.org/cwb/WhatIsOA.htm>>. Acesso em: 17 maio 2012.

BAPTISTA, Ana Alice et al. Comunicação científica e o papel da *Open Archives Initiative* no contexto do Acesso Livre. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp., p. 1-17, 1. sem. 2007. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8727/1/2007EncontrosBibli.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. ed. rev. e atual. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARTON, Mary R.; WATERS, Margaret M. **Creating an institutional repository: LEADIRS Workbook**. [Cambridge]: MIT, 2004. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/bitstream/handle/1721.1/26698/Barton_2004_Creating.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 jan. 2012.

BERLIN Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities. 2003. Disponível em: <<http://oa.mpg.de/lang/en-uk/berlin-prozess/berliner-erklarung/>>. Acesso em: 11 ago. 2012.

BETHESDA Statement on Open Access Publishing. Definition of Open Access Publication. 2003. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm#definition>>. Acesso em: 11 ago. 2012.

BRASIL. Congresso. Câmara dos deputados. **Projeto de lei n. 1.120, de 21 de maio de 2007**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/461698.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2012.

BRASIL. Congresso. Senado. **Projeto de lei do Senado n. 387, de 05 de julho de 2011**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=93151&tp=>>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

BUDAPEST Open Access Initiative. 2002. Disponível em: <<http://www.soros.org/openaccess/read>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa Moderna. **Estudos avançados**, v. 16, n. 44, p. 173-185, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/v16n44a10.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

BUSTOS-GONZALEZ, Atilio; FERNANDEZ-PORCEL, Antonio; JOHNSON, Ian (Coord.). **Guidelines for the creation of institutional repositories at universities and higher education institutions = Directrices para la creación de repositorios institucionales en universidades y organizaciones de educación superior = Diretrizes para criação dos**

repositórios institucionais nas universidades e organizações de educação superior. [S.l.]: Babel Library, 2007. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/13512/>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

CAFÉ, Lígia et al. Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na rede. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: INTERCOM, 2003. Disponível em: <http://dspace.ibict.br/dmdocuments/ENDOCOM_CAFE.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2012.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. A aplicação do desenvolvimento e gerenciamento de coleções na construção de repositórios institucionais. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 25-40, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1010/2136>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

CASTRO, Regina C. Figueiredo. Impacto da Internet no fluxo da comunicação científica em saúde. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. esp, p. 57-63, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40nspe/30623.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

CHALHUB, Tania; BENCHIMOL, Alegria; GUERRA, Claudia. Acesso livre via repositórios: políticas de instituições brasileiras. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 17, n. esp. 2, p. 159-173, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17nesp2p159>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

COSTA, Sely M. S. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 218-232, set. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/281/172>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____. Controle de qualidade em periódicos científicos eletrônicos disponibilizados na Internet: a questão do julgamento pelos pares. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 227-236, jul./dez. 1996. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004671&dd1=18fe6>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

_____. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio./ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a05v35n2.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2012.

_____. O novo papel das tecnologias digitais na comunicação científica. In: MARCONDES, Carlos H. et al (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: UFBA; Brasília: IBICT, 2005. p. 167-185.

_____; LEITE, Fernando César Lima. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, Luis et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 163-202.

CROW, Raym. **The case for institucional repositories**: a SPARC position paper. Washington: Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition, 2002. Disponível em: <http://scholarship.utm.edu/20/1/SPARC_102.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2012.

DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION OF EUROPEAN RESEARCH. c2014. Disponível em: <<http://www.driver-community.eu/>>. Acesso em: 27 set. 2013.

DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH. **Directrizes DRIVER 2.0**: directrizes para fornecedores de conteúdos: exposição de recursos textuais com o protocolo OAI-PMH. Tradução portuguesa por Serviços Documentação da Universidade do Minho. [Braga]: [Universidade do Minho], 2009. Disponível em: <http://www.driver-support.eu/documents/DRIVER_Guidelines_v2_Final__PT.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2013.

EVANS, G. Edward. **Developing library and information center collections**. 4th ed. Englewood: Libraries Unlimited, 2000.

FERREIRA, Sueli Mara S. P.; MODESTO, Fernando; WEITZEL, Simone da Rocha. Comunicação científica e o protocolo OAI: uma proposta na área de ciências da comunicação. In: ENCONTRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 13., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: PUC-MG, 2003. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/124684705048333599912379747126244418226.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Thesaurus, 1998.

_____. **Estudo de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

FREITAS, Marília Augusta de; SILVA, Patrícia Nunes da; GUIMARÃES, Jacqueline de Farias. Repositórios institucionais: a experiência da Universidade de Brasília. In: SAYÃO, Luis et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 333-343.

GENONI, Paul. Content in institucional repositories: a collection management issue. *Library Management*, v. 25, n. 6-7, p. 300-306, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901995000300004.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2014.

GUÉDON, Jean-Claude. Acesso aberto e divisão entre ciência predominante e ciência periférica. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (Org.). **Acessibilidade e visibilidade de revistas científicas eletrônicas**. São Paulo: Senac: Cengage Learning, 2010. p. 21-77.

GUÉDON, Jean-Claude. The "Green" and "Gold" Roads to Open Access: the case for mixing and matching. **Serials review**, v. 30, n. 4, p. 315-328, 2004. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/5860/1/science.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

_____. Mixing and matching the Green and Gold Roads to Open Access: take 2. **Serials review**, v. 34, n. 1, p. 41-51, 2008. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/11791/>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

HARNAD, Stevan. **The Immediate-Deposit/Optional-Access (ID/OA) mandate**: rationale and model. Open Access Archivangelism. 2006a. Disponível em: <<http://openaccess.eprints.org/index.php?/archives/71-guid.html>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

_____. The implementation of the Berlin Declaration on Open Access. **D-Lib Magazine**, v. 11, n. 3, Mar. 2005. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/march05/harnad/03harnad.html>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

_____. Optimizing OA self-archiving mandates: what? Where? When? Why? How? **Technical Report**, ECS, University of Southampton, 2006b. Disponível em: <<http://eprints.soton.ac.uk/263098/1/arch.html>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____. The self-archiving initiative: freeing the refereed research literature online. **Nature web debates**, n. 410, p. 1024-1025, Apr. 2001. Disponível em: <<http://eprints.soton.ac.uk/255947/1/nature4.html>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

_____. Waking OA's "slumbering giant": the university mandate to mandate open access. **New Review of Information Networking**, v. 14, n. 1, p. 51-68, 2008. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/17298>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____; CARR, Les; GINGRAS, Yves. Maximizing research progress through Open Access mandates and metrics. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 269-273, set. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/282/182>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

HARNAD, Stevan et al. The green and the gold roads to Open Access. **Nature web focus**, 2004. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/focus/accessdebate/21.html>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

HOROWITZ, Zaira et al. **Repositório digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. [20--]. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12730/000634921.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

HOUSE OF COMMONS. Science and Technology Committee. **Scientific Publications**: free for all? London: House of Commons, 2004. Disponível em: <<http://www.publications.parliament.uk/pa/cm200304/cmselect/cmsctech/399/399.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2013.

HUNTER, Philip; DAY, Michael. **Institutional repositories, aggregator services and collection development**. Bath: University of Bath, 2005. Disponível em: <

uk.rdn.ac.uk/project/docs/studies/coll-development/coll-development.pdf>. Acesso em: 7 set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

Diadorim. 2013a. Disponível em: <<http://diadorim.ibict.br/>>. Acesso em: 21 set. 2013.

_____. **Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica**. Brasília: IBICT, 2005. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/docs/Manifesto.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2013.

_____. **RIDI** – Repositório Institucional Digital do IBICT. 2013b. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/>>. Acesso em: 21 set. 2013.

_____. **SEER** – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. 2013c. Disponível em: <<http://seer.ibict.br/index.php>>. Acesso em: 21 set. 2013.

JAMES, Hamish et al. **Feasibility and requirements study on preservation of e-prints**. London: Joint Information Systems Committee, 2003. Disponível em: <http://www.jisc.ac.uk/media/documents/programmes/preservation/e-prints_report_final.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2014.

KURAMOTO, Hélio. **Crescimento de mandatos no período 2002-2010**. 2011. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/2011/01/05/crescimento-de-mandatos-no-periodo-2002-2010/>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____. Implantação de repositórios institucionais em universidades e instituições de pesquisa do Brasil: do projeto ao processo. In: GOMES, Maria João; ROSA, Flávia (Org.).

Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 61-70. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/616>>. Acesso em: 1 set. 2013.

_____. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/831/1742>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

_____. Réplica - acesso livre: caminho para maximizar a visibilidade da pesquisa. **Revista de administração contemporânea**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 861-872, jul./set. 2008. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/16065/1/artigo_kura_rac.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2013.

_____. Repositórios digitais: abertura, visibilidade, liberdade e muitas certezas.

Observatório da imprensa, n. 444, 2007. Disponível em:

<<http://www.observatoriодаimprensa.com.br/artigos.asp?cod=444DAC001>>.

Acesso em: 1 set. 2013.

_____. Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In: SAYÃO, Luis et al (Org.).

Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 203-217.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009.

LEITE, Fernando César Lima et al. **Repositórios institucionais**: boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica. Brasília: IBICT, 2012. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>>. Acesso em: 1 set. 2013.

LYNCH, Clifford A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **ARL**, n. 226, p. 1-7, Feb. 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organização**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luis Fernando. Documentos digitais e novas formas de cooperação entre sistemas de informação em C&T. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n3/a05v31n3.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MIRANDA, Antonio. **Estruturas de informação e análise conjuntural**: ensaios. Brasília: Thesaurus, 1980.

MORENO, Fernanda Passini; LEITE, Fernando César Lima; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angel. Acesso livre a publicações e repositórios digitais em ciência da informação no Brasil. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 82-94, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a07.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

_____. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico: tópicos para estudo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 309-317, set./dez. 1994. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/1148/794>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

_____. O periódico científico. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 73-95.

OPEN ARCHIVES INITIATIVE. Disponível em: <<http://www.openarchives.org/>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

OpenDOAR: The Directory of Open Access Repositories. Disponível em: <<http://www.opendoar.org/index.html>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

PETTICREW, Mark; ROBERTS, Helen. **Systematic reviews in the Social Sciences: a practical guide**. Malden, MA; Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

PINHEIRO, Ana Virgínia. **Organização e administração de bibliotecas**. 2007. (Apostila de aula da disciplina Organização e Administração de Bibliotecas ministrada na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro).

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; REBEL, Sandra Lúcia. Redes eletrônicas e seus impactos na comunicação científica de pesquisadores brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/63/1/LenaSandra01092003.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

PROUDMAN, V. The population of repositories. In: WEENINK, Kasja; WAAIJERS, Leo; VAN GODTSENHOVEN, Karen. **A DRIVER's guide to European repositories**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008. p. 49-102. Disponível em: <<http://dare.uva.nl/document/93898>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

REPOSITÓRIO CIENTÍFICO DE ACESSO ABERTO DE PORTUGAL. **Kit de políticas open access**. 2009. Disponível em: <http://projeto.rcaap.pt/index.php?option=com_remository&Itemid=2&func=startdown&id=97&lang=pt>. Acesso em: 26 ago 2013.

ROAR: Registry of Open Access Repositories. Disponível em: <<http://roar.eprints.org/>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

ROARMAP: Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies. Disponível em: <<http://roarmap.eprints.org/>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

RODRIGUES, Eloy. Acesso livre ao conhecimento: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais de informação. **Cadernos BAD**, n. 1, p. 24-35, 2004. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/670/1/Cadernos%20BAD%202004.pdf>> Acesso em: 11 jun. 2012.

_____. Concretizando o acesso livre à literatura científica: o repositório institucional e a política de auto-arquivamento da Universidade do Minho. **Cadernos BAD**, n. 1, p. 21-33, 2005. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3478/1/Cadernos%20BAD%201%20200505%20rodrigues.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____; SARAIVA, Ricardo. RepositóriUM: 10 anos de Acesso Aberto ao Conhecimento. In: RODRIGUES, Eloy; SWAN, Alma; BAPTISTA, Ana Alice. **Uma Década de Acesso**

Aberto na UMinho e no Mundo. Braga: Universidade do Minho, 2013. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/26144>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia. **A disseminação da produção científica da Universidade Federal da Bahia através da implantação do seu Repositório Institucional:** uma política de acesso aberto. 2011. 242 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade)– Universidade de São Paulo, Salvador, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3031/1/Tese%20Flavia.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

_____. Implantação do repositório institucional da Universidade Federal da Bahia: uma política de acesso à produção científica. In: SAYÃO, Luis et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais:** políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 231-247.

_____; GOMES, Maria João (Org.). Comunicação científica: das restrições ao acesso livre. In: _____. **Repositórios institucionais:** democratizando o acesso ao conhecimento. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 11-34.

SAYÃO, Luis Fernando. Interoperabilidade das bibliotecas digitais: o papel dos sistemas de identificadores persistentes - URN, PURL, DOI, Handle System, CrossRef e OpenURL. **Transinformação**, v. 19, n. 1, p. 65-82, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/621>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____; MARCONDES, Carlos Henrique. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, Luis Fernando et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais:** políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009a. p. 9-21.

_____. *Software* livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: SAYÃO, Luis Fernando et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais:** políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009b. p. 23-54.

SHINTAKU, Milton; MEIRELLES, Rodrigo. **Manual do DSpace:** administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/769>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

STAKE, Robert E. **Multiple case study analysis.** The Guilford Press: New York, 2006.

STREHL, Leticia. O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. **Ciência da informação**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 19-27, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a03v34n1.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2013.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da informação**, Brasília, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/issue/view/6>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

SUBER, Peter. Open access policy options for funding agencies and universities. **SPARC Open Access Newsletter**, n. 130, Feb. 2009. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/newsletter/02-02-09.htm>>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. Removing barriers to research: an introduction to open access for librarians. **College and Research Libraries News**, v. 64, n. 2, Feb. 2003. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/4616/1/acrl.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

SWAN, Alma. The business of digital repositories. In: WEENINK, Kasja; WAAIJERS, Leo; VAN GODTSENHOVEN, Karen. **A DRIVER's Guide to European Repositories**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008. p. 15-47. Disponível em: <<http://dare.uva.nl/document/93898>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

_____. **Policy guidelines for the development and promotion of open access**. Paris: UNESCO, 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002158/215863e.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____. Why Open Access for Brazil? **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 158-171, set. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/279/166>>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____; BROWN, Sheridan. **Open access self-archiving: an author study**. Cornwall: Key Perspectives, 2005. Disponível em: <http://www.jisc.ac.uk/uploaded_documents/Open%20Access%20Self%20Archiving-an%20author%20study.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

TARGINO, Maria das Graças. O óbvio da informação científica: acesso e uso. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 95-105, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/607/587>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Como depositar documentos no Repositório Institucional da UnB**. [200-?c]. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/help/pdf/como_depositar.pdf>. Acesso em: 18 maio 2014.

_____. **FAQ**. [200-?b]. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/help/faq2010.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2014.

_____. **Resolução da Reitoria nº 101, de 9 de outubro de 2013**. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/termo/resolucao.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2014.

_____. **[Repositório institucional]**. c2008a. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/>>. Acesso em: 18 maio 2014.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **[Sobre a Instituição]**. c2008b. Disponível em: <<http://www.unb.br/>>. Acesso em: 18 maio 2014.

_____. **Sobre o Repositório Institucional da UnB**. [200-?a]. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/about/sobreoriunb.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2014.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **FAQ**. [201-?]. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/page/faqPtBR>>. Acesso em: 19 maio 2014.

_____. **Resolução nº 6444, de 22 de outubro de 2012**. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/static/pages/RESOLUCAO6444.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2014.

_____. **[Sobre a BDPI]**. c2013. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/>>. Acesso em: 19 maio 2014.

_____. **[Sobre a USP]**. c1997. Disponível em: <<http://www5.usp.br/>>. Acesso em: 19 maio 2014.

UNIVERSIDADE DO MINHO. **Despacho RT-98, de 15 de novembro de 2010**. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/about/ficheiros/Despacho_RT-98_2010.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2014.

_____. **UMinho**. Disponível em: <<http://www.uminho.pt/home>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

_____. **[Sobre a UMinho]**. 2013. Disponível em: <<http://www.uminho.pt/home>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Orientações para uso do Repositório Institucional da UFBA**. [201-]. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/about/folder_repositorio_web.pdf>. Acesso em: 15 maio 2014.

_____. **Portaria nº 24, de 7 de janeiro de 2010**. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/about/politica%20institucional.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2014.

_____. **[Sobre a UFBA]**. [20--]. Disponível em: <<https://www.ufba.br/>>. Acesso em: 15 maio 2014.

_____. **Tutorial para submissões no repositório Institucional (RI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA)**. 2010a. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/about/Tutorial_revisado.pdf>. Acesso em: 15 maio 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Conheça o repositório institucional da UFC**. 2014a. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufc.br/index.php?option=com_content&task=view&id=751&Itemid=1>. Acesso em: 23 maio 2014

_____. **Resolução nº 02/CONSUNI, de 29 de abril de 2011**. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/ri/sobre/Resolucao02_Consuni_2011.pdf>. Acesso em: 23 maio 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **[Sobre o RIUFC]**. [20--]. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/>>. Acesso em: 23 maio 2014.

_____. **[Sobre a UFC]**. c2014b. Disponível em: <<http://www.ufc.br/>>. Acesso em: 23 maio 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **[Apresentação para capacitação de servidores no uso da ferramenta DSpace para submissão das publicações técnicas científicas no Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte]**. Apresentação de Clediane Guedes. 2011. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/CledianeAG/treinamento-repositorio-institucional>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. **Folder**. [200-?]. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/sobre/folder_riufrn.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.

_____. **Resolução nº 059/CONSEPE , de 13 de abril de 2010**. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/sobre/resolucao_592010_consepe_riufrn.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.

_____. **[Sobre a UFRN]**. c2013. Disponível em: <<http://www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/>>. Acesso em: 19 maio 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Portaria nº 5068, de 13 de outubro de 2010**. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/Portaria-5068.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.

_____. **[Sobre a UFRGS]**. [20--]a. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial>>. Acesso em: 17 maio 2014.

_____. **[Sobre o LUME]**. [20--]b. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/>>. Acesso em: 17 maio 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE. **[Sobre a UFS]**. [20--]. Disponível em: <<http://www.ufs.br/>>. Acesso: 21 maio 2014.

_____. **Resolução nº 40/CONEPE, de 18 de junho de 2010**. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/files/politica-ri-ufs.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2014.

_____. **Sobre o RI**. [200-?a]. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/files/sobre-ri-ufs.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2014.

VAN DE SOMPEL, Herbert; LAGOZE, Carl. The Santa Fe Convention of the open archives initiative. **D-lib Magazine**, v. 6, n. 2, Feb. 2000. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/february00/vandesompel-oai/02vandesompel-oai.html>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de Coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

VIANA, Cassandra Lúcia de Maya; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angel. Repositórios Institucionais baseados em Dspace e Eprints e sua viabilidade nas instituições acadêmico-científicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais eletrônico...** Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/8834/>>. Acesso em: 3 abr. 2013.

WEBOMETRICS RANKING WEB OF WORLD UNIVERSITIES. Disponível em: <www.webometrics.info>. Acesso em: 7 jun. 2012.

WEITZEL, Simone da Rocha. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/414/227>>. Acesso em: 3 abr. 2013.

_____. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2013.

_____. Iniciativa de arquivos abertos como nova forma de comunicação científica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL LATINO-AMERICANO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, 3., 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/6492/1/Simoneoai.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

_____. Origem e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil: estudo de caso da Biblioteca Nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/15731/1/weitzel_enancib_2009.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2013.

_____. Um panorama da produção científica no cenário digital: novos desafios para velhos problemas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS CIENTÍFICAS, 2012, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. Apresentação oral. Original disponibilizado pela autora.

_____. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 51-71, jan./jun. 2006a. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/19/7>>. Acesso em: 8 jan. 2012.

_____. Questões que influenciam a adoção e uso de repositórios digitais na área das Ciências da Comunicação. In: ENCONTRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 17., 2007, Santos. **Anais eletrônicos...** Santos: Intercom: Unisantos: Unisantos: Unimonte, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1030-1.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Os repositórios de e-prints como nova forma de organização da produção científica**: o caso da área das ciências da comunicação no Brasil. 2006b. 360 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006b. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-14052009-133509/pt-br.php>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

WHITE, Gary W.; CRAWFORD, Gregory A. Developing an electronic information resources collection development policy. **Collection Building**, v. 16, n. 2, p. 53-57, 1997. Disponível em: <10.1108/01604959710164368>. Acesso em: 3 abr. 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZIMAN, John. Comunidade e comunicação. In: _____. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. p. 115-138.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – PPGB
Mestrado Profissional em Biblioteconomia – MPB

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS EM REPOSITÓRIOS BRASILEIROS

Este questionário é destinado a(os) responsável (is) pela gestão do repositório consultado e é parte integrante de pesquisa de mestrado em desenvolvimento pela discente Fabiana Vilar Silva sob orientação da Prof.^a Dr.^a Simone da Rocha Weitzel no PPGB/UNIRIO sobre política de formação e desenvolvimento de coleções em repositórios institucionais.

As informações fornecidas por meio dessa investigação serão usadas única e exclusivamente para fins da referida pesquisa acadêmica e o seu preenchimento levará apenas alguns minutos.

Sua participação é muito importante.

Identificação do Repositório:

Nome do Repositório: _____.

Instituição vinculada: _____.

Nome e função do responsável pelas informações: _____.

1. Como se caracteriza o repositório de sua instituição?

() Institucional

() Temático

() Teses e Dissertações

() De Dados Científicos

() Outro. Especifique: _____.

2. Qual é a data de inauguração/disponibilização do repositório?

_____.

3. Qual o número total de documentos depositados no repositório?

_____.

4. Qual o número total de *downloads* de documentos realizados no repositório?

_____.

5. O repositório possui alguma política para sua gestão?

Sim Não

6. Em caso afirmativo, qual (is)

política de funcionamento

política de acesso

política de depósito

política de preservação

Outros. Especifique: _____.

7. Essa(s) política(s) está(ão) disponível(is) no *site* do repositório?

Sim Não

8. Como é realizado o depósito dos documentos digitais nas coleções do repositório?

próprio autor

gestor do repositório/coleção

biblioteca

Outros. Especifique: _____.

9. O repositório possui uma política de depósito mandatória?

Sim Não

10. Em caso afirmativo, essa política foi aprovada formalmente pela Instituição?

Sim Não

Se respondeu afirmativamente a questão número 10, por favor, responda as questões de números 11 a 14.

11. Em que data a política mandatória de depósito foi aprovada e qual o número do ato (Portaria, Resolução etc) que a instituiu?

_____.

12. A política mandatória está disponível no *site* do repositório?

13. É possível mensurar se houve aumento no número de depósitos após a institucionalização dessa política de depósito mandatória?

Sim Não

14. Em caso afirmativo, qual foi o percentual de crescimento no número de depósito de documentos após a aprovação dessa política de depósito mandatória?

_____.

Agradecemos pela participação!

Deseja receber os resultados dessa pesquisa?

Sim Não

E-mail para contato: _____.

ANEXO A – POLÍTICA OFICIAL DO RIUnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

RESOLUÇÃO DA REITORIA N. 010/ 2013

Regulamenta a Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB).

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO E REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista os benefícios do acesso aberto, observados em instituições de pesquisa do Brasil e do mundo, e a necessidade de:

- I preservar a produção científica da Universidade de Brasília (UnB);
- II ampliar a visibilidade da produção científica da UnB;
- III potencializar o intercâmbio da UnB com outras instituições de ensino, pesquisa e extensão;
- IV acelerar o desenvolvimento das pesquisas produzidas no âmbito da UnB;
- V ampliar o acesso à produção científica da UnB;
- VI facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral;
- VII otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição;
- VIII estabelecer políticas para garantir ações de registro e disseminação da produção científica da UnB¹;

RESOLVE:

- Art. 1º Regulamentar a Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB).
- Art. 2º A Biblioteca Central (BCE) fica encarregada pelo desenvolvimento, implantação, manutenção, hospedagem e alimentação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB), para a guarda e preservação da produção científica de toda a UnB em suporte digital.
- Art. 3º O RIUnB será de livre acesso, tanto no contexto nacional quanto no internacional.
- Art. 4º O RIUnB terá capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.
- Art. 5º O RIUnB funcionará em plataforma desenvolvida em *software* livre, em consonância com os princípios do acesso aberto.

¹ Para efeito deste documento, entende-se produção científica como resultados de pesquisa consolidados e publicados em veículos de comunicação científica que atue com revisão por pares.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- Art. 6º A comunidade científica da UnB providenciará a publicação dos artigos de sua autoria ou coautoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre ou que faça constar, em seus contratos de publicação, autorização para depósito de seus artigos publicados (*post-prints*²) em repositórios de acesso livre.
- Art. 7º O depósito citado no item anterior deverá ser realizado no prazo máximo de seis meses após a comunicação de aceitação para publicação do texto pela editora científica, salvo quando o contrato com a editora exigir tempo maior. Nesse caso, o trabalho deve ser enviado para depósito no mês subsequente ao do fim, do prazo estipulado em contrato.
- Art. 8º Ficam desobrigados de depósito no RIUnB livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais. Somente serão distribuídos eletronicamente pelo RIUnB documentos cujas autorizações tenham sido concedidas pelo(s) detentor(es) de seus direitos patrimoniais.
- Art. 9º Ficam desobrigados de depósito no RIUnB os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito, em repositórios de acesso livre, dos artigos publicados em suas revistas.
- Art. 10. Ficam desobrigados de depósito no RIUnB os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros a serem editados com fins comerciais.
- Art. 11. Os documentos que não se enquadrarem nos artigos 7º, 8º e 9º e que forem publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares, ou que passaram, a exemplo de teses e dissertações, por avaliação de banca de especialistas, deverão ser depositados no RIUnB.
- Art. 12. Com o intuito de facilitar o povoamento do RIUnB, a BCE poderá promover o registro da produção científica da UnB, mediante autorização dos autores e/ou das editoras científicas que detiverem seus direitos patrimoniais. Cabem à BCE os processos de recepção ou coleta da produção científica, geração de metadados e inserção dos documentos no RIUnB. Os autores poderão também realizar autodepósito, se desejarem.
- Art. 13. A aplicação e o acompanhamento desta política será de responsabilidade do Comitê Gestor do RIUnB.
- Art. 14. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Brasília, 9 de OUTUBRO de 2013.


Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor

² Para efeito deste documento, considera-se *post-prints* a versão de artigo já publicado em revista científica ou em livros.

ANEXO B – POLÍTICA OFICIAL DO RIUFS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 40/2010/CONEPE

**Estabelece política de acesso livre à
informação científica da UFS.**

O CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar e ampliar a visibilidade e o acesso à produção científica da Universidade Federal de Sergipe;

CONSIDERANDO o parecer da Relatora, **Consª VERA LÚCIA NOVAES PROVINCIALI**, ao analisar o processo nº 7697/10-50;

CONSIDERANDO ainda, a decisão unânime deste Conselho, em Reunião Ordinária, hoje realizada,

RESOLVE:

Art. 1º O Repositório Institucional (RI) é um sistema de informação que tem como objetivo armazenar, preservar, organizar e disseminar amplamente a produção intelectual e os resultados de pesquisas desenvolvidas pelos diversos setores da UFS, utilizando-se para tanto de um *software* específico como forma de Acesso Livre às informações produzidas.

§ 1º O Repositório Institucional (RI) é constituído de base de dados eletrônica de texto parcial/completo de produção científica técnica e administrativa de seu corpo docente e técnico-administrativo e de outros documentos de interesse da instituição, reservadas as disposições da Lei nº 9.610 de 19/09/98 sobre direitos autorais.

§ 2º O Repositório Institucional é uma coleção digital de produção científica, técnica, artística e administrativa da Universidade em meio eletrônico, tais como, artigos científicos, comunicação e conferências, monografias, dissertações e teses, livros e capítulos de livros; materiais cartográficos e visuais; música; publicações seriadas; relatórios administrativos, técnicos e de pesquisa; trabalhos publicados em anais de evento dentre outros produzidos na Universidade ou em outras instituições por seu corpo docente e técnico administrativo.

§ 3º Este conjunto de documentos coletados, organizados e disponibilizados eletronicamente permite preservar a produção intelectual da comunidade acadêmica dando projeção à produção intelectual junto às outras comunidades universitárias e também à sociedade em geral.

Art. 2º A finalidade do RI é aumentar a visibilidade, a acessibilidade, a imagem e o valor público da UFS sendo usado como um indicador tangível da sua qualidade, com o intuito de melhorar o acesso aos resultados da investigação e facilitando a gestão da informação, sobre a

sua produção científica (reunindo num único local a literatura produzida e os metadados a ela associados) e preservar a memória intelectual em suporte digital.

Art. 3º A fim de assegurar a consecução dos objetivos expostos:

§ 1º A **Biblioteca Central** (BICEN) fica encarregada pelo desenvolvimento, implantação e manutenção do Repositório Institucional.

§ 2º A **Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa** (POSGRAP) disponibilizará mecanismos de estímulo a fim de garantir a plena alimentação do RI.

§ 3º O Centro de Processamento de Dados (CPD) fica encarregado da manutenção do sistema operacional do RI.

§ 4º Os **demais órgãos da UFS** deverão contribuir com o envio de informações e material necessário à adequada alimentação do RI.

Art. 4º Por tratar-se de iniciativa de acesso livre, alguns trabalhos depositados no repositório institucional são de propriedade dos autores, assim, cabe aos autores a responsabilidade sobre o que é submetido e a decisão sobre quais conteúdos poderão ser acessados ou não, garantindo assim sua propriedade intelectual.

Art. 5º Os autores devem assinar termo de consentimento para a realização de depósito no RI de forma a conceder ao repositório, permissão para depositar, distribuir e preservar o material depositado.

Art. 6º O RI, desenvolvido e alimentado pela comunidade científica institucional, será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional.

Parágrafo Único: Considera-se “comunidade científica institucional” aquela constituída pelos docentes, pesquisadores, colaboradores pesquisadores e alunos graduandos e pós-graduandos da UFS.

Art. 7º O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.

Art. 8º Os membros da comunidade científica institucional da UFS deverão publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre ou que façam constar em seus contratos de publicação a autorização para o depósito dos artigos publicados em repositórios de livre acesso.

Art. 9º O depósito indicado no artigo 8º deverá ser realizado imediatamente após a sua publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 6 (seis) meses da data de publicação do artigo para depositá-lo no RI.

§ 1º Na impossibilidade de realização do depósito devido a cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a revista onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma

cópia da versão original do trabalho. Ou seja, aquela versão que foi submetida à revista científica, assim como, as alterações propostas pela revista que o publicou.

§ 2º Ficam desobrigados de depósito no RI:

- I. os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;
- II. os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em seus revistas, em repositórios de acesso livre, e,
- III. os documentos cujos conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas ou de serem publicadas em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

Art. 10. Todos os documentos publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou avaliados por uma banca de especialistas, que não se enquadrem no estabelecido no § 2º do artigo 9º, deverão ser depositados no RI.

Art. 11. De maneira a facilitar a alimentação do RI, a BICEN poderá promover o registro da produção científica da UFS, mediante autorização dos autores da referida produção, seja efetuando a entrada de cada membro no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 12. Ato do Reitor deverá constituir comissão de Acompanhamento do RI, com o objetivo de sistematizar procedimentos, avaliar o funcionamento do RI e resolver casos omissos.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor nesta data e revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2010.

**REITOR Prof. Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho
PRESIDENTE**

ANEXO C – POLÍTICA OFICIAL DA BDPI



RESOLUÇÃO Nº 6444, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

(D.O.E. - 23.10.2012)

Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para promover e assegurar a coleta, tratamento e preservação da produção intelectual gerada nas Unidades USP e pelos Programas Conjuntos de Pós-Graduação, bem como sua disseminação e acessibilidade para a comunidade.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, tendo em vista o deliberado pelo Presidente da d. Comissão de Legislação e Recursos, “ad referendum” daquele Colegiado, e considerando a necessidade de:

- preservar a memória institucional;
- ampliar a visibilidade e acessibilidade da produção intelectual (científica, acadêmica, artística e técnica) da USP;
- potencializar o intercâmbio com outras instituições nacionais e internacionais;
- certificar o uso de indicadores confiáveis referentes à produção intelectual da USP;
- aperfeiçoar a gestão de investimentos em pesquisa, ensino e extensão nesta Instituição, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - A Biblioteca Digital da Produção Intelectual (doravante denominada BDPI) passa a ser o instrumento oficial incumbido de reunir a produção intelectual da USP, de modo a:

- I - aumentar a visibilidade, acessibilidade e difusão dos resultados da atividade acadêmica e de pesquisa da USP por meio da coleta, organização e preservação em longo prazo;
- II - facilitar a gestão e o acesso à informação sobre a produção intelectual da USP, por meio da oferta de indicadores confiáveis e validados;
- III - integrar-se a um conjunto de iniciativas nacionais e internacionais, por meio de padrões e protocolos de integração qualificados e normalizados.



Do Conselho Supervisor do SIBi

Artigo 2º - Fica o Conselho Supervisor do Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi incumbido de estabelecer e validar normas para coleta, tratamento e preservação da produção intelectual gerada na Universidade (atendendo às especificidades da produção impressa e digital), bem como definir os tipos de documentos para depósito, além das teses e dissertações defendidas nas Unidades USP.

Da constituição da memória documental

Artigo 3º - Para a formação e desenvolvimento da memória da produção intelectual da USP, os docentes, servidores técnicos e administrativos, alunos e pós-doutorandos deverão depositar na BDPI o conteúdo integral de produtos de sua autoria, à medida que forem publicados ou editados.

§ 1º - A inserção de conteúdos na BDPI poderá ser feita por auto-arquivamento (depósito feito diretamente pelo próprio autor do trabalho), pela equipe da biblioteca de sua Unidade funcional ou por importação de dados executada pela gerência da BDPI.

§ 2º - O depósito da produção intelectual deverá ser realizado de forma não exclusiva, mantendo os autores dos documentos todos os seus direitos.

§ 3º - Se de direito, o acesso aos documentos poderá ser aberto, embargado (por tempo limitado pelo contrato assinado pelo autor com a casa editorial), restrito para uso apenas pelos computadores da USP ou restrito completamente (neste caso, o arquivo digital depositado servirá apenas para gestão e governança da produção).

§ 4º - Quando produção intelectual não disponível em formato digital, os metadados deverão ser registrados na BDPI e um exemplar da produção deverá ser depositado na biblioteca de sua Unidade funcional.

Artigo 4º - As teses e dissertações seguem o padrão estabelecido pela Resolução CoPGr nº 6018, de 13.10.2011.

Artigo 5º - Recomenda-se a todos os membros da comunidade USP a publicação de seus resultados de pesquisa, preferencialmente, em fontes que se encontrem em livre acesso ou que façam constar em seus contratos de publicação a permissão para depósito na BDPI.



Das Bibliotecas do SIBi

Artigo 6º - Compete às Bibliotecas do SIBi, em relação à BDPI:

- I - efetuar o registro técnico de produção intelectual na BDPI, desde que solicitado por sua Unidade de vínculo ou por membros daquela comunidade;
- II - a edição, revisão, validação e disponibilização online da produção intelectual auto-arquivada pelos autores;
- III - a organização de ações periódicas de capacitação sobre procedimentos e esclarecimentos das funcionalidades existentes, dirigidas à comunidade USP;
- IV - o apoio aos autores USP na averiguação da situação de suas publicações perante entidades externas, a quem tenham eventualmente sido cedidos os direitos de autor;
- V - o fornecimento de dados, informações e estatísticas institucionais requeridas por suas Unidades de vínculo;
- VI - a garantia da atualização permanente dos registros da produção intelectual na BDPI, a partir de ações periódicas junto aos autores de sua Unidade de vínculo.

Da Coordenação pelo Departamento Técnico do SIBi

Artigo 7º - O Departamento Técnico do SIBi, em relação à BDPI, será responsável pela:

- I - gerência e atualização constante do sistema de gestão decorrente de evolução tecnológica;
- II - geração de dados e indicadores sobre a produção intelectual da USP para fins diversos, dentre eles o Anuário Estatístico ou outros que venham a ser requeridos pelos Órgãos da Universidade;
- III - garantia da disseminação de indicadores confiáveis e certificados sobre a produção intelectual gerada na Universidade;
- IV - preparação de diretrizes e mecanismos para garantir o controle e a preservação digital da produção intelectual gerada pela USP;
- V - formação das competências necessárias às equipes das Bibliotecas do SIBi, visando à plena realização das atividades relativas à BDPI;
- VI - criação de mecanismos de estímulo e ações de integração que possibilitem a interoperabilidade e racionalização de recursos com bancos de dados informacionais internos e externos à USP.



Artigo 8º - Para o pleno desenvolvimento das atividades da BDPI, deverá ser assegurada sua integração aos sistemas corporativos da Universidade.

Artigo 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Resolução nº 4221, de 17.11.1995, e todas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade de São Paulo, 22 de outubro de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS

Reitor

ANEXO D – POLÍTICA OFICIAL DO RIUFBA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Gabinete do Reitor

PORTARIA Nº. 024/2010

O REITOR da UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, **considerando** a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica e da memória cultural, artística técnica e tecnológica desta Instituição; **considerando** a necessidade de: **a)** preservar a produção científica; **b)** ampliar a visibilidade da produção científica, da memória cultural, artística técnica e tecnológica; **c)** potencializar o intercâmbio com outras instituições; **d)** acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas; **e)** ampliar o acesso à sua produção científica, cultural, artística e tecnológica; **f)** facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral; **g)** aperfeiçoar a gestão de investimentos em pesquisa, ensino e extensão;

RESOLVE:

Art. 1º - O grupo gestor da **Política do Repositório Institucional**, constituído através de portaria, fica encarregado do desenvolvimento, implantação e manutenção do **REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL** doravante, neste documento, denominado de "RI";

Art. 2º - O RI desenvolvido e alimentado pela comunidade científica institucional desta Universidade será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional;

Art. 3º - O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo Open Archives (Arquivos Abertos).

Art. 4º - A comunidade científica institucional deverá publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre.

§1º - o aludido depósito deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 6 (seis) meses, a partir da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI;

§2º - na impossibilidade de realização do depósito devido às cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, a versão que foi submetida à revista



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Gabinete do Reitor

científica (*pre-prints*) assim como, as alterações propostas pela revista que o publicou;

§3º - ficam desobrigados de depósito no **RI**, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

§4º - ficam desobrigados de depósito no **RI**, os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre;

§5º - ficam desobrigados de depósito no **RI** os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais;

Art. 5º - Todos os documentos que não se enquadrarem no especificados no "Art.4º, parágrafos 1º e 2º", e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram, a exemplo das teses e dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas, deverão ser depositados no **RI**.

Art. 6º - Para facilitar o povoamento do **RI**, a Biblioteca Central ou qualquer outra Unidade desta Universidade poderá promover o registro da produção científica, mediante autorização dos autores efetuando a entrada de cada documento no **RI** ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 7º - Para o fiel cumprimento desta política, estabelecer-se-á mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Publique-se, cumpra-se e registre-se.

Palácio da Reitoria, 07 de janeiro de 2010.


Naomar Monteiro de Almeida Filho
Reitor

ANEXO E – POLÍTICA OFICIAL DO RIUFC



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 02/CONSUNI, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Estabelece normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica da Universidade Federal do Ceará - UFC no que se refere ao seu Repositório Institucional (RI).

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que deliberou o Conselho de Universitário, em sua reunião de **29 de abril de 2011**, na forma do que dispõe o inciso V do artigo 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, combinado com os artigos 11, letra **b**, e 25, letra **s** do Estatuto em vigor, e com o artigo 18 do Regimento Geral,

CONSIDERANDO a necessidade de preservação e ampliação da produção técnico-científica da Instituição,

CONSIDERANDO a necessidade de potencializar o intercâmbio entre a UFC e outras instituições, acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e ampliar o acesso, visibilidade e recuperação da produção técnico-científica,

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição,

CONSIDERANDO a necessidade de contribuir com a elaboração de indicadores da produção científica e tecnológica institucional e de apoiar os processos de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento.

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica, cultural e artística na Universidade Federal do Ceará, no que se refere ao Repositório Institucional (RI) da UFC.

Art. 2º A implantação e a manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI, serão geridas por uma Comissão formada por:

I – 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;

II - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Graduação;

III - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Extensão;

IV - 01 (um) representante do Sistema de Bibliotecas;

V - 01 (um) representante da Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI);

VII - 01 (um) representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Art. 3º O depósito de informações referentes à produção técnico-científica será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição e seu acesso será livre nos contextos nacional e internacional.

Parágrafo único. O autor deve garantir à instituição o direito de preservar e distribuir o trabalho por meio do RI mediante as condições estabelecidas no Termo de Autorização a ser assinado pelo Autor.

Art. 4º O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.

Art. 5º São considerados autores dos conteúdos do RI os membros da comunidade científica institucional, ou seja, docentes, discentes e técnico-administrativos da UFC.

Parágrafo único. Para efeito desta resolução, produção técnico-científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados disponíveis em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares, bem como documentos produzidos, submetidos ou patrocinados pela Universidade Federal do Ceará ou por membros da comunidade universitária.

Art. 6º Considera-se produção técnico-científica os seguintes documentos:

I - artigos publicados em periódicos científicos;

II - teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da UFC;

III - teses e dissertações defendidas extra UFC cuja autoria é de servidores desta instituição;

IV - livros e capítulos de livros;

V - trabalhos apresentados em eventos científicos e acadêmicos;

VI - produção cultural oriunda de trabalhos científicos e acadêmicos.

Art. 7º Deverá adotar os padrões e protocolos proteção dos direitos autorais definidos no modelo *Creative Commons*

Art. 8º O depósito, citado no art. 3º, poderá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica, e em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 06 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI.

Art. 9º Ficam desobrigados de depósito no RI:

I - os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

II - os artigos publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre;

III - os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

Art. 10. Deverão ser depositados no RI todos os documentos que não se enquadrarem nos itens I, II e III do artigo anterior e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram por avaliação de uma banca de especialistas.

Art. 11. A Biblioteca Universitária poderá também efetuar o registro da produção científica, mediante autorização dos autores, seja realizando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 12. Para o cumprimento desta política, a UFC estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração, que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Ceará, em 29 de abril de 2011.

Prof. Jesualdo Pereira Farias
Reitor

ANEXO F – POLÍTICA OFICIAL DO RIUFRN



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 059/2010-CONSEPE, de 13 de abril de 2010.

Estabelece normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico-Científica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN no que se refere ao seu Repositório Institucional (RI).

A REITORA EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, usando das atribuições que lhe confere o Art. 17, Incisos I e III, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO a necessidade de preservação e ampliação da produção técnico-científica da Instituição,

CONSIDERANDO a necessidade de potencializar o intercâmbio entre a UFRN e outras instituições, acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e ampliar o acesso, visibilidade e recuperação da produção técnico-científica,

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição,

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.012920/2010-62,

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico-Científica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no que se refere ao Repositório Institucional (RI) da UFRN.

Art. 2º A implantação e a manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI, serão geridas por uma Comissão formada por:

- I – 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Pesquisa;
- II - 01 (um) representante do Sistema de Bibliotecas da Instituição;
- III - 01 (um) representante da Superintendência de Comunicação;
- IV - 01 (um) representante da Superintendência de Informática;
- V - 01 (um) representante do Departamento de Biblioteconomia.

Art. 3º O depósito de informações referentes a produção técnico-científica será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição e seu acesso será livre nos contextos nacional e internacional.

Parágrafo único. A assinatura do termo de autorização da disponibilização da produção técnico-científica será eletrônica, após registro no RI.

Art. 4º O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.

Parágrafo único. Para efeito deste documento, produção técnico-científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados disponíveis em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares.

Art. 5º O depósito, citado no artigo 3º, deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica, e em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 06 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI.

Art. 6º Na impossibilidade de realização do depósito devido às cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, aquela versão que foi submetida à revista científica (*pre prints*³), assim como as alterações propostas pela revista que o publicou.

Parágrafo único. Para efeito deste documento, considera-se "*pre-prints*" a versão original de um artigo submetido a uma revista científica ainda não publicado.

Art. 7º Ficam desobrigados de depósito no RI:

I - os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

II - os artigos publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre;

III - os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

Art. 8º Deverão ser depositados no RI todos os documentos que não se enquadrarem nos itens I, II e III do artigo anterior e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram por avaliação de uma banca de especialistas.

Art. 9º A Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) poderá também efetuar o registro da produção científica, mediante autorização dos autores, seja realizando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 10. Para o cumprimento desta política, a UFRN estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração, que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Reitoria, em Natal, 13 de abril de 2010.

Ângela Maria Paiva Cruz
REITORA EM EXERCÍCIO

ANEXO G – POLÍTICA OFICIAL DO LUME

Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 5068 de 13 OUT 2010

Estabelece Política Institucional
de Informação para o LUME.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, considerando a proposta do Comitê Gestor do Lume, designado pela Portaria 1036 de 11 de março de 2010,

R E S O L V E

Art. 1º Instituir a Política Institucional de Informação para o Lume – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprovada pelo Comitê Gestor.

Título I
INTRODUÇÃO

Art. 2º Lume é o Portal de acesso às coleções de objetos digitais produzidos no âmbito da Universidade. Excepcionalmente poderá também abrigar documentos que, embora não produzidos por ela, tenham caráter ou importância singular para a Instituição.

Art. 3º O Repositório está organizado em Comunidades, Subcomunidades e Coleções. As comunidades e suas subdivisões são grupos que fornecem conteúdos para o portal. As coleções são conjuntos de itens, aos quais estão associados metadados e objetos digitais. Os objetos digitais podem conter texto, imagem, vídeo e áudio.

Título II
OBJETIVOS

Art. 4º O Lume tem como objetivos principais :

I - Promover o acesso livre às informações produzidas no âmbito da Universidade e voltadas, prioritariamente, às atividades de ensino, pesquisa e extensão;



Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

II - Maximizar a visibilidade, uso e impacto da produção intelectual desenvolvida na Universidade;

III -Facilitar a gestão da informação disponível em meio digital, reunindo num único local a produção intelectual da Universidade;

IV -Preservar a memória Institucional, por meio do armazenamento de longo prazo de objetos digitais completos;

V - Promover o acesso a outros documentos de relevância para a Instituição, que fazem parte de seus acervos, embora não produzidos por ela, maximizando o seu uso;

Título III
INCLUSÃO DE COMUNIDADES E COLEÇÕES

Art. 5º Comunidades e Coleções, para serem incluídas no Lume, devem estar em consonância com os objetivos do Repositório.

Art. 6º A inclusão de nova comunidade está sujeita a parecer favorável do Comitê Gestor do Lume.

Art. 7º Os procedimentos de avaliação compreendem, prioritariamente, três aspectos relacionados a seguir:

I - de conteúdo, para assegurar a qualidade e a sua adequação aos objetivos do repositório;

II - de formato para garantir o acesso ao conteúdo dos arquivos;

III- de participação do proponente, para garantir a qualidade na definição e registro dos metadados e manutenção de fluxo contínuo de inclusão de novos objetos digitais.

Art. 8º Cada comunidade estará sujeita a critérios e procedimentos próprios, de acordo com as características e especificidades dos objetos digitais que inclui.

Título IV
SUBMISSÃO DE OBJETOS DIGITAIS

Art. 9º Para ser incluído em Comunidades e Coleções do LUME, o objeto digital deve atender aos requisitos gerais relacionados a seguir:



Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

- I - ser produzido ou orientado por membro(s) da UFRGS;
- II- não ser efêmero;
- III - ser de acesso livre;
- IV - estar em formato digital, conforme definido pela equipe técnica do Lume;
- V - estar completo e finalizado;
- VI- conter metadados e objeto(s) digital(is);
- VII- o autor deve poder e estar disposto a conceder à UFRGS o direito não exclusivo de dar acesso ao público pela Internet e de preservar seu trabalho integral no Lume;
- VIII - o autor deve ter obtido o direito de reprodução de conteúdos criados por outros, mas que façam parte de seu trabalho;

Art. 10º Para cada comunidade ou coleção será concedido prazo de embargo, estipulado nos critérios e procedimentos próprios da mesma.

Título V
METADADOS

Art. 11º Os metadados devem seguir padrões internacionalmente aceitos e serão definidos conjuntamente pela equipe técnica do Lume e pelos responsáveis pela Comunidade, conforme as particularidades dos objetos digitais.

Art. 12º Os metadados são coletados do Sistema de Automação de Bibliotecas da UFRGS (SABi) e de outros sistemas da Universidade. No caso de auto-arquivamento, o registro dos metadados é realizado pelo autor ou responsável pela comunidade, sob a orientação da equipe técnica do Lume.

Título VI
ACESSO E USO

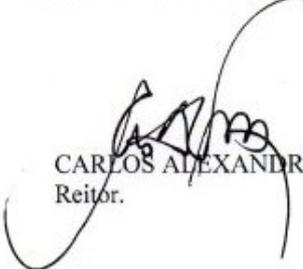
Art. 13º Os trabalhos depositados no Lume estão disponíveis gratuitamente para fins de pesquisa e estudo de acordo com a licença pública Creative Commons adotada no Lume;



Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

Art. 14º - O autor é titular dos direitos autorais dos documentos disponíveis no repositório, é vedado, nos termos da lei, a comercialização de qualquer espécie sem sua autorização prévia;

Art. 15º - Os usuários que utilizarem qualquer trabalho, no todo ou em partes, em novas publicações ficam obrigados a citá-lo, indicando o nome do autor e os dados completos da obra.



CARLOS ALEXANDRE NETTO,
Reitor.